



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Anderson Francisco de Andrada

**Cooperativismo de consumo e apropriação do espaço geográfico: a atuação
da Coop na região metropolitana de São Paulo**

Rio de Janeiro

2024

Anderson Francisco de Andrada

As cooperativas de consumo do espaço geográfico: a atuação da Coop na região metropolitana de São Paulo

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses S. Fernandes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

- A436 Andrada, Anderson Francisco de.
 As cooperativas de consumo do espaço geográfico: a
 atuação da Coop na região metropolitana de São Paulo /
 Anderson Francisco de Andrada. – 2024.
 263 f.: il.
- Orientador: Ulisses S. Fernandes
- Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro, Instituto de Geografia.
1. Cooperativismo – aspectos econômicos – Teses. 2.
 Cooperativas – Teses. 3. Geografia humana – Teses. I.
 Fernandes, Ulisses S. II. Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro, Instituto de Geografia. III. Título.

334

Bibliotecária responsável: Ingrid Pinheiro / CRB-7: 7048

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Anderson Francisco de Andrada

As cooperativas de consumo e apropriação do espaço geográfico: a atuação da Coop na região metropolitana de São Paulo

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 23 de agosto de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ulisses S. Fernandes (orientador)
Instituto de Geografia - UERJ

Prof.^a Dr.^a Marianna Fernandes Moreira
Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Matheus da Silveira Grandi
Instituto de Geografia - UERJ

Prof.^a Dr.^a Miriam de Oliveira Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof. Dr. Daniel de Mello Sanfelici
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos meus pais e a minha esposa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que me apoiaram ao longo desta jornada acadêmica.

Primeiramente, ao meu orientador, Ulisses Fernandes, por sua orientação, paciência e por ter aceitado me orientar, acreditando em meu potencial, mesmo que meu tema não seja exatamente sua área de pesquisa. Seu conhecimento e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao professor Matheus da Silveira Grandi, por suas observações na qualificação que ajudaram a moldar a direção desta pesquisa. Seu olhar crítico e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento desta tese.

Ao professor Daniel de Mello Sanfelici, cuja expertise e feedback foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas recomendações enriqueceram significativamente a qualidade do estudo.

À professora Miriam de Oliveira Santos, que não estava presente na qualificação, mas aceitou participar da defesa e contribuir com críticas que enriquecerão a pesquisa.

À professora Marianna Fernandes Moreira, por sua presença na defesa com valiosas sugestões que acrescentarão profundidade ao trabalho.

À professora Regina, que não pôde estar presente na banca de defesa por estar na Espanha realizando seu pós-doutorado. Suas sugestões durante a qualificação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Miguel Angelo, meu orientador de mestrado que muito contribuiu para os ensinamentos acadêmicos.

Ao professor Eduardo Sol, sempre contribuindo com meus estudos acadêmicos.

À minha esposa, Bruna, por seu amor, paciência e incentivo durante todo o processo.

Sua presença constante e encorajamento foram fundamentais para a construção desta tese.

Ao meu pai, à minha mãe e meu irmão, minha primeira família. A todos vocês, meu profundo e eterno agradecimento.

A milenar opressão das massas por um número pequeno de privilegiados tem sempre sido o resultado da incapacidade, da maioria dos indivíduos, em chegar a um acordo e se organizar com base na comunidade de interesses e de sentimentos com os outros trabalhadores, para produzir, para consumir e, eventualmente, defender-se contra aqueles que procuram explorá-los e oprimi-los.

Malatesta, 1927

RESUMO

ANDRADA, Anderson Francisco. **As cooperativas de consumo e a apropriação do espaço geográfico**: a atuação da COOP na região metropolitana de São Paulo. 2024. 263 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta pesquisa investiga o cooperativismo de consumo, com foco na Coop que atua na Região Metropolitana de São Paulo e suas dinâmicas que desafiam a acumulação capitalista. Apesar de existirem muitas pesquisas acadêmicas sobre as cooperativas, o cooperativismo de consumo carece de trabalhos acadêmicos, principalmente na Geografia. O objetivo do trabalho produzido é trazer a discussão das cooperativas de consumo para o meio acadêmico, destacando seu caráter de apropriação do espaço geográfico pela comunidade em detrimento de outras formas de apropriação privatizantes. Para tanto, utilizamos uma pesquisa qualitativa com uma série de documentos fornecidos pela própria Coop, assim como entrevistas realizadas com cooperados, trabalhadores da Cooperativa e suas lideranças, e ainda uma revisão bibliográfica centrada na história das cooperativas de consumo inglesas dos Séculos XVIII ao XX. Ao analisar as práticas da Coop, a tese observa sua capacidade de transformar certos pontos de espaço onde o mais - valor muda da direção que tipicamente iria em uma forma social capitalista. A partir de uma leitura do materialismo histórico, a tese analisa os caminhos da mais-valia e a capacidade da Coop de mudar esses caminhos. Apesar do seu potencial transformador com práticas anticapitalistas, a pesquisa realizada também apontou para o baixo grau de insurgência em engajamento das pessoas ligadas à Coop, o que denominamos de *insurgência alienada*. As ideias de um municipalismo libertário no qual a comunidade se apropria dos meios econômicos fizeram a tese analisar a capacidade da Coop de se verticalizar e mostrou que hoje é limitada. As entrevistas e documentos também revelaram uma Governança que, apesar de contar com mais de um milhão de pessoas com direito ao voto, conta com baixíssima adesão, fazendo a Coop apresentar uma potencial estrutura de governança pela comunidade, mas pouco aproveitada atualmente. A tese aponta para futuras investigações que podem ser realizadas para aumentar o debate sobre o cooperativismo de consumo como ferramenta de transformação anticapitalista, inclusive utilizado por movimentos sociais tipicamente insurgentes.

Palavras-chave: Cooperativismo de consumo; coop; espaço geográfico; práticas insurgentes; Região Metropolitana de São Paulo.

ABSTRACT

ANDRADA, Anderson Francisco. **Consumer cooperative and the appropriation of geographic space**: COOP's performance in the metropolitan region of São Paulo. 2024. 263 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This study investigates consumer cooperativism, focusing on the Coop that operates in the Metropolitan Region of São Paulo and its dynamics that challenge capitalist accumulation. Although there is much academic research on cooperatives, consumer cooperativism lacks academic work, especially in Geography. The objective of the work produced is to bring the discussion of consumer cooperatives to the academic world, highlighting their character of appropriation of geographic space by the community to the detriment of other forms of privatizing appropriation. To this end, we used qualitative research with a series of documents provided by the Coop itself, as well as interviews carried out with members, Cooperative workers and their leaders, and also a bibliographical review focused on the history of English consumer cooperatives from the 18th to the 20th centuries. By analyzing Coop's practices, the thesis observes its ability to transform certain points of space where surplus value shifts from the direction it would typically go in a capitalist social form. From a reading of historical materialism, the thesis analyzes the paths to surplus value and Coop's ability to change these paths. Despite its transformative potential with anti-capitalist practices, the research carried out also pointed to the low degree of insurgency in engagement of people linked to the Coop, what we call alienated insurgency. The ideas of a libertarian municipalism in which the community appropriates economic means made the thesis analyze the Coop's ability to verticalize and showed that it is limited today. The interviews and documents also revealed a Governance that, despite having more than one million people with the right to vote, has very low participation, making Coop present a potential governance structure for the community, but currently little used. The thesis points to future investigations that can be carried out to increase the debate on consumer cooperativism as a tool for anti-capitalist transformation, even used by typically insurgent social movements.

Keywords: Consumer cooperativismo; coop; geographic space; insurgent practices; Metropolitan region of Sao Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Área das entrevistas presenciais.....	28
Figura 2 –	Patrocínio da Coop na final da Copa do Brasil de 2004.....	46
Figura 3 –	Supermercado Coop.....	47
Figura 4 –	Drogaria de rua da Coop.....	49
Figura 5 –	Meu Atacarejo em São José dos Campos.....	50
Figura 6 –	Unidade da Coop Aqui.....	51
Figura 7 –	Coop Empório.....	52
Figura 8 –	Cidades com unidades da Coop no Estado de São Paulo	53
Figura 9 –	Cidades com unidades da Coop na região metropolitana de São Paulo.....	54
Figura 10 –	Distribuição das unidades de drogarias da Coop.....	55
Figura 11 –	Distribuição das unidades de varejo alimentar da Coop.....	55
Figura 12 –	Distribuição das vendas de acordo com o modelo de negócio – 2023...	56
Figura 13 –	Ramos do Cooperativismo brasileiro.....	56
Figura 14 –	Distribuição dos segmentos do ramo consumo.....	57
Figura 15 –	As relações de produção ao longo da história.....	73
Figura 16 –	Toad Lane fotografada em 1920 e atualmente como museu.....	133
Figura 17 –	Publicação do grupo: “Instruções sobre o cooperativismo de consumo”	188
Gráfico 1 –	Publicações da Coop no Instagram.....	188
Figura 18 –	Símbolo da Coop.....	189
Figura 19 –	Símbolo da Coop na cidade de São Bernardo.....	190
Figura 20–	Antiga fábrica têxtil com nova função varejista.....	192
Figura 21–	Partes da cartilha oferecida para as crianças no programa “Escola vai à Coop”.....	196
Figura 22 –	Distribuição dos supermercados na cidade de Santo André.....	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Investimentos da Coop em 2023.....	115
Tabela 2 –	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023.....	118
Tabela 3 –	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023.....	119
Tabela 4 –	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023.....	120
Tabela 5 –	Distribuição das despesas de consumo.....	213
Tabela 6 –	Entidades beneficiadas pela Coop em 2023.....	245

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD	Demarcação que originalmente contava com São Paulo (Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C)
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ACC	<i>Central Co-operative Agency</i>
C.W.S	<i>Co-operative Wholesale society</i>
COOP	Cooperativa de Consumo
COOPER	Rede COOPER: a nossa cooperativa
CRAISA	Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo Andréa
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICV	Lei do Imposto sobre Vendas e Consignação
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos trabalhadores sem teto
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
RATES	Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	COOP, COOPERATIVISMO DE CONSUMO E AS CAMADAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	30
1.1	A Coop e o Cooperativismo de consumo.....	30
1.1.1	<u>O que é o cooperativismo de consumo?</u>	30
1.1.2	<u>Coop – Cooperativa de consumo: gênese e evolução</u>	36
1.1.3	<u>A gestão de Antonio José Montes – 1996 até os dias atuais.....</u>	44
1.2	A Coop e as camadas analíticas do espaço geográfico.....	58
1.2.1	<u>Sistemas de objetos.....</u>	59
1.2.2	<u>Sistema de ações</u>	64
1.2.3	Forças produtivas	67
1.2.4	<u>As relações sociais de produção.....</u>	71
2	A COOP COMO PONTO DE INFLEXÃO ESPACIAL COOPERATIVISTA NA FORMA SOCIAL CAPITALISTA.....	77
2.1	Desvendando o ponto de inflexão espacial: da Revolução Agrícola ao surgimento da forma social capitalista.....	79
2.1.1	<u>Revolução Agrícola, trabalho excedente e forma social</u>	79
2.1.2	<u>A Revolução Social: Transformando o Destino do Trabalho Excedente dentro de uma Forma Social</u>	86
2.1.3	<u>A evolução da técnica e o nascimento da forma social capitalista</u>	91
2.2	A natureza revolucionária do cooperativismo de consumo e a Coop como ponto de inflexão espacial cooperativista.....	103
3	AS ORIGENS DO COOPERATIVISMO DE CONSUMO	122
3.1	O cooperativismo de Robert Owen	122
3.2	Os Pioneiros de Rochdale e a formação do movimento cooperativista.....	130
3.3	Os princípios de Rochdale.....	137
3.4	A apropriação do espaço produtivo pelos Pioneiros da Rochdale e a formação da C.W.S.....	143
3.4.1	<u>A C.W.S. e o controle da navegação comercial.....</u>	146

3.4.2	<u>A apropriação do espaço produtivo pela C.W.S</u>	149
3.4.3	<u>A C.W.S. e a participação no capital financeiro.....</u>	157
4	A COOP E A “INSURGÊNCIA ALIENADA”.....	163
4.1	Práticas insurgentes e alienação.....	163
4.2	O engajamento da Coop nos tipos de práticas insurgentes.....	180
4.2.2	<u>A Coop e a “territorialização em sentido amplo”.....</u>	185
4.2.3	<u>A Coop e a “refuncionalização/reestruturação do espaço material”</u>	190
4.2.4	<u>A Coop e a “Ressignificação de lugares”</u>	193
4.2.5	<u>A Coop e a “construção de circuitos econômicos alternativos”</u>	199
4.2.6	<u>A Coop e a “construção de redes espaciais”</u>	205
5	VALOR DE USO, VERTICALIZAÇÃO E GOVERNANÇA NA COOP.....	211
5.1	As cooperativas de consumo e a busca pelo valor de uso.....	211
5.2	A importância da apropriação do espaço produtivo pela Coop: limites e possibilidades.....	219
5.3	Governança na Coop.....	236
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
	REFERÊNCIAS.....	251
	ANEXO A.....	260
	ANEXO B.....	261
	ANEXO C	263

INTRODUÇÃO

O adensamento do espaço geográfico pela técnica promove o surgimento de novos objetos técnicos que são animados por ações e que também as influenciam. Essas ações e a construção desses objetos, em última instância, sempre têm origem nos cérebros humanos. A evolução técnica do espaço é responsável pela substituição de tarefas, até então realizadas massivamente por humanos, as quais agora são exercidas de forma otimizada por novos objetos técnicos, liberando uma quantidade massiva de trabalhadores. Singer acredita que:

os robôs, o computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adianta lamentar-se por eles. Estes ganhos de produtividade do trabalho beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso técnico para tentar manter seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato e melhor (2018, p. 118).

O potencial de ter todos esses cérebros liberados para criar novas técnicas que transformem a forma que nos relacionamos com o planeta e entre os próprios seres humanos é imensurável. A dita Quarta Revolução Industrial, que conecta inteligência artificial e tecnologias de internet móvel, demonstra que, apesar do progresso, “a ideia de que a criação de empregos pelas novas tecnologias compensará essas perdas é ‘pura fantasia’” (HARVEY, 2016, p. 104).

Essa nova condição, em que muito mais cérebros humanos estariam liberados de serviços mecânicos, poderia potencializar uma grande evolução técnica em áreas essenciais para a humanidade, garantindo uma melhor qualidade de vida para a população. Porém, não é o que ocorre. Apesar de essa evolução ser uma realidade, as relações sociais de produção – e, com isso, estamos nos referindo a uma relação de propriedade – tornam-se um entrave no momento em que o lucro da forma social capitalista gera uma acumulação de capital nas mãos dos proprietários, excluindo dos trabalhadores o controle dos meios de produção, por conseguinte, de uma parte produtiva do espaço geográfico. Para Harvey:

a principal contradição que a concepção marxista tradicional de socialismo/comunismo deveria resolver é aquela entre o aumento inacreditável nas forças produtivas (amplamente entendidas como capacidade e potencialidades tecnológicas) e a incapacidade do capital de utilizar essa produtividade para o bem-estar comum, em razão de seu comprometimento com as relações de classe vigentes e seus mecanismos associados de reprodução, dominação e controle de classes (2016, p. 93).

Substituído pelas novas técnicas incorporadas ao espaço geográfico, uma grande parcela dos trabalhadores observou sua força de trabalho – uma mercadoria diferenciada do capitalis

mo ser cada vez menos buscada pelos capitalistas, seus compradores. Não é que essa mudança de demanda apenas desvalorize a mercadoria força de trabalho, mas pode torná-la inútil, individualizada nas mãos dos trabalhadores que, sem ter para quem vender, são levados à condição de descartáveis.

O que fazer com um grande contingente de humanos que não servem à reprodução do capital? Bauman identifica como *refugo humano* uma parcela da população que não serve aos interesses da ordem vigente, pois:

a produção do refugo humano, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os ‘excessivos’ e ‘redundantes’, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’ ou ‘indesejáveis’) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de ‘ganhar a vida’ e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência) (BAUMAN, 2005, p. 12).

Nesse sentido, há uma ilusão da renda básica universal como solução para o problema do desemprego estrutural, idealizada por muitos neoliberais, e que, em princípio, pode parecer uma contradição para os defensores do estado mínimo, mas, em última análise, é um mecanismo de segurança para a manutenção da forma social capitalista. Manter trabalhadores que não têm mais para quem vender a sua força de trabalho com o mínimo possível para sobrevivência – enquanto a classe capitalista usufrui do máximo das capacidades produtivas da humanidade – e evitar grandes agitações que coloquem em risco a estrutura de propriedade do capital, ainda mais quando conseguem convencer esta mesma população que ser mantida a conta-gotas é uma dádiva, tendo em vista que devem ser gratos aos donos do capital por lhe darem a chance de sobreviver, torna-se uma ótima estratégia para os capitalistas.

Em uma relação pessoal, essas condições poderiam ser classificadas como um relacionamento abusivo, em que o abusado não apresenta capacidade de reconhecer a violência que sofre. Além disso, com o crescimento das redes sociais, a alienação somada à manipulação pode recrudescer ódios e perseguições fomentadas por grupos de extrema direita, esses que apresentam dissonância com outros grupos de capitalistas, como as outras discussões com pouca ênfase na economia, por exemplo. Segundo Harvey:

as transformações causadas no trabalho e na vida social pela contrarrevolução neoliberal, que começou a ganhar impulso no mundo capitalista avançado no fim da década de 1970, tiveram efeitos devastadores sobre amplos segmentos da população. Eles foram deixados

para trás e convertidos em descartáveis e dispensáveis por uma combinação de mudanças tecnológicas e deslocalização produtiva. Perdidos num mundo de desemprego prolongado, deterioração da infraestrutura social e perda de solidariedades comunitárias, alienaram-se profundamente, entregaram-se em grande medida a ressentimentos passivos, alternados por eventuais protestos violentos e aparentemente irracionais (2016, p. 125).

O Estado, na forma social capitalista, apesar de ainda manter importância setorial na luta dos trabalhadores, apresenta papel muito limitado quando nos referimos a uma transformação nas relações de produção, pois a garantia da propriedade privada desses meios de produção ocorre justamente a partir do monopólio da violência exercido pelo Estado. A depender do grupo político que dirige o Estado capitalista, a violência utilizada pode variar.

O Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo, apesar da luta pelo valor de uso da terra, pode ser taxado como movimento social, ou, dependendo de quem controla o poderio estatal em todas as esferas de poder, ter seu *status* jurídico modificado de movimento social para grupo terrorista, aumentando a repressão sobre ele e sobre as políticas de acesso às terras no país. A atual contrarrevolução neoliberal de 1970 coloca o Estado capitalista com uma pauta cada vez mais privatizante e de austeridade, que aumenta sua capacidade de garantir os interesses dos capitalistas em detrimento dos trabalhadores, tal qual ocorreu no Brasil com a reforma trabalhista, pauta dos capitalistas e não dos trabalhadores.

Agendas radicais, sejam revolucionárias ou reformistas, devem ser formuladas para impedir que a civilização se afogue na contradição entre uma propriedade privada insensível e desregulada e poderes estatal-policiais cada vez mais autocráticos e militarizados que se dedicam a dar apoio ao capital, e não ao bem-estar das pessoas (HARVEY, 2026, p. 58).

Dessa forma, é primordial encontrar uma alternativa que possa seguir em um caminho de emancipação e que lute contra as dinâmicas de apropriação capitalista, ao mesmo tempo que apresente relativa autonomia em relação ao Estado capitalista.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza e sua Geografia Libertária também apresenta a ideia de superação do capitalismo, mas, diferente mente de uma visão leninista, o autor não enxerga no Estado o pilar dessas mudanças, pelo contrário, as raízes anarquistas da Geografia Libertária combate a centralização e a burocratização do Estado, seja ele socialista ou capitalista, ao mesmo tempo em que combate as relações sociais de produção da forma social capitalista. A forma como a luta libertária ocorre de forma horizontal e de baixo para

cima a partir das comunidades locais é irremediavelmente oposta à tomada do Estado por parte dos socialistas que buscam a superação do capitalismo de baixo para cima. Ao mesmo tempo, autores libertários continuam enxergando o Estado, seja ele capitalista ou socialista, como forma de opressão e encaram a autogestão e o dia a dia das pessoas, em suas comunidades e no seu cotidiano, como a verdadeira forma de superação do capitalismo, enquanto os socialistas enxergam na tomada do Estado pelos trabalhadores a transição para uma forma social que supere o capitalismo. Apesar dessas divergências irremediáveis, existem pontos de confluência entre a leitura marxista do capital e a visão libertária: por exemplo, a superação do capitalismo, que conta, aqui, com o combate à mais-valia e o lucro; a propriedade privada dos meios de produção, e a superação de um Estado capitalista, tendo em vista que essas regras, com seu aparato jurídico e policial, podem caminhar juntas em uma pesquisa que investigue pontos espaciais na qual a dinâmica anticapitalista esteja presente. Para Souza:

a questão, sem resvalar para o velho “estadocentrismo”, é a de saber combinar o “apesar do Estado” com o “contra o Estado” da maneira mais radical e fecunda possível – sem esquecer da habilidade de, quando for conveniente e factível (isto é, quando não estiverem envolvidos seríssimos riscos de cooptação, enquadramento e proliferação do oportunismo), lançar mão do “com o Estado”, como o eventual acesso a fundos públicos ou a tentativa de exercer alguma influência sobre a produção legislativa estatal, na quantidade de um expediente tático. Mas não é o “com o Estado” que, de um ângulo libertário, deve ter a precedência estratégica (SOUZA, 2017, p. 368).

Para Souza (2017), as práticas espaciais insurgentes são pontos espaciais que convergem à luta anticapitalista, ao mesmo tempo em que confrontam o Estado. Movimentos como o MTST estão dentro dessa concepção e já foram estudados intensamente pela Geografia, contribuindo muito para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Consideramos que existe uma lacuna nas pesquisas acadêmicas no que se refere às dinâmicas espaciais que representam lutas anticapitalistas que partem da comunidade e das necessidades do cotidiano dessa população. Essa falta é preenchida pela investigação do cooperativismo de consumo, materializado sob a forma do objeto técnico, que é a cooperativa de consumo, como o caso da “Coop – Cooperativa de Consumo”, a maior cooperativa desse ramo da América Latina, que conta com mais de um milhão e novecentos mil cooperados e atuantes na Região Metropolitana de São Paulo, principalmente na região do ABCD Paulista. No entanto, como esta pesquisa chegou ao cooperativismo de consumo?

Ao entrar na graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense, aos 17 anos,

em 2001, o presente autor teve aulas com Carlos Walter Porto Gonçalves e Ruy Moreira, pesquisadores esses com elevadas críticas à forma social capitalista e que direcionaram, desde então, nosso pensamento. No mesmo período da graduação, uma reportagem transmitida em canal aberto demonstrou como uma empresa capitalista fez uma parceria com mulheres de alguma favela do Brasil para produzir roupas íntimas que seriam vendidas para a população da própria favela. Apesar de hoje não nos recordarmos especificamente o conteúdo da reportagem, na época, isso nos fez refletir sobre a população daquela comunidade, tendo em vista que ela iria consumir as roupas, mas não poderia ser proprietária das instalações e empregar a própria força de trabalho, repartindo entre toda a comunidade, já que todos precisariam comprar roupas íntimas em algum momento. O que seria o lucro que a empresa concentraria nas mãos de seus acionistas, na forma de produtos mais baratos?

Aquele pensamento, que partia de uma realidade, não apresentava sustentação teórica, mas nos fez pensar sob uma ótica em que os próprios consumidores poderiam controlar a produção do que consumiam. Tempos depois, ainda na graduação, deparamo-nos com alguns estudos que falavam sobre a atuação de cooperativas no campo brasileiro a partir das aulas do Prof. Carlos Alberto Franco da Silva. Ali, ocorreu a primeira proximidade acadêmica sobre como pequenos produtores se juntavam para ter maior poder contra as grandes empresas capitalistas. Ao mesmo tempo, a internet disponibilizava maiores informações sobre as cooperativas e seus ramos, fazendo com que, pela primeira vez, pudéssemos ter algum embasamento teórico sobre o cooperativismo de consumo, mas de forma muito superficial. Não havia informações da Coop, a maior cooperativa de consumo da América latina, mesmo atuando desde 1954. No ano de 2004, último da graduação, passei em dois concursos públicos para professor do ensino básico e um concurso privado, o que me afastou da vida acadêmica pela elevada carga de trabalho a que os professores são submetidos.

Em 2010, tentou-se voltar à Universidade (UERJ) para fazer o mestrado; as condições da época levaram ao tema da segurança pública, especificamente as UPPs. A Dissertação foi orientada por Miguel Angelo Ribeiro, que trouxe para a banca de defesa o Prof. Ulisses da Silva Fernandes, em 2013, o qual fez observações minuciosas, com críticas, elogios e sugestões, que serviram como interesse pelo trabalho do professor. Apesar disso, houve mais alguns anos fora da Universidade. Em 2019, surgiu interesse no Doutorado, e, sabendo do interesse do Prof. Ulisses pela temática dos movimentos sociais, foi iniciado um estudo sobre as favelas, o que, de alguma forma, recuperava o mestrado produzido anteriormente, que investigou a favela Santa Marta. Inicialmente, a investigação ocorreria sobre a atuação

do grupo AfroReggae na favela de Vigário Geral, especificamente com o programa AfroGames. No entanto, a ideia de estudar uma ONG, que tinha a sua atuação dependente de doações realizadas pelo próprio Estado e por empresas capitalistas, incomodou o presente autor.

As leituras mais aprofundadas de Harvey e o contato com a Geografia Libertária, a partir de Marcelo Lopes de Souza, fizeram repensar o projeto de pesquisa. Além disso, o AfroReggae mantinha um projeto de produção audiovisual que poderia ajudar a financiar o próprio movimento a partir das atividades realizadas pelo grupo. Tudo isso nos levou a repensar o cooperativismo de consumo de uma forma mais acadêmica. Ao contrário de 2004, as informações sobre cooperativas de consumo eram mais abundantes e a Coop, atuante na Região Metropolitana de São Paulo, já apresentava uma série de dados sobre as suas atividades. As obras de Paul Singer sobre o cooperativismo também estavam mais acessíveis e revelavam um grande mundo teórico a ser explorado sobre esse assunto. Isso nos fez mudar nossa pesquisa para o cooperativismo de consumo usando como base as ideias de Paul Singer, Marcelo Lopes de Souza e David Harvey.

Faltava ainda definir nosso recorte espacial. Inicialmente escolhemos a segunda maior cooperativa de consumo do Brasil, a COOPER, que atua no estado de Santa Catarina e possui diversas unidades distribuídas em vários municípios. A escolha foi feita devido à facilidade de pesquisa do autor, que tem toda família paterna morando no estado catarinense. No entanto, todos os contatos que fizemos com a referida cooperativa foram negativos para uma possível pesquisa. As dezenas de e-mails trocados diziam que a COOPER não poderia revelar seus planos estratégicos, pois isso poderia prejudicar a sua atividade. Argumentamos que essas recusas feriam o 5º princípio do cooperativismo, que preza pela “educação, formação e informação” das cooperativas, mas nossa resposta continuou a mesma. Por fim, perguntamos ao menos se poderiam explicar como a COOPER atuava nos princípios cooperativistas, mas continuamos recebendo respostas negativas para a pesquisa.

Assim, debruçamo-nos sobre a maior cooperativa de consumo do Brasil, a Coop, localizada no ABCD paulista. Ao contrário da COOPER, todas as portas foram abertas para nossa pesquisa. No decorrer dos trabalhos, fizemos uma visita em que percorremos toda a sede da cooperativa, com possibilidade de realizar entrevistas com cada uma das lideranças dos setores, como Recursos Humanos ou o setor de Marketing, além de visitas liberadas a todas as unidades. Além disso, foram realizadas entrevistas com o atual diretor executivo,

Pedro Mattos, o atual Presidente do Conselho de Administração, José Antonio Montes, e o ex-diretor executivo e atual consultor da OCB para cooperativismo de consumo, Marcio Valle. Todos deixaram claro que qualquer dúvida que surgisse após a entrevista poderia ser esclarecida com eles por meio de novos contatos, o que foi feito, incluindo acesso pessoal deles.

Existem muitas pesquisas na Geografia que envolvem as práticas das cooperativas no espaço geográfico, como na UNESP de Presidente Prudente, UEM, UEL, UFGD, entre tantas outras, que apresentam relevância para o cooperativismo e a Geografia. Porém, existe uma lacuna nos estudos acadêmicos no Brasil sobre o cooperativismo de consumo e a atuação dessas cooperativas no espaço geográfico. Esse é um dos grandes desafios da tese, que não pôde contar com estudos específicos sobre cooperativismo de consumo no Brasil e precisou buscar em obras estrangeiras as raízes do cooperativismo e as práticas que esses apresentaram historicamente no espaço geográfico.

A presente tese se justifica pela necessidade de investigações sobre o cooperativismo de consumo e a sua potencial apropriação anticapitalista verificada pela Coop na Região metropolitana de São Paulo. A investigação dessas práticas pode fornecer novas capacidades da luta anticapitalista não apenas pelas cooperativas, mas por movimentos sociais que podem se apropriar do cooperativismo de consumo para ampliar suas lutas emancipatórias frente à

dinâmica capitalista. A lacuna preenchida pelo trabalho aqui desenvolvido vai além da formulação de uma nova literatura geográfica que abre caminho para novas pesquisas, mas contribui para as lutas sociais contemporâneas.

Assim, apoiamo-nos em uma fundamentação teórico-conceitual, que utiliza uma gama de autores que têm em comum a luta anticapitalista, apesar de apresentarem entre si uma série de conflitos que serão explorados por nós ao longo de toda a tese e que justificam uma de nossas estratégias passíveis de críticas, mas que, ao nosso ver, são fundamentais: as citações diretas. Em um determinado momento, por exemplo, colocaremos as ideias de Milton Santos em confronto com as de Gerald Cohen para, a partir dessa disputa, formularmos a nossa ideia. Essa dinâmica ocorrerá ao longo da tese com os vários autores que utilizamos como referencial teórico-conceitual e acreditamos que formular nossas ideias sem que os leitores pudessem ter acesso às palavras, mesmo que recortadas de um contexto, dos autores, seria menos eficiente.

A interpretação da interpretação para a formação de uma nova interpretação nossa

poderia dar menos credibilidade às formulações. Assim, colocamos as citações diretas de ideias que entendemos como fundamentais para conceitos como o “ponto de inflexão espacial cooperativista” ou o “paradoxo da insurgência alienada”¹, além das várias passagens em que a ideia do autor era fundamental para o debate. Também priorizamos as citações diretas nas entrevistas para que os leitores tenham a maior proximidade possível com a questão empírica da pesquisa.

Paul Singer é um dos pilares de nossa pesquisa, mesmo que seja para refutar muitas de suas ideias. Para ele, as revoluções nem sempre querem dizer algo repentino e violento, como bem nos lembra em sua obra *Utopia Militante* (1998). A revolução social capitalista, por exemplo, ocorreu de forma lenta, iniciando na acumulação de capital pelas trocas comerciais até a sua conclusão com a Revolução Industrial na Inglaterra, acarretando um modelo de produção em que os trabalhadores, impossibilitados de adquirir as novas máquinas dotadas de elevado valor, eram esmagados pela concorrência das fábricas capitalistas que detinham esses equipamentos, fazendo com que o capital ficasse cada vez mais concentrado na mão de um número cada vez menor de detentores dos bens de capital (DOBB, 1983).

Enquanto revolucionário, o capital era resistência diante dos interesses dos modos de produção que o antecederam. Quando ele passa a ser hegemônico, acaba enfrentando atores que, agora, são resistência. Essas resistências originam a “revolução social socialista”, que não se deve confundir com a “revolução política socialista”. Essa foi materializada na tomada do Estado de maneira repentina e violenta pelos trabalhadores, enquanto aquela ocorre a partir de instituições anticapitalistas, como sindicatos e cooperativas, que procuravam pressionar e concorrer com o capital (DOBB, 1983; SINGER, 1998).

Quando expropriados de seus meios de produção e submetidos a condições de vida degradantes, os trabalhadores se revoltam contra as máquinas fazendo do *ludismo*² um movimento considerável na Inglaterra, mas pouco eficiente para os trabalhadores. Assim, George Cole (1944), Holyoake (1933) e Redfern (1913) serão fundamentais para analisar as dinâmicas que surgem a partir de Robert Owen e que chegarão até à formação da

¹ Os dois conceitos colocados entre aspas foram desenvolvidos pelo autor da presente tese.

² Como expresso por Osvaldo Coggiola (2010, p. 11), a respeito das primeiras lutas operárias, mesmo antes da Revolução Industrial: “formas de organização semelhantes adotou o movimento de ‘destruidores de máquinas’, que se desenvolveu a partir de meados do século XVIII, com tal força e extensão que levou o Parlamento britânico a sancionar em 1769 uma lei que punia a destruição de fábricas e máquinas com a pena de morte. Muitos trabalhadores foram executados, o que não impediu que o movimento ganhasse enorme amplitude entre 1811 e 1817, já então conhecido como ‘luddita’ (do nome de Ned Ludd que, aborrecido com seu patrão, quebrou a marteladas os teares da oficina deste e tomou-se símbolo lendário, além de líder, do movimento)”.

cooperativa de consumo de segundo grau chamada de C.W.S. Owen, um grande industrial e filantropo, o qual não enxergava essas novas máquinas como obstáculo aos trabalhadores, pelo contrário, acreditava que as novas tecnologias, caso fossem apropriadas pela comunidade e não ficassem restritas às mãos de poucos capitalistas, poderiam aumentar vertiginosamente a qualidade de vida dos trabalhadores que, ajudados pelas máquinas, poderiam se dedicar mais às atividades que não fossem laborais.

Assim, Owen usou sua propriedade para materializar as “Aldeias Cooperativas”, nas quais os próprios trabalhadores teriam controle sobre os meios de produção. Ele ainda usou seu prestígio para canalizar investimentos diversos em seu projeto, visando, a longo prazo, reduzir os gastos nacionais para combater a pobreza. No entanto, não foi entendido pelos grandes capitalistas, que viram em suas ideias não apenas uma forma de combater a pobreza, mas também de promover mudanças estruturais dentro da dinâmica capitalista que poderiam prejudicá-los a longo prazo. De qualquer forma, sua iniciativa deu origem a uma série de outras cooperativas que se tornaram, juntamente aos sindicatos, a forma mais forte de luta anticapitalista no século XIX. Confrontados, os capitalistas se aliaram fortemente a um Estado que lhe é subserviente, enfraquecendo o movimento sindical ao proibir e punir a associação de trabalhadores e criando um que enfraquece as cooperativas, as quais ficam impossibilitadas de absorver e prover a subsistência de tantos trabalhadores demitidos (HOLYOAKE, 1933; REDFERN, 1913; COLE, 1944; SINGER, 1998). Depois de serem alvos das empresas capitalistas e do próprio Estado, as ideias de Owen percorrem o tempo e a distância até que, em 1844, encontraram solo fértil na cidade de Rochdale, na Inglaterra, na qual a Cooperativa Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, que era de consumo, criou princípios cooperativos tão fortes que ainda hoje são a base de todas as modernas (HOLYOAKE, 1933; REDFERN, 1913; COLE, 1944; SINGER, 1998).

Rochdale não se isolou do ambiente capitalista como as “Aldeias Cooperativas” de Owen sugeriram, mas se enraizou dentro de um campo capitalista em que, apesar de não obter lucro, o que contraria a essência capitalista, utilizava todas as técnicas administrativas empregadas pelas melhores empresas capitalistas do ramo. Essa abordagem resultou no grande sucesso da Cooperativa de Consumo de Rochdale. O crescimento de Rochdale foi tão rápido e significativo que acabou incorporando cooperativas de diversos tipos à sua cadeia comercial, servindo não apenas como ponto de escoamento de alguns produtos, mas também como a principal responsável pela formação de uma grande cooperativa de segundo grau, a C.W.S. Esses empreendimentos incorporados fizeram com que as cooperativas de consumo dominassem o comércio varejista na Inglaterra do século XIX e

apresentassem grande força no início do século XX em outros países. As cooperativas de consumo transcenderam sua função inicial meramente comercial, incorporando ao seu negócio atividades de transporte e plantações, verticalizando sua atuação (HOLYOAKE, 1933; REDFERN, 1913; COLE, 1944; SINGER, 1998).

Inspiradas pelo modelo de Rochdale e difundidas globalmente, as cooperativas de consumo passaram por um processo de evolução próprio, repleto de histórias de sucesso e de fracassos (HILSON, 2017). Segundo Singer (2002), a diminuição da importância das cooperativas de consumo em alguns países pode ser atribuída às mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial. Com a massificação do uso do automóvel na Europa, as famílias passaram a se deslocar para áreas mais distantes de suas residências para realizar suas compras, o que favoreceu a ascensão dos hipermercados e a concentração do grande capital. Esses estabelecimentos, devido à sua escala de vendas, suplantaram diretamente muitas cooperativas locais na Europa, que, por estarem defasadas em termos de tecnologia e adotarem um modelo mais personalizado de comércio varejista (e, conseqüentemente, com custos mais elevados), acabaram sucumbindo ou sendo compelidas a se fundir com cooperativas maiores, perdendo, assim, sua identidade local em prol da competitividade. No entanto, como ressalta Hilson (2017), embora essa dinâmica tenha impactado na competitividade de algumas cooperativas, principalmente as menores, as cooperativas de consumo não desapareceram; ao contrário, elas se adaptaram aos novos tempos e cresceram substancialmente.

No Brasil, por exemplo, a Coop surge em 1954 e é vanguarda para os serviços de varejo durante muitas décadas na cidade de Santo André (SP) e municípios das redondezas (MEDICI, 2004). As cooperativas de consumo funcionam como supermercados na distribuição varejista, mas apresentam diferença em sua estrutura societária, pois não apresentam um capitalista que absorve o lucro das operações, mas visam o valor de uso da distribuição para seus cooperados, sem o objetivo do lucro. As sobras, dinheiro adiantado pelos cooperados para as operações e devolvidos no final de determinado período, podem ser utilizadas para aumentar a atuação da Cooperativa na comunidade com modernização e abertura de novas unidades.

Charles Gide (1910) e Rosa Luxemburgo (2020) acreditavam que essa dinâmica abrangente das cooperativas de consumo era muito mais eficiente na luta anticapitalista quando comparada às cooperativas de produção. Isso se deve não apenas à capacidade das cooperativas de consumo de escoar a produção cooperativista de forma protegida, mas também por serem mais democráticas em relação ao pertencimento dos

meios de produção. Em contraste, uma cooperativa de produção exclui todos aqueles que não participam dela da geração de riquezas e, de forma menos veloz que empresas capitalistas, também acabam concentrando as riquezas de forma privatizante.

As cooperativas de consumo são objetos técnicos que formam o espaço geográfico por meio de suas ações e influências. A ideia de Milton Santos sobre o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2002) orienta nosso entendimento de como a Coop se insere no espaço. No entanto, surge um conflito quando Santos tenta fundir esses conceitos com os de “forças produtivas” e “relações sociais de produção”. Para analisar esses dois últimos conceitos, recorreremos a Cohen (2013).

Ao investigar as relações sociais de produção, demonstraremos como a Coop pode modificar o espaço geográfico, formando um “ponto de inflexão espacial cooperativista”. O próprio uso do termo “cooperativista” é analisado por nós de forma disruptiva entre o cooperativismo de consumo e os outros tipos de cooperativas, utilizando para isso os pensamentos de Paul Singer, Rosa Luxemburgo, Marcelo Lopes de Souza, entre outros autores. A Geografia Libertária, especialmente com a contribuição de Marcelo Lopes de Souza, será essencial para analisar as práticas espaciais da Coop e as classificá-las com base no que consideramos os níveis de insurgência dessas práticas. O “municipalismo libertário” do neoanarquista Murray Bookchin (1992; 1995), embora não mencione diretamente as cooperativas de consumo, será relevante para entendermos como o cooperativismo de consumo pode contribuir para uma apropriação do espaço geográfico por essas cooperativas. Além disso, a governança da comunidade acaba tendo relação com a governança da Coop, o que será objeto de análise. Bookchin faz a seguinte análise sobre a municipalização da economia, já na segunda metade do século XX.

Uma política municipal, com base em princípios comunalistas, marca um avanço significativo sobre todas essas concepções ao conclamar para a municipalização da economia – e sua gestão pela comunidade como parte de uma política de autogestão. [...] A “propriedade” é integrada ao município como componente de material de um quadro cívico; de fato, como parte de um todo maior, que é controlado pelo corpo do cidadão em conjunto como cidadãos – e não como trabalhadores, agricultores, profissionais, ou quaisquer outros grupos de interesse especiais vocacionalmente orientados (BOOKCHIN, 1997).

A ideia de Murray Bookchin sobre a apropriação econômica da comunidade nos levou a relacionar a capacidade de verticalização da Coop com sua extensão para espaços que vão além da simples circulação, abrangendo também da produção industrial e agrícola, em consonância com o projeto de Charles Gide para o cooperativismo de consumo.

A partir das diversas visões teóricas, fundamentadas na leitura de Harvey sobre o

capital, formulamos a questão central que orientará nossa pesquisa: “como o cooperativismo de consumo da Coop, por meio de suas práticas espaciais, contribui para a apropriação anticapitalista do espaço geográfico na Região Metropolitana de São Paulo?”. Isso nos leva ao Objetivo Geral da tese, que é “analisar como o cooperativismo de consumo da Coop, por meio de suas práticas espaciais, contribui para a apropriação anticapitalista do espaço geográfico na Região Metropolitana de São Paulo”.

A partir desse objetivo geral, traçamos objetivos específicos que sustentarão nossa investigação ao longo da tese. O primeiro é “entender o papel da Coop - Cooperativa de Consumo - no espaço geográfico, com foco na gênese, evolução e impacto de sua presença na Região Metropolitana de São Paulo, utilizando as camadas analíticas do espaço geográfico (sistema de objetos, sistema de ações, forças produtivas e relações sociais de produção)”. Nosso segundo objetivo específico é “investigar o papel da Coop como um ponto de inflexão espacial cooperativista a partir da evolução do capitalismo e a condição diferenciada que o cooperativismo de consumo tem em relação aos outros tipos de cooperativas”. O terceiro objetivo visa “identificar as raízes do cooperativismo de consumo a partir de Robert Owen e Rochdale e sua apropriação histórica do espaço geográfico”. O quarto objetivo “avalia o grau de alienação e insurgência das práticas espaciais da Coop nas áreas em que atua”. O quinto e último objetivo é “analisar o potencial de apropriação do espaço geográfico da Coop a partir de sua verticalização e sua governança com potencial libertário”.

A partir dos objetivos específicos, formularemos nossos capítulos. O primeiro capítulo explicará o conceito de cooperativa de consumo, explorando tanto a empiria quanto a teoria. As entrevistas realizadas na Coop serão utilizadas, juntamente aos conceitos, principalmente de Charles Gide. Além disso, a história da Coop também será narrada. Na segunda parte do trabalho, situaremos a Coop conceitualmente no espaço geográfico, incorporando as ideias de Milton Santos e Gerald Cohen.

No segundo capítulo, demonstraremos como o cooperativismo de consumo, materializado no espaço, transforma-se em um ponto de inflexão espacial, no qual o trabalho excedente muda de direção entre as classes sociais. Para isso, mostraremos como esse trabalho excedente surge no espaço geográfico e como evoluiu até se tornar uma forma social capitalista. Destacaremos como a Coop e o cooperativismo de consumo desviam o trabalho excedente de maneira diferente das outras formas de cooperativismo.

No terceiro capítulo, analisaremos as origens das cooperativas de consumo a partir das ideias e práticas de Robert Owen e suas implicações no espaço geográfico, que culminaram no surgimento da Cooperativa de Consumo dos pioneiros de Rochdale, um modelo

moderno de cooperativa. Examinaremos os princípios que Rochdale utilizou como parte de seu sucesso e como a Cooperativa passou a verticalizar sua atuação para além do varejo, resultando na formação de uma cooperativa de segundo grau chamada de C.W.S, que se teve um forte impacto no espaço produtivo da época.

O quarto capítulo avaliará o grau de alienação e de insurgência da Coop com base nas entrevistas realizadas com cooperados e lideranças da Coop, apoiadas na ideia de práticas espaciais insurgentes de Marcelo Lopes de Souza. O conceito paradoxal de “insurgência alienada” surgirá dessas análises, demonstrando a presença da Coop como ponto de inflexão espacial cooperativista, mesmo que seus líderes e cooperados estejam alheios à função exercida pela cooperativa, que vai além de funções visíveis varejistas.

O quinto e último capítulo demonstra a verticalização da Coop e seu potencial como forma de apropriação e avanço de sua atuação para os espaços produtivos. Aqui, relacionamos as ideias de Charles Gide e de Bookchin, que convergem para uma apropriação da comunidade das formas econômicas. Sob a influência de uma Geografia libertária, analisamos também a Governança na Coop e como sua estrutura pode favorecer um controle maior dos cidadãos a partir de suas localidades e de seu cotidiano.

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, utilizando o materialismo histórico, para apreender como as práticas espaciais da Coop, que atua na Região Metropolitana de São Paulo, e do cooperativismo de consumo se desdobram no espaço. Para isso, utilizamos uma série de documentos disponibilizados pela própria cooperativa, como seu “Estatuto Social”, os “Relatórios Anuais”, além de informações obtidas no site da cooperativa e reportagens de jornais locais da região do ABCD paulista para observação da prática da Coop. Entrevistas disponibilizadas na Internet em plataformas como Facebook, Youtube e Instagram, realizadas com colaboradores da Coop e com cooperados, além das próprias redes sociais da Cooperativa, também foram utilizadas para compreender as práticas da Coop.

Essas informações sobre nosso objeto foram analisadas a partir de um referencial teórico comum que apresenta uma visão crítica e anticapitalista. Autores como Paul Singer, Marcelo Lopes de Souza, Cohen, Bookchin, Milton Santos, Cole, Dobb, Charles Gide, Harvey, Holyoake, Marx, Reclus, Redfern, entre outros, embora mantenham certas divergências, compartilham a crítica à forma social capitalista.

Além dos levantamentos documentais, realizamos entrevistas de campo. Essas entrevistas foram fundamentais para apreendermos a realidade que estávamos pesquisando, aproximando-nos essencialmente de nosso objeto. As entrevistas presenciais ocorreram entre os dias 18 e 21 de setembro de 2023 no entorno da sede da Coop, na Avenida Indústria I,

localizada no bairro Campestre, cidade de Santo André, Região Metropolitana de São Paulo, principalmente no Parque Celso Daniel, onde um número grande de pessoas circulava durante o dia, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 1: Área das entrevistas presenciais



Fonte: Cartograma elaborado pelo autor (2023).

Inspirados em Sposito (2022), elegemos entrevistas que variaram de acordo com o grupo de entrevistados. Ao todo, foram realizadas sessenta entrevistas semiestruturadas, divididas entre os seguintes grupos: não cooperados, cooperados, colaboradores operacionais (caixas, repositores *et al.*) e líderes de setores (gerentes de unidade e líderes de setor, por exemplo, perecíveis). Para cada grupo, havia um questionário que poderia ser adaptado de acordo com as respostas dos entrevistados e, possivelmente, se parecer apenas com uma conversa entre entrevistado e entrevistador. Os questionários estão no anexo da pesquisa. Todas as pessoas abordadas em nosso recorte espacial eram cooperados da Coop, o que fez com que nosso questionário para o grupo dos não cooperados não fosse utilizado.

O grupo dos cooperados contou com cinquenta e dois entrevistados. O grupo dos colaboradores operacionais contou com seis entrevistados, todos na unidade da Coop da Avenida Industrial. Dois líderes foram entrevistados na unidade da Avenida Industrial. Outras entrevistas ocorreram quando visitamos a sede administrativa da Coop, mas não foram realizadas a partir dos questionários, sendo conduzidas através de conversas informais que mantivemos com quase todos os setores da cooperativa.

Além das entrevistas presenciais, foram realizadas entrevistas remotas com cinco integrantes da Coop: a responsável pela área de responsabilidade social, Luciana Benteo

(2023); o ex-diretor executivo da Coop (2013/2022) e atual consultor da OCB no ramo do cooperativismo de consumo, Marcio Valle (2024); o presidente do Conselho de Administração da Coop, Jose Antonio Montes (2024); e o atual diretor executivo da Coop, Pedro Mattos (2024). Grande parte dessas entrevistas está transcrita ao longo da tese.

1 COOP, COOPERATIVISMO DE CONSUMO E AS CAMADAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O cooperativismo de consumo é uma prática que se estabeleceu no espaço geográfico de forma consistente a partir do século XIX. A partir daí, uma série de cooperativas de consumo passaram a compor o espaço geográfico como um objeto que foi delineado pelas próprias condições espaciais e, ao mesmo tempo que estabelecida, passou também a modificar o espaço em uma relação dialética. A apreensão teórica dessas cooperativas foi realizada por muitos autores, em especial o economista francês Charles Gide, que não apenas descreveu as cooperativas de consumo, mas formulou, a partir da realidade que encontrou no funcionamento dessas cooperativas, uma série de ideias que colocavam o cooperativismo de consumo como agente transformador da sociedade e da forma social capitalista.

Nascida na cidade de Santo André em 1954, a Coop – Cooperativa de Consumo – é um desses muitos pontos do espaço em que uma cooperativa de consumo funciona e, portanto, apresenta uma função dentro do espaço geográfico. A Cooperativa tem grande representatividade na região e sua história se mistura com a história do próprio crescimento da cidade. Esse estabelecimento no espaço inclui a própria Cooperativa em um sistema de objetos e de ações que passam reverberar no espaço como um todo. Para além dessa camada analítica, sua presença também repercute entre as relações sociais e nas forças produtivas. Essa presença da Coop no espaço geográfico e suas implicações nas várias camadas analíticas é o que veremos a seguir.

1.1 A Coop e o Cooperativismo de consumo

Vejamos agora o que é o cooperativismo de consumo e a COOP.

1.1.1 O que é o cooperativismo de consumo?

Imaginemos um grupo de consumidores que compra cotidianamente mercadorias em um supermercado capitalista, gerando um lucro a partir de uma mais-valia que, apesar

de ter sido gerada na esfera de produção, é absorvida pela facção comercial do capital, onerando o consumidor final. Esse lucro gerado a partir da compra local pode ser evadido para qualquer destino no planeta e não fica retido na comunidade. Para diminuir seus custos, o grupo de consumidores se reúne e forma sua própria estrutura de supermercado, não com intuito de gerar lucro, pelo contrário, pois almejam uma distribuição de produtos sem intermediários, adquirindo-os diretamente dos produtores e eliminando da equação a parcela do lucro que antes era destinada aos capitalistas comerciais, mas que agora pode ser transformadas em preços menores, melhores serviços prestados, mais variedade de produtos ofertados a um preço justo, entre outras melhorias que se mostram presentes em uma sociedade que busca o valor de uso das cooperativa de consumo materializado na distribuição de produtos.

Marcio Valle, que ocupou o cargo de Diretor Executivo da Coop – Cooperativa de Consumo –, entre 2013 e 2022, observa as semelhanças e as diferenças entre uma cooperativa de consumo e um supermercado capitalista da seguinte forma:

No primeiro olhar, a operação em si, é muito parecida. É uma empresa que vai na indústria, vai no distribuidor, traz os produtos para um local físico onde o consumidor vem se abastecer no nosso supermercado ou drogaria. As diferenças basicamente são duas. A primeira delas é societária, e isso o consumidor não é obrigado a saber. A societária é a diferença que nos permite depois de apurado todo o resultado, distribuir essas sobras que numa empresa não cooperativa se chama lucro, mas no nosso caso, nós distribuimos ou retornamos essas sobras ao cooperado na proporção da operação dele com a cooperativa, que é a lógica de qualquer cooperativa. Só que a constituição da cooperativa gera uma figura que não existe em qualquer outra empresa do mundo, que é a dupla qualidade do cliente-proprietário. O cooperado, ele é cliente quando ele está na loja se abastecendo, mas ele é o dono da cooperativa quando ele está na assembleia, decidindo, quando ele está exigindo da cooperativa um tratamento equânime, um tratamento honesto, ético. Ele não quer ser enganado. Então essa lógica societária, sem a gente perceber ou instrumentalizar muito, ela passa para a nossa forma de operar, a forma de nos relacionar com o cooperado. Então, se você vai numa cooperativa, a primeira impressão é que é um supermercado, mas se você, a partir do momento que você começa a conversar com o colaborador, você já vai ver a diferença, porque esse colaborador vai atender o dono da empresa, que por acaso, é você. Um segundo aspecto que também decorre automático disso é que você cria uma familiaridade. Como os cooperados são donos, e o colaborador também pode ser um cooperado e, portanto, ele tem uma tripla qualidade. Ele é empregado, dono e cliente. Então você tem no mínimo aí uma coincidência de objetivos. E a cooperativa, como ela não visa lucro, o atendimento é diferenciado, muito diferenciado. Ele é muito mais que um atendimento educado, cordial, ele é um atendimento de gente, de família. Um atendimento, onde a relação está acima de um atendimento cordial,

ela já é emocional. Ela é sentimental. Por quê? Justamente porque os cooperados é que estão ali (VALLE, 2020).

Toda essa dinâmica das cooperativas de consumo é formada inicialmente a partir do esforço de seus fundadores, que gastam energia nesse propósito e precisam acumular algum dinheiro inicial para abrir uma nova estrutura cooperativa que concorrerá com as empresas capitalistas. Isso ocorreu com os 28 tecelões de Rochdale, em 1844, que formaram a primeira cooperativa moderna do mundo, e também com os 292 trabalhadores da Indústria Rhodia em 1954, formadores da Coop – Cooperativa de Consumo. É bem verdade que, historicamente, uma das causas para o nascimento dessas cooperativas de consumo é o fato de não haver atratividade lucrativa para atrair empresas capitalistas às comunidades onde as cooperativas são formadas, inclusive, sendo essa lacuna uma das principais causas para a formação dessas cooperativas de consumo. Quando a comunidade onde a cooperativa de consumo é instalada passa a reter um maior número de capital e ser atrativa para essas empresas comerciais capitalistas, a competitividade faz com que muitas cooperativas de consumo passem por dificuldades por conta da concorrência do grande capital.

Isso é o que ocorreu, por exemplo, na região do ABCD, onde a Coop nasceu e atua com mais força. A região que sempre foi forte na parte industrial, desenvolvendo muitas atividades de serviço e comércio nos últimos anos, o que manteve mais a população na própria região. Essa retenção da renda levou uma série de *players* do varejo a se instalarem na região, fazendo assim com que houvesse aumento da concorrência. Ao mesmo tempo, levou a uma preocupação e a uma necessidade da Coop se manter competitiva na intenção de continuar com seu protagonismo na região, ajudando a comunidade a obter melhores serviços (VALLE, 2021a).

Caso essas cooperativas de consumo permaneçam competitivas dentro de um mercado com muitos *players*, seus produtos podem apresentar preços mais baixos ou melhores serviços, justamente por não buscarem o lucro. Nem sempre a abdicação do lucro é capaz de tornar as cooperativas de consumo competitivas em um cenário em que ocorre concorrência direta com gigantes varejistas, pois a escala de compras que um grande varejista capitalista pode realizar reduz o preço de seus produtos de forma significativa a ponto de, mesmo abdicando do lucro, seus concorrentes não conseguirem competir. Por isso, a necessidade de crescimento constante do varejo como uma corrida para ocupar todos os espaços e todos os modelos de vendas possíveis em um espaço de tempo cada vez mais curto. “O varejo de supermercado, se ele não crescer, assim como o varejo de drogaria, também, se não crescer ele morre. Ele vai ser atropelado por outras operações que vem”

(VALLE, 2021b).

Dessa forma, quando uma cooperativa de consumo entra em funcionamento, ela ocupa um espaço que, na forma social capitalista, seria naturalmente apropriado por empresas comerciais capitalistas. Essa ocupação cooperativista, através da apropriação de imóveis, dos equipamentos operacionais e da própria atividade que ela realiza, cria uma dinâmica espacial que tem por objetivo, em sua essência, entregar o valor de uso ao invés de servir para a acumulação capitalista, retendo as riquezas na própria comunidade, como observa o atual Diretor Executivo da COOP, Pedro Mattos:

aqui não tem o Sr. Coop que põe o dinheiro debaixo do braço e vai para a França gastar o dinheiro. Então, a gente fala, pensem no empreendimento cooperativo como um grande motor da economia regional. A gente no final do ano, mais do que devolver dinheiro, porque não é o objetivo da cooperativa receber mais e devolver, mas simplesmente ajustar as suas contas para garantir o crescimento, atendimento cooperado, a boa oferta de produtos. Mas a gente sabe que a gente deixa o resultado para as comunidade onde a gente está inserido. Pelo menos um terço do que a gente fatura, ou quase isso, fica nas regiões onde nós atuamos, seja pela folha de pagamento dos empregados que trabalham na Coop, seja pelos investimentos que a gente faz, seja pelos impostos que a gente paga, tudo isso fica retido na economia da região onde a gente está instalado. Não existe uma transferência de recursos daqui do Brasil seja lá para enriquecer quem quer que seja. A gente trabalha muito com nosso cooperado para que ele compreenda que fazendo negócios com a nossa cooperativa, ele está fazendo negócios com a economia da região (MATTOS, 2024a).

Para Paul Singer (1998), uma cooperativa de consumo ocorre quando grandes e médias empresas utilizam suas vantagens que, muitas vezes, surgem da monopolização de determinados espaços, para prejudicar e explorar os trabalhadores na forma de consumido res. Singer acredita que a resposta socialista para esse problema é a criação de cooperativas de consumo, que poderão lutar contra essa exploração. Apesar disso, ao longo da tese, realizaremos demasiados debates com Singer sobre sua visão de inferiorizar o papel das cooperativas de consumo frente às cooperativas de produção em relação à capacidade de transformação da forma social. O autor confere o seguinte destaque ao cooperativismo de consumo:

à medida que os cooperados controlam efetivamente a cooperativa, eles podem estar seguros de que não serão vítimas de propaganda enganosa, de fraudes na composição dos produtos que adquirem e na prestação de serviços que contratam. Por isso, as cooperativas de consumo são particularmente exitosas em ramos em que compradores adquirem serviços contínuos no tempo mediante contrato de longo prazo (SINGER, 1998, p. 123).

O economista francês Charles Gide foi um grande teórico do cooperativismo de consumo, analisando os seus limites e possibilidades. O professor do prestigiado *Collège de France* acreditava que as cooperativas de consumo apresentam papel muito mais significativo do que a simples venda no varejo. Ele caracterizava as Sociedades Cooperativas de Consumo da seguinte forma:

num sentido amplo, há uma sociedade cooperativa de consumo sempre que várias pessoas, sentindo a mesma necessidade, se associam por meio coletivo para satisfazê-la melhor do que poderiam fazer individualmente. Daí decorre que toda sociedade de consumo tem como objetivo a produção, já que para atender a qualquer necessidade é necessário produzir. Esta é de fato a finalidade da cooperação de consumo, mas na verdade ela só atinge isso em um estágio avançado de sua evolução. No início, ela se contenta em comprar o que é necessário para as necessidades de seus membros: ela é comerciante muito antes de ser fabricante (GIDE, 1910, p. 1-2, tradução nossa)³.

O cooperativismo de consumo, historicamente, pode envolver também a produção, como veremos no terceiro capítulo dessa tese, ao analisarmos o caso de uma cooperativa de segundo grau (cooperativa de cooperativas) chamada C.W.S e, também, no quinto capítulo, ao falarmos das potencialidades de verticalização da Coop no atual cenário em que se encontra. Porém, a produção controlada pelas cooperativas de consumo é uma questão, como bem afirmou Gide, que fica mais amadurecida quando a cooperativa atinge um elevado grau de resistência e eficiência frente aos seus concorrentes capitalistas. Nesse cenário, seus recursos podem ser investidos na verticalização e no engajamento de processos produtivos.

Assim, para Charles Gide, o cooperativismo de consumo, como ator de transformação da forma social, não pode ficar apenas na atividade de distribuição, mas deve seguir para outras atividades de produção.

Podemos dizer desde já que é pedindo aos cooperadores que renunciem toda ou parte das poupanças individuais resultantes da cooperação, ou pelo menos que deixem nos seus cofres as poupanças feitas anualmente, e empregar o capital coletivo assim constituído para criar fábricas, comprar terrenos, construir casas, cujas receitas pertenceriam naturalmente à cooperação - para que esta, em bola de neve, absorvesse

³ Livre tradução a partir do original em língua francesa: *en un sens large, il y a société coopérative de consommation toutes les fois que plusieurs personnes, ressentant le même besoin, s'associent par des moyens collectifs pour y donner satisfaction mieux qu'elles ne pourraient le faire par des moyens individuels'. Il résulterait donc de cette définition que toute société de consommation a pour but la production, puisque pour pourvoir à un besoin quelconque il faut produire? Et, en effet, c'est bien là la fin de la coopération de consommation, mais en fait elle n'y arrive qu'à un degré élevé de son évolution. Pour commencer elle se contente d'acheter ce qui est nécessaire aux besoins de ses membres: elle est commerçante longtemps avant d'être fabricante.*

pouco a pouco os instrumentos de produção e com eles , os lucros e as rendas que se apropriam até à data sob o regime da empresa individual. Não se trata de expropriar o capital já apropriado pelos capitalistas, mas de criar um novo capital. Os socialistas objetam que é quimérico acreditar que a classe trabalhadora será capaz de deduzir de seus salários, já insuficientes para viver, o suficiente para reconstituir um novo capital. Mas, no entanto, uma vez que admitem (além disso, não sem exagero, mas pouco importa neste caso) que todo o capital existente é apenas o produto do trabalho antigo e foi tirado dele, então por que não admitir que o novo trabalho, empregando o mesmo esforço, será capaz de reproduzir um capital igual e mantê-lo para si? E se o trabalho abandona doravante o velho capital para se dedicar apenas a vivificar o novo capital que é seu, então o velho capital se tornará pouco a pouco inútil, vazio e murcho como o casulo de uma crisálida depois que a borboleta voar (GIDE, 1910, p. 10-11, tradução nossa).⁴

O cooperativismo de consumo torna-se um instrumento usado pela comunidade em que está inserido para entregar um valor de uso em detrimento da busca do lucro. Seus cooperados não buscam acumular capital com a cooperativa, mas primam pela distribuição cooperativista que ocorre a partir de bons serviços e preços competitivos praticados pela cooperativa de consumo. Como está inserida em uma forma social capitalista, acaba sendo influenciada por essa dinâmica, por exemplo, quando as leis são modificadas por pressões de empresas capitalistas para prejudicar as cooperativas de consumo, como ocorrido com as mudanças da tributação no final da década de 1990, que prejudicou a Coop e será analisada no quarto capítulo desta tese. Ou quando grandes cadeias de supermercados utilizam seu vasto poder econômico para subsidiar preços nos espaços em que a Coop atua, prejudicando a Cooperativa.

Singer (2002), grande teórico da economia solidária no Brasil, entende que, dependendo do tipo de cooperativa e do modo como ocorre sua gestão, ela pode fazer parte da economia solidária ou não. Para ele, o modelo de economia solidária deve ter como

⁴ Livre tradução a partir do original em língua francesa: *mais nous pouvons dire tout de suite que c'est en demandant aux coopérateurs de renoncer à tout ou partie des économies individuelles résultant pour eux de la coopération, ou tout au moins de laisser dans ses caisses en dépôt les épargnes réalisées annuellement, et d'employer les capitaux collectifs ainsi constitués à créer des fabriques, à acheter des terres, à bâtir des maisons, dont les revenus appartiendraient naturellement à la coopération — en sorte que celle-ci, faisant boule de neige, absorberait peu à peu les instruments de production et avec eux les profits et rentes qui sont à ce jour appropriés sous le régime de l'entreprise individuelle. Il s'agit non point d'exproprier le capital déjà approprié par les capitalistes, mais de créer un capital nouveau. Les socialistes objectent qu'il est chimérique de croire que la classe salariée soit jamais en mesure de prélever sur ses salaires, déjà insuffisants pour vivre, de quoi reconstituer un capital nouveau. Mais pourtant puisqu'ils admettent (non sans exagération d'ailleurs, mais peu importe dans l'espèce) que tout le capital existant n'est que le produit du travail ancien et a été prélevé sur lui, alors pourquoi ne pas admettre que le travail nouveau, en déployant le même effort, pourra reproduire un capital égal et le garder pour lui? Et si le travail abandonne désormais le capital ancien pour s'employer à vivifier seulement le capital nouveau qui est sien, alors le capital ancien deviendra peu à peu inutile, vide et desséché comme le cocon d'une chrysalide après que le papillon a pris son vol.*

protótipo as cooperativas de produção. Mesmo assim, nem todas as cooperativas de produção são consideradas economias solidárias, já que algumas se inserem “na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza ” (SINGER, 2002, p. 21).

O autor acredita que quanto mais uma empresa apresenta em seu quadro trabalhadores assalariados e quanto mais o processo de gestão da empresa é realizado por assalariamento e com pouco envolvimento dos cooperados, mais a cooperativa se afasta de um modelo de economia solidária e se aproxima de um modelo híbrido entre modo de produção solidário e capitalista. Ao mesmo tempo, afasta as cooperativas de consumo do modelo solidário ao afirmar que, quando o cooperativismo chega ao Brasil:

tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo eram em geral por empresa e serviam para proteger os trabalhadores dos rigores da carestia. Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. As cooperativas agrícolas se expandiram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. Mas nenhuma destas cooperativas era ou é autogestionária. Sua direção e as pessoas que as operam são assalariadas, tanto nas cooperativas de consumo como nas de compras e vendas agrícolas. Por isso não se pode considerá-las parte da economia solidária (SINGER, 2002, p. 122).

Para Paul Singer, o cooperativismo de consumo se afasta do seu modelo de economia solidária e, no limite, nem podem ser considerados parte dele. O trabalho assalariado é uma realidade das cooperativas de consumo, tanto dos trabalhadores operacionais como caixas e repositores, como os gestores da cooperativa, como ocorre com a Coop. O debate sobre cooperativismo de consumo e as ideias de Paul Singer ocorrerão durante toda a tese e diversas vezes apresentam conflitos irreconciliáveis.

Assim também ocorrerão debates sobre as próprias contradições do cooperativismo de consumo materializados na Coop. O trabalho assalariado e a governança da Cooperativa estão incluídos nessas contradições a serem debatidas ao longo da tese. Assim, para aprofundarmos o debate sobre o cooperativismo de consumo, é preciso entender mais a fundo como a “Coop – Cooperativa de Consumo –” surge no cenário brasileiro e quais os desafios que ela passou na sua construção na Região que ficou conhecida como Grande ABCD, em São Paulo.

1.1.2 Coop – Cooperativa de consumo: gênese e evolução

No ano de 1953, a Indústria Rhodia, do ramo químico e têxtil, estava situada na cidade de Santo André, estado de São Paulo. Um de seus funcionários era Alfredo Fogarollo, chefe do departamento pessoal que morava na Lapa, bairro localizado na cidade de São Paulo, e realizava diariamente o trajeto Lapa-Santo André para ir trabalhar. Ao mesmo tempo, Fogarollo mantinha sob a sua responsabilidade um restaurante que servia aos funcionários da Rhodia em Santo André, e percebeu que as compras particulares que ele fazia para a sua família na Cooperativa de Consumo da Lapa tinha valor muito menor dos praticados nas empresas comerciais de Santo André para abastecer o restaurante (FERRIANI, 2023).

Conversando com outros funcionários da Rhodia, como Waldomiro Ferreira Gomes e Dormando Rodrigues Teixeira, começaram a pensar na possibilidade de abrir uma cooperativa de consumo nos moldes da Cooperativa da Lapa como forma de baixar, não apenas os preços praticados no restaurante, mas também ajudar os funcionários da Rhodia, que sofriam com a falta de opções de compras em Santo André e com os elevados preços praticados na cidade (FERRIANI, 2023; MEDICI, 2004). Fogarollo⁵ afirma que:

era um círculo vicioso. Os operários pediam vales para pagar o açougue, a padaria, a mercearia. E quando recebiam, o dinheiro não era suficiente para cobrir o resto das despesas. Estavam todos sujeitos aos preços abusivos dos comerciantes, e não tinham como fugir deles (FOGAROLLO, 1981 *apud* MEDICE, 2004)⁵.

Pouco tempo depois, em maio de 1954, uma reunião de alguns funcionários das Indústrias Rhodia criava a Coop, na época, batizada de “Cooperativa de Consumo dos Empregados das Companhias Rhodia, Rhodiaceta e Valisère”, entrando em atividade em outubro, com as vendas da primeira mercearia (FERRIANI, 2023; MEDICI, 2004). Foi necessário reunir 292 funcionários da Rhodia – os fundadores – para constituir a Cooperativa que, depois de criada, ofereceu preços menores aos seus cooperados. Um galpão usado outrora pela Antártica foi alugado pela Cooperativa, que contou com a ajuda financeira da empresa Rhodia, para além das quota-partes que os fundadores tiveram que depositar para dar início à Coop (FERRIANI, 2023; MEDICI, 2004).

A participação da indústria Rhodia ia além de empréstimos, mas também cedia

⁵ Nesta citação, há uma entrevista que consta na obra de Medice (2004) em que Fogarollo é citado na obra. A revista é Cooperhodia em Revista, dez. 1981, nº 50.

muito de seus funcionários para a construção física da Cooperativa, como nos revela em entrevista, seu fundador, Milton Ferriani:

então todo mundo começou a trabalhar, fazer prateleira. Lembrando que a Rhodia facilitou, a Rhodia facilitou bastante a criação da Cooperativa, tanto é que pessoas da Rhodia iam montar prateleira e arrumar o que fosse necessário, isso sem custo para a cooperativa. A Rhodia ajudou. Porque para você formar a Cooperativa, tinha que comprar, tinha que ser sócio. Para ser sócio, você tem que depositar um dinheiro. Então, a Cooperativa tinha já um capital. Porque se a reunião foi em maio, ela só abriu em outubro, já tinham dinheiro, e a Rhodia custeou a diferença, e não foi pouca coisa, não. Mas tudo custava menos também. Não é o preço de agora. Então a Cooperativa começou assim, começou inclusive com esse idealizador, meu chefe, ele foi o gerente de compras, o primeiro. Formou-se a diretoria, ele foi o primeiro, e ele comprava as coisas no escritório da Rhodia onde nós trabalhávamos. Então os vendedores iam lá, ele fazia as compras dele (FERRIANI, 2023).

Havia interesse da Rhodia em fornecer aos seus funcionários uma melhoria na qualidade de vida a partir de uma bagagem que a Europa, em particular a França, já carregava sobre as cooperativas de consumo. No entanto, podemos analisar também de uma outra forma. Quando as indústrias, setor em que se concentra o trabalho produtivo da economia, é pressionada a pagar salários mais altos para seus funcionários por conta do aumento do custo de vida que a área onde está instalada apresenta, isso faz com que a mais-valia seja menos retida entre os industriais.

Os comerciantes instalados na mesma praça das indústrias acabam absorvendo uma parte do capital que se destinaria a essas indústrias. A partir do momento que o custo de vida dos trabalhadores industriais diminui por conta, por exemplo, de alimentos mais baratos que eles passam a comprar, a pressão salarial também é aliviada. Para a Rhodia, ter seus funcionários morando em local com custo de vida mais baixo implicaria em menor pressão salarial. Essa disputa entre facções do capital para cooptar a mais-valia percorre toda história da forma social capitalista. Harvey explica essa dinâmica da seguinte forma:

a parcela do valor e do mais-valor que resta depois que o trabalho e o Estado retiram suas partes respectivas é dividida entre as várias facções do capital. Capitalistas individuais recebem, por motivos que avaliaremos mais adiante, uma parte do valor e do mais-valor total de acordo com o capital que eles adiantam, e não de acordo com o mais-valor que geram. Parte do mais-valor é absorvida pelos proprietários na forma de aluguel de terrenos e imóveis, ou como licenças e *royalties* por direitos de propriedade intelectual. Daí a importância das atividades de *rent-seeking* no capitalismo contemporâneo. Capitalistas comerciantes também retiram sua parte, assim como os banqueiros e os financistas. [...] Cada um dos agentes citados reivindica uma parcela do mais-valor na forma de lucro sobre o capital industrial, de lucro sobre

o capital comercial, de renda sobre as terras, imóveis e outras formas de direitos de propriedade e de juros sobre o capital-dinheiro (HARVEY, 2018, p. 29- 30).

O papel do cooperativismo de consumo nessa disputa do capital será analisado mais a frente, visto que, em última instância, sua presença pode possibilitar tanto um resgate pelos trabalhadores da mais-valia, que seria absorvida pela facção comercial do capital, como também pode facilitar uma certa retenção dessa mais-valia pelo capital produtivo.

Para o fundador e ideólogo da Coop, Brasil Marques do Amaral:

a Rhodia entendeu o cooperativismo, talvez olhando o lado do interesse dela, o lado comercial, mas entendeu. E sempre ajudou, mesmo que, à época, o cooperativismo na França não estivesse tão desenvolvido. Num outro momento muita gente observou, erradamente. “A Cooperativa nasceu porque está dentro de uma empresa estrangeira”. Ou então: “Foram os franceses que fizeram a Cooperativa”. Nada disso. A nossa Cooperativa nasceu dos esforços dos funcionários da Rhodia, e com o apoio da empresa” (AMARAL *apud* MEDICE, 2004, p. 23)⁶

Posta em funcionamento, a Cooperativa ganhava a forma de um grande armazém de secos e molhados, com entrega em domicílio, no qual o trabalhador recebia dois ou três dias após o pedido (MEDICI, 2004). “Dentro da história de Santo André, a Cooperativa foi como uma bomba explodindo. Mexeu com a cidade. Tornou-se uma reguladora do mercado” (CONSTANTINO *apud* MEDICE, 2004, p. 37)⁷. Isso significa um embate direto com os concorrentes da Cooperativa que, não podendo ter os mesmos preços da Cooperativa, batiam na tecla de que os cooperados da Rhodia emprestavam seus cartões para amigos que também faziam as compras na Cooperativa de forma ilegal, esvaziando o comércio local. “Isso fez com que a Associação Comercial pusesse pessoas, fiscais, na porta da Cooperativa e interpela va: “Você é sócio? Tem cartão?” (FERRIANI *apud* MEDICE, 2004, p. 39), mas não adiantava muito.

A Cooperativa punia seus cooperados, dependendo da quantidade de vezes em que fosse pego emprestando seu cartão, mas a dinâmica do empréstimo continuava ao ponto de ser realizada uma reunião, em 1956, na Associação Comercial de Santo André, que atribuía à isenção de impostos que a Cooperativa tinha ao prejuízo gerado aos comerciantes locais (MEDICE, 2004, p. 46)⁸

Naquela época, as cooperativas de consumo eram isentas dos impostos e tinham um preço muito menor que seus concorrentes que, somado ao fato de não precisarem de lucro,

⁶ Entrevista contida no texto de Medice, 2004.

⁷ Entrevista de Antonio Constantino citado no texto de Medice, 2004.

⁸ Esta é uma notícia publicada pelo Correio Paulistano de 29 de jan. 1956, que está citada na obra de Medice, 2004.

poderiam praticar preços muito menores que seus concorrentes.

A legislação federal e a Constituição paulista já reconheciam nas cooperativas de consumo um instrumento de justiça social. Faltava o aval municipal. Quando a Câmara Municipal de Santo André aprova projeto de lei isentando as cooperativas de vários impostos municipais e a Prefeitura promulga a lei [1958], os dirigentes da COOP exultam e respiram mais aliviados, em especial naqueles momentos em que o comércio estabelecido pressionava esses mesmos órgãos governamentais contra a Cooperativa (MEDICI, 2004, p. 56).

A luta dos comerciantes continuava. Em 1962, duzentas assinaturas foram entregues pelo deputado Leôncio Ferraz Junior ao governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto, em protesto contra as cooperativas de consumo, em especial a Coop. As manifestações estavam dos dois lados, para os que atacavam as cooperativas e para os trabalhadores que viam nessas cooperativas de consumo uma forma de melhorar a qualidade de vida (MEDICI, 2004, p. 72). Entre o manifesto dos comerciantes, temos o seguinte fragmento, afirmando que:

entre o manifesto dos comerciantes, temos o seguinte fragmento afirmando que: a razão principal deste protesto, Sr. Governador, diz respeito à Cooperativa de Consumo dos Empregados das Companhias Rhodia, Rhodiaceta e Valisère, sendo esta a que conta com a maior variedade de artigos, e que vende a maior número de estranhos (MEDICE, 2004, p. 72).⁹

Já entre aqueles que defendiam o funcionamento da Cooperativa, temos essa carta aberta publicada em jornal de grande circulação da época:

a diretoria da Associação de Amigos das Vilas Unidas de Santo André vem por meio desta protestar energicamente contra a atitude do deputado estadual Leôncio Ferraz Júnior, que está contra os trabalhadores de Santo André e a favor dos tubarões desta cidade. [...] Que houvesse não só em Santo André, mas em todo o Brasil ou mundo afora cooperativas iguais as das companhias Rhodia. Assim teríamos menos exploração e uma vida melhor (MEDICE, 2004, p. 72-73)¹⁰.

A resistência das cooperativas frente aos seus concorrentes comerciais em relação aos impostos durou bastante tempo, muito em função da pressão popular que via nas cooperativas de consumo uma forma de não contribuir com o lucro das empresas comerciais e, assim, ter preços mais baixos. Essa resistência começa a ser quebrada em 1966 quando a Lei do Imposto Sobre Vendas e Consignação (ICV) é substituída pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Muitas das cooperativas de consumo entram na justiça, mas sem se precaverem de uma possível derrota judicial. Quando perdiam, não havia

⁹ Manifesto dos comerciantes citado na obra de Medice, 2004.

¹⁰ Esta é uma carta aberta da entidade publicada no jornal "New Seller" de 01 jul. 1962, semanário esse lançado em 1958.

fundos que lhe garantissem o bom funcionamento financeiro. A Coop, ao contrário, criou uma reserva caso a derrota ocorresse, o que a levou a resistir enquanto muitas cooperativas acabaram em derrocada (MEDICI, 2004, p. 89).

A Coop, além de tributada, passou a ter um forte concorrente em sua área de atuação, em 1971. O Grupo Pão de Açúcar instalou o Supermercado Jumbo, bem no coração de Santo André. Para demonstrar a importância e o peso da instalação desse supermercado, o então Ministro da economia, Delfim Neto, participou da inauguração, que contou com muita publicidade (MEDICI, 2004, p. 120).

Em 1976, especificamente no dia 30 de junho, a Coop muda seu estatuto que passou a contar com cooperados do público em geral, acabando a restrição do Grupo Rhodia e de empresas conveniadas. Depois da mudança, o número de cooperados passou de 17 mil, em 1975, para 38 mil, em 1976 (MEDICI, 2004, p. 141). A natureza da livre adesão é um dos marcos do cooperativismo de consumo e que, como veremos posteriormente, serve de diferença das outras formas de cooperativas.

No ano seguinte, 1977, o crescimento continuou de forma acelerada, pois não está mais condicionado ao crescimento dos empregados da Rhodia, chegando aos 59 mil cooperados e fazendo com que o seu principal concorrente, o Grupo Pão de Açúcar, através do Jumbo, iniciasse uma tentativa de combate à Coop pelos fornecedores do varejo. Assim é narrado uma dessas tentativas de controlar os preços da Coop no seguinte trecho:

entre as crises cíclicas de abastecimento, a falta de leite no mercado. O leite condensado é muito procurado na Cooperativa. Preços vantajosos e uma opção para amenizar a falta de leite “in natura”. O diretor comercial da Nestlé procura o presidente Nestor Pereira.

- Estou com uma missão meio dolorosa para falar contigo.

- Não acredito. Você vai me mandar uma jamanta de leite em pó e condensado?

- Não, ao contrário. Tem um concorrente seu...

- Pode falar logo, é o Jumbo.

- É verdade, é o Jumbo. Com o preço do leite condensado que a cooperativa está praticando, vocês estão atrapalhando o negócio dele.

- Não, não estamos. Ele visa o lucro, eu não. O que eu visio fazendo o preço do leite nesta escala é colaborar com o operário, que precisa de leite. O operário pega uma colher do leite condensado num copo d'água, dissolve, põe café. É café com leite para o filho dele. Por que vou tirar isso do coitado? Por que vou aumentar o preço? Tirar dele o ano inteiro para devolver no fim do ano. Essa é a lei do cooperativismo. Ela não visa o lucro. Prefiro dar vantagem no dia a dia, no mês -a-mês, até o final do ano. E o gerente da Nestlé mandou mais leite e tornou-se amigo e parceiro da Cooperativa (MEDICI, 2004, p. 144-145).

Assim como as indústrias têm interesse em reduzir o custo de vida de seus funcionários para diminuir a pressão por aumento de salários na disputa com a facção do capitalismo

comercial, muitas prefeituras também observam nas cooperativas de consumo uma vantagem econômica e social, por exemplo, a prefeitura de Mauá que solicita, em 1977, a abertura de uma unidade da Cooperativa no município (MEDICI, 2004, p. 146).

O crescimento acelerado da Coop fez com que, em 1980, a Cooperativa comprasse uma área de 11 mil metros quadrados espaço construído e 21 mil metros quadrados de área global em Santo André, Utinga, para poder estocar seus produtos em um momento de inflação elevada, e, também, para liberar as áreas dos supermercados, servindo como um grande centro de distribuição. A Cooperativa ocupava uma área cada vez maior, transformando todo o espaço ocupado em pontos em que o valor de uso se impõe sobre a busca do lucro.

Em 1981, já com 85 mil cooperados, a Coop chama a atenção de vários veículos de comunicação, entre eles a Folha de São Paulo, que faz um grande papel publicitário ao cooperativismo de consumo, realizando uma reportagem sobre como a Coop muda a dinâmica comercial na região do então denominado ABC paulista. A reportagem revela que:

no ABC, a existência de muitas cooperativas, algumas populares e outras fechadas e ligadas diretamente às empresas, acabou gerando vantagem para a população. A cooperativa funciona como termômetro de preços para o comércio de região, que não podem ser os mesmos adotados em São Paulo, por exemplo, o preço total é sempre inferior numa cooperativa. Entretanto, a grande concorrência entre os supermercados limita a formação de novas cooperativas. Seriam necessários pelo menos 5000 sócios, 1500 m² de área de venda e mais 1500 de área de estoque para criar uma cooperativa. Em seus 26 anos, a Cooperhodia não só vendeu produtos mais baratos como conseguiu criar um patrimônio que, em valores reais, atinge hoje (1981) Cr\$ um bilhão e meio, somente em imóveis. Sem contar as máquinas e equipamentos distribuídos pelas 5 lojas e 2 depósitos. Este patrimônio não nasceu diretamente do dinheiro do associado. A cooperativa não visa lucro. Sua margem de segurança é de apenas 8%. Vende os produtos pelo preço de compra acrescido dessa taxa, que é necessária para pagar funcionários, impostos, energia e manutenção dos equipamentos. Quando bem administrada, uma cooperativa pode apresentar um superávit no seu Balanço, gerado pela cobrança da taxa de segurança. No final do ano, se houver uma sobretaxa, o cooperado recebe o retorno equivalente às suas compras anuais. Não é lucro, é o dinheiro do associado que não foi utilizado e é devolvido. Mas o cooperativismo não é um empreendimento fácil. É uma verdadeira briga de foice no escuro. Para enfrentar a concorrência dos grandes supermercados, há grupos que chegam a pressionar fornecedores para não abastecer as cooperativas. A cooperativa não é vista como canal de distribuição pelo governo e isto já gerou grandes confusões. Quando houve o problema com a carne, foi criado um impasse: a cooperativa não podia receber carne fresca, porque não é açougue e tampouco carne congelada, porque não é supermercado. Funcionando com um sistema de autosserviço com caixas automáticas, seções dos mais variados produtos, lanchonetes, padaria com atendimento e até uma revista mensal distribuída gratuitamente, a

Cooperhodia não fica a dever nada para um sofisticado supermercado (MEDICE, 2004, p. 159)¹¹.

Em 1986, o congelamento de preços do governo Sarney gera um tsunami no setor varejista, e a Coop também foi arrastada pela política econômica nacional. Os “fiscais do Sarney” são altamente combativos, inclusive da Coop, mas foram percebendo que a Coop não tinha fins lucrativos, portanto sem motivos para burlar qualquer lei. Muitas vezes as mercadorias da Coop eram vendidas com margens negativas, principalmente a carne. Como a Coop vendia de forma correta e, não raro, com prejuízo, as filas para comprar na Coop eram tão grandes que chegou ser necessário distribuição de senha no período (MEDICI, 2004, p. 178).

A competitividade e a eficiência da Coop a puseram em posição de destaque na Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) que, em 1987, colocou a Cooperativa nas seguintes posições entre os varejistas nacionais: terceiro lugar em eficiência; segundo lugar em faturamento por metro quadrado de área de venda; terceiro lugar em faturamento por “Checkout”; décimo sétimo lugar no ranking geral, fazendo a Cooperativa ficar à frente em alguns quesitos do gigante do varejo, Grupo Pão de Açúcar (MEDICI, 2004, p. 179).

No mesmo ano, a Coop sentiu as margens negativas praticadas em suas prateleiras em função do tabelamento de preços do governo federal, mas essa situação foi revertida pela grande quantidade de cooperados que se uniram à Cooperativa e contrabalancearam os prejuízos (MEDICI, 2004, p. 180). Mesmo com tudo isso, a Coop conseguia entregar na média do conjunto de preços um valor 10% menor que o melhor mercado da região e, em 1989, a Revista Exame concede à Coop o prêmio de “Melhor Empresa do Ano no Segmento de Supermercados” (MEDICI, 2004, p. 185).

Em 1990, outra vez a Coop recebe da Revista Exame o mesmo prêmio de “Melhor Empresa do Ano no Segmento de Supermercados”, fazendo com que o Jornal do Brasil publicasse a seguinte reportagem:

uma ‘zebra’ ousada está mostrando às grandes redes de supermercados que conciliar preço baixo ao consumidor com rentabilidade não é tão inconciliável como parece. A ‘zebra’ é a Cooperativa de Consumo dos Empregados do Grupo Rhodia, que deixou para trás nomes sagrados como Carrefour, Paes Mendonça e Pão de Açúcar e, pela segunda vez consecutiva, despontou como a melhor empresa do setor de supermercados, em ‘Melhores e Maiores’, a publicação anual da Revista Exame. Sem ter o lucro como meta, o desempenho da Cooperativa a coloca na 15ª posição do setor e na 246ª no ranking das 500 maiores empresas privadas do país, com uma receita de US\$

¹¹ Este é um fragmento dos tópicos de uma reportagem sobre cooperativismo publicada pela Folha de São Paulo, em 6 de fev. 1981. Reportagem de Helo Caponi.

192 milhões de dólares em 1989. A liquidez da Coop é invejável: 1,73 (a média do setor é de 0,93). Sua rentabilidade (de 25,3%) deixa para trás a do Pão de Açúcar, Sendas, Bompreço, Real e Eldorado. Em produtividade é a quarta do setor. A Cooperhodia compra os 15 mil itens que coloca em sua rede dos mesmos fornecedores que as outras empresas do setor (MEDICE, 2004, p. 190)¹².

O crescimento da Coop fez com que outra cooperativa, que atuava em outras praças e que não conseguia tanta competitividade como ela, acabasse pedindo para ser incorporada. Foi o que ocorreu, em 1991, com a incorporação da Cooperativa de Consumo Popular da Região do ABC. Essa incorporação rendeu à Coop mais 46 mil cooperados e duas unidades em Santo André, uma na Avenida das Nações e outra no Centro da cidade. Um detalhe importante e que modificou muito a atuação da Coop depois dessa incorporação foi a introdução do negócio drogarias, pois as duas unidades de supermercados adquiridas apresentavam drogarias dentro.

1.1.3 A gestão de Antonio José Montes – 1996 até os dias atuais

Em 1996, há uma troca de presidentes. Antonio José Montes assume a presidência que fora ocupada durante 22 anos por Nestor Pereira. Essa é uma característica da governança da Coop, pois 28 anos depois, o mesmo Montes continua presidente do Conselho Administrativo da Cooperativa, que é eleito pelos cooperados nas Assembleias Ordinárias. Montes leva consigo para fazer parte da diretoria executiva Márcio Francisco Blanco Valle, que se tornará, em 2013, o novo diretor executivo da Coop, até 2022.

A principal meta do novo presidente, em 1996, é modernizar a Cooperativa para que possa ser competitiva e isso inclui utilizar as práticas mais modernas do mercado. Para muitos, essa modernização pode soar como uma degeneração da Cooperativa ao se modelar ao capitalismo, mas para outros é o que manteve a Cooperativa viva até os dias de hoje. A modernização de cooperativas de consumo e sua adaptação às demandas de funcionamento do capitalismo é criticada por Paul Singer, que afirma há, nas cooperativas de consumo:

tentativa de bater o grande capital varejista com suas próprias armas só teve um resultado: a perda dos valores próprios do cooperativismo. Mesmo quando as cooperativas conseguiram se reformular, igualando-se

¹² Tópicos de uma reportagem sobre a Coop publicada pelo “jornal do brasil” em 20 set. 1990. Reportagem de Célia Chaim.

às gigantescas redes de lojas e hipermercados, garantindo sua parte do mercado, os consumidores nada ganharam com isso. Nem os empregados das cooperativas (SINGER, 2002, p. 59).

Apesar da crítica de Singer, a reformulação das cooperativas de consumo, a Coop, no mesmo ano que implementou mudanças com a entrada de Montes, passou a ter mais três unidades de drogarias. Ao final do ano, a Cooperativa apresenta aumento real de vendas de 7,18%, muito acima do segmento varejo, que foi de 2,61% (MEDICI, 2004, p. 208-213).

Em 1997, o projeto de modernização resolve modificar o logotipo da Cooperativa que, agora, “no lugar dos clássicos pinheiros verdes, surge uma elipse em vermelho e azul, para simbolizar o “C” de COOP e o “C” de COOPERADO” (MEDICI, 2004, p. 214). No entanto, não é apenas no logo da Cooperativa que as modificações ocorrem. Grande parte das lojas modificam o piso e a iluminação, para deixar a Cooperativa mais atrativa e poder competir com os supermercados capitalistas que se avolumam na região do Grande ABC. Além disso, a marca “COOP PLUS” é criada, uma marca própria da Cooperativa que não era produzida pela Cooperativa, mas comprada de fornecedores que colocavam a embalagem da Coop nos produtos, operando uma série de mercadorias que apresentam uma boa qualidade, mas com um preço menor que as marcas líderes. Apesar dessa nova marca criada, a Coop já comercializava café e arroz de marcas próprias na década de 1980 (MEDICI, 2004, p. 217).

Nem tudo foi positivo para a Coop no ano de 1997, pois o lobby dos supermercados capitalistas, que historicamente lutavam contra a Coop e seu bom desempenho nas praças em que eram concorrentes, consegue fazer com que o governo federal criasse uma medida provisória que colocava as cooperativas de consumo equiparadas com todos os outros supermercados capitalistas, ignorando completamente o fato de as cooperativas de consumo não terem lucro, sendo apenas uma sobra que os cooperados adiantam para as operações serem realizadas de forma planejada e sustentável. A tributação das cooperativas de consumo será trabalhada mais profundamente no quarto capítulo da tese, ao falarmos da Coop e das práticas insurgentes. Apesar de ganhar uma liminar contra a nova tributação em 24 de dezembro, alguns anos depois, essa liminar cai e a Cooperativa passa a operar como qualquer outra empresa capitalista (MEDICI, 2004, p. 219). Na verdade, o cooperativismo de consumo passa a ter desvantagens em relação às empresas capitalistas por conta do engessamento orçamentário que as cooperativas apresentam e que as suas concorrentes capitalistas não. Por exemplo, a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) de 5% das sobras, ou a Reserva Legal de 10%.

Em 1999, a Cooperhodia passa a se chamar apenas Coop – Cooperativa de

Consumo, e o estatuto da Cooperativa é mudado, ampliando o mandato do Conselho de Administração de três para quatro anos a partir das eleições de 2001 (MEDICI, 2004, p. 224). Neste mesmo ano, a Cooperativa vai na contramão do mercado de supermercados paulistas, que fecham com queda de 2,13%, enquanto a Coop cresce 1,08%, liderando o menor preço em 41 das 50 semanas da pesquisa da Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA) (MEDICI, 2004, p. 236).

Em 2002, a Cooperativa inicia um processo que marcará a Coop. No dia 4 de março, a Assembleia Geral aprova uma verba de 350 mil reais para ser distribuída a algumas entidades assistenciais em que a Coop tem unidades. Essa política representou aproximadamente 30 centavos de cada cooperado e continua a ser realizada até os dias atuais (MEDICI, 2004, p. 240).

O então ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, passou a ser o cooperado de número um milhão em uma cerimônia que expôs a marca Coop nacionalmente. Mais uma vez, no ano de 2004, com esta exposição, ganhou-se um maior nível popular nacional e até mesmo internacional. Em 1998, a Coop resolveu patrocinar o Esporte Clube Santo André que, em 2004, chega à final da Copa do Brasil contra o time mais popular do Brasil, o Flamengo. Tido como azarão, o time de Santo André, estampando o logo da Coop em seu peito, deixa mais de 70 mil flamenguistas decepcionados no Maracanã e outros milhões mundo afora, ao ganhar do Flamengo por 2 a 0 e garantir o título inédito.

Figura 2: Patrocínio da Coop na final da Copa do Brasil de 2004



Fonte: O GLOBO, 2004¹³.

¹³ SIQUEIRA, Igor. Maracanã 70 anos: o gosto de ser campeão na torcida visitante contra flamengo. O Globo, 2004. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/maracana-70-anos-gosto-de-ser-campeao-na-torcida-visitante-contra-flamengo-botafogo-1-24475884>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Em 2012, a Coop inaugura o primeiro posto de combustível. No entanto, apesar da atividade nunca ter sido onerosa à Cooperativa, foi descontinuada de 2022 para 2023, pois a política da Coop de focar em atividades específicas fazia com que os postos de combustíveis utilizassem uma energia da Cooperativa que, para sua administração, deveria ser concentrada nos supermercados e drogarias, como revela seu atual diretor executivo, Pedro Mattos:

tem muita gente querendo fazer tudo. Nós aqui na Coop decidimos que não temos mais postos de combustível. A gente cuida dele, mas ele vai tirando o foco estratégico. O negócio é o seguinte, no varejo, posicionamento é tudo. Se você estabeleceu um posicionamento, olhe para os atributos desse posicionamento e seja fiel. Ah, mas por isso eu não posso ter drogaria? Posso, mas olha para a drogaria como drogaria e trata ela como drogaria. Ah, eu posso ter posto de combustível? Posso, mas olha para ele como posto de combustível e cuida dos atributos deste negócio para fazer a entrega que o cliente espera. Problema nenhum de ter vários negócios, desde que você não queira ser um pato, que anda, nada e voa e não faz nada direito. Seja fiel a proposta de valor que você quer entregar ao cliente (MATTOS, 2024a).

Figura 3: Supermercado Coop



Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral de 2024, 2024.¹⁴

Já em 2013, a Coop investiu em drogarias de ruas¹⁵. O envelhecimento da população faz com que cresça a demanda de medicamentos e, junto a isso, um avanço na tecnologia e uma maior variedade de produtos estabelecem uma demanda de prevenção para

¹⁴ COOP. Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária 2024. Portal Coop, 2024. Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Anual-Coop-AGO-2024.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

¹⁵ Drogarias externas da COOP são abertas ao público. ABRAS, 2013. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/geral/35031/drogarias-externas-da-coop-sao-abertas-ao-publico>. Acesso em 20 de abril de 2024.

todas as idades dentro das drogarias. Dessa forma, a Coop acompanhou esse mercado de forma competitiva, com novas estratégias modernizadas que separam as drogarias dos supermercados, apesar de serem todos vinculados à Coop. Para Pedro Mattos, o crescimento acelerado das drogarias da Cooperativa é consequência das estratégias internas, por exemplo:

se a gente fala que o varejo alimentar, o varejo, é um animal diferente [referindo-se a diferença entre a sua atuação como diretor executivo da Coop, no varejo, e sua antiga função dentro de uma indústria], drogaria é um animal diferente do supermercado também. Então, enquanto a gente tinha as nossas drogarias sempre vinculadas a uma loja de supermercado. O supermercado acabava sendo uma restrição ao crescimento porque o mercado de drogarias cresce mais do que o mercado de supermercado. À medida em que a população envelhece, o espaço e o mercado de drogarias crescem a dois dígitos há muitos anos. Então foi a primeira consequência de um planejamento estratégico que a gente fez. Drogaria é uma unidade de negócio apartada. Ela tem as suas referências de mercado e ela viaja conforme o mercado drogaria. Supermercado é supermercado. Então a gente lá dentro da COOP, a gente trata os dois negócios e a gente sabe que existe uma sinergia, existe um *Cross Business* entre o supermercado e drogaria. O supermercado ele não pode ser um fator de restrição ao crescimento do negócio drogaria e aí os dois negócios começaram ter as suas vidas, dentro da mesma corporação, mas olhando os mercados e principalmente a jornada do cliente, que é totalmente diferente. Quem está indo em uma drogaria está num momento em que ele procura o medicamento, está tentando cuidar da saúde dele. É outra necessidade. Quando ele está no supermercado, ele está se abastecendo, é outra necessidade. *Tickets* diferentes, margem diferente, legislação diferente. Então, quando se fala em drogaria, o profissional farmacêutico, tudo isso é uma exigência e uma questão de responsabilidade. No supermercado, a história é outra. A gente quer encantar o que é o cliente. Na drogaria, o encantamento, ele tá vindo agora porque a drogaria tá se tornando cada vez mais um espaço de saúde, menos espaço de doença, né, de dispensar medicamento, mas você está muito mais vendendo o os dermocosméticos, a venda assistida, a assistência farmacêutica. Como é que você usa o medicamento? Como é que você monitora a tua pressão? Essas coisas. Então ele virou mais um espaço de saúde enquanto o supermercado é um espaço de convivência, né? Você não vai para farmácia para conviver, mas no supermercado você vai, você vai pra encontrar a gente, você vai para ter um tempo numa cafeteria, ou para se alimentar (MATTOS, 2024b).

Figura 4: Drogaria de rua da Coop



Fonte: COOP, 2024¹⁶

Para se adaptar aos novos tempos, a Coop muda seu modelo de negócios conforme observa as demandas de seus cooperados. Em 2024, podemos falar que a Cooperativa opta, além das drogarias, por um modelo consolidado de supermercados, e três pilotos que, para eles, apresentam grande expectativa de crescimento : o atacarejo; as lojas autônomas de condomínio ; e o modelo empório. Um desses modelos, o de atacarejo, apresenta como principal característica a venda de produtos sem muito sortimento – variedade – e sem muitos serviços dentro da loja que, junto a um fluxo e uma quantidade maior de mercadorias vendidas, diminuem o preço da mercadoria final.

Os custos devem ser baixos para que o produto também seja. A Coop entra nesse modelo

em São José dos Campos com a marca “Meu Atacarejo”, no ano de 2022, buscando justamente um grupo de cooperados que procuram preços em detrimento de outros serviços. A ideia da Cooperativa é lançar pilotos que podem, ou não, a partir dos resultados, terem continuidade. Apesar de o modelo manter uma boa resposta do cooperado e, portanto, dos

¹⁶ COOP Drogaria acelera revitalização de marca de suas unidades. **Guia da Farmácia**, 2022. Disponível em: <https://guiadafarmacia.com.br/coop-revitalizacao/> Acesso em: 5 abr. 2024.

resultados, a atual política da Coop é esperar para analisar melhor o movimento do mercado frente o modelo atacarejo.

Na realidade a gente entrou nesse piloto e a gente aprendeu muito. A gente aprendeu que o modelo não é mais o mesmo. É um modelo que está se transformando rapidamente. Ele vai ser de repente, o hipermercado do futuro, alguma coisa desse tipo. Ele está acrescentando serviços, ele está se diferenciando, não basta mais oferecer preço. Está virando um supermercado de grandes volumes. [...] E aí quando você começa a falar de formato, eu sou um atacarejo? Alguém precisa disso? Precisa de volume, preço baixo? Alguém está disposto a pagar o preço? O preço de um atacarejo é ter um nível de serviço muito baixo. Porque a lógica do atacarejo é uma lógica de custo de transação. Você está disposta a ficar na fila ou para pegar o carrinho? Você está disposto a comprar grandes volumes, que é para se beneficiar, sem luxos? Num certo momento da sua vida, pode ser que seja isso que você precisa, mas quando você se acostuma com aquilo e começa a ficar mais exigente, não é mais suficiente. Você não está mais disposto a pagar aquele preço [falta de serviços do atacarejo]. E aí, para que o teu formato consiga se diferenciar dos outros, você vai colocando serviços. A gente pode abrir outras [Meu Atacarejo], mas com parcimônia. A ideia é que a gente tenha em todas as praças. Porque em todas as praças a gente percebeu que tem clientes nossos que vão para essa jornada. Mas o nosso aprendizado também nos ensinou, vamos esperar um pouco, porque se esse formato está mudando tanto, por quanto tempo, por quanto tempo esse cliente está disposto a pagar esse preço (MATOS, 2024b).

Figura 5: Meu Atacarejo em São José dos Campos



Fonte: JORNAL JOSEENSE, 2024¹⁷

Outro modelo é o de lojas autônomas dentro de condomínios. Não apresentando funcionários presenciais, os condôminos compram as mercadorias e pagam em um sistema

¹⁷ COOP adere à campanha Marcas Campeãs. **Jornal Joseense**, 2024. Foto: MOREIRA, Rodolfo.

totalmente elaborado pela Coop. Não existe impedimento da Coop vender para clientes que não sejam cooperados, ou seja, o ato cooperativo não é praticado, mas os ganhos dessa venda devem ser utilizados integralmente na RATES. Sobre essas lojas autônomas de condomínios, Pedro Mattos afirma que:

a gente tem uma, chama-se “COOP AQUI”. Essa o piloto funcionou. E a gente já tem, alguns vários condomínios que nos procuraram querendo ter a sua lojinha, vai expandir. Que também tem um aprendizado. Muita gente acreditou que o que resolveria isso era tecnologia. Então tem gente que foi realmente vendendo plataforma para quem quisesse. É, funcionou durante algum tempo, mas o segredo desse negócio é logística também, é você manter o abastecimento. Você tem que abastecer. Você tem que ter regularidade. Você tem que ajustar o sortimento conforme a época do ano. Não é uma operação padrão. Você tem que aprender a operar esse bichinho. Se você for inflexível e quiser impor as mesmas regras de um supermercado ou operar uma lojinha dessa, não vai. Você precisa valorizar a tua escolha, tem que valorizar a margem. Você não vai colocar um produto talibã [produtos com preço baixo e qualidade muito abaixo do mercado] num formato desse. Você tem que garantir o controle de acesso. Você tem bebida alcoólica, você não pode deixar um menor entrar e fazer consumo. A nossa operação está rodando super bem. A gente não comprou tecnologia de ninguém. A gente usou a nossa tecnologia própria e funciona. E a gente está agora para 2024 planejando fazer expansão e crescimento do negócio. A gente vai crescendo bem. A gente sabe que para que esse negócio seja um negócio maduro, a gente precisa ter pelo menos 70 lojas, pelo menos em 3 anos a gente deveria estar aí. Mas se não atinge esse tamanho, se não atinge essa massa crítica, o esforço logístico não se justifica. Então a gente precisa ter uma operação mínima. Isso é mais ou menos como e-commerce. Você ficar ali remoendo um negocinho amador, ele não vira canal, não vira negócio (MATTOS, 2024b).

Figura 6: Unidade do Coop Aqui



Fonte: GIRO NEWS, 2023¹⁸.

Já o modelo de Empório carrega consigo uma demanda do cooperado que exige um serviço onde o preço não é o principal alvo, apesar de também ser importante, mas sim o sortimento e a qualidade do atendimento e serviços.

A gente olhou para o cliente, a gente percebeu que tinha uma demanda na segmentação, a gente percebe que tem um cliente que é cooperado, mas com uma frequência muito menor do que aquele poderia. E aí a gente foi entender por quê? Porque ele quer um sortimento diferenciado, né? Ele quer um sortimento que exige uma recorrência maior, é menos abastecedor e muito mais é de um sortimento de reposição com mais frequência, muito produto fresco, muito perecível e uma mercearia com importados e com produtos Premium. Praticamente é premium. A gente tem mercearia básica, não dá para não oferecer esse tipo de coisa. Talvez isso nos diferencie um pouquinho dos empórios tradicionais. A gente tem mercearia, mas a gente sabe que o cuidado com os rótulos de vinho é outro. A gente sabe que produtos importados têm espaço. É um modelo que veio para ficar, porque a gente sabe que existe essa demanda, não só em Santo André, mas em todos os lugares onde a gente está implantado, tem um potencial. A gente já tem lojas que a gente fala de uma segmentação super high, que tem um sortimento um pouco mais rico e que compartilham esse sortimento com empório, então, tem massa crítica e provavelmente terá muitas outras lojas empório, pelo menos uma em cada praça onde a gente está (MATTOS, 2024b).

Figura 7: Coop Empório



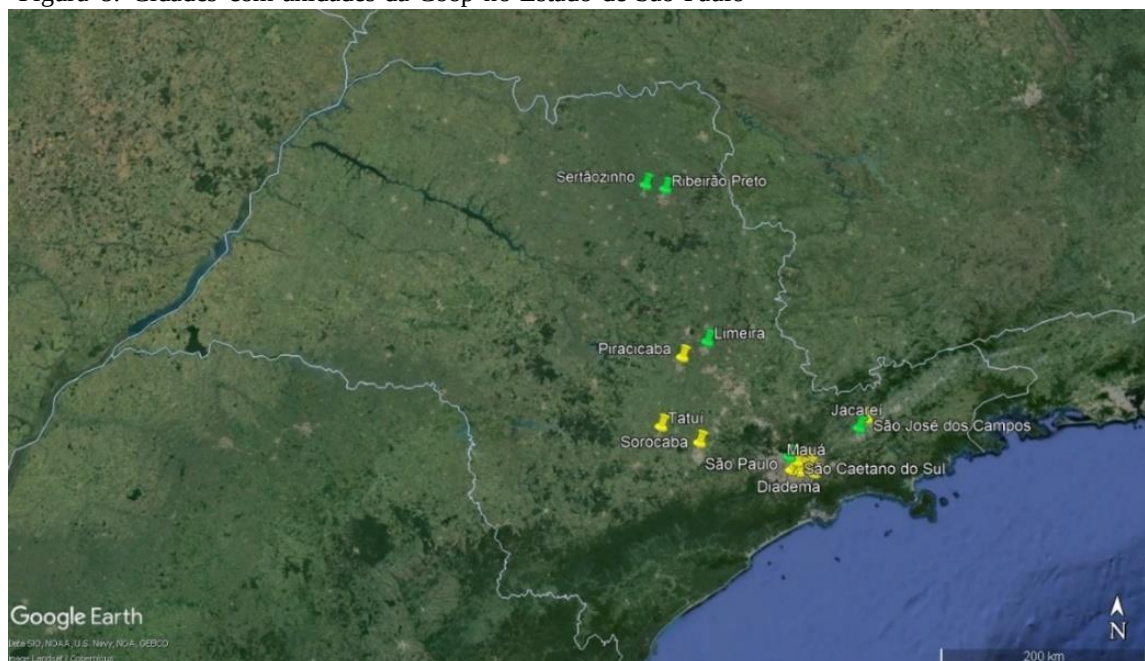
Fonte: Portal ABCAgora, 2023¹⁹.

¹⁹ Coop Empório é o novo conceito de negócio da rede varejista. **ABCAgora**, 2023. Disponível em: <https://www.abcagora.com.br/coop-emporio-e-o-novo-conceito-de-negocio-da-rede-varejista/> Acesso em: 10 abr. 2024.

Segundo o Ranking da ABRAS de 2024, a Coop é a 35ª maior empresa de varejo do Brasil, caindo seis posições em relação ao ano anterior, quando ocupava a 29ª posição. Suas unidades de varejo estão distribuídas por alguns municípios de São Paulo, mas a grande concentração está na sub-região sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente na cidade de Santo André, na qual está a sua origem. São 34 unidades de varejo alimentar e 73 unidades de drogarias (COOP, 2024).

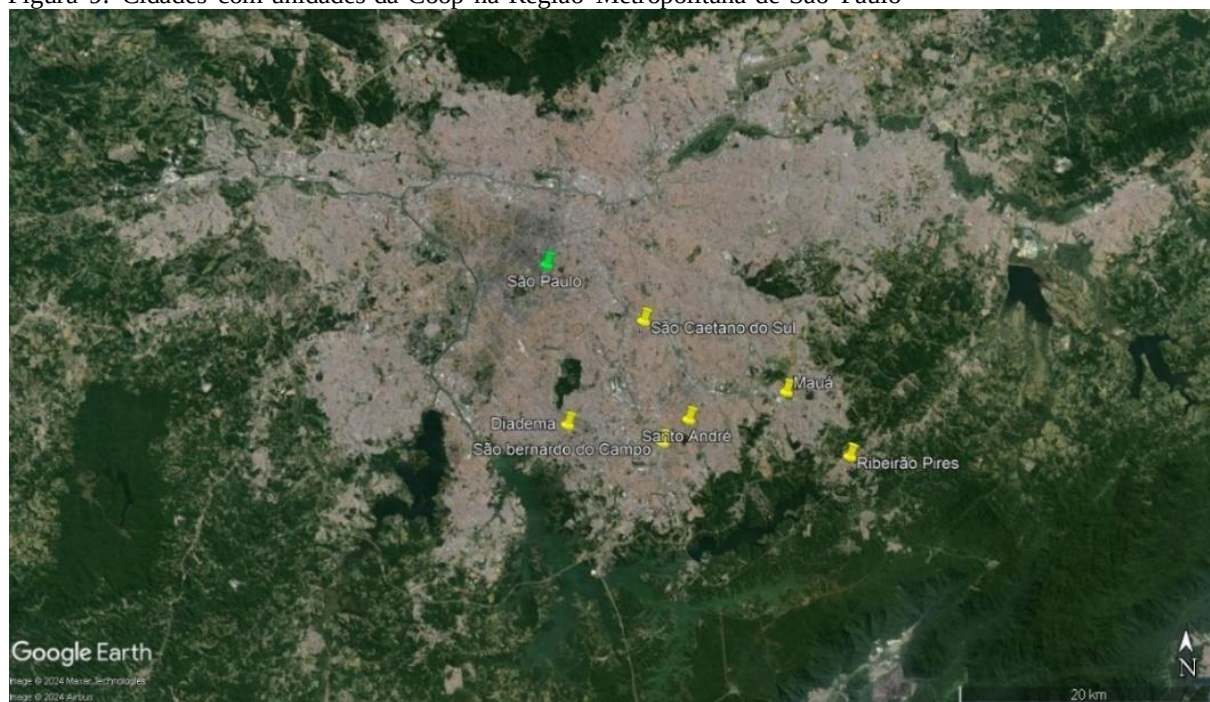
As duas figuras abaixo ilustram a localização da Coop no estado e na Região Metropolitana de São Paulo. Os pontos em amarelo representam as cidades onde existem supermercados e drogarias, enquanto os pontos verdes representam apenas cidades com drogarias e sem supermercados. As quantidades de unidades e suas representações de vendas, tanto de drogarias quanto de supermercados, estão representadas logo depois.

Figura 8: Cidades com unidades da Coop no Estado de São Paulo



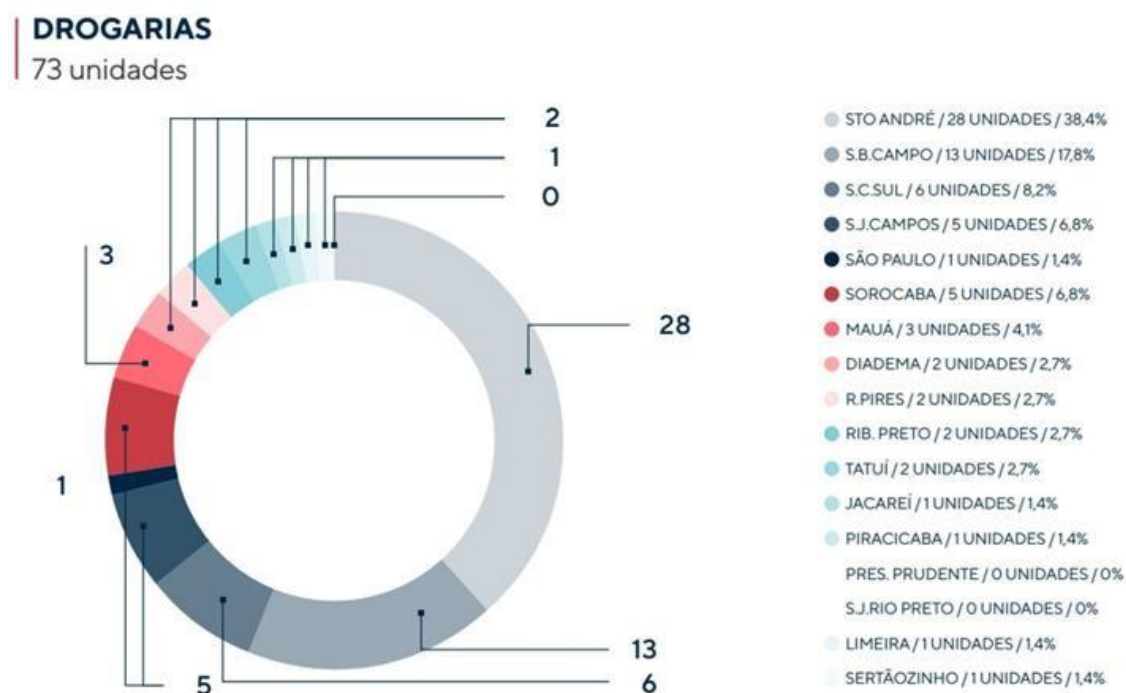
Fonte: Elaboração do autor a partir do relatório anual da COOP, em 2024.

Figura 9: Cidades com unidades da Coop na Região Metropolitana de São Paulo



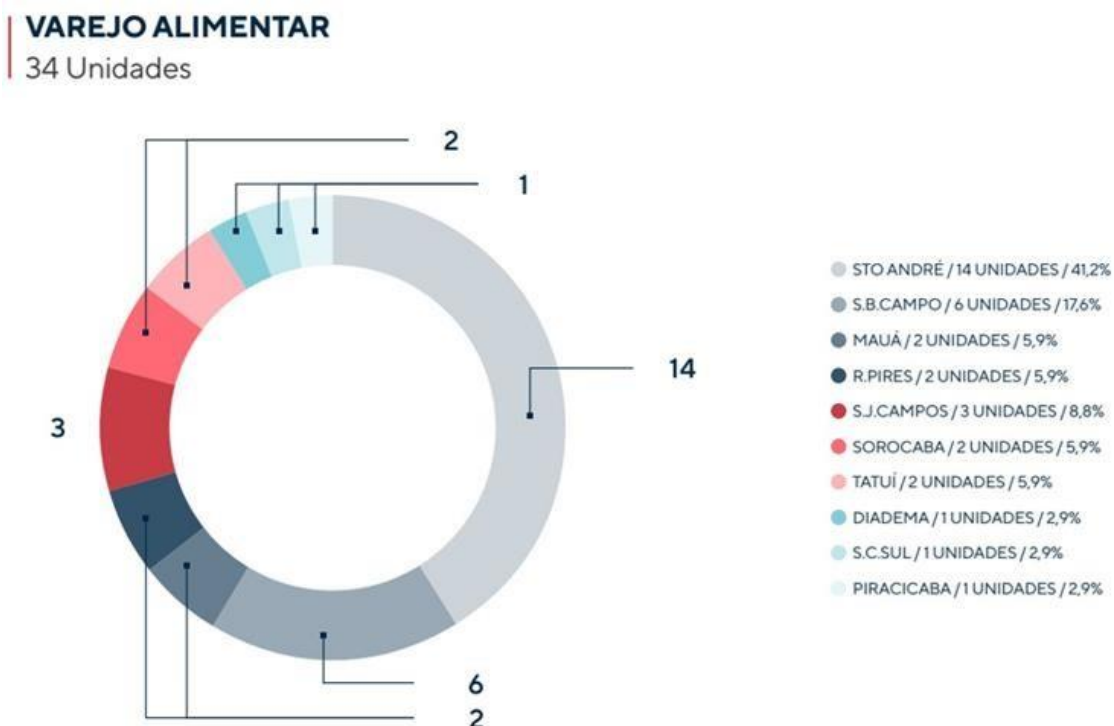
Fonte: Elaboração do autor a partir do relatório anual da COOP em 2024.

Figura 10: Distribuição das unidades de drogarias da Coop



Fonte: Relatório anual COOP, 2024.²⁰

Figura 11: Distribuição das unidades de varejo alimentar da Coop

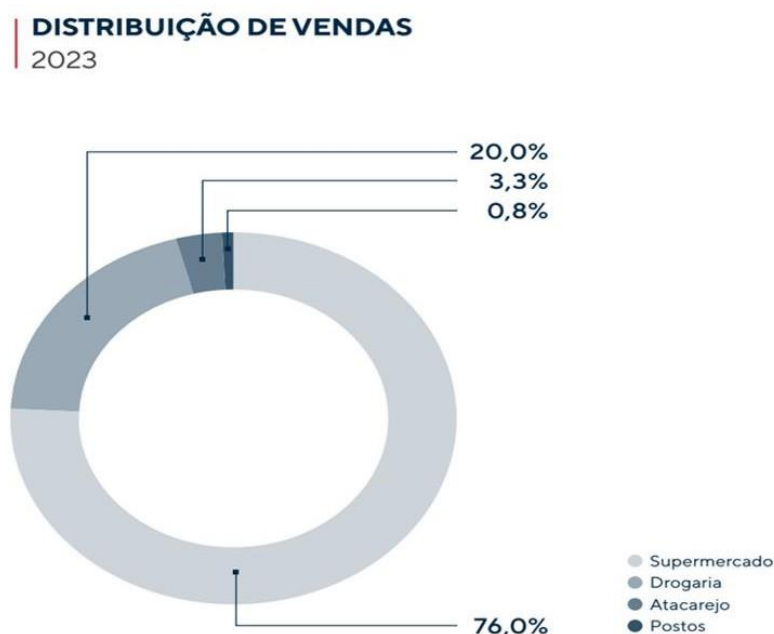


Fonte: Relatório anual COOP, 2024²¹

²⁰ Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária, 2024.

²¹ Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária, 2024.

Figura 12: Distribuição das vendas de acordo com o modelo de negócio - 2023



Fonte: Relatório anual COOP, 2024²²

Dentro do cooperativismo brasileiro, capitaneado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existe uma divisão de sete ramos. A Coop está inserida no ramo consumo junto aos outros segmentos como cooperativas educacionais, formadas por pais de alunos, e turismo, que totalizam 235 cooperativas.

Figura 13: Ramos do Cooperativismo brasileiro

RAMOS	AGROPECUÁRIO	CONSUMO	CRÉDITO	INFRAESTRUTURA	TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	SAÚDE	TRANSPORTE
NOVIDADES	Composto por: AGROPECUÁRIO + Cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural	Composto por: CONSUMO + TURISMO E LAZER (consumidores) + EDUCACIONAL (pais)	Sem alterações	Composto por: INFRAESTRUTURA + HABITACIONAL	Composto por: TRABALHO + PRODUÇÃO + MINERAL + TURISMO E LAZER (profissionais) + ESPECIAL + EDUCACIONAL (professores)	Composto por: MÉDICOS + ODONTÓLOGOS + DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Composto por: TRANSPORTE DE CARGAS + TRANSPORTE DE PASSAGEIROS + TRANSPORTE TURÍSTICO

Fonte: Sistema OCB/MT, 2024²³

²² Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária, 2024.

²³ Ramos do Cooperativismo. **Sistema OCB/MT**, 2024. Disponível em: <https://ocb.ocbmt.coop.br/cooperativismo/ramos-do-cooperativismo/5748> Acesso em: 10 abr. 2024.

Figura 14: Distribuição dos segmentos do ramo consumo



Fonte: Anuário Coop, 2023²⁴

É importante demonstrar o peso da Coop frente às outras cooperativas e segmentos de consumo. Ao compararmos certos números fornecidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), percebemos a hegemonia da Coop no ramo consumo, em 2023. Enquanto o ativo total do ramo consumo foi de 3,4 bilhões de reais, a Coop obteve no mesmo ano um total do ativo de 1,3 bilhão, ou seja, aproximadamente 40% de todo ramo consumo. Outros dados reforçam essa posição da Coop. O total de ingressos no ramo consumo foi de 6,3 bilhões, enquanto a Coop obteve aproximadamente 2,6 bilhões, representando 42% do setor. O capital social ainda é mais hegemônico, pois enquanto o total do ramo soma 486 milhões de reais em 2022, a Coop representa 52%, com um capital social de 251 milhões de reais. Essas proporções seguem um caminho muito parecido ao analisarmos número de cooperados, de empregados do setor, do recolhimento de impostos e salários e dos benefícios pagos aos colaboradores (COOP, 2023; OCB, 2023).

Para 2024, a pretensão da Coop é expandir suas unidades nas regiões em que já atua, iniciando a expansão dos modelos como o Empório, Atacarejo e Coop Aqui em todas as suas praças. As drogarias continuam em expansão, principalmente as drogarias de rua, assim como os supermercados (MATTOS, 2024b).

O ano de 2023 foi um ano de reestruturação, com algumas unidades de drogarias

²⁴ Ramos do Cooperativismo. **Sistema OCB/MT**, 2024. Disponível em: <https://ocb.ocbmt.coop.br/cooperativismo/ramos-do-cooperativismo/5748> Acesso em: 10 abr. 2024.

fechadas em razão de rentabilidade. Fora isso, outros fatores, explorados no decorrer da tese, levaram à Coop encerrar o ano tendo que retirar 47 milhões de reais do fundo de reserva legal, que existe para absorver esse déficit (COOP, 2024). Após apresentarmos a Coop e o cooperativismo de consumo, prosseguiremos com uma análise mais profunda das Cooperativas nas camadas analíticas do espaço geográfico.

1.2 A Coop e as camadas analíticas do espaço geográfico

Há várias formas de analisarmos o espaço geográfico, com muitas camadas a serem desvendadas de acordo com o interesse do pesquisador. A Coop, por exemplo, é um objeto técnico com ações que lhes são internas e externas. A visão de Milton Santos (2002) do espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações nos permite, entre outras coisas, incorporar a esse espaço as técnicas presentes tanto nas ações como nos objetos, entendendo que a evolução contínua dessa técnica modifica o sistema de objetos e ações, conseqüentemente, modificando as novas técnicas que se adaptam ao novo meio. Os sistemas de objetos e ações foram analisados por Milton Santos. Para além disso, acreditamos que existem camadas analíticas nessas ações e objetos. Entre essas camadas estão as relações sociais de produção e as forças produtivas, embutidas no espaço, logo, relacionando-se com sistema de objetos e sistemas de ações. Pelas tradicionais categorias de análise da forma e da função do espaço geográfico, a Coop apresenta esses elementos sem distinção de grandes redes de varejos de supermercados capitalistas, como já dito anteriormente, ou seja, as duas podem ser classificadas como uma rede de varejo que faz distribuição de mercadorias para uma parcela da população, ligando produtores a consumidores. Porém, ao analisarmos como esses dois objetos técnicos - supermercados capitalistas e a Coop - de mesma função e forma modificam o espaço geográfico, observamos uma diferença irreconciliável, pois enquanto supermercados capitalistas se apropriam do espaço para fins de acumulação capitalista, as cooperativas de consumo modificam o espaço a partir de uma distribuição cooperativista.

Assim, a ideia de Marx no conhecido Prefácio de 1859 (2008) utilizada por Paul Singer (1996) em uma perspectiva cooperativista, e interpretada por nós a partir do cooperativismo de consumo, demonstra a importância e a influência das forças produtivas e relações de produção,

dando início a uma mudança na forma como o trabalho excedente, seja de que tempo for, é distribuído. Esses dois conceitos, forças produtivas e relações de produção, podem ser analisados sob uma perspectiva espacial e relacionados ao sistema de objetos e de ações, mas optamos por uma análise diferente da realizada por Milton Santos (2002). Mesmo que ele tenha destacado a forma simplória de sua análise ao equiparar forças produtivas a sistemas de objetos e relações de produção aos sistemas de ações, em nossa interpretação, não há simplicidade que permita essa correspondência de conceitos, muito menos quando o autor afirma que atualmente as forças produtivas se transformaram em relações de produção e vice-versa. O autor afirma que:

copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto de relações sociais de produção. Mas vale a pena lembrar que a interpretação simplória da relação dialética entre forças produtivas e relações de produção há muito tempo deixou de ter vigência plena. É insuficiente dizer que há, de um lado, forças produtivas e, de outro lado, relações de produção, e se tornou irrelevante afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas e, ao revés, que o desenvolvimento das forças produtivas conduz ao desenvolvimento das relações de produção. Isto é simples demais. Hoje, as chamadas forças produtivas são, também, relações de produção. E vice-versa. A independência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção e as relações de produção são forças produtivas. Desse modo, um enfoque no estudo do espaço que apenas deseje partir dessa famosa dialética das forças de produção e das relações de produção não pode levar a nenhuma clareza metodológica, já que, nas condições históricas atuais, essas duas categorias clássicas as mais das vezes aparecem confundidas. Neste caso deixam de ser analiticamente válidas (SANTOS, 2002, p. 64).

Portanto, sustentamos o espaço geográfico como conjunto indissociável de sistema de objetos e de ações, mas discordamos dessa relação entre forças produtivas e relações de produção e sua igualdade com os sistemas já citados. Para isso, é preciso que conceituemos, a partir de nossa perspectiva, os sistemas de objetos, de ações, forças produtivas e relações de produção, indicando a dinâmica da Coop em cada uma dessas camadas de análise.

1.2.1 Sistemas de objetos

O conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações forma o espaço geográfico (SANTOS, 2002). A ação é o que vivifica o objeto técnico e esse, quando criado pela ação, impulsiona novas ações, ou seja, “a ação humana, pois, inclui um retro efeito de parte das coisas que ela própria, ação humana, vivifica” (SANTOS, 2002, p. 91).

Uma rocha que descansa intocada há milhões de anos às margens de um lago é encontrada por um ser humano que, examinando-a, resolve ser aquela uma boa rocha para acoplar à sua lança. A rocha não era um objeto técnico até ser encontrada pelo homem, mas a partir da ação, ou seja, da interação que aquela rocha tem com um humano através de um movimento intencional, a rocha se transforma em um objeto técnico. “No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelo homem a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, 2002, p. 65).

O que vivifica um objeto técnico, visto aqui como materialidade externa ao nosso próprio corpo, é a ação humana e sua intencionalidade. O exemplo acima ilustra o nascimento simplificado de um objeto técnico a partir da fusão da materialidade externa e da ação humana, que ocorre pela intencionalidade. Para um objeto ser técnico, é preciso que seja animado por ações humanas e a multiplicação exponencial desses objetos devido às novas tecnologias faz com que essas ações também se diversifiquem.

É verdade que macacos pregos também são capazes de escolher criteriosamente determinadas rochas para que os auxiliem no consumo de alimentos, assim como castores utilizam árvores para modificar o curso dos rios, mas não são objetos técnicos, posto que:

a ação é própria do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo também, as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos (SANTOS, 2002, p. 82).

O conjunto das técnicas humanas materializado nos objetos é o que faz as ações se diferenciarem das ações não humanas. Sendo assim, toda materialidade intencionalmente tocada pelo homem através de uma ação torna-se um objeto técnico.

No mito grego do Rei Midas, o filho do deus Baco, Sileno está perdido e bêbado, sendo encontrado por camponeses e levado ao Rei Midas. Ao receber Sileno, o rei tratou-o da forma mais hospitaleira possível por dez dias. Logo que Baco soube do ocorrido, resolveu presentear o rei pela generosidade que este tivera com seu pai, presenteando-o com a realização de um desejo. Midas desejou que tudo que tocasse virasse ouro. Baco, desconfiado, concedeu o pedido. Midas, então, observou incrédulo que tudo o que tocava

virava ouro, do torrão de terra à maçã ainda na macieira. Chegando ao palácio, pediu uma generosa refeição para comemorar. Viu o pão virar ouro assim que o partiu e logo depois sentiu passar por sua garganta ouro derretido que antes era vinho. Desesperado por saber que esse dom iria levá-lo à morte, implorou a Baco que revertisse o pedido, que assim o fez. (BULFINCH, 2002, p. 59-60).

Assim como ocorre com Midas, desde que a humanidade passou a controlar a técnica, tudo que é tocado por ela também torna-se um objeto técnico. Esperamos que isso não nos leve às consequências que levou a Midas.

Atualmente, o espaço geográfico, entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2002), é percebido através da lente humana, que confere uma intencionalidade única à espécie. Cada uma dessas materialidades é utilizada como uma engrenagem na formação de um todo que se torna mais complexo com o passar do tempo. “Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos; é o espaço que é determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica” (SANTOS, 2002, p. 40). Uma árvore na natureza é apenas uma árvore, mas a mesma árvore é transportada para a dimensão do espaço geográfico, quando utilizada por humanos, com intencionalidades, pode servir como lança, fonte de energia, papel, desinfetantes ou apenas repousar como um crédito de carbono.

Atualmente, toda materialidade conhecida pelo homem passa a ser um objeto técnico, ou, pelo menos, um objeto técnico em torpor, à espera de novas condições espaciais que lhe permita ser utilizado e, quem sabe, algum dia, voltar ao torpor. Entendemos que a materialidade ainda não utilizada por conta das limitações técnicas humanas são objetos técnicos em torpor. Torpor é uma condição em que, sob certas condições ambientais, alguns animais podem reduzir seu metabolismo, o que se reverte assim que essas condições lhe sejam favoráveis novamente. Objetos técnicos seguem uma dinâmica parecida. Por exemplo, o cobre, inicialmente utilizado para as primeiras ferramentas de metais, perdeu importância para outras formas de metal mais eficientes, mas tempos depois volta a ser utilizado como condutor de energia. A descoberta de novos condutores com custos menores talvez o levem ao torpor novamente.

O avanço dos satélites e suas fotos espectrais cobrem o planeta de tal forma que a materialidade do espaço geográfico apenas aguarda sua utilização. É possível que futuramente novos objetos técnicos sejam construídos, por exemplo, a partir do minério extraído de algum asteroide que hoje vaga pelo espaço. Capturado pela humanidade, seria

um prolongamento do espaço geográfico para além da Terra. Dessa forma, objetos técnicos importam para a Geografia, e sua importância diz respeito às escalas que alcançam e sua relevância em determinado local. Milton Santos destaca que:

para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetificou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos com exterioridade. O espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Sem isso, aliás, cada objeto não faz sentido (SANTOS, 2002, p. 72-73).

O adensamento técnico do espaço geográfico faz com que os objetos sejam cada vez mais especializados, projetados para serem utilizados com funções cada vez mais específicas. “Graças aos progressos da ciência e da técnica construímos cada vez mais objetos com possibilidades funcionais sobredeterminadas. Esses objetos concretos tendem a avançar uma especialização máxima e obter uma intencionalidade extrema” (SANTOS, 2002, p. 39). O fogo da pré-história era utilizado a partir de uma tocha ou de uma pilha de madeira. Atualmente, o mesmo fogo passa a ser manipulado por equipamentos altamente complexos, por exemplo, velas de automóveis que são produzidas especificamente para um tipo de veículo e apresenta uma função muito específica dentro da máquina, sendo responsáveis por manipular o fogo em pequenas faíscas que completam o processo de combustão dentro dos motores.

Vivemos, hoje, cercados de objetos técnicos, cuja produção tem como base intelectual a pesquisa e não a descoberta ocasional, a ciência e não a experiência. Antes da produção material, há a produção científica. Na verdade, trata-se de objetos científicos-técnicos e, igualmente, informacionais. [...] Em nenhuma outra fase da história do mundo, os objetos foram criados, como hoje, para exercer uma precisa função predeterminada, um objetivo claramente estabelecido de antemão, mediante uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida, que é fundamento de sua eficácia. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. [...] Na realidade tanto mais distantes ele se encontra do natural tanto mais concretos, mais perfeitos, eles são. [...] concretude e conteúdo em informação são, juntos, sinônimos de intencionalidade na sua concepção, isto é, da busca da adequação entre a estrutura, a natureza interna do objeto e a função a que se destina, essa extrema adaptação a uma ação planejada que torna possível sua exatidão e eficácia. E esta também depende do arranjo espacial em que o objeto se encontra (SANTOS, 2002, p. 215 -218).

A vela de um carro é um objeto altamente especializada, encaixando-se em outro sistema de objetos. Não estamos falando aqui apenas dos outros objetos que formam o carro, mas de todos os outros milhões de objetos especializadas que formam o espaço geográfico e que agem em conjunto com essa vela. Por exemplo, máquinas responsáveis pela colocação do asfalto nas vias e todos os objetos que formam essa máquina, passando pelos objetos responsáveis pela fabricação do automóvel, até a extração do combustível e dos vários objetos que compõe uma refinaria, “de tal modo, podemos afirmar que cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente” (SANTOS, 2002, p. 40). O objeto não surge em si, mas para uma determinada função no espaço geográfico. “É o espaço que redefine os objetos técnicos apesar de suas vocações originais ao incluí-los num conjunto coerente onde a continuidade obriga a agir em conjunto e solidariamente” (SANTOS, 2002, p. 40-41).

A vela, o automóvel, a gasolina, o estacionamento, a estrada e todos os demais objetos técnicos estão inseridos no espaço geográfico, cada qual com sua função – cada vez mais especializada –, tendo relações com outros tantos milhões de objetos técnicos ao redor do mundo.

As próprias cooperativas de consumo não são isoladas, pois, além de serem formadas por objetos técnicos na sua constituição material, acabam também sendo responsáveis por conectar sistematicamente outros milhares de objetos. Embora não tenha falado diretamente das Cooperativas de Consumo, Milton Santos se refere aos supermercados quando aponta que:

o objeto se insere num sistema mais amplo, o sistema de objetos. Um aeroporto, uma estação de estrada de ferro, um shopping center são bons exemplos. [...] Cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistematicamente. Um grande supermercado ou shopping center seria, incapazes de existir se não fossem servidos por vias rápidas, estacionamentos adequados e acessíveis, sistemas de transportes públicos com horários regulares e conhecidos e se, no seu próprio interior, as atividades não estivessem subordinadas a uma coordenação. Esse é o caso dos grandes edifícios, dos armazéns, dos silos etc. Os portos, a rede rodoviária de uma país, e, sobretudo, a rede ferroviária são exemplos de objetos complexos e sistêmicos (SANTOS, 2002, p. 219).

Apesar de não haver diferença entre a função visível de supermercados capitalistas e da Coop, suas funções tornam-se completamente antagônicas quando analisamos a partir das relações sociais, pois enquanto as primeiras têm sua essência na acumulação de capitais pelos acionistas, o cooperativismo de consumo prega uma redistribuição cooperativista no qual o valor de uso se sobrepõe à obtenção de lucro.

A Coop, como grande objeto técnico, é movida e construída por ações e, de forma

dialética, move e cria novas ações. A Coop não é apenas um objeto complexo na sua estrutura e função, mas também é por onde outros objetos circulam diretamente entre produtores e consumidores. Esses objetos que chegam aos cooperados passam por um outro ainda mais complexo, que é a Cooperativa. Quando a Cooperativa consegue adquirir e utilizar tecnologias modernas e competitivas, ela passa a ser capaz de entregar ao seu cooperado objetos/produtos da melhor forma possível, além de fazer com que esse cooperado também possua o controle dessas técnicas que, sem a Coop, estariam apenas nas mãos de supermercados capitalistas, excluindo os trabalhadores cooperados de controlarem as mais modernas tecnologias.

O objeto técnico Coop apresenta uma função visível de distribuição do varejo, mas também uma função, que nós denominamos de subterrânea, que possibilita aos seus cooperados se apropriarem do espaço geográfico a partir da Cooperativa. No quinto capítulo desta tese, discutiremos sobre a possibilidade de verticalização da Coop, ou seja, sobre sua capacidade de se apropriar de outros objetos técnicos em espaços produtivos, fazendo-a ser também um objeto técnico produtivo por extensão.

1.2.2 Sistema de ações

A história do Rei Midas ilustra como a humanidade transforma tudo o que toca em objetos técnicos que são vivificados pelas ações e, depois, animam de forma transmutada, as próprias ações, fazendo com que as ações e objetos sejam indissociáveis (SANTOS, 2002). O que é uma ação geográfica? É uma ação com intencionalidade, mesmo que simples, responsável por ondas sísmicas no espaço geográfico e que existem a partir de um objeto técnico.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, e que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 2002, p. 82-83).

Com a complexificação do espaço geográfico, ações simples como ir ao banheiro são balizadas e necessitam de uma série de objetos técnicos como a latrina, lâmpadas, sistema de descarga, sistema de coleta de esgoto, tratamento dos efluentes, sendo todos

esses objetos produzidos e utilizados a partir de uma das ações mais primárias instintivas que são nossas necessidades básicas. Essa ação também segue regras impostas por seres humanos, que vão desde o local onde se deve ou não realizá-la, por exemplo, ir ao banheiro, até propagandas que vão persuadir a humanidade que consumir determinada marca de iogurte melhora o peristaltismo.

A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem (SANTOS, 2002, p. 79).

As ações alimentares são outro exemplo. Cozinhamos em equipamentos cada vez mais sofisticados e diversificados, seja dentro de nossas casas ou em complexos gastronômicos que marcam cidades como São Paulo e Paris. Essa ação pode implicar em formas de produzir o alimento com ou sem agrotóxicos e ainda dispensar o uso de animais, como os veganos, mudando toda uma cadeia produtiva. A ação de se alimentar, em seu conjunto humano, torna-se cada vez mais uma ação geográfica pela influência e pela dependência que essa ação tem do espaço e forma, essa também influencia o espaço, deixando-o cada vez mais denso e complexo. Assim, existe ação humana quando essa reverbera no espaço geográfico através do próprio corpo com a utilização de objetos técnicos.

No entanto, é preciso entender quais ações são relevantes para a pesquisa em Geografia. Um espaço cada vez mais denso - de objetos técnicos - cria ações geográficas que se diferenciam por sua relevância através da escala. A simples ação de usar o banheiro não é relevante para um estudo geográfico, mas o conjunto dessas ações e de seus objetos técnicos nos levam a uma tese de doutorado sobre saneamento básico, mostrando como a ausência desses objetos em determinadas áreas podem trazer riscos à saúde da população e transtornos ambientais (SANTOS, 2014). Ao abordar as práticas alimentares da classe trabalhadora de São Paulo, a tese de doutorado de José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior (2015) também expõe que a relevância da ação para a Geografia é o seu conjunto em escalas variadas.

As ações geográficas estão ligadas intimamente às menores escalas geográficas – não cartográficas –, dinâmica já demonstrada por Marcelo Lopes de Souza (2018) em seu quadro tipológico que identifica duas das menores escalas possíveis para uma pesquisa em Geografia. A primeira seria a escala do corpo, na qual o autor adverte que “talvez ainda pareça estranho incluir o corpo entre níveis escalares relevantes”, revelando, no entanto, que “quem acompanha a leitura especializada, não é nada que possa ser tido como bizarro, nem

mesmo como extravagante” (p. 199). Ele também faz referência à escala dos nanoterritórios, sobre a qual afirma que:

não basta chegar ao nível “microlocal”, isto é, ao nível do quarteirão ou bairro; pois, nessa escala, o “intraurbano” permanece apreendido excessivamente “do alto”, “de cima”. Como eu disse em outro lugar, com apelo metafórico, “bate-se à porta, mas não se adentra à casa” (SOUZA, 2018, p. 200-201).

Assim, por menores que sejam as escalas geográficas, as ações são em seu conjunto responsáveis pela animação dos objetos técnicos e, por consequência, pela existência do espaço geográfico cada vez mais denso desses objetos e ações. O objeto criado por uma ação depois a condiciona e, a partir dessa nova ação, o próprio objeto se transforma continuamente junto às ações, pois a mudança de um é, também, a mudança do outro dentro do espaço geográfico, que é uno e múltiplo.

Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos “valorizam” diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não separado, os objetos e ações “agindo” em concerto (SANTOS, 2002, p. 86).

Ações são realizadas pelos seres humanos e transformam os objetos naturais em objetos técnicos, ou esses em outros objetos técnicos. Conforme o espaço geográfico vai se adensando pela técnica, os novos objetos são, cada vez mais, específicos e necessitam de ações compatíveis. Tanto os objetos técnicos como as ações, atualmente, são influenciados, preponderantemente, por meio da ciência e, por mais que sejam especializadas e eficientes, não são infalíveis para alcançar o objetivo pensado previamente, já que a humanidade e a natureza ainda são imprevisíveis (SANTOS, 2002, p. 94).

Uma cooperativa de consumo como objeto técnico também precisa ser animada por ações, e só pode ser formada pela ação em tempos históricos diferentes, seja pelos 28 Pioneiros de Rochdale, que criaram a primeira cooperativa de consumo dos moldes atuais, ou pelos 292 trabalhadores do grupo Rhodia. As ações vinculadas ao cooperativismo de consumo são diversificadas de acordo com o tempo e espaço e, mesmo suas intenções sendo variadas, apesar de manter o fator comum das cooperativas de consumo que lhes dão essência, resiste a distribuição de produtos sem objetivo de lucro.

Os seis mil trabalhadores que hoje fazem parte da Coop estão diretamente ligados à

qualidade do funcionamento da Cooperativa, fazendo com que suas ações sejam cada vez mais específicas no trato com o objeto. Para essas ações contribuírem para o crescimento do objeto técnico, Coop, é necessário que a instrução dos trabalhadores seja cada vez mais específica e que se eles identifiquem como parte da própria Cooperativa, em uma tripla qualidade de consumidor-trabalhador-dono. Sua remuneração também depende de uma dedicação de 44 horas semanais, em que suas ações na Cooperativa fazem parte significativa de sua vida, ou seja, suas ações estão ligadas à Coop, com um conjunto de ações primordiais na construção diária de um objeto técnico.

O tempo que um cooperado dedica não apenas às compras, mas aos debates de funcionamento e da governança da própria Coop também moldam um objeto mais ou menos denso. Essas ações, tanto do cooperado como do trabalhador servem, na perspectiva de Singer (2002), como dito anteriormente, para medir o grau de inserção da cooperativa na dinâmica da economia solidária. Quanto mais uma cooperativa aumenta o número de lojas e de cooperados, mais adensa o espaço com suas ações; mas quanto mais os cooperados se envolvem com a cooperativa, também aumentamos as ações na Coop e para a Coop, principalmente na questão da governança. Uma cooperativa que conta com um milhão e setecentos mil cooperados, em que apenas cinquenta comparecem às assembleias, dão menos densidade ao objeto incrustado no espaço.

Estabelecido o que são sistemas de objetos e sistemas de ações, é necessário discorrer sobre as forças produtivas e as relações de produção e demonstrar que, por mais que possam em alguns momentos apresentar certa correspondência, não podemos equipará-las, como fez Milton Santos (2002).

1.2.3 Forças produtivas

As forças produtivas são conceituadas por Marx no decorrer de sua obra. Cohen (2013) reúne esses fragmentos para oferecer sua interpretação pela sua perspectiva, ele posiciona as forças produtivas fora da estrutura econômica da sociedade, ou seja, a parte do conjunto das relações de produção e a partir de onde se ergue uma superestrutura. As forças produtivas estariam, em uma analogia espacial, abaixo da estrutura econômica da sociedade e seria formada por uma série de elementos (COHEN, 2013, p. 64), fazendo com que, em uma leitura específica do materialismo histórico de Cohen, “as forças produtivas efetivamente determinem o caráter da estrutura econômica, ainda que não a integrem” (COHEN, 2013,

p. 64).

Esse argumento vai de encontro ao fragmento citado por Milton Santos, quando diz que “as forças produtivas são relações de produção e as relações de produção são forças produtivas” (2002, p. 64).

Para ser qualificada como uma força produtiva, um artefato deve poder ser utilizado por um agente produtivo de modo tal que a produção ocorra (parcialmente) em decorrência do seu uso, e que o propósito de alguém seja que ele contribua para a produção. Mas esse alguém não necessita ser o próprio produtor imediato. Ele pode ser um não produtor encarregado do processo. Portanto, se uma pessoa aciona uma máquina acionando uma nora, a nora é um instrumento de produção mesmo se quem acionou não seja consciente do seu efeito (COHEN, 2013, p. 65).

As relações sociais de produção capitalistas podem garantir o controle dessas forças produtivas e de uma parcela dos objetos criados por elas, apresentando influência sobre como esses objetos são produzidos, mas é o valor de uso que, em última análise, motiva a produção e, “portanto, a mesma economia cujos dominadores são relativamente desinteressados do valor de uso, produz mais valor de uso e maior capacidade para produzir valor de uso, do que qualquer outra sociedade de classe” (COHEN, 2013, p. 241), já que são necessárias mais tecnologias para que, produzido e realizado, o capitalista possa acumular seu capital. É, antes de tudo, pelo trabalho que os seres humanos transformam o espaço geográfico através das ações, sendo o trabalho:

um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013[1867], p. 188).

A mais simples das pedras talhadas com uma intencionalidade e, por meio da técnica, está entre os primeiros objetos valor de uso e, portanto, criado a partir das forças produtivas da humanidade. Os acampamentos temporários criados pelos caçadores-coletores, assim como as pequenas conchas transformadas em colares e as seivas extraídas das plantas para pintar rostos em rituais também passaram a existir como objeto técnico a partir das forças produtivas, por mais incipientes que fossem. Essas forças evoluem com a incorporação da técnica e da ciência, passando a ser produzidas em laboratórios através do método científico, a tecnociência.

Duas observações feitas por Cohen merecem destaque. A primeira delas é a crítica conferida a Acton (1955, p.167) sobre o que devemos considerar ou não forças produtivas.

Nossa restrição das forças produtivas quanto ao que se utiliza para a produção de coisas exclui dessa categoria o que outros escritores nelas incluíram. Acton está certo quando diz que as leis, a moral e o governo adequados podem estimular a produção, mas está errado ao inferir que eles podem, conseqüentemente, ser considerados como meios de produção. Um meio de algo é o que se utiliza para conseguir esse algo. As leis, as morais e o governo não são utilizados pelos homens para a produção de produtos. Quando eles são utilizados, como podem sê-lo, para fazer com que os homens produzam, não são meios de produção, mas meios para motivar os produtores (COHEN, 2013, p. 65-66).

Marx (1969 *apud* COHEN 2013, p. 67) afirmava que soldados, que estivesse m protegendo trabalhadores agrários para que a produção ocorresse, não faziam parte da força produtiva, pois sua força de trabalho não estava ligada diretamente à transformação da natureza em um produto. O autor afirmava que a atividade do soldado era uma consequência das condições sociais e não da materialidade da produção. É preciso diferenciar as ações surgidas das condições sociais, como a força de trabalho que procura inibir a violência contra o trabalhador agrário, das ações vinculadas diretamente à transformação da natureza. Marx, de forma irônica, indica que, de acordo com o pensamento dos que confundem incentivos de produção com forças produtivas, o criminoso seria uma força produtiva, pois ele:

quebra a monotonia e a segurança diária da vida burguesa. Desse modo, ele a preserva da estagnação e produz essa tensão perturbadora e essa inquietação, sem as quais até o incentivo da competição seria enfraquecido. Portanto, ele estimula as forças produtivas [...] A influência do criminoso sobre o desenvolvimento da capacidade produtiva pode ser mostrada em detalhe. As fechaduras alguma vez teriam alcançado o seu atual nível de excelência se não existissem ladrões? A emissão de papéis-moedas teria alcançado a sua atual perfeição se não houvesse os falsificadores ? (MARX, 1969, p. 387-388 *apud* COHEN 2013, p. 67).

Ao corroborar com tal pensamento, o supracitado autor vaticina: “apenas o que contribui materialmente à (e no interior da) atividade produtiva, como Marx (1969) circunscreve, pode ser considerado uma força produtiva” (*apud* COHEN, 2013, p. 67).

A segunda observação que merece atenção especial é a inclusão da ciência como força produtiva. A ciência não é uma força produtiva por si só, mas apenas quando incorporada a algum elemento produtivo. Uma ciência que tenha nascido em alguma universidade e não tenha ainda sido incorporada em novas formas de realizar plantios ou produzir computadores não é uma força produtiva. A universidade, enquanto instituição da sociedade, pertence à superestrutura e não às forças produtivas.

A força de trabalho é uma força produtiva, e uma dimensão da força de trabalho é o conhecimento produtivamente aplicável. Desse modo, o conhecimento científico que está aberto ao uso produtivo é uma força produtiva (o produtor imediato que emprega o conhecimento científico não necessita compreender o que está aplicando). Além disso, o desenvolvimento do conhecimento é, como vimos, o centro do desenvolvimento no final nos seus estágios superiores, o desenvolvimento das forças produtivas. Nos seus estágios superiores, o desenvolvimento das forças produtivas se funde com o desenvolvimento da ciência produtivamente útil (COHEN, 2013, p. 78 - 79).

Isso demonstra que a ciência como um todo não pertence incondicionalmente às forças produtivas, mas apenas quando estão diretamente ligadas à transformação da natureza, ou de algum objeto técnico em outro objeto técnico, sendo o próprio objeto dependente dessa ligação com a produtividade para se tornar força produtiva (COHEN, 2013, p. 79). Logo, um copo é um objeto técnico não produtivo, enquanto uma máquina de fazer sapatos em operação é um objeto técnico produtivo. Dessa forma, não concordamos com a afirmação de Santos (2002) de que os sistemas de objetos têm o mesmo significado que forças produtivas. As forças produtivas são uma parte muito pequena dos sistemas de objetos que é muito mais amplo e envolve outras ações que se distanciam das forças produtivas, ainda mais em um estágio da humanidade em que os objetos técnicos superam toda biomassa do planeta (ELHACHAM *et al.*, 2020).

A Coop, por exemplo, está presente no espaço geográfico como objeto técnico composto por um grande número de outros objetos técnicos e vivificado por ações. Porém, é imprescindível entender que a Coop, hoje, é um objeto técnico que não se enquadra como força produtiva, pois não produz, pelo contrário, consome mercadorias para poder prestar um serviço aos seus cooperados. Esse consumo vai desde lâmpadas, prateleiras, caixas registradoras, sistemas de segurança que compõe em conjunto o objeto técnico que é a Coop, até os próprios produtos repassados aos cooperados. Aqui estamos excetuando a panificação realizada pela própria Cooperativa que, nesse caso, teria seus objetos diretamente usados na produção, e a força de trabalho atrelada às forças produtivas.

A Coop e o cooperativismo de consumo, de uma forma geral, podem vir a verticalizar suas atividades e passar para a esfera da produção, como ocorreu durante um período passado com uma cooperativa de 2º grau no Reino Unido, a C.W.S, que será estudada no terceiro capítulo. Assim como outros varejistas, ainda não é o principal objetivo da Coop transformar natureza em objetos técnicos e nem objetos técnicos em outros objetos técnicos, sendo assim, ainda não é um objeto técnico que faz parte das forças produtivas, apesar de estarem no espaço geográfico e constituírem um conjunto de sistema de objetos técnicos –

toda materialidade que a forma impregnada de técnica – e de ações – todas as ações existentes pela presença das cooperativas de consumo -.

Forças produtivas fazem parte do sistema de objetos e de ações, mas não se equivale m ao sistema de objetos, mesmo de forma simplória. Os sistemas de objetos tornam-se forças produtivas quando máquinas, ferramentas, galpões são usados para produzir novos objetos técnicos, mas essas forças são apenas uma pequena parte dos sistemas de objetos que formam o espaço geográfico. E sendo a força de trabalho parte constituinte das forças produtivas, ela jamais pode ser sinônimo de objeto técnico. Uma máquina de produzir sapatos é um objeto técnico e pertencente às forças produtivas, mas o sapato, também um objeto técnico, não é produtivo, tornando-se apenas mais um objeto dentro do sistema de objetos que adensa o espaço geográfico. Charles Gide, como já citado anteriormente, acredita que o objeto técnico que é a cooperativa de consumo, precisa se tornar também uma força produtiva para ter maior capacidade de transformas a forma social capitalista. Por isso o equívoco de Milton Santos ao fundir forças produtivas com sistema de objetos.

1.2.4. As relações sociais de produção

Quando a produção excedente - tempo de trabalho que uma pessoa realiza para além do que necessita para sobreviver - foi possibilitada pela revolução agrícola, as relações de produção foram modificadas, passando de um comunismo primitivo para uma sociedade de classes. No comunismo primitivo, não havia classes e era necessário o trabalho de todos, pois, na máxima condição de escassez, uma pessoa que não trabalhasse colocaria em risco a existência grupo como um todo, sendo que:

nesse quadro, os homens primitivos carecem de uma consciência clara de si mesmos enquanto indivíduos com interesses distintos e, por isso, não estão dispostos a defender seus interesses individuais de uma forma que ameaça a ordem social. A necessidade de um grupo repressor ainda não surgiu. Dito de outro modo: a comunidade reprime os seus membros em um totalitarismo brutal sem uma classe dominante (COHEN, 2013, p.256).

A revolução agrícola representa um salto tecnológico e produtivo que proporciona um aumento da população e cria condições para que um grupo de humanos possa, através de estratégias diversas - violência, ideologia, religião –, apropriar-se do resultado do trabalho do outro a partir das classes (COHEN, 2013, p. 56-57). Para o autor:

as ralações de produção ou são relações de propriedade entre

peessoas e forças produtivas ou entre pessoas e outras pessoas ou são relações que pressupõem tais relações que pressupõem tais relações de propriedade. [...] As pessoas e as forças produtivas são os únicos termos ligados pelas relações de produção. Todas as relações de produção são ou relações entre uma pessoa (ou um grupo de pessoas), e outra pessoa (ou um grupo de pessoas), ou entre uma pessoa (ou um grupo de pessoas), e uma força produtiva (ou um grupo de forças produtivas) (COHEN, 2013, p. 65-68).

Assim, devemos analisar com cuidado a afirmação de Milton Santos (2002), que equiparou as relações de produção ao sistema de ações, pois as relações de produção, como relações de propriedade e de controle efetivo, podem condicionar e limitar ações geográficas, mas não são ações em si. Na forma social capitalista, as relações de produção são evidenciadas pelo controle dos meios de produção nas mãos da classe capitalista, enquanto a classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho. Nessas condições, precisa vender a única mercadoria que lhe cabe, a sua força de trabalho²⁵.

Outra característica do capitalismo é a transformação dos objetos técnicos em

²⁵ Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela. A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes, de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva. Para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fabricar botas sem couro. Necessita, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do futuro, pode viver de produtos do futuro, tampouco, portanto, de valores de uso cuja produção ainda não esteja acabada, e tal como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco da Terra, o homem tem de consumir a cada dia, tanto antes como no decorrer de seu ato de produção. Se os produtos são produzidos como mercadorias, eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda eles podem satisfazer as necessidades dos produtores. O tempo necessário para a sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção. Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2013 [1867], p. 180-181).

mercadorias. Em sua obra, Marx faz algumas conceituações do que seria a mercadoria, por exemplo, quando diz que:

a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. [...] A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens (MARX, 2013 [1867], p. 97).

As relações de produção capitalistas podem limitar e influenciar as ações geográficas, mas não são um sistema de ações em si. Ações geográficas realizadas por trabalhadores, apesar de serem influenciadas pelas relações de produção, seja pela obrigatoriedade de ter que vender sua força de trabalho para algum capitalista, seja pelo condicionamento de ter que pagar por objetos na forma de mercadorias para exercer as ações do cotidiano, não são relações de produção. A qualidade e a quantidade de ações podem ser ressignificadas a partir das relações sociais, que podem ser mais exploratórias ou menos exploratórias, a depender da forma social vigente. Isso serve também para o cooperado, que pode realizar ações menos exploratórias em um recorte espacial/temporal ao comprar na Coop, em comparação com redes varejistas capitalistas.

Figura 15: As relações de produção ao longo da história

		Sua força de trabalho	Os meios de produção que utiliza
Escravo	é proprietário de	Nada	Nada
Servos	é proprietário de	Parte dela	Parte deles
Proletário	é proprietário de	A totalidade dela	Nada
Produtor independente	é proprietário de	A totalidade dela	A totalidade dela

Fonte: COHEN, 2013, p. 100.

Cohen (2013), como pode ser visto no Quadro 1, indica como essas relações de produção se transformam ao longo da história. Para o autor, os servos apresentavam algum tipo de obrigação com seus exploradores, mas que não eram um contrato de trabalho como ocorre com o trabalhador capitalista. Já os senhores feudais e proprietários de escravos se diferem, pois os primeiros têm apenas uma parcela da força de trabalho de seu servo, enquanto o outro apresenta a totalidade desse trabalho, transformando, ao olhar do escravizador, um ser humano em um objeto técnico - a tentativa da desumanização completa -, comercializando-o, como qualquer mercadoria. Os servos, apesar de não apresentarem a total propriedade de sua força de trabalho, conseguem apresentar alguma propriedade dos meios de produção, situação essa vedada aos trabalhadores da forma capitalista, mesmo tendo total propriedade de sua força de trabalho (COHEN, 2013, p. 99).

Sem ter a propriedade dos meios de produção, não há outra possibilidade para o trabalhador sobreviver a não ser vender sua força de trabalho como mercadoria para um capitalista. Quando comparados aos servos e escravos, o trabalhador capitalista tem liberdade para trocar sua força de trabalho com o capitalista, enquanto os dois primeiros devem produzir excedentes, em última instância, pela via da violência, caso se recusem a produzir. O trabalhador assalariado não pode sofrer represálias ao não vender sua força de trabalho para um capitalista, mas caso não a venda por um longo período, não obtém os meios necessários para sua sobrevivência (COHEN, 2013, p. 118).

São essas relações sociais de produção que formam a base da fundação econômica da sociedade, tendo por baixo as forças produtivas e, erguendo-se sobre as relações sociais, uma superestrutura, sendo que:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008 [1859], p. 47).

A superestrutura que emerge das relações de produção é também uma adaptação das forças produtivas, já que essas influenciam as relações de produção. “Consideremos a superestrutura como um conjunto de instituições não econômicas, entre as quais se destacam o sistema legal e o estado (COHEN, 2013, p. 261). As relações de produção pertencem à base e às relações de propriedade jurídica/legal pertencem à superestrutura. As leis são ajustadas para facilitar as relações de produção, por isso a superestrutura ergue-se sobre as relações

de produção (COHEN, 2013, p. 271).

São vários os casos em que as relações de propriedade se alinham às relações de produção, por exemplo, quando “as circunstâncias favorecem a formação de relações de produção proibidas pela lei existente” (COHEN, 2013, p. 272). É o caso de servos fugidos de seus senhores, carregando consigo uma série de obrigações, mas ao se estabelecerem nas cidades fortificadas, formando a burguesia primitiva, sai da ilegalidade para a legalidade como forma de legitimar pela lei uma nova e crescente classe da sociedade (COHEN, 2013, p. 272). Um outro caso ocorre quando “formam-se novas relações de produção que não violam nenhuma lei que as proíba” (COHEN, 2013, p. 272), fazendo com que novas leis sejam feitas para que a transformação das relações de produção sejam estáveis. Podemos citar as batalhas que ocorriam entre proletariado e capitalistas nas primeiras fábricas pelos limites de horas trabalhadas sem regulamentação legislativa, mas que posteriormente foi legalizado com favorecimento da classe trabalhadora, mesmo sendo uma padronização que fez os capitalistas competirem entre si com um certo grau de isonomia.

Em outros casos, “as relações de propriedade se transformam, embora não ocorra nenhuma mudança na lei” (COHEN, 2013, p. 272). O direito romano representou uma forma social escravista, mas foi herdado pela forma social capitalista, pois:

os principais poderes exercidos pelos capitalistas são complexos e seus elementos já eram reconhecidos pelo direito romano. A transição ao capitalismo é a passagem à centralidade de poderes que eram legítimos, mas somente eram exercidos de maneira periférica nas sociedades pré-capitalistas. Desse modo, as relações de propriedade podem se transformar completamente, sem uma transformação paralela no direito (COHEN, 2013, p. 293).

Dessa forma, percebemos que a superestrutura e suas leis e relações de propriedade estão acima da base da sociedade que é sua estrutura econômica e o conjunto de relações de produção. Abaixo dessas, em uma metáfora espacial, estão as forças produtivas que, conforme evoluem, influenciam as relações sociais de produção.

A Coop, como uma cooperativa de consumo, está constantemente participando dessas relações sociais ditadas pela dinâmica capitalista, mas primordialmente na esfera comercial e não da produção, excetuando-se, mais uma vez, sua panificação, como dito anteriormente. Sua presença dentro de uma formação social capitalista lhe rende uma série de contradições internas inerentes à concorrência com o capital, a começar pela forma assalariada com que a Coop paga seus trabalhadores, inclusive com práticas de terceirização, altamente criticadas pelos sindicatos. Estímulos consumistas, como cartões de crédito oferecido pela Coop, que ao mesmo tempo que facilitam as compras, podem estimular o consumismo,

também fazem parte dessas contradições.

A existência da Coop e sua presença em certas praças incomodam visivelmente um setor capitalista varejista que vê o cooperativismo de consumo como uma verdadeira ameaça, exigindo do Estado, através de leis tributárias, um tratamento diferenciado de todos os outros tipos de ramos cooperativistas. Isso demonstra como o cooperativismo de consumo afronta a forma social capitalista muito mais do que outros sistemas cooperativistas.

Alguns desses conflitos já foram mencionados acima, como a instalação da Coop e a reação de seus concorrentes capitalistas no ABC paulista. Outras questões citadas anteriormente serão trabalhadas ao longo da tese e envolvem as cooperativas de consumo frente a outros tipos de cooperativas e as relações de produção, posto que, na prática, as cooperativas de consumo não criam excedentes para um grupo de capitalistas, mas apenas o valor de uso de produtos que serão distribuídos para a comunidade.

No próximo capítulo, demonstraremos como as cooperativas de consumo, apesar de atuarem majoritariamente na esfera do comércio, modificam a acumulação do trabalho excedente e se transformam em um ponto de inflexão espacial cooperativista.

2 A COOP COMO PONTO DE INFLEXÃO ESPACIAL COOPERATIVISTA NA FORMA SOCIAL CAPITALISTA

Para Marx, o comércio é uma forma de captar a mais-valia da produção, já que não se pode obter mais-valia na esfera da circulação, sendo considerada uma trapaça do comércio, que drena a mais-valia da produção (MARX, 2013 [1867], p. 178). A Coop, atuante na esfera da circulação, resgata essa mais-valia da esfera da produção, mas, ao contrário do comércio capitalista, a redistribui de volta para os trabalhadores – não diretamente e individualmente aos que produziram os produtos comercializados -, mas para toda a comunidade, através do cooperativismo de consumo, ou seja, uma forma de circulação na qual o trabalho excedente não é acumulado pela classe capitalista, mas distribuído para os cooperados e pela comunidade em geral.

A análise não deve ser realizada objetivando a particularidade de quem trabalhou especificamente na produção de um produto, mas sim na troca de rumo que o trabalho excedente assume. O resgate da mais-valia ocorre de forma coletiva entre os trabalhadores, não respeitando indivíduos ou regiões de origem dessa mais-valia. Lembramos novamente que o projeto cooperativista de consumo de Charles Gide não se limita à esfera da circulação, mas horizontaliza e verticaliza suas atividades, incorporando-se às fábricas e à agricultura quando as condições são favoráveis às cooperativas de consumo. Ou seja, isso ocorre quando essas não estão sufocadas tentando sobreviver à concorrência capitalista, que pode impor escalas proibitivas para o funcionamento de algumas cooperativas de consumo, mas sim dita as regras ao se tornar um ator hegemônico (GIDE, 1910).

Enquanto a fase atual do capitalismo acelera a privatização de parcela do espaço, colocando-o nas mãos dos capitalistas, as cooperativas de consumo apresentam papel inverso, pois ao controlarem parcela do espaço geográfico, invertem essa dinâmica, fazendo com que as relações sociais de produção também mudem. Não a relação social de produção direta, pois as cooperativas de consumo ainda apresentam uma atividade majoritária na esfera da circulação, mas uma relação social não produtiva, já que uma parcela da mais-valia é cooptada pela circulação, fazendo com que sejam relações sociais através do trabalho improdutivo – aquele que não está ligado diretamente à esfera da produção, como analisaremos a seguir.

A maturidade do capitalismo surgiu com a evolução das técnicas e as mudanças nas relações sociais que transformaram a força de trabalho em uma mercadoria, retirando radicalmente dos trabalhadores o controle dos meios de produção. O desenvolvimento das

técnicas e das forças produtivas possibilita a transformação da forma social, fazendo com que

uma nova classe social se aproprie do trabalho excedente de outros. As primeiras classes sociais estão ligadas intimamente às técnicas e à Revolução Agrícola que, aumentando o excedente, também aumentou o número de pessoas que poderiam se apropriar desses excedentes do trabalho.

No presente capítulo, indicaremos como ao longo da história a evolução das técnicas permitiu uma mudança nas forças produtivas e nas relações sociais de produção ao ponto de uma classe poder se apropriar do trabalho excedente de outras classes sociais. Essa mudança provocou ações reativas daqueles que se sentiam injustiçados com a nova dinâmica capitalista, entre eles as cooperativas de consumo. A Coop, criada em 1954, também apresenta uma mudança reativa, pois operando em uma dinâmica em que não persegue o lucro, funciona como um ponto de inflexão espacial cooperativista. É essa trajetória que iremos analisar a partir de agora.

2.1 Desvendando o ponto de inflexão espacial: da Revolução Agrícola ao surgimento da forma social capitalista

Analisaremos agora a evolução do ponto de inflexão espacial.

2.1.1 Revolução Agrícola, trabalho excedente e forma social

Quando uma nova unidade da Coop se instala em um espaço, corre também uma mudança também na condutividade do trabalho excedente, pois o que seria apropriado por uma empresa capitalista é pulverizado entre milhares de cooperados, que também são trabalhadores, ou reservado dentro da própria Cooperativa na forma de reservas legais, capital de giro ou ainda em objetos técnicos que são cruciais para a expansão das atividades da Coop no espaço. É importante notar que esse acúmulo da Cooperativa objetiva a distribuição e não a concentração, como no caso da acumulação capitalista. No entanto, não podemos superficialmente discutir essa habilidade da Coop e do cooperativismo de consumo sem antes nos aprofundarmos sobre o significado desse trabalho excedente ao qual nos referimos e como essa mudança na sua apropriação, a partir de uma forma social, pode gerar o ponto de inflexão.

O espaço geográfico é modificado sempre que uma nova técnica é incorporada a ele, alterando objetos e ações. O controle do fogo pelo homem, por exemplo, foi uma técnica que levou a transformações significativas no espaço. Embora a tenha evoluído desde o domínio do fogo, foi com a Revolução Agrícola que uma nova etapa surgiu para as mudanças nas relações sociais e na construção do espaço (DIAMOND, 2014, p. 84). Essa técnica não é específica de uma região, mas faz parte da capacidade evolutiva da humanidade. Como disse Harari (2016, p. 88) “povos na América central domesticaram milho e feijão sem saber nada a respeito do cultivo de trigo e ervilha no Oriente médio. Os sul-americanos aprenderam a domesticar batata lhamas sem saber o que estava acontecendo no México nem Levante”. Logo, a Revolução Agrícola foi uma ruptura no espaço geográfico.

Durante milênios, os humanos foram caçadores-coletores que consumiam grãos de trigo conforme os encontravam em sua forma selvagem, como parte secundária de sua dieta. Por volta de 18.000 anos atrás, um evento externo ao homem ocorreu quando a última era glacial deu lugar a um período de aquecimento global, aumentando as temperaturas e as chuvas, condições essas ideais para a proliferação de trigo e outros cereais no Oriente Médio. A abundância desses alimentos também aumentou sua ingestão pelos humanos. No entanto, era impossível comer grãos silvestres sem antes selecioná-los, moê-los e cozinhá-los. Ao serem coletados e levados aos acampamentos temporários para serem processados, alguns desses pequenos e delicados grãos inevitavelmente caíam na terra, se perdendo. Nos acampamentos mais utilizados pelos humanos, a densidade do trigo nas pelas trilhas, transformando essas áreas, mesmo de forma não intencional, em campos agrícolas (HARARI, 2016).

As queimadas realizadas pelo homem em matas fechadas também contribuíam para a proliferação do trigo, pois, ao limpar árvores e arbustos, eliminava-se a concorrência que absorvia água e nutrientes do solo, além de aumentar a fotossíntese do trigo e das gramíneas. Onde o trigo se adensava, alguns humanos puderam, lentamente, abandonar seu estilo de vida nômade e se assentar em acampamentos por uma estação inteira, ou mesmo em caráter permanente (HARARI, 2016, p. 94-95). A partir de então, as técnicas humanas evoluíram para proteger o trigo de intempéries (HARARI, 2016, p. 90).

A Revolução Agrícola, ao mesmo tempo em que aumentava a disponibilidade de alimentos para a humanidade, diminuía sua diversidade e a qualidade da dieta humana. A descoberta de fósseis também demonstra que houve uma piora considerável no trabalho do agricultor em relação ao caçador-coletor (HARARI, 2016, p. 91), e a dependência de um punhado de cereais aumentava a vulnerabilidade às. Esses pontos levaram Harari a entender a

Revolução Agrícola como a maior fraude da história (HARARI, 2016, p. 89-90).

No entanto, a piora das condições individuais teve como contrapartida o aumento na proliferação da espécie pela multiplicação de alimentos por hectare (HARARI, 2016, p. 92-93), pois, “ao selecionar e cultivar as poucas espécies de plantas e animais que podemos comer, de modo que elas constituam 90% e não 0,1% de biomassa em um hectare de terra, obtemos um volume muito maior de calorias por hectare” (DIAMOND, 2014, p. 86). Em comparação com caçadores-coletores, as novas áreas agrícolas podiam alimentar mais 10 a 100 vezes mais pessoas (DIAMOND, 2014, p. 86), tornando os agricultores hegemônicos em relação aos caçadores. (DIAMOND, 2014, p. 86).

Outra transformação advinda da Revolução Agrícola foi o aumento da violência entre os próprios agricultores, pois enquanto grupos de caçadores-coletores podiam fugir levando seus poucos pertences, os agricultores, sedentários, possuíam uma série de objetos técnicos fixos, fazendo com que um eventual ataque de outros humanos por território tornasse o conflito mais violento já que humanos, agora fixados, não pudessem fugir com seus objetos técnicos e passassem a brigar por sua posição (HARARI, 2016, p. 92). “A revolução agrícola manteve mais pessoas vivas em condições piores” (HARARI, 2016, p. 93).

Porém, “Por que os humanos não abandonaram a agricultura quando o plano saiu errado?” (HARARI, 2016, p. 97). A resposta dessa questão reforça a importância do espaço geográfico no comportamento humano, pois depois que o espaço geográfico – sempre impregnado de técnica – é construído pelos sujeitos, uma nova dinâmica é acionada e os humanos precisam se adaptar a esse novo espaço geográfico. Por que não voltamos a ser caçadores-coletores?

Em parte, porque demorou gerações até que pequenas mudanças se acumulassem e transformassem a sociedade, e, a essa altura, ninguém se lembrava de que algum dia vivera de modo diferente. E, em parte, porque o crescimento populacional não deixou outra alternativa aos humanos. Se a adoção do arado aumentou a população de um vilarejo de 100 para 110, que dez pessoas teriam se voluntariado para passar fome enquanto as demais poderiam voltar aos bons velhos tempos? Não havia volta. A armadilha fora acionada (HARARI, 2016, p. 97).

A revolução agrícola ocasionou uma série de problemas imediatos para aqueles que começaram a praticá-la, mas foi fundamental para a evolução de outros métodos. O excedente criado pela maior produtividade por hectare fez com que certas estratégias pudessem ser aprimoradas por especialistas. Cada avanço tecnológico gera um novo sistema mais complexo e robusto capaz de gerar ainda mais técnicas em uma progressão geométrica. Diamond (2014), se refere a esse processo da complexificação do espaço pela técnica

acelerando a criação de novas formas como processo autocatalítico.

Como tecnologia gera mais tecnologia, a importância da difusão de uma invenção possivelmente ultrapassa a importância da invenção original. A história da tecnologia exemplifica o que é chamado de processo autocatalítico: isto é, é um processo que avança a uma velocidade que aumenta com o tempo, porque ele se catalisa. A explosão da tecnologia desde a revolução industrial nos impressiona hoje, mas a explosão medieval foi igualmente impressionante, comparada à idade do bronze que, por sua vez, ultrapassou a do paleolítico superior. [...] Há outra explicação importante da autocatálise é que novas tecnologias e novos materiais possibilitam a geração de outras tecnologias novas pelo processo de recombinação. Por exemplo, porque a impressão difundiu-se de modo explosivo na Europa medieval depois que Gutenberg imprimiu sua bíblia em 1455, mas não depois que um impressor desconhecido gravou o disco de Festo em 1700 a.C.? Em parte, porque os impressores europeus medievais conseguiram combinar 6 avanços tecnológicos, a maioria deles inacessível a pessoa que fez o disco de Festo (DIAMOND, 2014, p. 258-259).

Essa autocatálise é impulsionada pelos especialistas que surgem a partir do trabalho excedente gerado pela Revolução Agrícola, ou seja, aquilo que é produzido além do necessário para que o indivíduo produtor sobreviva. As condições primitivas dos caçadores-coletores não os permitiam criar trabalho excedente, pois era preciso que todos se envolvessem no trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo com toda a produção sendo usada para esta sobrevivência. Com a constituição dos especialistas - aqueles que poderiam aperfeiçoar as técnicas e os objetos técnicos sem necessariamente se envolver totalmente com a produção direta - o espaço passou por mudanças cada vez mais aceleradas.

Os estoques de comida eram essenciais para alimentar os especialistas que não se dedicavam ao cultivo, podendo abastecer cidades inteiras. Portanto, as sociedades de nômades têm pouco ou nenhuma especialista em tempo integral, que surgem nas sociedades sedentárias. Dois tipos desses especialistas são os reis e os burocratas. Os caçadores-coletores tendem a desenvolver sociedades relativamente igualitárias, sem burocratas e sem chefes hereditários, além de terem pouquíssima organização política em seu bando ou tribo. Isso acontece porque todos os seus integrantes em condições de caçar são obrigados a dedicar a maior parte de seu tempo a procurar comida. Já entre os que são de estocar alimentos, uma elite política pode obter o controle da comida produzida por outros, criar taxas, livrar-se da obrigação de conseguir a sua própria alimentação e dedicar-se em tempo integral às atividades políticas. [...] Os estoques de comida podiam também alimentar os sacerdotes, que forneciam justificativas religiosas para as guerras de conquista; artesãos especialistas em metais, que produzem espadas, armas e outras tecnologias; e escribas, capazes de preservar muito mais informações do que as que podem ser recordadas de forma precisa (DIAMOND, 2014, p. 87-88).

As novas técnicas possibilitaram que o trabalho excedente de alguns sustentassem os que não trabalhavam na produção, surgindo as classes sociais. Assim, o que marca a sociedade de classes é ter um grupo que apresenta trabalho produtivo e outro que sobrevive às custas desse trabalho, e, “para que este último sobreviva, o primeiro deve criar mais valor de uso do que eles mesmos necessitam: deve existir um excesso para manter a classe que não trabalha” (COHEN, 2013, p. 241-242).

Quando a capacidade produtiva, como nas sociedades pré-Revolução Agrícola é muito baixa, não pode existir classes. Cohen afirma que:

inicialmente os homens vivem como iguais em uma sociedade sem classes, em uma primitiva acomodação com a natureza, a qual o seu trabalho não transforma permanentemente. Cada um trabalha não para o outro, mas para a comunidade como um todo, a qual ele é e se sente unido. Todos compartilham de condições físicas e culturais de escassez. Essa acomodação é abalada pelo crescimento populacional, que experiencia uma expansão na produção e uma tecnologia mais agressiva. A conjunção original entre homem e natureza é rompida por instrumentos que atacam e alteram a superfície terrestre. Agora os animais não são somente caçados, mas criados. As verduras são plantadas, não somente escolhidas. Essa atitude de superioridade em relação à natureza produz um excedente maior do que o necessário para sustentar aqueles que produzem, isso possibilita a formação de uma classe que não trabalha na natureza, que desempenha as tarefas intelectuais e organizacionais da sociedade, se é que ela afinal desempenha alguma tarefa, e que extrai dos produtores no máximo que pode. Essa classe domina o conjunto da comunidade, destruindo-a, assim, como um conjunto. A unidade entre os homens é substituída pelo antagonismo classista. Os homens rompem uns com os outros em virtude de um processo que se inicia quando eles rompem com a natureza (COHEN, 2013, p. 56-57).

Em relação ao excedente que cada sociedade consegue produzir, Cohen, a partir de Marx, associa quatro formas da estrutura econômica da sociedade com quatro fases de desenvolvimento produtivo. Na primeira, a sociedade pré-classes, anterior à Revolução Agrícola, nenhum excedente é produzido. Uma segunda estrutura econômica surge quando algum excedente começa a ser produzido, mas ainda de forma lenta, criando as formas sociais escravocratas e servis com desigualdades sociais severas devido à baixa tecnologia e produtividade. A partir do momento em que as técnicas e as forças produtivas avançam, surge um terceiro momento, em que um excedente moderadamente alto é produzido, criando a forma social capitalista responsável por acelerar cada vez mais esta sobra e concentrá-lo de forma exponencial nas mãos de uma classe, os capitalistas.

Para Cohen, após essa fase, surgirá um quarto momento pós-classes, no qual um excedente massivo é produzido pelas técnicas altamente avançadas e poupadoras de mão de obra, que possibilitarão com que uma grande quantidade de riqueza seja produzida sem uso

massivo de trabalhadores (COHEN, 2013, p. 241). Esse momento potencializaria as capacidades humanas de forma exponencial, pois milhões de pessoa seriam liberadas de trabalhos mecânicos, contribuindo para um avanço cada vez maior das técnicas sob a égide de uma nova estrutura econômica.

Mas o que é a estrutura econômica? “A estrutura econômica de uma sociedade é a totalidade do conjunto das suas relações de produção” (COHEN, 2013, p. 97). É justamente a partir dessa estrutura econômica que identifica mos a forma social, pois essa representa também o desenvolvimento econômicos da sociedade, ou seja, se está em um estágio de “escravidão”, “servidão”, “capitalismo” e “socialismo”. Quando uma dessas relações de produção é predominante, dá nome à formação social. Ter uma relação social predominante não impede que outras relações sociais possam existir paralelamente e subordinadas à formação social vigente.

Na formação social capitalista, são as relações de produção que predominam, mas elas não são as únicas a existirem (COHEN, 2013, p. 112-113). Marx se refere à forma social capitalista da seguinte maneira:

quaisquer que sejam as formas sociais da produção, os trabalhadores e os meios de produção permanecem sempre como seus fatores constitutivos. Mas, enquanto se encontram separados uns dos outros, são fatores de produção apenas em potencial. Para que se produza efetivamente, precisam ser combinados. O modo particular dessa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social. No caso presente, a separação entre o trabalhador livre e seus meios de produção constitui o ponto de partida dado, e vimos como e sob quais condições ambos são unificados na mão do capitalista – a saber, como modos produtivos de existência de seu capital (MARX, 2014 [1885], p. 128).

A forma social surge na medida em que as técnicas são incorporadas ao espaço geográfico. Mesmo antes de os seres humanos serem divididos em classes, o que ocorreu apenas após a Revolução Agrícola, já existia uma forma social, o comunismo primitivo (COHEN, 2013, p. 137), pois “cada sociedade possui uma economia, uma estrutura econômica de uma forma social (ou econômica)” (COHEN, 2013, p. 120). No comunismo primitivo, os seres humanos mantinham relações uns com os outros e, “tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social” (MARX, 2013 [1867], p. 122).

Dobb (1983, p. 3) afirma que os períodos da história são misturas complexas, mas isso não impede que, tomando os devidos cuidados, possamos achar certas características comuns em cada um dos períodos. Assim, dentro de uma mesma forma social, podemos

encontrar diversos modos de produção, mas é o modo de produção majoritário que dá forma à sociedade e às relações dominantes no interior dessa estrutura econômica (COHEN, 2013, p. 114).

Singer atenta para essa competição dos modos de produção dentro de uma formação social e classifica alguns modos de produção concorrentes ao capitalista.

Na formação social capitalista há diversos outros modos de produção. Podemos enumerar os mais importantes. A produção simples de mercadorias é realizada por produtores independentes, que possuem próprios meios de produção. Normalmente os proprietários não empregam trabalhadores assalariados, mas membros da família. Excepcionalmente, haverá empregados, quase só em funções auxiliares. A produção pública, estatal ou privada, emprega assalariados e oferece bens ou serviços gratuitamente. Ex.: ensino público, segurança pública, saúde pública etc. A produção doméstica se caracteriza pelo autoconsumo. Ela abarca as atividades produtivas realizadas no seio da família, para o consumo de seus membros. A produção cooperativa é constituída por empresas de propriedade de seus trabalhadores ²⁶. Ela produz ou distribui mercadorias, como a produção simples, mas difere desta porque abrange empresas não só pequenas, mas de porte médio e grande (SINGER, 1998, p. 137-138).

Relações de produção que não são hegemônicas dentro da formação social ficam subordinadas às relações de produção hegemônicas e, portanto, à forma social. Isso ocorre quando uma cooperativa, uma produção independente ou mesmo a produção pública precisam comprar seus insumos de empresas capitalistas e vender seus produtos para elas a partir da dinâmica capitalista, contribuindo de alguma forma para a acumulação de capital nas mãos de determinadas facções do capital.

Dentro da forma social, poderemos observar forças produtivas em constante evolução, pois obedecem às necessidades humanas para além das relações sociais. Isso ocorre porque:

assim como o selvagem deve lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para assegurar e reproduzir sua vida, também deve fazê-lo o homem civilizado, e deve fazê-lo em todas as formações sociais e sob todos os modos de produção possíveis. Com o seu desenvolvimento, amplia-se esse Reino da necessidade natural, porque se ampliam as suas necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem (MARX, 2016, p. 800).

A produção de instrumentos agrícolas, por exemplo, foi utilizada em fazendas da antiga

²⁶ A questão da cooperativa pertencendo aos trabalhadores demonstra um pensamento de Singer voltado para cooperativas de produção em detrimento ao de consumo. Uma cooperativa de consumo não pertence apenas aos seus trabalhadores, mas a toda comunidade cooperada.

União Soviética, no *agrobusiness* estadunidense, nos campos feudais e nos territórios romanos (COHEN, 2013, p. 115). Dentro de uma forma social, o ponto espacial onde o trabalho excedente criado vai de encontro às relações sociais hegemônicas é chamado por nós de “ponto de inflexão espacial”. Dentro da forma social feudal, os pontos de inflexão espaciais poderiam ser, por exemplo, capitalistas, pois esses ainda não eram hegemônicos, portanto, sem uma forma social capitalista. Na forma social capitalista, existem pontos espaciais de inflexão onde o trabalho excedente segue um caminho alternativo, como é o caso da Coop, que, apesar de não estar diretamente vinculada ao setor produtivo, como dito anteriormente, resgata a mais-valia e a redistribui novamente aos trabalhadores cooperados, frente aos capitalistas comerciais que, sem a Coop, acumulariam capital nas mãos dos sócios sem realizar uma distribuição cooperativista.

Definido o que entendemos por formação social, com seu caráter heterogêneo, mas com um elemento hegemônico, seguimos para o conceito de revolução social, que pode ser entendido como a evolução dos modos de produção contra-hegemônicos dentro de uma forma social vigente. A Coop, devido ao seu caráter redistributivo em oposição à acumulação capitalista, desempenha um papel contra-hegemônico fundamental na construção do espaço geográfico.

2.1.2 A Revolução Social: Transformando o Destino do Trabalho Excedente dentro de uma Forma Social

Uma revolução social ocorre quando forças produtivas entram em contradição com as relações de produção. O que nos interessa aqui é entender o caminho que o trabalho excedente percorre ao deixar de ser apropriado por uma determinada classe, no caso, a feudal, para aos poucos ser transferido para a classe capitalista, inaugurando assim uma nova forma social. A análise pretérita é importante para entendermos como a Coop, atualmente, transforma o espaço e as relações sociais, alterando-se em um “ponto de inflexão espacial cooperativista”.

O feudalismo aqui é definido pela perspectiva de Dobb (1983, p. 27) como “a relação entre produtor direto (seja ele artesão em alguma oficina ou camponês cultivador da terra) e seu superior imediato, ou senhor, e no teor socioeconômico da obrigação que os liga entre si”. Nessa forma social, é a servidão que predomina, como “uma obrigação imposta ao

produtor pela força, e independentemente de sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviço a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie” (DOBB, 1983, p. 27). Obrigação essa cumprida pela força militar e dos costumes. Algumas características como baixo nível técnico da produção e uma produtividade voltada para o interior do feudo também marcam o feudalismo, mas devemos considerar que uma complexificação da sociedade não pode considerar tais características como homogêneas, tendo como formas não hegemônicas o aumento dos implantes capitalistas nessa forma social feudal, por exemplo, o assalariamento.

Dentro dessa forma social, os senhores de terras encontraram conforto na autossuficiência do feudo, enquanto o isolamento dos servos reforçava ainda mais essa dinâmica. Isso ocorreu porque o isolamento reduzia as oportunidades para os servos questionarem os ensinamentos da igreja ou as condições que os tornaram leais aos seus senhores. A partir de 1100, o comércio na Europa teve crescimento significativo e, com isso, aumentou a presença do comerciante e a influência das cidades sobre o restante do tecido social na Europa. As trocas monetárias através do dinheiro também passam a ser um corpo estranho àquela monotonia que marcava o feudo e fizeram com que os senhores feudais iniciassem tanto a procura pelo trabalho assalariado, como o arrendamento de suas terras com uma frequência cada vez maior (DOBB, 1983, p. 27-28; SINGER, 1998, p. 26-27).

Apesar de Dobb (1983, p. 30) acreditar que todos esses fatores fossem importantes para a transformação social daquele período, o autor pondera que, inicialmente, o aumento das trocas comerciais e da circulação de dinheiro e de mercadoria tenham contribuído para um aumento da servidão, já que os senhores reagiram ao perceber novos atores concorrentes. Para demonstrar como a presença de trocas monetárias não são incompatíveis com a servidão, Dobb cita os séculos II e III da era cristã, quando as colônias comerciais gregas nas costas do Mar Negro eram governadas com grande número de servos nativos, e a servidão russa do século XVIII, que observou a servidão aumentar e se aproximar de uma certa escravidão, ao mesmo tempo em que o comércio crescia em uma velocidade nunca vista no país (DOBB, 1983, p. 31). Assim, apenas o crescimento das trocas monetárias não foi o suficiente para “animar um senhor feudal a cancelar ou afrouxar as obrigações tradicionais de seus servos e substituí-las por uma relação contratual” (DOBB, 1983, p. 31).

As novas mercadorias chegadas de fora fizeram aumentar o desejo dos senhores feudais sobre elas, fazendo com que o trabalho excedente retirado dos servos crescesse e, somado à baixa produtividade do sistema feudal, tornasse a pressão sobre os servos insuportável (DOBB, 1983, p. 32). Essa situação dramática vivida nos feudos aumentou de forma

significativa as fugas, tornando a escassez de trabalhadores um fator essencial para mergulhar o feudalismo em uma grave crise nos séculos XIV e XV. Os servos capturados, ao invés de serem devolvidos para os senhores de origem, passaram a ser usados pelo senhor que os capturou, criando um novo acordo e uma grande disputa entre os próprios senhores feudais (DOBB, 1983, p. 34). A crise, agravada por guerras e pela peste, tinha raízes econômicas anteriores à peste (DOBB, 1983, p. 36).

Com o campo esvaziado, os senhores feudais precisavam urgentemente atrair trabalhadores para suas terras. Uma das formas era oferecer um trabalho assalariado em que as condições eram mais produtivas e melhores para o trabalhador do que as antigas. Além disso, os arrendamentos também passaram a ser comuns como forma de atração.

Hoje, parece claro que esse arrendamento das propriedades foi mais uma expressão de crises econômicas do que fruto da crescente ambição de comerciar e desenvolver a que comumente se tem atribuído no passado [...] É fato bem conhecido que o trabalho compulsório tende a ser muito menos eficiente do que o trabalho pois em suas próprias terras em seu próprio tempo; e, mesmo que o senhor se esforças se por adotar uma supervisão adequada do trabalho, o rendimento desses serviços obrigatórios permanecia frequentemente incerto e baixo (DOBB, 1983, p. 36 e 40).

Se a forma social era a feudal, perguntaríamos, então, para onde esses servos, que fugiam de condições insuportáveis os quais eram submetidos, iam se estabelecer? Onde encontrar uma proteção das obrigações feudais?

Se a pressão da exploração feudal e o declínio da agricultura ajudaram a suprir as cidades com imigrantes, a existência destas como oás is mais ou menos livres numa sociedade que não era livre agir por si só como íman sobre a população rural, incentivando o êxodo das propriedades senhoriais para escapar às exações feudais, o qual desempenhou o papel poderoso na fase de declínio do sistema feudal que tentamos descrever (DOBB, 1983, p. 51).

As cidades eram o refúgio desses trabalhadores (SINGER, 1998, p. 27-28). Existem algumas explicações de como as cidades que abrigaram os fugitivos surgiram na Europa. Uma delas é pela movimentação dos comerciantes humildes, que se uniam para ir de feira a outra, ou de uma residência feudal a outra, carregando uma série de artigos em caravanas, aumentando a segurança do grupo. Eles deslocavam-se pelas antigas estradas construídas pelos romanos que, durante boa parte do feudalismo, eram pouco usadas e muito perigosas. No encontro dessas estradas, eles montavam acampamentos em sítio de antigas cidades romanas, em muros de algum castelo feudal ou em mosteiros. Esses assentamentos proliferavam em quantidade e complexidade, resultando em um aumento das taxas pagas

aos reis em troca de proteção, e na construção de muros cada vez maiores para garantir a segurança. À medida que essas taxas e os empréstimos concedidos aos reis cresciam, os comerciantes passavam a desfrutar de uma crescente independência em relação às obrigações feudais, até mesmo estendendo suas atividades através das terras dos senhores feudais e exercendo controle sobre o comércio local. Isso, frequentemente, culminava em conflitos que eram mediados pelo próprio rei (DOBB, 1983, p. 54). Muitas dessas cidades também eram influenciadas diretamente por senhores feudais, que se aproveitavam da nova dinâmica comercial para estabelecer uma ampliação de seus domínios (DOBB, 1983, p. 56). O período feudal não foi ausente de comércio e alguns senhores já apresentavam conhecimento dessa atividade antes mesmo do alargamento do comércio no século XII (DOBB, 1983, p. 58).

O novo caminho que a apropriação do trabalho excedente traçou das mãos dos senhores feudais para as mãos dos comerciantes fez com que a superestrutura acompanhasse essa nova dinâmica, com mudanças nas leis que favoreciam a nova classe em detrimento da outra. Nessas condições, artesãos urbanos iniciam uma nova forma de produção, que ainda não era suficiente para transformar a forma social vigente, haja vista que:

o modo de produção por elas consagrado no artesanato urbano representava uma forma de produção mercantil simples, de um tipo sem classe, camponês, onde os instrumentos utilizados eram de propriedade dos artesãos: uma forma que diferia do artesanato empreendido numa propriedade feudal apenas na medida em que o artesão fabricava seus artigos para vender no mercado e não os fabricava como obrigação de serviço para um senhor (e esse último caso podia às vezes aplica-se também artesãos da aldeia). Nada existia nesses primeiros tempos (isto é, antes do final do século XV) na Inglaterra com respeito a esse modo de produção que o tornasse capitalista: embora o artesão aceitasse aprendizes e empregasse um jornaleiro ou dois para ajudá-lo, jazia ainda em escala pequena demais para constituir, em qualquer sentido, o Esteio da renda do artesão ou qualificá-lo como trabalhador autônomo (DOBB, 1983, p. 52).

O que favoreceu as condições das cidades iniciarem uma mudança nas relações sociais de produção do feudalismo para o capitalismo? O capital mercantil que, normalmente, estava ligado a alguma disputa de monopólio, seja a favor ou contra. Dependendo da situação que o favorecesse, penetrava lentamente na produção quando financiava os artesãos. Caso os artesãos não conseguissem pagar suas dívidas, tinham seus instrumentos de trabalhos apropriados pelos comerciantes, o que transformava o capital mercantil em proprietários das forças produtivas e empregador desses antigos artesãos,

portanto, passava a atuar na produção (DOBB, 1983, p. 15)²⁷. Isso demonstra o capital mercantil se apropriando das forças produtivas. Papel que Charles Gide almeja para as cooperativas de consumo que, diferentemente daquele capital mercantil que atuava na forma social feudal, atua em uma forma social capitalista a partir do cooperativismo.

A proteção que os artesãos tinham na cidade como corporação que forçava um monopólio de sua atividade não era estendida ao campo, motivo pelo qual grande parte da manufatura desenvolveu-se nesse ambiente, com intuito de se livrar dessas proteções por parte do proprietário que empregava os trabalhadores (SINGER, 1998, p. 36). Ruy Moreira (2016) demonstra diferenças entre a manufatura crescente e o artesanato, que não se restringem às modificações da paisagem, mas também à divisão do trabalho, identificado da seguinte forma:

diferentemente do artesanato, a manufatura se instala num prédio com função específica de produção industrial, geralmente um galpão adaptado a esse fim e destacado num ponto visível da paisagem por sua localização frente às fontes de matérias-primas e de mercado. [...] A oferta de mão de obra é um dos elementos-chave dessa localização, reunindo no galpão, sob relação assalariada, artesãos da área circundante de habilidades que se complementem numa divisão interna de trabalho por meio da qual a manufatura rebaixe os custos e garanta lugar numa disputa de mercado tão mais acirrada quanto mais progredir a própria evolução manufatureira. [...] Com o tempo, as ferramentas herdadas do artesanato se associam na forma de máquinas de arquitetura integrada, as formas de energia ganham a potência de animais de grande porte, do vento e das quedas d'água, os meios e vias de transporte e comunicação tornam-se mais rápidos, fazendo os produtos chegarem menos tempo em maior quantidade nos mercados, no implemento de transformação material da sociedade em grande escala (MOREIRA, 2016, p. 25).

Iniciada no século XII-XIV (MOREIRA, 2016, p. 24), a manufatura tem um caráter transitório em direção a forma social capitalista junto à revolução técnica da indústria têxtil e uma modificação da superestrutura da sociedade que passou a contar com leis que facilitavam os avanços técnicos e combatia monopólios (SINGER, 1998, p. 30-31).

A pressão pela maior produtividade através do desenvolvimento das forças

²⁷ “É bem verdade que já antes disso podem ser encontrados exemplos bem numerosos de uma situação transitória em que o artesão perdera grande parte de sua independência, pela dívida ou diante do monopólio dos comerciantes atacadistas, e apresentava relações de alguma dependência com um mercador, dono de capital. Também é verdade que no século XIV, ou mesmo antes, existia um número considerável o que podemos chamar (para usar a terminologia moderna) de tipo kukak de empreendimento – o camponês bem de vida na aldeia, o comerciante local, o trabalhador proprietário nos artesanatos urbanos, empregando o trabalho assalariado. Estes, no entanto, parecem ter sido pouco numerosos e insuficientemente amadurecidos, para serem tomados como muito mais do que um novo capitalismo adolescente, não chegando a justificar que situemos a existência do capitalismo, já nessa altura, como um novo modo de produção, suficientemente claro e extenso a ponto de construir um desafio sério a outro mais antigo! (Dobb, 1983, p. 15)

produtivas, influenciando de forma crescente as novas relações de sociais de produção, fez, conseqüentemente, que uma superestrutura fosse adaptada para facilitar esse processo. Para Singer:

a importância das revoluções políticas para as revoluções sociais é que as primeiras romperam impasses e detonaram torrentes de inovações institucionais, submergindo resistências que tinham paralisado as revoluções sociais por longos períodos. Não obstante, em muitos países a revolução capitalista avançou sem que tenha havido qualquer revolução burguesa, enquanto episódio histórico delimitado no tempo. São exemplos: os domínios britânicos, os países escandinavos, ibéricos etc. (SINGER, 1998, p. 21).

Assim, pontos de inflexão espaciais capitalistas eram implantados constantemente em uma forma social feudal. Esse cúmulo de pontos onde o trabalho excedente migrava de uma classe para outra, no caso a feudal para o que futuramente seria a classe capitalista, forma a revolução social. Mas apesar desses pontos ficarem cada vez mais densos, ainda faltava algo para que houvesse um rompimento da hegemonia feudal para a hegemonia do acúmulo do capital. Isso ocorreu graças aos avanços técnicos apropriados pela classe capitalista, como veremos a seguir.

2.1.3 A evolução da técnica e o nascimento da forma social capitalista

O desenvolvimento das forças produtivas, que ocorre através de um novo conjunto de objetos técnicos e ações, propiciou o surgimento da forma social capitalista. Alguns desses objetos técnicos produtivos valem a pena ser destacados por serem eventos singulares na transformação das forças produtivas e ilustram como mudaram as relações sociais de produção. Dentro de uma série de pequenas invenções técnicas, é necessário destacar a lançadeira volante, criada por John Kay, em 1733, que aumentou a produtividade e retirou das mãos dos tecelões a própria produção de tecidos (SINGER, 1998, p. 40). O aumento acelerado e repentino dessa produção demandou uma aceleração também na produção de fios. Porém, essa inovação não foi imediata e sua ausência causou uma série de distúrbios no mercado têxtil (SINGER, 1998, p. 40).

A alta demanda por fiação resultou em um aumento de seu valor, levando a tentativas de melhorar sua produtividade. Em 1738, Lewis Paul patenteou uma máquina de fiar concebida por John Wyatt, porém seu desempenho não foi satisfatório. Mesmo assim, em 1740, os dois fundaram uma fábrica, utilizando o trabalho de dez mulheres e dois burros. Apesar dos esforços, a empreitada fracassou e a fábrica foi vendida à Arkwright, em 1764 que, mais tarde, venderia as terras de Lancashire para Robert Owen, considerado o pioneiro das

cooperativas (COLE, 1944; SINGER, 1998, p. 30-31).

Enquanto a técnica de fiar não evoluía, o avanço na produção de tecido era cada vez mais estrangulado. A situação ficou desequilibrada de tal modo que “sociedade para o incentivo às artes e manufaturas” foi oferecido um prêmio para quem conseguisse inventar uma nova, viável e produtiva máquina de fiar (SINGER, 1998, p. 41). Em 1767, Hargreaves concebeu uma máquina de fiar que era mais produtiva, chamando-a de “filatório” e apelidada de “Jenny”. Assim, patenteou sua invenção e mudou-se para Nottingham, vendendo suas máquinas aos milhares. Essa máquina – Jenny – fortalecia a produção doméstica, pois seu preço acessível ainda era suficiente para a compra individualizada do produtor e isso, de alguma forma, influenciava decisivamente as relações sociais de produção, já que, com capacidade produtiva nas mãos do próprio produtor, o capital ainda não estava consolidado na produção, mas esse cenário mudaria logo, graças ao advento da máquina de Arkwright (SINGER, 1998, p. 41-42).

Nottingham foi à cidade em que Richard Arkwright, logo após patentear sua máquina de fiar em 1769, juntou-se a dois sócios, Need e Strutt, para depois de dois anos construir uma indústria às margens do rio Derwent, acionadas a partir de rodas hidráulicas. Em 1779, o empreendimento já contava com 300 trabalhadores e milhares de fusos. Essa nova máquina usada por Arkwright, que passou a ser chamada de *Water Frame* – armação de água –, necessitava de muitos investimentos, incluindo um grande galpão, para ser instalada, tornando-a incompatível com o uso doméstico, pois os trabalhadores não contavam com capital suficiente para esses investimentos e acabavam perdendo o controle da produção. Essa dinâmica contrastava com o filatório – Jenny –, que ainda permitia certo controle das forças produtivas pelos trabalhadores (SINGER, 1998, p. 43).

Para Singer (1988),

o melhor a este respeito é adotar uma atitude probabilística. A Jenny e o *Water Frame* surgiram ao mesmo tempo, para resolver o mesmo problema. Um reforçava o antigo regime, canalizava o progresso para a pequena produção de mercadorias; o outro abria passo ao capitalismo, sua utilização requeria uma escala que só o capital podia organizar. Por que a alternativa técnica capitalista prevaleceu, superando a artesanal? A resposta óbvia parece ser: porque a opção industrial e capitalista era mais produtiva, tinha superioridade competitiva, mostrava-se capaz de produzir melhor e mais barato. Mas, esta resposta pressupõe a liberdade de iniciativa, a livre competição nos mercados, o que naquela conjuntura histórica era falso. O modo dominante de produção não pressupunha a livre concorrência, mas a regulação tradicional das atividades produtivas, cada uma tendo direito a uma fração reconhecida do produto social (SINGER, 1998, p. 57).

E continua:

por tudo isso, os trabalhadores não-qualificados não foram abrangidos pelos sindicatos e ficaram um tanto à margem das primeiras grandes lutas da classe operária face à revolução capitalista. Esta tendeu, de forma geral, a afetar mais os trabalhadores qualificados, ao reduzi-los gradualmente ao status dos não-qualificados. Cada desenvolvimento das forças produtivas, conduzido pelo capital, transferia a máquinas automáticas operações até então executadas por trabalhadores qualificados. Os exemplos da fiação e da tecelagem são bastante expressivos. O progresso tecnológico consistiu, em boa parte, exatamente na invenção deste tipo de máquina, cada uma das quais destruía um ofício manual, mecanizando-o. O antigo mestre ou oficial tornava-se, na melhor das hipóteses, um operador de máquina. Só que, nesta nova condição, ele perdia o controle sobre o instrumento de produção e o próprio conhecimento a respeito do mesmo (SINGER, 1998, p. 68).

Agora, era necessário, para reequilibrar o mercado, aumentar a eficiência do tear mecânico. No ano de 1785, o ferreiro Cartwright patenteou seu tear mecânico, instalando uma máquina a vapor, em 1789, o que acabou com a necessidade da força animal ou da água. Em 1803, os teares já eram totalmente de metais, fazendo com que tecelões manuais fossem cada vez mais prejudicados por não conseguirem competir com a crescente produtividade das fábricas e seus preços baixos. “Em 1839, ainda havia tecelões manuais na Inglaterra, muitos morrendo de fome” (SINGER, 1998, p. 47). O aumento na escala de produção criada pelas inovações técnicas dentro da fábrica garantiu às novas relações de produção uma superioridade que tornou a produção capitalista hegemônica frente aos seus possíveis competidores (SINGER, 1998, p. 142).

Ruy Moreira narra essa transformação do artesanato e da manufatura para a fábrica, demonstrando que a transformação do espaço geográfico ocorre agora de forma acelerada e inédita, tendo em vista que:

a triangulação [- nível técnico das forças produtivas, paradigma de matérias-primas e padrão de tipo de material produzido -] e seus paradigmas ganham com a tecnologia do maquinismo uma forma diametralmente oposta à artesanal, deslocando o paradigma das matérias-primas vegetais e animais para fontes integralmente minerais, facilmente transformáveis pela tecnologia potente do sistema do maquinismo, bem como a tipologia de materiais empregados para os diferentes usos produtivos, em que ganham primacidade os metais, com isso dissociando e dicotomizando de vez a unidade orgânica do homem e da natureza, determinando uma forma de representação de homem, natureza e relação homem-natureza em que estes se estranham num todo de ambiente indiferente seja ao cunho e destino do homem, seja da natureza completamente (MOREIRA, 1998, p. 26).

Essa nova dinâmica da fábrica e da revolução industrial levava ao ápice uma classe de

capitalistas que tinham capital suficiente para promover toda a estrutura necessária que ia da implantação técnica, incluindo aqui o decisivo e afamado motor a vapor de James Watt criado em 1769 (SINGER, 1998, p. 53-53), até as mudanças das leis que facilitava m sua hegemonia.

Dois momentos cruciais para a ascensão do capitalismo são identificados: o primeiro, nas lutas políticas e sociais entre os privilegiados, particularmente os monopólios; e o segundo, na revolução industrial do final do século XVIII. Essa última alterou significativamente a esfera política e marcou o advento do capitalismo maduro. Antes desse período, havia uma fase pré-capitalista, caracterizada pela introdução gradual do capital na estrutura econômica existente. Graças aos avanços tecnológicos e à criação de novos artefatos técnicos, que foram apropriados pelos capitalistas, houve a ascensão da hegemonia do capitalismo sobre outras formas de relações de produção. Esse processo foi particularmente evidente com o surgimento da fábrica e sua produção em larga escala, que transformou os antigos trabalhadores proprietários dos próprios meios de produção em meros assalariados (DOBB, 1983, p. 15-16).

A evolução da técnica e sua apropriação por parte de um grupo específico demonstra uma parceria entre os novos e antigos capitalistas, pois os vanguardistas técnico-liberais, desprovidos de privilégios, necessitavam de uma parceria com os donos de uma antigo capital fabricante-comerciante para levar a frente seus projetos, realizando essa transição intra-capital sem grandes conflitos (DOBB, 1983, p. 18).

Identificar o momento de surgimento do capitalismo moderno e maduro durante a Revolução Industrial é mais simples do que rastrear seus estágios iniciais ao longo da história. Em muitos períodos, práticas capitalistas incipientes eram comuns. No entanto, como observado por Marx, essas atividades comerciais não representavam ainda o verdadeiro capital produtivo. Dobb critica autores que tentam identificar a forma social capitalista com base em práticas isoladas, que não refletem a ascensão técnico-produtiva que resultou nas novas relações de produção.

à medida que nosso conhecimento das primeiras sociedades econômicas aumenta, a tendência por parte dos que conferem tais significados ao termo é fazer recuar fronteiras do capitalismo para um tempo mais distante. Hoje compreendemos que as transações monetárias e a produção para um mercado eram muito mais comuns nos tempos medievais do que supúnhamos. Como observou Brentano, a Quarta Cruzada já demonstrara “verdadeira orgia de capitalismo”, nesse sentido da palavra. E, à medida que aumenta nosso conhecimento acerca das condições econômicas do mundo antigo, acumulam-se evidências de que, com base em tais definições, a presença do capitalismo não pode

ser negada até mesmo na Grécia e Roma clássicas. O uso lucrativo do dinheiro não é coisa exclusivamente moderna. A compra de escravos na Antiguidade era presumivelmente um emprego “lucrativo” de dinheiro, tanto quanto o contrato de trabalhadores assalariados hoje. O mundo clássico tinha seus agiotas, e *lucri rabies* (febre do lucro) não era pecado desconhecido para o mundo medieval. Se tivermos de considerar ambos como sociedades capitalistas, teremos de concluir que qualquer busca das origens do sistema dentro dos limites dos oito últimos séculos é inútil, e que o capitalismo deve ter estado presente, intermitentemente, na maior parte da história escrita (DOBB, 1983, p. 8).

O capitalismo é uma forma social no qual a força de trabalho se transforma em uma mercadoria e pode ser comprada e vendida pelos capitalistas detentores dos meios de produção,²⁸ criando uma divisão de classes entre proprietários desses meios e proprietários da força de trabalho (DOBB, 1983, p. 7). Reforçamos que o trabalhador sob as relações de produção capitalista se diferencia do servo por apresentar total liberdade na venda de sua força de trabalho, enquanto o servo mantinha um contrato de lealdade com seu senhor, que impossibilitava o livre trânsito dos servos entre os feudos sem autorização prévia. Os servos também apresentavam controle parcial sobre seus meios de produção, o que é ausente para o trabalhador capitalista (DOBB, 1983, p. 27-28).

As ilusões também se diferenciam entre esses trabalhadores pertencentes às relações de produção diferentes, pois o escravo, por exemplo, aparenta realizar apenas um trabalho não pago, porém consome grande parte daquilo que ele mesmo produz, enquanto o trabalhador assalariado capitalista, aparentando receber por todo seu trabalho, recebe apenas a parte que necessita para sua subsistência, aproximando-o dos escravos. (COHEN, 2013, p. 466).

Os servos também estavam sob a ilusão dos laços tradicionais que mantinham com seus senhores e as ligações religiosas que sustentavam essas relações de lealdade e de submissão. Apesar da violência exercida pelos senhores em caso de rebeldia, seria muito difícil controlar servos conscientes da farsa que a tradição feudal lhe impunha como verdade. Os trabalhadores assalariados capitalistas não são presos a nenhuma farsa de tradição com o capitalista, tendo em vista que o caráter utilitário da relação social é nítido. Eles precisam

²⁸ Cohen nos alerta, antes mesmo da atual discussão sobre a uberização do trabalho presente em Antunes (2018), que mesmo que uma parte dos meios de produção esteja nas mãos dos trabalhadores, não significa que esse trabalhador mantenha realmente o controle de sua subsistência. “Em geral, é verdade que o proletariado foi constituído quando os produtores imediatos foram privados de seus meios de produção. Mas a falta dos meios de produção não é tão essencial à posição de proletário como tradicionalmente vem sustentando. É melhor dizer que um proletário deve vender a sua força de trabalho para obter seus meios de vida. Ele pode possuir meios de produção, mas não pode empregá-los para o seu sustento, salvo se estabelecer um contrato com um capitalista” (COHEN, 2013, p. 107).

desmascarar a ilusão do fetichismo a que são submetidos para modificarem a forma social (COHEN, 2013, p. 465). “As obrigações feudais, que permitiam que x mandasse em y precisamente em virtude de quem eram x e y, chegam ao fim e não há mais ordens válidas, exceto aquelas que o receptor aceita mediante contrato” (COHEN, 2013, p. 164).

Para Dobb, o comércio não criou a forma social capitalista, tornando a denominação “capitalismo mercantil” inconsistente. Mesmo com a apropriação do trabalho excedente se acumulado na mão dos comerciantes, em detrimento dos senhores de escravos e senhores feudais, o modo de produção não foi modificado. A classe de comerciantes se nutria do modo de produção vigente – escravidão e servidão – e tinha interesse em extrair ao máximo o excedente desses produtores sem penetrar diretamente na produção. Portanto, além de não serem revolucionários, os comerciantes tinham interesse em manter o modo de produção em que atuavam, diferentemente de uma classe capitalista industrial que revolucionava o modo de produção (DOBB, 1983, p. 14-15). Mesmo sem perceber, eles implantavam um ponto de inflexão espacial. Assim, podemos situar a fase inicial da transformação para o capitalismo como modo de produção.

na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalistas e assalariados, seja na forma menos desenvolvida de subordinação dos artesãos domésticos, que trabalhavam em seus próprios lares, a um capitalista, própria do assim chamado “sistema de encomendas domiciliar” (DOBB, 1983, p. 15).

É preciso situarmos essa forma social no espaço como um evento geográfico que “mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2002, p.146), sendo a inovação, como é o surgimento do modo de produção capitalista, “um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (SANTOS, 2002, p. 148). Em qual ponto no espaço surge esse evento capitalista? É Dobb que nos responde.

Para evitar um mal entendido, talvez seja melhor declarar logo que a história do capitalismo e os estágios de seu desenvolvimento não apresentam forçosamente as mesmas datas para as diferentes partes do país ou indústrias diversas e, em certo sentido, estaríamos certos em falar não de uma única história do capitalismo, e de forma geral apresentada por ela, mas de uma coleção de histórias do capitalismo, todas com uma semelhança geral de forma, mas cada qual separadamente datada no que diz respeito aos seus estágios principais. Em outras palavras, diversas regiões da Inglaterra (e, em certa medida até mesmo

diversas cidades desse país) tiveram, digamos, nos séculos XIV e XV, suas diferentes histórias econômicas, assim como o desenvolvimento econômico de diversas ações europeias no século XIX é correntemente tratado como narrativas em grande parte separadas. Isso parece mais verossímil à medida que retrocedemos nos séculos e menos verdadeiro para o presente período (DOBB, 1983, p. 17).

Esse desenvolvimento do capitalismo ocorre de forma lenta e espacialmente fragmentada a partir de práticas que envolvem a mudança do excedente acumulado, até culminar na Revolução Industrial e no amadurecimento do capitalismo como modo de produção. Essas pequenas modificações ao longo do tempo representam os implantes capitalistas dentro de outra forma social e ilustram a dinâmica da revolução social conforme descrita por Paul Singer. As práticas capitalistas vão se impregnando no espaço e nos interstícios da forma social feudal, até que as relações de produção capitalistas passem a ser majoritárias e uma nova forma social surja como hegemônica. Já indicamos acima que as formas sociais não são períodos absolutos e puros, onde se possa traçar uma linha que divide com exatidão cada período da formação social; estão sempre em transição, onde variados modos de produção convivem (DOBB, 1983, p. 10; SINGER, 1998).

Quando os senhores feudais começaram a usar trabalho assalariado em suas terras, ou quando as estradas passaram a ter cada vez mais importância para o acúmulo de excedentes nas mãos de uma classe comerciante que se adensava progressivamente nas cidades, práticas estavam ocorrendo que culminariam no modo de produção capitalista tempos depois. Aqueles que participavam do processo contribuíam de forma alienada para o que, depois, graças à evolução técnica da Water Frame e do motor a vapor, desembocaria no capitalismo amadurecido, fazendo com que o excedente do trabalho tivesse um novo ponto de chegada (DOBB, 1983, p. 11). Além disso, embora as mudanças históricas possam ser contínuas, com um evento sempre ligado ao evento anterior, existem eventos que provocam rupturas e, a partir deles, os próximos seguem um novo fluxo. A revolução social é um período relativamente curto no tempo em que novos eventos começam a se acumular de forma acelerada, iniciando uma mudança significativa no fluxo de trabalho excedente que culminará na transformação da forma social.

Assim, no período em que os primeiros grãos de trigo selvagem caíram despreziosamente nos caminhos dos acampamentos até surgirem as novas técnicas agrícolas que possibilitaram o excedente de trabalho ser acumulado por um grupo, ocorria uma revolução social, gerando modificações em cadeia que duraram milhares de anos. Maurice Dobb, em uma citação mais longa, expressa essa concepção:

assim deve ser porque a sociedade se acha constituída de tal maneira que o conflito e a interação de seus elementos principais, ao invés do crescimento simples de algum único elemento, formam o fator principal de movimento e mudança, pelo menos no que diz respeito às transformações principais. Se esse for o caso, uma vez que o desenvolvimento tem atingido certo nível e os diversos elementos que constituem essa sociedade estejam dispostos de certo modo, os acontecimentos deverão marchar com rapidez e incomum, não apenas no sentido de crescimento quantitativa, mas no de uma mudança de equilíbrio dos elementos constitutivos, resultando no aparecimento de composições novas e mudanças mais ou menos abruptas na tessitura da sociedade. Usando uma analogia mais esclarecedora, é como se, em certos níveis de desenvolvimento, fosse acionado algo como uma reação em cadeia. Está claro que o traço da sociedade econômica que produz esse resultado, e por isso se mostra fundamental a nossa concepção de capitalismo como uma ordem econômica distinta, características de um período distinto da história, é que a história até hoje tem sido a de sociedades de classes, ou seja, de sociedades divididas em classes, nas quais uma delas, ou então uma coalizão de classes com algum interesse comum, constitui a classe dominante e se mostra em antagonismo parcial ou completo com a outra ou com as demais classes. Isso tende a impor a qualquer período histórico dado certa uniformidade qualitativa, pois a classe social e politicamente dominante na época usará naturalmente seu poder para conservar e aumentar tal modo determinado de produção - tal forma determinada de relação entre classes - da qual depende sua renda. Se a modificação dentro dessa sociedade atingisse um ponto em que a hegemonia contínua dessa classe dominante fosse seriamente questionada, e o antigo equilíbrio de forças mostrasse sinais de perturbação, o desenvolvimento teria atingido um estágio crítico, no qual a mudança que até então marchara teria de ser detida, ou, se continuasse, a classe dominante não poderia mais sê-lo e a outra, nova e ascendente, teria de tomar seu lugar. tendo ocorrido essa transformação no equilíbrio de poder, o interesse da classe que ora ocupa as posições estratégicas estará claramente baseado na aceleração da transição, do rompimento das resistências de sua rival e antecessora e no aumento de sua própria resistência. O antigo modo de produção não será necessariamente eliminado de todo, mas logo reduzir-se à em escala até não ser mais sério competidor do novo. Durante certo período o novo modo de produção, ligar das novas forças produtivas e potencialidades econômicas, deverá expandir-se muito além dos limites dentro dos quais o antigo sistema estava destinado a se mover, até que, por sua vez, as relações de classes e as formas políticas determinadas, nas quais a nova classe dominante afirma seu poder, entra em conflito com algum desenvolvimento ulterior das forças produtivas, e a luta entre as duas seja levada a um clímax mais uma vez. No século 19, em grande parte sob a influência de Hegel, geralmente se acreditava que a história da civilização consistia em uma sucessão de épocas marcadas pelo domínio de culturas nacionais sucessivas. De acordo com nossa ênfase atual, tal história consistiu antes em uma sucessão de sistemas de classes, cada qual com seu modo próprio de extrair renda para sua classe dominante (DOBB, 1983, p.12).

O efeito catalítico que Diamond (2014) usou para explicar os acontecimentos que vieram após a revolução agrícola também demonstra a aceleração que certos acontecimentos levam à sociedade. Essas revoluções sociais ocorrem em um espaço de tempo cada vez menor.

Portanto, a revolução social não é uma revolução política abrupta, mas que se inicia com um avanço das forças produtivas, modificando as relações de produção, essas que se adaptam à força produtiva e conseqüentemente tende a incitar revoluções políticas que atendam essa modelagem social. Não se pode confundir essas três revoluções que ocorrem em estratos diferentes da sociedade, ou seja, revolução técnica – metaforicamente abaixo da base –, revolução social – que se encontra na base da sociedade com as relações de produção – e revolução política – que forma uma superestrutura que facilita e legitima juridicamente as novas relações de produção (SINGER, 1998, p. 10).

O que nos importa aqui é desfazer a confusão entre as revoluções políticas e as revoluções sociais. Estas últimas constituem processos de mudança entre formações sociais, cada uma das quais é caracterizada pela hegemonia de um modo de produção, que lhe empresta o nome. Assim, a revolução social capitalista, como veremos, abarca, na Inglaterra, o período que vai da implantação do capitalismo como modo de produção subordinado até sua transformação em dominante, a partir da revolução industrial. Analogamente, a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a "destruição criadora" de empresas e postos de trabalho (SINGER, 1998, p. 19).

Para o materialismo histórico, uma mudança na forma social ocorrerá quando as forças produtivas alcancem um elevado avanço técnico e que o modelo social vigente seja um bloqueador desse avanço. Cohen afirma que:

Marx exorta os trabalhadores a engendrarem a transformação social, e não o que explica a mudança social. O que explica já está presente e lhe dá confiança de que o seu chamado será ouvido – o esgotamento da criatividade produtiva da velha ordem, a disponibilidade de suficiente produtividade para instaurar a nova. A revolução não consiste em uma alteração das forças produtivas, mas, como Venable diz, em uma transformação de relações sociais. Mas se ela acontece é porque a expansão da capacidade produtiva foi bloqueada e a revolução permitirá que essa capacidade prossiga novamente. A função da transformação social revolucionará é desbloquear as forças produtivas (COHEN, 2013, p. 189-190).

A revolução Russa não ocorreu em um país capitalista avançado, como previa Marx. Sua derrota em alcançar o comunismo universal não desacredita o materialismo histórico, justamente por demonstrar que é necessário um avanço maior nas forças produtivas. As tecnologias avançadas que naquele momento estavam restritas espacialmente a

determinados países hoje, graças ao liberalismo e aos desenvolvimentos desiguais do espaço geográfico (HARVEY, 2016), faz com que a técnica seja universal (SANTOS, 2002), fazendo com que determinados objetos técnicos sejam apropriados por mecanismos ou grupos anticapitalistas, por exemplo, o cooperativismo de consumo. A Coop, por exemplo, apresenta os mais modernos equipamentos e sistemas organizacionais em suas operações, fazendo com que o menos abastados dos cooperados tenha uma fração das técnicas mais modernas referentes ao varejo e que, de alguma forma, esteja em concorrência direta com empresas capitalistas e com a própria forma social capitalista, mesmo que seja de forma alienada. O princípio do socialismo é a troca da formação social, em que os meios de produção passem a ser controlados pela população como um todo e não apenas por uma classe social que acumula e reproduz mais capital. Realizar essa mudança de cima para baixo fragiliza o processo, sendo necessário que ocorra de baixo para cima. Na perspectiva de Singer, essa transformação da forma social irá ocorrer a partir de implantes socialistas que se instalam nos interstícios da forma social capitalista, principalmente pelas cooperativas (SINGER, 1998, p. 9-10).

O fracasso do "socialismo realmente existente" revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista dentro da mesma formação social. Evidentemente, a transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores, para ser autêntico, não pode ser decretado de cima para baixo, mas tem de ser conquistado de baixo para cima, dentro do capitalismo. E esta conquista não pode deixar de levar muito tempo pois implica em verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformam, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados – ou ex-assalariados desempregados – em empreendedores coletivos. E por isso que se tornou necessário separar o conceito de revolução social do de revolução política (SINGER, 1998, p. 9-10).

É importante apontar que a leitura do materialismo histórico é relevante para a leitura da forma social capitalista e das relações de produção presentes no espaço. Porém, o uso de sua leitura não leva a um determinismo da tomada de um Estado centralizado nas mãos do proletariado de cima para baixo. Toda a leitura do capital e de seus mecanismos espaciais e históricos podem ser apreendidos de forma diversa para uma possível revolução social, por exemplo como fez Paul Singer, acreditando que essa revolução existiria a partir das cooperativas, ou como fez Bookchin, que acreditava em um municipalismo libertário totalmente oposto a uma centralização do Estado, mesmo em um possível período de transição entre a forma social capitalista e qualquer outra forma possível. Essa observação é importante para demonstrar que não há incompatibilidade entre a leitura do materialismo

histórico e nossa visão da capacidade transformadora que as cooperativas de consumo, especificamente a Coop, podem possibilitar à transformação social, principalmente sob um prisma de uma Geografia Libertária, como veremos, conforme o desenrolar dessa tese.

De qualquer forma, a essa altura, já se estabeleceu que a formação social é um conjunto de relações de produção em que aquele que é majoritário, molda a forma social existente. Dentro dessa formação social, alguns implantes existentes podem favorecer em determinado momento as forças produtivas e catapultar uma nova relação de produção que se torne hegemônico, mudando a forma social a partir de uma revolução social. Esses implantes foram vistos, por exemplo, nas práticas comerciais europeias que começaram a crescer a partir do século XI, no trabalho assalariado que ganhou espaço na crise do feudalismo e nas novas práticas de artesanato e manufatura que cresciam nas cidades. Essas práticas, por assim dizer, eram implantes capitalistas dentro de outra forma social. É o adensamento desses implantes que ocorrem pela evolução das forças produtivas que moldam uma nova forma social e resultam na revolução social. Para Singer, as cooperativas são “o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo” (SINGER, 1998, p. 122).

As cooperativas apresentam grande importância nessa transformação, mas são diversificadas e cada uma delas apresenta limitações quando analisadas sob a forma capitalista. O conceito de implantes de Singer se aproxima do que nós encaramos como pontos de inflexão espacial, porém, seus implantes apresentam limitações severas para transformar a apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas, pois muitos não mudam a forma como o trabalho excedente é cooptado pelas relações sociais hegemônicas. Uma cooperativa de consumo age ativamente modificando as relações sociais, se diferenciando de outros implantes socialistas apontados por Singer (1998), como sindicatos e cooperativas de produção. Os sindicatos, por exemplo, podem negociar agressivamente com os capitalistas, mas, por mais bem-sucedido que sejam, não modificam a acumulação capitalista nas mãos dos proprietários dos meios de produção, apenas diminuem temporariamente a espoliação. Durante o período Keynesiano os sindicatos mantinham alguma força, mas a partir do enfraquecimento das práticas keynesianas e com o surgimento de novas técnicas usadas pelo capitalismo, como a terceirização, os sindicatos diminuem seu poder de atuação na defesa dessa espoliação, deixando o trabalhador cada vez mais vulnerável na disputa da mais-valia com o capitalista.

O mesmo ocorre com o comércio capitalista, pois mesmo que este não seja produtor direto de mais-valor, se apropriando de uma parte do mais-valor gerado na produção em uma dupla trapaça, ou seja, arrancando uma parcela do mais-valor que ficaria com o setor

produtivo e inevitavelmente se apropriando também do trabalho excedente do trabalhador produtivo, o comércio também representa um espaço onde existe a de acumulação capitalista. A mais feroz de todas as greves realizadas pelos trabalhadores de uma rede de supermercados capitalistas, poderia fazer com que aqueles trabalhadores improdutivos diminuíssem temporariamente a exploração a que são submetidos, mas ainda assim continuariam a vender sua força de trabalho para um capitalista que detém as propriedades necessárias para a atividade comercial e que ao final da jornada, absorveria a mais-valia em detrimento dos trabalhadores. Não há apropriação de propriedades produtivas ou improdutivas capitalistas pelos sindicatos como há pelas cooperativas de consumo, por isso apresentam dinâmicas muito diferentes como agentes transformadores da forma social.

Isso não significa que sindicatos não sejam importantes, já que estes colocam os trabalhadores na arena das negociações com os capitalistas e diminuem, por vezes, significativamente, a exploração do trabalho. Dependendo do momento histórico e político de cada país, os sindicatos oscilam seu poder. Como dito anteriormente, se o período Keynesiano levou ao fortalecimento do movimento, o período da contrarrevolução neoliberal e privatizante atual, o enfraquece de forma avassaladora. O sindicato, nos moldes que se encontram no mundo pós-moderno, é enfraquecido pelas novas técnicas produtivas do capitalismo e de toda uma superestrutura que se adapta a essas relações de produção, que, através de inúmeras reformas trabalhistas, vulnerabiliza a população não proprietária de espaço.

O que indicamos como pontos de inflexão espacial podem ser de diversos tipos. Por que inflexão espacial? Inflexão, que significa uma mudança de direção, demonstra que em certos pontos do espaço, o trabalho excedente que percorria um caminho em direção a uma classe, passa a ir na direção de outra classe, não necessariamente para acúmulo, como ocorre na classe capitalista. Um ponto de inflexão espacial cooperativista, por exemplo, ocorre sempre que a Coop instala uma nova unidade e modifica o espaço, pois, como já dissemos, apesar da Coop não atuar diretamente na esfera produtiva, ela resgata o trabalho excedente da esfera da produção e o redistribui para os trabalhadores a partir do consumo e em concorrência com outras empresas capitalistas do varejo, pois sua dinâmica não objetiva o lucro, mas o valor de uso.

Portanto, a Coop é um ponto espacial onde existe uma modificação no fluxo de trabalho excedente que migra das mãos dos capitalistas para os trabalhadores cooperados de forma confrontante à forma social existente. Outros pontos do cooperativismo de consumo estão distribuídos em alguns pontos do planeta, mas sua origem está na implantação dos Pioneiros de

Rochdale na Inglaterra em 1844, não ficando estes restritos à esfera da circulação, mas se apropriaram de fábricas e plantações, o que lhes colocavam ativos na esfera da produção. Cada bota produzida e vendida pelas cooperativas de consumo, embora estivessem sob a forma capitalista, apresentavam uma dinâmica em que o trabalho excedente era acumulado pela própria comunidade cooperativa e, assim, retornava para os trabalhadores, como veremos no terceiro capítulo.

Além disso, o projeto cooperativista de Gide (1910) visa a incorporação do espaço geográfico não apenas na esfera da circulação, mas também na esfera da produção, o que significa uma apropriação do espaço geográfico e seus objetos e ações, que passam a um domínio cooperativista. O que se pretende, na realidade, é que as cooperativas de consumo sejam implantes que busquem um controle cooperativista de pontos do espaço geográfico em todas as esferas possíveis. Mas devemos entender esse cooperativismo de forma diferenciada. A natureza das cooperativas de consumo é completamente diferente dos outros tipos de cooperativas. Sua dinâmica de distribuição dos meios de produção e da riqueza apresentam divergências irreconciliáveis com outros tipos de cooperativas. Por isso, ao identificarmos os pontos de inflexão espacial cooperativista, não nos referimos a nenhuma cooperativa que não esteja vinculada ao cooperativismo de consumo. Quando usamos termos “apropriação cooperativista”, “reservas cooperativistas” – nos ferindo ao acúmulo material que as cooperativas apresentam pelo seu adensamento espacial – ou ainda o “ponto de inflexão espacial cooperativista”, estamos nos referindo exclusivamente ao cooperativismo de consumo. A dinâmica do cooperativismo de consumo e sua natureza, ao nosso ver, o coloca em uma outra categoria que em nada tem a ver com cooperativas de outro ramo. As cooperativas de produção defendidas por Singer como as mais importantes para a economia solidária, não são capazes de transformar as relações sociais de produção e, portanto, não formam pontos de inflexão cooperativista como cooperativas de consumo. Por quê? É o que veremos abaixo.

2.2 A natureza revolucionária do cooperativismo de consumo e a Coop como ponto de inflexão espacial cooperativista

O cooperativismo de consumo se diferencia de outros tipos de cooperativas em

função de sua capacidade de redistribuição espacial, decorrente da mudança das relações sociais, que vão além da capacidade técnica e limitada de outras cooperativas que não são de consumo. Isso não quer dizer, de forma alguma, que outras cooperativas que não são de consumo e o cooperativismo como um todo sejam ineficazes; pelo contrário, na maioria das vezes, trata-se de um movimento de luta pela classe trabalhadora, embora limitado como transformador da forma social pela sua natureza, que continua sendo privatizante e não se tornando pontos de inflexão.

Um debate prolongado envolve o papel das cooperativas, centrando-se em uma controvérsia entre o cooperativismo de consumidores e as cooperativas de produtores. Alguns argumentam a ineficácia do cooperativismo como ferramenta de transformação econômica e social, enquanto outros destacam a predominância do cooperativismo de produção sobre o de consumo. Há também aqueles que defendem o maior poder de transformação social do cooperativismo de consumo em relação ao de produção. Paul Singer, por exemplo, um nome destacado no cooperativismo no Brasil, não se esquivava do debate ao afirmar contundentemente:

a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos (SINGER, 2002, p. 9-10).

Singer especifica a solidariedade e o tratamento entre iguais como coração do cooperativismo, entendendo a cooperativa de produção como seu protótipo, pois é organizada pelos próprios trabalhadores de forma igualitária. Ao utilizar o argumento de uma dinâmica fabril interna em uma escala geográfica nanoterritorial, o autor ignora a dinâmica em escalas diversas, principalmente sobre a igualdade da apropriação espacial, pois a igualdade entre os trabalhadores da fábrica ocorre em detrimento de toda população não proprietária daquele nanoterritório. Singer justifica esta ideia das cooperativas de produção como protótipos, afirmando que:

ela o é porque associa os produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como o fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas. Por isso ela não pode ser híbrida, como estas outras

cooperativas, que combinam igualdade e democracia no relacionamento externo da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior (SINGER, 2002, p. 90).

Aqui, argumentamos o contrário. Ao trocar de lugar com o proprietário capitalista, os trabalhadores proprietários das fábricas não modificam a dinâmica da acumulação capitalista, pois, ao se apropriarem de espaços produtivos, acumulam capital tal qual qualquer outro proprietário capitalista, monopolizando o espaço produtivo em detrimento de toda a população. Aquele ponto de produção não se redistribui para a comunidade, mas é acumulado por aqueles que detêm o monopólio do ponto produtivo. A justificativa de serem proprietários da própria força de trabalho sem tê-la que vender para um capitalista não é suficiente, pois não existe trabalho produtivo sem materialidade espacialmente construída pelo conjunto social. Ao se apropriarem das forças produtivas, incluindo aí sua própria força de trabalho, excluem do restante da população essas forças, que estão monopolizadas nas mãos deles próprios. O esforço que cooperativas de produção fazem para excluir uma classe que controla os meios de produção sem trabalhar, os capitalistas, é limitado pela monopolização do espaço produtivo por parte desses trabalhadores frente à comunidade.

O puro fato de cooperativas de produção terem o monopólio de um determinado espaço produtivo já exclui todo o restante da população, tornando-os tão proprietários capitalistas como qualquer outro. Cole afirmava que “um dos pontos fracos da Cooperação de Produtores era não poder, na natureza do caso, lidar com o problema da ‘abertura de adesão’ da mesma forma democrática” (COLE, 1944, p. 65), ou seja, limitado o número de pessoas proprietárias do empreendimento, limita-se o controle cooperativista do espaço produtivo. Singer (2002) alega que o resultado da economia solidária é:

a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo (p. 11).

Um Estado que retira daqueles que apresentam maiores ganhos, através de impostos, para repassar a outros que, por não terem o controle dos meios de produção, são dependentes desses repasses. No limite, não há, ao nosso ver, diferença entre o que Singer prega com seu projeto de economia solidária capitaneado pelas cooperativas de produção e

as dinâmicas da acumulação capitalista, que são limitadas pela ação do Estado através dos impostos. Apesar de querer inserir as cooperativas de produção como protagonistas de uma transformação social, ou revolução social, como o próprio Singer prefere, em seu pensamento, é o Estado, em última instância, que realizaria a transformação social. Isso é contraditório com sua visão de que as cooperativas poderiam criar uma Revolução Social de baixo para cima.

Essa apropriação da localização espacial produtiva é encarada por Harvey como um fator de monopólio e demonstra que, caso seja limitada por qualquer motivo, transforma-se em uma ferramenta de acumulação capitalista.

O exemplo da propriedade privada como poder de monopólio é particularmente esclarecedor no caso da terra e da propriedade imobiliária. O que se monopolizou não é a terra ou o imóvel, mas uma localização espacial única. Ninguém pode construir uma fábrica onde já está a minha. Uma localização vantajosa (com acesso privilegiado a vias de transporte, recursos ou mercados) me dá certo poder de monopólio na concorrência com os outros (HARVEY, 2016, p. 132).

Ao privar a população do acesso àquela localização espacial que Cohen (2013) descreve como um espaço distinto de nosso conjunto usual de objetos e ações, a cooperativa de produção não pode ser vista como um ponto de inflexão espacial. Ela não altera a direção do fluxo de capital para longe das mãos dos capitalistas, mas mantém a estrutura capitalista disfarçada sob a apropriação do espaço produtivo por parte de alguns trabalhadores que, de forma pulverizada, retêm os ganhos da monopolização espacial em detrimento à comunidade.

Singer continua a insistir no protagonismo das cooperativas de produção frente a todas as formas de cooperativismo, afirmando que as cooperativas de produção, por serem posse daqueles que as utilizam para produzir, são as típicas unidades da economia solidária (SINGER, 2018, não paginado). A partir dessa ideia, o autor critica as cooperativas de consumo utilizando - se do conceito de degeneração cooperativa, ou seja, o quanto a cooperativa se afasta de seus princípios ao ser envolvida pelo capitalismo.

Singer não percebe que a natureza limitante da adesão livre das cooperativas de produção as deixa inevitavelmente antirrevolucionárias. O primeiro princípio cooperativista da Aliança Cooperativa Internacional, inspirada nos princípios da primeira cooperativa moderna, Rochdale, uma cooperativa de consumo, prega a livre adesão. Ocorre que apenas o cooperativismo de consumo tem a natureza da livre adesão. Outras cooperativas têm limitações técnicas para que qualquer um possa participar. Por exemplo, como um professor ou um padeiro poderão aderir a uma cooperativa de produção do ramo automotivo? As habilidades técnicas e

operacionais requeridas para tal adesão os impedem de participar dessa cooperativa de produção, além do limite de vagas para os trabalhadores que precisam respeitar as regras de mercado, justamente por operarem em uma forma social capitalista

Isso não quer dizer que cooperativas de consumo também não possam se degenerar ao se afastar de alguns dos princípios cooperativistas. Porém, mesmo quando uma cooperativa de consumo se afasta de alguns dos princípios cooperativistas, caso mantenha firme a livre adesão – não só teórica, mas também prática, com baixos valores de entrada a serem pagos pelo capital integralizado –, continuam, por natureza, a controlar cooperativamente o espaço de forma estrutural, ao contrário das cooperativas de produção. É o próprio Singer que destaca esse poder da livre adesão das cooperativas de consumo ao afirmar que:

o princípio da porta aberta é importante porque, uma vez consolidada a cooperativa, há uma tendência de os sócios fundadores não admitirem outros ou apenas admiti-los com direitos inferiores. Cooperativas que não adotaram a porta aberta tiveram grande valorização de suas cotas de capital, o que induziu muitos sócios a vendê-las a investidores capitalistas. Obviamente, com isso, o caráter cooperativo da organização se perdia. A porta aberta permitiu às cooperativas de consumo expandir o número de sócios, abrir filiais e obter ganhos de escala (SINGER, 2002, p. 40).

Singer ainda faz uma crítica histórica às cooperativas de consumo ao afirmar que, “no caso específico da economia solidária, um momento crucial de degeneração foi a recusa das grandes e poderosas cooperativas de consumo europeias, no fim do século XIX, de adotar autogestão nos estabelecimentos fabris e comerciais que iam criando” (SINGER, 2018). O autor parece não perceber que as cooperativas de consumo com maior apropriação cooperativista do espaço eram as que controlavam diretamente a produção, sem intervenção de poucos trabalhadores que tinham seus próprios interesses e que colidiam com o interesse dos milhões de consumidores – que também eram trabalhadores – das cooperativas de consumo que os representava, como veremos de forma mais aprofundada no terceiro capítulo da tese.

Singer, em sua luta para demonstrar a prevalência das cooperativas de produção frente às outras, esbarra em dois autores: Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo. Bernstein, inspirado em Beatriz Webb, desintegra a natureza revolucionária da cooperativa de produção, afirmando que:

para a Senhora Webb, como para a grande maioria dos cooperativistas ingleses, a sociedade que pertence aos trabalhadores não é socialista ou democrática, mas "individualista". Há quem possa ofender-se na escolha dessa palavra, mas a linha de pensamento é bastante

correta. Esta associação não é socialista, como Robertus, de fato, já demonstrou. Quando os trabalhadores empregados são os proprietários exclusivos, a sua constituição é uma contradição viva em si própria. Pressupõe igualdade na oficina, uma completa democracia, uma república. Mas logo que atinge certo tamanho- que pode ser relativamente modesto - a igualdade rompe-se, porque a diferenciação de funções logo se torna necessária e, com ela, a subordinação. Se a igualdade se suspende, a pedra fundamental da estrutura do edifício é retirada do seu lugar e as outras pedras vão-se desmoronando sucessivamente com o tempo. Daí à decadência do objetivo inicial e à conversão numa empresa comercial corrente é um passo. Mas se a igualdade é mantida, então a possibilidade de expansão é cerceada, e a unidade mantém-se pequena. Eis a alternativa para todas as associações puramente produtivas. Nesse conflito, todas elas ou romperam suas estruturas iniciais ou definham. Longe de serem uma forma adequada de remover o capitalismo do terreno das modernas e grandes indústrias, constituem, antes, um regresso à produção pré-capitalista. Isso é tanto assim que os raros exemplos onde tiveram um relativo sucesso ocorreram em atividades artesanais, a maioria delas não na Inglaterra, onde o espírito das grandes indústrias domina os trabalhadores, mas na fortemente "pequena burguesa" França (BERNSTEIN, 1997, p. 98).

Bernstein compara as cooperativas de produção com as de consumo e conclui que enquanto as de produção se deterioram, ou como prefere Singer (2002, 2018), degeneram-se, à medida que crescem pelas dificuldades internas e externas (luta pelo lucro, obtenção de crédito, entre outros), a cooperativa de consumo:

por outra parte, ganha com o crescimento; o seu interesse, relativamente a lucro, se bem que oposto ao dos vendedores, está em acordo com o de todos os demais compradores, luta por manter a um baixo nível a percentagem de lucro, pelo barateamento do produto - um objetivo de todos os compradores como tal, bem como da comunidade como um todo. A partir dessa diferença na natureza econômica das duas espécies, nasce também a diferença nos seus tipos de gerência, tão claramente indicados pela Senhora Webb: o caráter essencialmente democrático de todas as associações genuínas de compradores, e a tendência para a oligarquia no caráter de todas as associações puramente de vendas (BERNSTEIN, 1997, p. 99-100).

Singer (2002) se restringe a comentar a simples crítica de hierarquia gerencial feita por Eduard Bernstein e defende o fato de a cooperativa de produção ter capacidade de autogestão sem degeneração na hierarquia organizativa da cooperativa. Ocorre, como já visto nas passagens acima, que essa é apenas uma das críticas, e com menor relevância, que Eduard Bernstein faz às cooperativas de produção individuais. Bernstein ainda enfatiza o caráter comunitário das cooperativas de consumo que jamais poderá ocorrer entre as cooperativas de produção, ao afirmar que:

a provisão de mercadorias é o interesse geral e fundamental. A seu respeito, todos os membros são associados em princípio. Todos consomem, embora nem todos produzam. Até a melhor associação

produtiva, na medida em que for apenas uma associação para venda e permuta, permanecerá sempre numa situação de latente oposição à comunidade, terá interesses separados porque opostos a ela. Com uma associação produtiva que exerça qualquer ramo de produção ou de serviço público por sua própria conta, a comunidade terá os mesmos pontos de diferença que com uma empresa capitalista e dependerá totalmente das circunstâncias se um arranjo com ela for mais fácil do que com outra (BERNSTEIN, 1997, p. 100).

Bernstein (1997), assim como o próprio Gide (1910), reconhece que mesmo que as cooperativas de consumo apenas diminuíssem o preço das mercadorias para as classes mais pobres – o que representa apenas uma primeira etapa de um projeto mais amplo envolvendo as cooperativas de consumo – já teria realizado uma boa ação ao transferir a renda da classe comercial capitalista para os trabalhadores, “e tudo isso conseguido sem destruição de vidas, sem recurso à força, o que, como está provado, não é coisa tão simples como parece” (BERNSTEIN, 1997, p. 103). O autor também reconhece que as próprias críticas feitas por socialistas às cooperativas de consumo, por exemplo, o trabalho assalariado, coloca as cooperativas de consumo como real competidoras das empresas capitalistas, sem utopia, que claramente irá contar com adaptações e transformações dessas cooperativas de consumo ao longo do tempo (BERNSTEIN, 1997, p. 104).

Bernstein afirma que, entre o século XIX e XX, o principal obstáculo à expansão das cooperativas de consumo não era a falta de capital, pois este era abundante, especialmente proveniente dos atacadistas, como será discutido no terceiro capítulo desta tese, com o caso da cooperativa de segundo grau C.W.S. O verdadeiro desafio residia na complexidade organizacional para empregar todo esse capital e na necessidade de encontrar trabalhadores especializados para essa tarefa, além da busca por grandes lideranças para o movimento (1997, p. 105).

Atualmente, apesar da concorrência das empresas capitalistas, o cooperativismo de consumo aproveita as condições criadas pela dinâmica do próprio capital, operando em pé de igualdade técnica com suas concorrentes capitalistas desde o fim do século XIX. Naquela época, as cooperativas já não eram mais movidas por amadores que contribuíam de boa vontade ao movimento cooperativista, mas sim por indivíduos com habilidades técnicas (GIDE, 1910, p. 6). Hoje, a proliferação de trabalhadores qualificados que buscam se adequar às exigências da divisão do trabalho é generalizada, resultando em uma vasta disponibilidade de mão de obra qualificada pronta para comercializar sua força de trabalho junto aos capitalistas. Isso ocorre porque, quando poucos trabalhadores monopolizam uma determinada habilidade essencial para os capitalistas, esses ganham poder, já que a ausência desses funcionários poderia desacelerar toda a cadeia produtiva. Como Santos (2009, p. 82)

observa, "nas atividades de tecnologia intensiva, o emprego de trabalhadores altamente especializados exige o pagamento de salários elevados. Esses trabalhadores não são facilmente substituíveis, o que lhes confere um grande poder de barganha".

Harvey indica que:

a erradicação das qualificações *per se* não faz parte da agenda do capital, mas sim a abolição das qualificações. Quando novas habilidades se tornam importantes, como a programação de computadores, o capital não busca necessariamente a abolição dessas qualificações (que, em última instância, ele pode conseguir pela inteligência artificial), mas a destruição de seu potencial caráter de monopólio, abrindo largas avenidas para a formação nessas qualificações. Quando a mão de obra equipada com habilidades de programação passa de relativamente pequena a superabundante, isso quebra o poder de monopólio e diminui o custo da mão de obra a níveis muito menores. Quando há abundância de programadores, o capital se sente muito feliz em identificá-los como trabalhadores qualificados, chegando a conceder níveis mais altos de remuneração e mais respeito no local de trabalho do que a média social (2016, p. 117).

Essa banalização do trabalhador qualificado é uma das vantagens que as cooperativas de consumo passam a ter com o avanço técnico. A grande quantidade de trabalhadores qualificados exigida pelos capitalistas para diminuir salários faz com que seja mais fácil a integração deles nos quadros das cooperativas de consumo frente aos grandes concorrentes capitalistas. Por exemplo, Singer defende que:

uma maneira de criar um novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem trabalho e dos que sobrevivem precariamente com o trabalho incerto. Quanto maior o número de empresas da cooperativa, tanto melhora suas chances de sucesso. Numa grande cidade como São Paulo, em que moram centenas de milhares de pessoas que estão subocupadas ou desempregadas, o novo setor poderia conter milhares de pequenas empresas operando em ampla gama de indústrias e serviços, da confecção de roupas, alimentos, material de construção, até a reparação de automóveis e aparelhos domésticos, reformas e manutenção de edificações, creches, clínicas, escolas etc. Atualmente é alto o desemprego entre ex-administradores de empresas, engenheiros, planejadores e outros profissionais especializados, que poderiam desde o início dar as novas pequenas empresas a base gerencial e técnica de que precisam (2019, p. 122- 123).

No caso da Coop, conseguir mão de obra qualificada para os graus mais elevados da administração nunca foi um desafio, pois seu nascimento teve forte conexão com a indústria Rhodia. Essa ligação fornecia uma mão de obra altamente qualificada da indústria para o varejo cooperativista. Mesmo com a total independência da Coop com a Rhodia, a mão de obra administrativa da cooperativa continuou qualificada, com seus trabalhadores ganhando vários prêmios, inclusive o seu atual diretor executivo, Pedro Mattos, recebendo o prêmio de

melhor CEO do varejo em 2024, entre as 30 maiores empresas desse ramo do país²⁹.

Após tentar refutar as críticas que Bernstein fez às cooperativas de produção, Singer (2002) tentou fazer o mesmo com Rosa Luxemburgo que, em *Reforma ou Revolução*³⁰ criticou a visão que Bernstein tinha em relação às cooperativas como transformadora da forma social. Porém, tanto Luxemburgo como Bernstein apresentam em comum a crítica às cooperativas de produção. Segundo Luxemburgo (2020), as cooperativas de produção só poderiam ter algum tipo de capacidade de transformação caso fizessem parte de uma cooperativa de consumo.

Assim afirma a autora:

as cooperativas – especialmente as cooperativas do campo da produção – constituem uma forma híbrida em meio ao capitalismo. Elas podem ser descritas como pequenas unidades de produção socializada dentro da troca capitalista. Mas na economia capitalista as trocas dominam a produção. Como resultado da competição, o domínio completo do processo de produção pelos interesses do capital, ou seja, a exploração impiedosa torna-se uma condição para a sobrevivência de cada empresa. A dominação do capital sobre o processo de produção se expressa das seguintes maneiras. O trabalho é intensificado. A jornada de trabalho é alongada ou encurtada, de acordo com a situação do mercado. E, dependendo das exigências do mercado, a mão de obra é empregada ou jogada de volta na rua. Em outras palavras, são utilizados todos os métodos que permitem a uma empresa enfrentar seus concorrentes no mercado. Os trabalhadores que formam uma cooperativa no campo da produção são assim confrontados com a necessidade contraditória de governar-se com o máximo absolutismo. Eles são obrigados a assumir para si o papel de empreendedores capitalistas – uma contradição que explica o fracasso habitual das cooperativas de produção que ou se tornam empresas capitalistas puras ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem a predominar, acabam se dissolvendo. O próprio Bernstein tomou nota desses fatos. Mas é evidente que ele não os compreendeu. Pois, junto com a Sra. Potter-Webb, ele explica o fracasso das cooperativas de produção na Inglaterra por sua falta de “disciplina”. Mas o que é tão superficial e categoricamente chamado aqui de “disciplina” nada mais é do que o regime absolutista natural do capitalismo, que é claro, os trabalhadores não podem usar com sucesso contra si mesmos (LUXEMBURGO, 2020, p. 51-52 tradução nossa)³¹.

²⁹ Profissionais do Ano ABRAS 2024: conheça os vencedores. In: Superhiper, 2024. Disponível em: <https://superhiper.com.br/profissionais-do-ano-abras-2024-conheca-os-vencedores/> Acesso em: 25 maio 2024.

^{30 31} LUXEMBURGO, Rosa. *Reform or Revolution?* Paris: Foreign Languages Press, 2020[1889].

³¹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *if it is true that the possibilities of existence of producers' co-operatives within capitalism are bound up with the possibilities of existence of consumers' co-operatives, then the scope of the former is limited, in the most favourable of cases, to the small local market and to the manufacture of articles serving immediate needs, especially food products. Consumers' and therefore producers' cooperatives, are excluded from the most important branches of capital production—the textile, mining, metallurgical and petroleum industries, machine construction, locomotive and ship-building. For this reason alone (forgetting for the moment their hybrid character), co-operatives in the field of production cannot*

Rosa Luxemburgo, corroborando a crítica de Bernstein às cooperativas de produção, acrescentou que não é apenas a falta de disciplina dentro das fábricas que torna essas cooperativas ineficazes para transformações sociais significativas, mas também sua própria estrutura que precisa se adaptar às regras capitalistas de mercado. Apesar das críticas às cooperativas de produção, Rosa Luxemburgo enxerga uma possibilidade para as cooperativas de consumo.

Se é verdade que as possibilidades de existência das cooperativas de produtores no capitalismo estão vinculadas às possibilidades de existência das cooperativas de consumidores, então o alcance das primeiras é limitado, nos casos mais favoráveis, aos pequenos mercados locais e à fabricação de artigos que atendem necessidades imediatas, principalmente produtos alimentícios. As cooperativas de consumidores e, portanto, de produtores, são excluídas dos ramos mais importantes da produção de capital – as indústrias têxteis, de mineração, metalúrgica e petrolífera, construção de máquinas, locomotivas e construção naval. Só por isso (esquecendo momentaneamente seu caráter híbrido), as cooperativas no campo da produção não podem ser consideradas seriamente como instrumento de uma transformação social geral. O estabelecimento de cooperativas de produtores em larga escala supõe, em primeiro lugar, a supressão do mercado mundial, a fragmentação da atual economia mundial em pequenas esferas locais de produção e troca. Espera-se que o capitalismo altamente desenvolvido e difundido de nosso tempo volte para a economia mercantil da Idade Média. No quadro da sociedade atual, as cooperativas de produtores limitam-se ao papel de simples anexos das cooperativas de consumidores. **Parece, portanto, que esta última deve ser o início da mudança social proposta.** Mas assim a esperada reforma da sociedade por meio das cooperativas deixa de ser uma ofensiva contra a produção capitalista. Ou seja, deixa de ser um ataque às principais bases da economia capitalista. Torna-se, em vez disso, uma luta contra o capital comercial, especialmente o capital comercial de pequeno e médio porte. Torna-se um ataque feito aos galhos da árvore capitalista (LUXEMBURGO, 2020, p. 52-53, tradução nossa)³².

be seriously considered as the instrument of a general social transformation. The establishment of producers' co-operatives on a wide scale would suppose, first of all, the suppression of the world market, the breaking up of the present world economy into small local spheres of production and exchange. The highly developed, wide-spread capitalism of our time is expected to fall back to the merchant economy of the Middle Ages. Within the framework of present society, producers' co-operatives are limited to the role of simple annexes to consumers' co-operatives. It appears, therefore, that the latter must be the beginning of the proposed social change. But this way the expected reform of society by means of co-operatives ceases to be an offensive against capitalist production. That is, it ceases to be an attack against the principal bases of capitalist economy. It becomes, instead, a struggle against commercial capital, especially small and middle-sized commercial capital. It becomes an attack made on the twigs of the capitalist tree.

³² Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *if it is true that the possibilities of existence of producers' co-operatives within capitalism are bound up with the possibilities of existence of consumers' co-operatives, then the scope of the former is limited, in the most favourable of cases, to the small local market and to the manufacture of articles serving immediate needs, especially food products. Consumers' and therefore producers' cooperatives, are excluded from the most important branches of capital production—the textile, mining, metallurgical and petroleum industries, machine construction, locomotive and ship-building. For this reason alone (forgetting for the moment their hybrid character), co-operatives in the field of production cannot be seriously considered as the instrument of a general social transformation. The establishment of producers' co-operatives on a wide scale would suppose, first of all, the suppression of the world market, the breaking up of the*

Rosa Luxemburgo enfatiza o caráter limitador das cooperativas de produção, mas ressalva que as cooperativas de consumo poderiam ser capazes de modificações estruturais por romper com a concorrência capitalista, porém logo aponta que, mesmo sendo uma boa ferramenta, as cooperativas de consumo apresentam limites para transformar o espaço produtivo. O primeiro motivo ocorre por apresentarem vendas de primeira necessidade, excluindo aqui indústria têxtil, mineradora entre outras. É verdade que as cooperativas de consumo simples são normalmente iniciadas por necessidades básicas, como observaremos nos dois próximos capítulos. No entanto, as Federações cooperativas como a C.W.S. foram capazes de vender materiais diversos, assim como produzir diretamente da indústria têxtil à mineração.

O pensamento de Gide (1910) é justamente das cooperativas agindo em três etapas, ou seja, comércio, produção fabril e produção agrícola, de acordo com o desenvolvimento das cooperativas. Além disso, Rosa Luxemburgo (2020) acertou ao explicitar os pequenos comerciantes que eram atingidos pelas cooperativas na época em que analisava tal processo, mas, após a Segunda Guerra Mundial, o grande capital se infiltrou em grandes empreendimentos comerciais varejistas, que são os atuais concorrentes das cooperativas de consumo.

Para além dessas críticas conceituais do século passado que se mantêm vivas e de forma alguma ficaram ultrapassadas em sua essência, ainda temos o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, que apresenta duras críticas não apenas ao modelo cooperativista de produção como conceito, mas também às suas práticas dentro da fábrica, tendo como alvo Paul Singer (2002).

Para o geógrafo libertário:

fala-se, hoje em dia, no âmbito dos movimentos sociais da “nova geração” ou em ambientes que não lhe são distantes, em “autogestão” a propósito de experiências como a “autogestão” de fábricas e outras empresas por trabalhadores que, após falência (amiúde fraudulenta) de suas firmas, as recuperam e administram diretamente, sem presença de um patrão capitalista. [...] Os problemas, entretanto, não são poucos. Se, para Castoriadis, a autogestão implica igualdade de rendimentos, o fato é que comum, nas “empresas de autogestão” geridas em forma de

present world economy into small local spheres of production and exchange. The highly developed, wide-spread capitalism of our time is expected to fall back to the merchant economy of the Middle Ages. Within the framework of present society, producers' co-operatives are limited to the role of simple annexes to consumers' co-operatives. It appears, therefore, that the latter must be the beginning of the proposed social change. But this way the expected reform of society by means of co-operatives ceases to be an offensive against capitalist production. That is, it ceases to be an attack against the principal bases of capitalist economy. It becomes, instead, a struggle against commercial capital, especially small and middle-sized commercial capital. It becomes an attack made on the twigs of the capitalist tree.

cooperativas, que haja disparidade de retirada entre os cooperados, dependendo do tipo de atividade desenvolvida: atividades manuais são recompensadas com menos retiradas, ao passo que as técnicas e administrativas dão direito a retiradas maiores. Para Paul Singer – autor que defende esse tipo de desigualdade –, a situação se justifica, aos olhos de muitos cooperados, para que as empresas não percam a colaboração dos indivíduos “mais qualificados, que poderiam obter melhor remuneração em empresas capitalistas”; já outros cooperados, segundo o mesmo autor, acham “[...] natural que certos trabalhadores valham mais que outros, pois os trabalhadores aceitam e defendem a hierarquia profissional a que foram acostumados” (SINGER, 2002, P. 12). Seria a desigualdade de retiradas uma postura “realista”? “Realista” ou não, os argumentos em seu favor justificam práticas que estão no cerne do modelo social capitalista: desigualdade de rendimentos e separação (material e simbólica) entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa “autogestão” é, com efeito, uma vitória de Pirro. [...] Salta aos olhos que muitas “empresas recuperadas” se organizam em cooperativas nas quais, a despeito da ausência de um patrão, a mentalidade reinante faz com que as cooperativas se assemelhem, de certa forma, a uma “coletividade de pequenos patrões”, uma vez que não se opõem (mais) ao sistema que os envolve. Longe de adotarem uma perspectiva antissistema, muitas vezes os pequenos gestores dessas unidades produtivas buscam somente a eficiência, aumentar a sua fatia de mercado e maximizar seus ganhos, pouco ou nada se importando com coisas como “consumo consciente” (ou seja, veicular, por meio dos produtos, mensagens de “conscientização”) e o estabelecimento de laços de cooperação com outros movimentos sociais. Qual é a implicação, para a própria difusão dos termos autogestão e *autogestión*, de se desvincular a fábrica (ou outra empresa) da sociedade em que ela se insere? “Salvar a pele” e garantir a ocupação daqueles que reencontram um “lugar ao sol” em meio ao sistema que os havia deixado ao desamparo – e nada além disso?... (SOUZA, 2017, p. 435-436).

Inicialmente, a crítica de Souza (2017) faz referência à suposta autogestão praticada dentro dessas fábricas já que, para ele, o fato de as sobras serem retiradas como volumes diferenciados conforme a qualificação de cada trabalhador faz com que seja ainda uma prática heterônoma ligada ao capitalismo e que, por mais que essa visão, defendida por Paul Singer, (2002) possa ser realista, isso não condiz com uma mudança do *status quo*. Souza (2017) analisa a dinâmica das cooperativas de produção com trabalhadores que recebem mais que outros no mesmo empreendimento o que, para ele, degenera a prática da autogestão.

A justificativa de Paul Singer (2002) para essa diferença também é plausível, alegando que não encontraria trabalhadores para determinadas funções caso não lhes pagasse de forma a seguir os padrões de mercado. Aqui, faremos duas observações. A primeira em relação à diferença das retiradas das sobras entre as cooperativas de consumo e de produção.

Sendo assim, não existe vantagem na retirada das sobras de uma pessoa sobre a outra nas cooperativas de consumo, pelo contrário, aqueles que retiram mais sobras por apresentarem poder de compra maior também contribuem mais para a expansão da cooperativa de consumo que usa parte desse consumo para expandir sua área de atuação com reservas de expansão - uma acumulação cooperativista -, favorecendo a todos, independentemente de quanto consomem, como no caso da Coop que, mesmo em meio a uma retração de seu faturamento em 2023, investiu cerca de 77 milhões em modernização e novas unidades, fazendo com que os que mais retirassem sobras fossem, na verdade, mais atuantes na expansão da Cooperativa. A diferença de rendimentos que cada cooperado tem entre si não está ligada à Coop, mas aos fatores externos da forma social capitalista que implica tais desigualdades.

Tabela 1: Investimentos da Coop em 2023

INVESTIMENTOS			
Projeto de investimento	Nota	Valor realizado em milhares de reais	% Participação do investimento realizado
Novas unidades	Pedro Primeiro /Emporio Portugal/Minimercado + 3 novas drogarias	44.970	58,1%
Tecnologia + inovação e melhoria	Ciclo de vida de equipamentos + Infraestrutura de TI + implantação ERP	15.974	20,6%
Investimentos em manutenção	Ciclo de vida de equipamentos + Infraestrutura diversas unidades	12.574	16,2%
Reformas/branding	Diversas drogarias + BM/CF/RR + diversas cafeterias	3.872	5,0%
Total		77.390	100,0%

Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral de 2024³³.

Um segundo ponto que vale mencionar é sobre a diferença da qualificação dos trabalhadores e suas remunerações. A questão da qualificação e da remuneração pode ser analisada de forma isolada e conceitual, como fez Souza (2017), ou de forma integrada e realista, como fez Singer. A Coop não atua em um espaço isolado e perfeito, mas em uma forma social capitalista, tendo que se adaptar a esse meio e gerando algumas contradições. Entre essas contradições, temos a questão do trabalho assalariado, que será discutida mais

³³ COOP. Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária 2024. Portal Coop, 2024. Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Anual-Coop-AGO-2024.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

profundamente ao longo da tese, principalmente no quarto capítulo. Na forma social capitalista, as relações sociais que vão de encontro à lógica do acúmulo capitalista; em última instância, devem seguir algumas regras desse modelo. Essas contradições devem ser discutidas, mas não impossibilitam a formação da Coop como ponto de inflexão espacial cooperativista. Até a forma social capitalista surgir, as práticas capitalistas, como trabalho assalariado e arrendamento de terras, eram apenas implantes, ou pontos de inflexão, dentro de uma outra forma social, no caso, feudal ou escravocrata e que, sob um olhar capitalista, mantinha-se na época em contradição ao fortalecer à antiga forma social, ou seja, o senhor feudal.

Na mesma passagem, Souza argumenta contra a individualização que cooperativas de produção representam por colocar o interesse da comunidade depois dos interesses dos cooperados e tendo seu sucesso um colete salva-vidas em detrimento de todos aqueles que não pertencem à cooperativa. Souza (2017) revela sua experiência de campo com algumas empresas recuperadas na Argentina, como pode ser visto quando ele afirma que:

Zibechi (2007, p. 95) fornece uma útil descrição das virtudes e potencialidades do movimento das empresas recuperadas por *los trabajadores* na Argentina; porém, como eu pude observar pessoalmente durante trabalho de campo conduzido em Buenos Aires em 2007, muitas empresas recuperadas igualmente poderiam ser tomadas como exemplos de como contradições e o infrapoder do imaginário capitalista podem minar um grande potencial de resistência. Enquanto algumas empresas (principalmente fábricas) “apropriadas” pelos trabalhadores ainda representam um compromisso com a autogestão e a mudança social (ou melhor, sócio –espacial), os cooperados que gerem outras tantas empresas recuperadas explicitamente abandonaram o discurso crítico (bem como a solidariedade ativa que eles frequentemente demonstraram, no passado, para com os piqueteiros e outros ativistas) em favor de um estilo “pragmático” de gestão: precipuamente preocupados com o sucesso de suas próprias respectivas empresas, operários dessas empresas recuperadas que foram entrevistados por mim não mostraram interesse em promover o que tem sido chamado de “consumo consciente” ou “conscientização dos consumidores” (“consumers awareness raising”, como dizem os ativistas anglo - saxônicos), isto é, informação crítica para os consumidores sobre o grau de justiça social e preocupação com a proteção ambiental (ou ausência dele) envolvida nas condições de produção e comercialização dos produtos. Pelo contrário: o que saltou aos olhos, e foi mesmo claramente admitido, foi uma preocupação exclusiva com a aceitação dos produtos por parte de uma clientela tradicional, o que redundava em estratégias bastante convencionais de marketing e venda de produtos (SOUZA, 2017, p. 416).

A Coop apresenta uma série de práticas como consumo consciente que serão

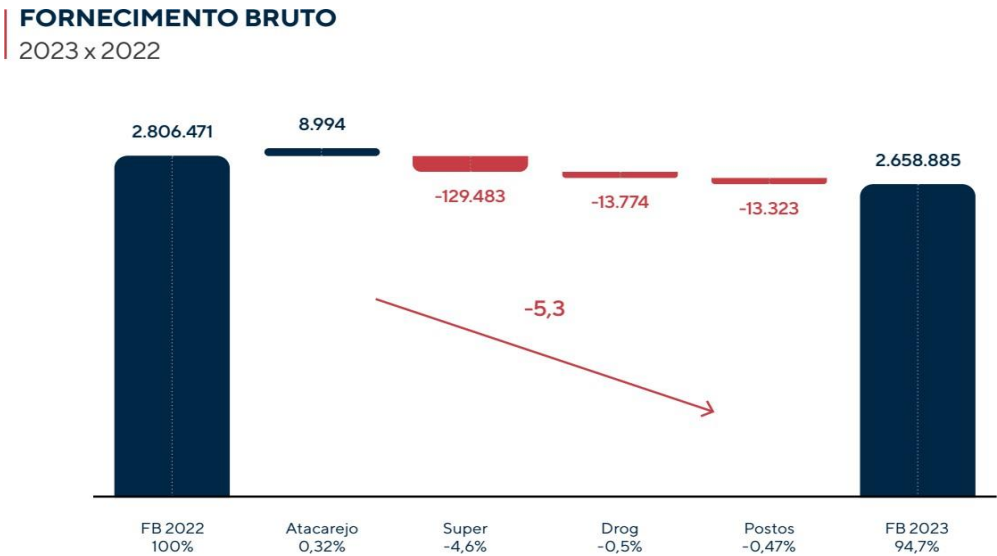
analisadas no quarto capítulo desta tese. A questão da alienação dos cooperados quanto ao seu papel transformador da forma social também será analisada no quarto e quinto capítulos, mas até mesmo o mais alienado dos cooperados, ao receber seu dinheiro e gastá-lo nas cooperativas de consumo, contribui para essa transformação socioespacial, pois adensa os pontos de inflexão e valoriza o valor de uso em detrimento do lucro. No capitalismo, por exemplo, todas as trocas comerciais que escondem as relações de produção dos trabalhadores contribuem para o adensamento da forma social capitalista, fazendo com que os trabalhadores, de forma alienada, ou até mesmo aqueles que são completamente críticos à forma social capitalista, contribuam para isso, já que o valor de uso dos objetos essenciais para sobreviver está pautado na acumulação capitalista.

Das muitas contradições que são inerentes ao capitalismo, a alienação e a busca incessante pelo lucro criam uma condição interessante para as cooperativas de consumo, pois ao mesmo tempo que muitos cooperados não entendem como estão contribuindo para a formação de um ponto de inflexão espacial cooperativista, outros que não teriam um alinhamento ideológico a favor desses pontos acabam buscando um preço ou um atendimento melhor nessas cooperativas de consumo. Em uma escala geográfica mais abrangente, percebemos a mesma contradição nas milhares de empresas capitalistas que vão para um país controlado por um partido comunista, como é o caso da China, mas que não deixam de obter vantagens competitivas exigidas na forma social capitalista, mesmo que, ideologicamente, contribuam para uma mudança espacial muito maior nos interstícios da formação social que apoia. Consideramos para isso a visão de Elias Jabbour (2021) de um socialismo com características chinesas que, apesar de apresentar contradições justamente por estar em um mundo onde as trocas são majoritariamente capitalistas, portanto, sob a forma social capitalista, apresenta, em sua essência, características socialistas.

Como visto no primeiro capítulo, a Coop obteve a hegemonia na região do ABC paulista de sua criação até a chegada das grandes redes varejistas e, apesar da concorrência, a Coop continua se expandindo. Todo esse crescimento e ocupação do espaço foi realizado como resgate do que seria o lucro das grandes empresas capitalistas. O ponto de inflexão espacial cooperativista criado pela Coop, ou seja, a sua ação de perseguir o valor de uso em detrimento da acumulação capitalista, faz com que, durante os 70 anos de sua existência, os cooperados tenham se beneficiado de um varejo que não está interessado em lucro, mas, sim, na redistribuição. Esse crescimento é constante e faz com que a Coop sempre estivesse entre as 30 primeiras maiores empresas de varejo do Brasil, saindo pela primeira vez desse grupo em 2024, quando cai da 29ª posição para a 35ª, segundo ranking da ABRAS (2024).

Uma reorganização por rentabilidade fechou algumas drogarias da Coop que, somado à deflação do período, diminuiu o faturamento da empresa (COOP, 2024). De qualquer forma, o patrimônio líquido e sua posição regional continuam crescentes e significativos, o que justifica a Coop como um ponto de inflexão espacial cooperativista.

Figura 16: Queda do fornecimento bruto da Coop entre 2022 e 2023



Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral de 2024.

Tabela 2: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023

COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO					
EXTRATO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2023					
(em milhares de reais)					
CONSOLIDADO					
ATIVO	2022	% AV	2023	% AV	%AH
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	11.253	0,8%	9.788	0,7%	-13,0%
Contas a receber	171.918	12,4%	146.231	10,5%	-14,9%
Estoques	343.374	24,7%	317.131	22,9%	-7,6%
Tributos a recuperar	50.777	3,6%	33.936	2,4%	-33,2%
Outros Ativos circulantes	1.207	0,1%	1.357	0,1%	12,4%
Total do ativo circulante	578.529	41,6%	508.442	36,6%	-12,1%
Não circulante					
Despesas antecipadas	881	0,1%	633	0,0%	-28,1%
Depositos Judiciais	31.735	2,3%	26.177	1,9%	-17,5%
Tributos a recuperar	19	0,0%	198	0,0%	919,0%
Tributos diferidos	74.525	5,4%	101.469	7,3%	36,2%
Investimentos	317	0,0%	338	0,0%	6,7%
Direito de uso	269.285	19,3%	296.706	21,4%	10,2%
Imobilizado	322.838	23,2%	335.375	24,2%	3,9%
Intangíveis	113.591	8,2%	118.061	8,5%	3,9%
Total do ativo não circulante	813.191	58,4%	878.958	63,4%	8,1%
Total do ativo	1.391.721	100,0%	1.387.400	100,0%	-0,3%

Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral da Coop de 2024.

Tabela 3: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023

CONSOLIDADO					
PASSIVO	2022	% AV	2023	% AV	%AH
Circulante					
Fornecedores	268.440	19,3%	262.060	18,9%	-2,4%
Obrigações trabalhistas	40.634	2,9%	43.906	3,2%	8,1%
Tributos a recolher	9.208	0,7%	15.387	1,1%	67,1%
Arrendamento	31.685	2,3%	34.368	2,5%	8,5%
Empréstimos e financiamentos	40.000	2,9%	37.000	2,7%	100,0%
Ingressos diferidos	46	0,0%	386	0,0%	741,1%
Outros passivos circulantes	30.858	2,2%	16.324	1,2%	-47,1%
Total do ativo circulante	420.871	30,2%	409.431	29,5%	-2,7%
Não circulante					
Provisões demandas judiciais	34.366	2,5%	37.470	2,7%	9,0%
Tributos a recolher	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	24.167	1,7%	71.167	5,1%	194,5%
Arrendamento	241.801	17,4%	271.579	19,6%	12,3%
Tributos diferidos	59.458	4,3%	60.171	4,3%	1,2%
Outros passivos	3.439	0,2%	112	0,0%	-96,7%
Total do ativo não circulante	363.231	26,1%	440.498	31,7%	21,3%
PATRIMONIO LIQUIDO					
Capital social	251.453	18,1%	252.387	18,2%	0,4%
Reserva lega	112.763	8,1%	65.017	4,7%	-42,3%
Rates	206.392	14,8%	205.623	14,8%	-0,4%
Fundo expansão e benfeitorias	23.675	1,7%	14.443	1,0%	-39,0%
sobras líquidas a disposição GO	13.335	1,0%	-	0,0%	-100,0%
Total do patrimônio líquido	607.619	43,7%	537.471	38,7%	-11,5%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.391.721	100,0%	1.387.399	100,0%	-0,3%
ESTRUTURA DE CAPITAL					
Capital próprio	607.619	43,7%	537.471	38,7%	-11,5%
Capital de terceiros	784.102	56,3%	849.929	61,3%	8,4%
Total Capital engajado	1.391.721	100,0%	1.387.399	100,0%	-0,3%
ENDIVIDAMENTO					
2022			2023		
Grau de Endividament a cada R\$ 1 de capital próprio	1,29		1,58		
LIQUIDEZ					
2022			2023		
Liquidez corrente	1,37		1,24		
Liquidez seca	0,56		0,47		
Liquidez geral (a cada R\$ 1 de dívida)	1,77		1,63		
CAPITAL CIRCULANTE LIVRE					
(em milhares de reais)			2022		2023
Folga no curto prazo (ativo circulante (-) passivo circulante)	157.658		99.011		

Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral da Coop de 2024.

Tabela 4: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2023

COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO EXTRATO DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)					
	CONSOLIDADO				
	2022	% AV	2023	% AV	%AH
Ingressos/receitas líquidas	2.654.856	100,0%	2.511.712	100,0%	-5,39%
Dispêndios/custos com mercadorias	(1.976.933)	-74,5%	(1.909.682)	-76,0%	-3,4%
Sobra/lucro bruto	677.923	25,5%	602.029	24,0%	-11,2%
Dispêndios/despesas adm/oper	(565.359)	-21,3%	(680.940)	-27,1%	20,4%
Demais ingressos/receitas	28.659	1,1%	94.102	3,7%	228,4%
Depreciação/amortização adm/oper	(64.107)	-2,4%	(71.397)	-2,8%	11,4%
Sobras/lucros antes do resultado financeiro	77.116	2,9%	56.205	-2,2%	-172,9%
Ingressos/receitas financeiras	8.535	0,3%	25.227	1,0%	195,6%
Dispêndios/despesas financeiras	(35.404)	-1,3%	(64.094)	-2,6%	81,0%
Juros s/capital	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultados financeiros	(26.869)	-1,0%	(38.867)	-1,5%	44,7%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	
Sobras/lucros antes do IRPJ/CSLL	50.247	1,9%	(95.072)	-3,8%	-289,2%
IRPJ/CSLL correntes	(7.966)	-0,3%	(7.025)	-3,8%	-11,8%
RPJ/CSLL diferidos	(2.496)	-0,1%	26.232	1,0%	-1.150,8%
Imposto de renda e contribuição social	(10.462)	-0,4%	19.206	0,8%	-283,6%
Sobras/lucros antes das destinações e transferência legais e estatutárias	39.785	1,5%	75.866	-3,0%	-290,7%
Transferências de dispêndios para RATES	4.578	0,2%	4.041	0,2%	-11,7%
Transferência de dispêndios para fundo de expansão e benfeitorias	6.402	0,2%	9.232	0,4%	44,2%
Transferências de dispêndios para Reserva Legal			65.865		
Sobras/lucros antes das destinações legais e estatutárias	50.766	1,9%	3.272	0,1%	-93,6%
Transferência para reserva legal	(2.943)	-0,1%	-	0,0%	-100,0%
Transferência para RATES	(22.809)	-0,9%	(3.272)	-0,1%	-85,7%
Fundo de expansão e benfeitorias	(11.679)	-0,4%	-	0,0%	-100,0%
Sobras líquidas à disposição da A.G.O.	13.335	0,5%	0	0,0%	-100,0%
Participação controladora	13.335	0,5%	0	0,0%	
Participação não controladora	-	0,0%	-	0,0%	

Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral da Coop de 2024.

O preço mais baixo, a vantagem de receber as sobras depois de algum tempo ou o melhor atendimento podem ser o principal atrativo para alguns cooperados, mas essas são demonstrações práticas de como uma modificação nas relações sociais pode melhorar a sua vida. Os movimentos sociais, principalmente os anticapitalistas, precisam descobrir no cooperativismo de consumo, pois é uma ferramenta importante de luta. Apesar das cooperativas

de consumo serem preponderantes em países como Suíça e Finlândia, no Brasil, a principal cooperativa de consumo e maior da América Latina “Coop – Cooperativa de Consumo” está concentrada no sudeste da região metropolitana de São Paulo e representa quase metade de todo ramo consumo. Estados significativos como Rio de Janeiro não contam sequer com uma cooperativa de consumo nos moldes da Coop. As possibilidades para o cooperativismo de consumo são imensas, mas é preciso que exista uma maior divulgação de sua existência e dinâmica.

No próximo capítulo, analisaremos o crescimento das cooperativas de consumo ao longo da história, com seus principais precursores e práticas, dando especial atenção a Robert Owen e os 28 Tecelões de Rochdale. Além disso, investigaremos os caminhos percorridos pela C.W.S, uma cooperativa de segundo grau, que foi muito além do varejo.

3 AS ORIGENS DO COOPERATIVISMO DE CONSUMO

A transformação do espaço geográfico e seu novo conjunto de objetos e ações permitiu o florescimento das cooperativas de consumo como resistência às novas relações de produção que se tornavam hegemônicas a partir da revolução industrial. O filantropo Robert Owen foi um importante ator para a formação mais consistente do cooperativismo como doutrina econômica. Suas ideias fizeram florescer a cooperativa de consumo mais famosa da história, os *Pioneiros de Rochdale – a Rochdale Society of Equitable Pioneers*, fundada em 1844 por 28 membros originais (FAIRBAIRN, 1994). Os eventos em cadeia se desdobraram para a formação da *co-operative wholesale society* – normalmente identificada pela sigla C.W.S. –, federação de cooperativas de consumo, que apresentou grande papel na Inglaterra do século XIX e início do século XX, verticalizando e horizontalizando suas atividades com a apropriação cooperativista não só dos espaços da distribuição, mas também da produção, como veremos a seguir.

3.1 O cooperativismo de Robert Owen

Foi graças ao incêndio em um moinho de Woolwich, em 1760, data essa de sua criação, que temos os primeiros registros de cooperativas. Esse moinho havia sido construído pelos trabalhadores de Woolwich que estavam revoltados com o monopólio exercido pelos moleiros de milho locais, os quais resolveram construir eles mesmo o próprio moinho. Essa atitude não agradou os moleiros e os padeiros locais, que foram acusados de atear fogo na recente construção, mas negaram participação na ação criminosa. Devido ao incêndio, de origem criminosa ou não, houve a possibilidade, segundo Cole (1944, p. 14), de identificar as primeiras cooperativas que exerciam atividades panificadoras e de moagem.

Já a primeira cooperativa de consumo, antes do modelo de Rochdale que apresentava o armazenamento como foco, teve início em 1769, com a *Weavers 'Society*, em Fenwick³⁴. Esses movimentos, entre outros que surgiram na mesma época, não foram capazes de influenciar de forma significativa, em uma escala mais ampla, a proliferação de outras cooperativas, apresentando vida curta, sendo Robert Owen o principal expoente dessa fase

³⁴ Povoado localizado em East Ayrshire, Escócia.

(COLE, 1944, p. 15).

Robert Owen nasceu em 14 de maio de 1771 em Newtown, País de Gales. Aos dez anos, foi enviado a Londres, onde tornou-se aprendiz de um comerciante de tecidos em Stamford, Lincolnshire. Quando retorna a Londres aos 14 anos, percebe que as condições de trabalho não lhe agradam e resolve ir para Manchester no momento em que as novas técnicas começaram a comandar a indústria manufatureira inglesa. Owen, então, inicia um pequeno e próspero empreendimento de algodão em que chefia mais de 500 funcionários. A posição alcançada o fez entrar em círculos intelectuais de Manchester, no qual absorveu novas ideias ao mesmo tempo em que influenciava os seus companheiros sobre a melhor forma de gerenciar as indústrias. Viajando à trabalho constantemente a Glasgow, Escócia, conheceu a sua esposa, Caroline Dale, filha de David Dale, um grande industrial e sócio de Richard Arkwright, proprietário de uma série de fábricas de algodão em New Lanark, na beira do rio Clyde, Escócia (COLE, 1944).

Em 1799, Owen resolve comprar todas essas fábricas de New Lanark, fundadas 17 anos antes por Dale (COLE, 1944, p. 15), iniciando transformações que teriam influência sobre intelectuais, políticos, trabalhadores e cooperativas na primeira metade do século XIX (ROBERTOWENMUSEUM, 2022; GIDE, 1913, p. 235). Singer (1998, p. 147) considera Owen o avô do socialismo moderno, deixando Marx e Engels como os pais. Já Gide (1913, p. 235) considera a publicação de Owen *What this Socialism*, de 1841, como a primeira vez na qual o termo socialismo foi usado no título de um livro, lembrando que Pierre Leroux³⁵ já havia cunhado o termo anteriormente.

Em New Lanark, Owen pôde colocar em prática várias ideias que modificariam as relações socioespaciais e a forma de vida dos homens que ali trabalhavam e residiam, pois acreditava que as novas técnicas produtivas e suas máquinas poderiam garantir dignidade a todos e acabar com a miséria (SINGER, 1998, p. 70). Owen acreditava que as más práticas das pessoas eram influência de um meio social – produto da legislação, da educação e da ação individual deliberada – que não as favorecia. Para mudar o quadro, necessitava transformar esse meio transformando-o em uma nova sociedade, sem as mazelas da antiga.

Dessa forma, Owen ganhou uma série de inimigos, entre eles, algumas religiões, pois essas responsabilizavam o homem pela maldade, enquanto, para ele, a verdadeira fonte

³⁵ De acordo com Bravo (1976), Pierre Leroux criou o termo *socialismo* em 1834, de modo pejorativo, visando designar o perigo de uma planificação excessiva da sociedade. Retoma o termo de modo positivo anos mais tarde para designar – através do que o autor considera um *socialismo humanitário*, carregado de valores cristãos, embora apartado do cristianismo – uma sociedade que reconciliaria os ideais de liberdade e igualdade (BRAVO, 1976)

de maldade estava no meio social que influenciava o homem (GIDE, 1913, p. 238; COLE, 1944, p. 19). Gide indica uma falha nesse pensamento, já que “se o homem é simplesmente o produto de seu ambiente, como ele pode mudar esse ambiente? É como pedir a um homem que se erga pelos cabelos”³⁶ (GIDE, 1913, p. 238, tradução nossa). Na prática, a ideia de dar aos homens um meio melhor para que possam se transformar positivamente fizeram com que o indústria I transformasse as interações socioespaciais em New Lanark, local onde se localizavam as suas fábricas (COLE, 1944, p. 15).

Apesar das fábricas de New Lanark não apresentarem condições tão degradantes como a maior parte das outras fábricas, Owen acaba iniciando um processo de revitalização não apenas de suas fábricas, mas de tudo que havia comprado, incluindo as terras e as casas. Dessa forma, acabou formando uma grande área conectada e movida pelas águas do rio Clyde, já que, naquele momento, as fábricas eram movidas pela força da água, pois o motor a vapor ainda não havia se popularizado (COLE, 1944, p. 15-16). Essa característica da dependência pelos rios fazia com que essas fábricas inicialmente fossem instaladas em locais mais distantes dos grandes centros, fazendo com que os donos das fábricas ficassem responsáveis por uma boa parte da estrutura que os trabalhadores necessitavam para sobrevivência (COLE, 1944, p. 17). Em suas primeiras medidas, Owen reduziu as horas trabalhadas de dezesseis para dez e trocou o trabalho de crianças menores de dez anos por educação gratuita (GIDE, 1913, p. 237).

Fora de New Lanark, pouco se gastava com melhorias nas condições dos trabalhadores, pelo contrário, muitos trabalhadores, além das péssimas condições encontradas, ainda eram dependentes das lojas, na maioria das vezes, do mesmo proprietário das fábricas, que vendia necessidades básicas, mas de forma inflacionada e adulterada. Essa situação só se reverteu em parte a partir do *The Truck Act of 1831*, quando muitos patrões passaram a ser obrigados a pagar seus funcionários em moedas, não mais em itens retirados das lojas (COLE, 1944, p. 17). Robert Owen resolveu modificar completamente a dinâmica degradante pela qual os trabalhadores passavam e, logo:

abriu o terreno aos trabalhadores, construiu novas casas e melhorou as antigas, ergueu novas escolas, iniciou uma loja em que produtos não adulterados eram vendidos a preços baixos, cultivou terras para o fornecimento de vegetais, reduziu o horário de trabalho e aumentou os salários. Quando as fábricas tiveram que ser fechadas devido à interrupção do comércio pela guerra, em vez de demitir os trabalhadores, ele continuou a pagar seus salários. E apesar dessas

³⁶ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *if man is simply the product of his environment, how can he possibly change that environment? It is like asking a man to raise himself by the hair of his head.*

coisas, ou por causa delas, ele continuou a fazer bons lucros e adquiriu uma reputação em todo o mundo como "o filantrópico Sr. Owen", que havia resolvido o problema de administrar suas fábricas com lucro, sem reduzir seus trabalhadores à miséria ou escravidão (COLE, 1944, p. 15-16, tradução nossa)³⁷.

A fórmula usada foi tão bem-sucedida que os reis da Prússia e da Holanda foram se aconselhar com o industrial sobre assuntos de educação e caridade, já que a educação era um dos alvos principais de Owen, principalmente entre as crianças (COLE, 1944; GIDE, 1913).

Em 1816, abriu a *Institution for the Formation of Character* – Instituição para a Instituição do Caráter – que contemplava jovens e adultos e, posteriormente, abriu suas instalações para serem usufruídas não só por seus funcionários, mas para todos, incluindo o uso de suas escolas (GIDE, 1913, p. 236). Essa proposta era alinhada ao pensamento de Owen com o lucro, pois o industrial acreditava que esse lucro deveria ter um limite e que uma parcela considerável das riquezas produzidas em suas fábricas deveria retornar aos trabalhadores, criando, assim, a semente que em 1844 germinaria em solos férteis de Rochdale.

A partir de 1815 (COLE, 1944, p. 18), Owen fracassou ao tentar modificar a superestrutura que já se moldava em favor das novas relações sociais de produção. Owen queria mudar as leis para proteção de trabalhadores e crianças daquela época e, dessa forma, em 1817, passou a pregar as Aldeias Cooperativas – *Villages of Cooperation* – como solução para os mais pobres. Essas aldeias eram inspiradas em sua experiência na propriedade de New Lanark e consistia em repassar capital do Estado e das autoridades paroquiais para que os próprios trabalhadores, organizados e vivendo de forma cooperativa, pudessem por si só caminhar na prosperidade econômica e sem favores do Estado ou de filantropos (COLE, 1944, p. 18).

Segundo Singer (1998), essas ideias foram analisadas por Marx que vivenciando:

uma outra etapa do capitalismo industrial, enfatizou em sua análise o

³⁷ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *he threw the grounds open to the workers, built new houses and improved the old ones, erected new schools, started a shop at which unadulterated goods were sold at low prices, cultivated land for the supply of vegetables, reduced working hours, and increased wages. When the mills had to be closed owing to the interruption of trade by the war, instead of dismissing the workers he continued to pay their wages. And in spite of these things, or because of them, he continued to make good profit of vegetables, reduced working hours, and increased wages. When the mills had to be closed owing to the interruption of trade by the war, instead of dismissing the workers he continued to pay their wages. And in spite of these things, or because of them, he continued to make good profits, and acquired a reputation all over the world as "the philanthropic Mr. Owen" who had solved the problem of running his mills at a profit without reducing his workers to misery or slavery.*

tamanho crescente dos sistemas de máquinas e a necessidade de coordenação do processo de produção e distribuição muito maiores que uma “aldeia cooperativista”. Por isso, ele incorporou ao seu projeto a essência coletivista de Owen, mas estendeu os limites da economia cooperativa no mínimo ao território nacional (SINGER, 1998, p. 109).

Essas ideias, mesmo ao nível local, aproximaram Owen do espírito cooperativista que prosperaria em vastas áreas tempos depois. As Aldeias Cooperativas trabalhariam no que eram mais eficientes, trocando suas mercadorias com outras Aldeia Cooperativas que apresentavam outras eficiências de forma complementar (COLE, 1944, p. 18).

As ideias de Owen ganhavam força à medida que as novas técnicas fabris avançavam e criavam um rastro de destruição e de desemprego entre os trabalhadores, que aumentavam as fileiras do exército industrial de reserva, pois suas indústrias-caseiras tinham sido destruídas pela concorrência das fábricas. Perdendo a propriedade dos meios de produção, grande parte dos trabalhadores agora dependiam das ações do Estado e de filantropos. Assim, a possibilidade de um sistema que diminuísse esses aportes do Estado e dos ricos para diminuir a pobreza, fez com que muitos se interessassem pela fórmula Owenista. Essa fórmula, porém, trazia uma dinâmica embutida, pois a apropriação dos cooperados das Aldeias poderia prejudicar a dinâmica responsável pela acumulação capitalista. Cole narra o evento em que Owen defendia seu projeto perante os industriais da seguinte forma:

quando a guerra terminou e os preços caíram, o fardo das taxas baixas foi sentido muito mais pesadamente do que antes; e a alegação de Owen de que ele havia encontrado uma maneira pela qual a manutenção dos pobres deixaria de ser uma opressão para os pagadores de taxas e impostos caiu em ouvidos muito dispostos a ouvir. Consequentemente, nem mesmo sua denúncia de todas as religiões foi suficiente para afugentar o apoio influente; mas quanto mais Owen explicava seu "plano", mais evidente se tornava que ele estava propondo não apenas uma forma de baratear a provisão para os pobres, mas uma mudança completa no sistema social e a abolição da empresa capitalista com fins lucrativos. As pessoas influentes que estavam preparadas para dar às opiniões de Owen uma audiência simpática, desde que parecessem confinadas a medidas para lidar com a angústia do pós -guerra, logo se afastaram (COLE, 1944, p. 20)³⁸

As várias tentativas frustradas de mudar a legislação e a falta de apoio por parte da

³⁸ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *when the war ended and prices fell, the burden of the poor rates was felt much more heavily than before; and Owen's claim that he had found a way whereby the maintenance of the poor would cease to be an oppression to the payers of rates and taxes fell on ears very ready to listen. Consequently even his denunciation of all the religions was not at once enough to scare away influential support; but the more Owen explained his "plan" the more evident it became that he was proposing, not simply a way of cheapening the provision for the poor, but a complete change in the social system and an abolition of profit-making capitalist enterprise. The influential persons who had been prepared to give Owen's views a sympathetic hearing as long as they seemed to be confined to measures for dealing soon with the post-war distress dropped away.*

elite industrial do Reino Unido fizeram com que Owen procurasse novos ares nos Estados Unidos e, em 1825, fundou em New Harmony, Indiana, sua “Aldeia Cooperativa” (COLE, 1944, p. 20). Embora Owen tenha mudado para New Harmony, suas ideias impregnaram pensadores e trabalhadores do Reino Unido com as experiências de Aldeias Cooperativas Owenistas, sendo representativas em qualidade e quantidade mesmo antes de sua viagem ao Novo Mundo.

No ano de 1820, um grupo de impressores liderados por George Mudie organizou uma Aldeia Cooperativa, que mantinha algumas diferenças com as de Owen. A Aldeia Cooperativa *London Co-operative and Economical Society* foi criada pelo grupo que, inicialmente, vivia em comunidade, formulando o primeiro jornal cooperativo, *The Economist*, mas logo a vida em comunidade foi abandonada e o jornal mudou de nome (COLE, 1944, p. 21). Isso não impediu que outras Aldeias Cooperativas owenistas, inclusive mais importantes, surgissem, como em 1826, com a famosa Aldeia Cooperativa de Orbiston, que prosperou bastante antes da morte de um de seus financiadores, Abram Combe, levando ao despejo todos aqueles que formavam a Aldeia (COLE, 1944, p. 21-22). Essa era uma fraqueza das Aldeias Cooperativas, sua dependência de filantropos.

Uma outra Aldeia Cooperativa foi formada em Brighton, em 1827, embora tenha durado apenas até 1832, foi importante para a divulgação do movimento cooperativista com a publicação do jornal *The Co-operator*, escrito por Dr. King que, em 1830, declarou no jornal a grande expansão das cooperativas que chegavam naquele momento ao número de 300 (COLE, 1944, p. 23). Outras Aldeias Cooperativas obtiveram notoriedade, entre elas a Aldeia Cooperativa Ralahine, na Irlanda, que durou de 1831 até 1833, mas assim como a de Orbiston teve seu fim decretado depois que o Irlandês John Scott Vandaleur, defensor das ideias de Owen e proprietário das terras alugadas para a Aldeia que, mesmo sendo altamente eficiente e produtiva, foi despejada após o proprietário perder seu patrimônio em jogos de azar (COLE, 1944, p. 34).

Queenwood, também conhecida como Harmony Hall, em East Tytherly, Hampshire, foi a última e uma das mais importantes Aldeias Cooperativas que os owenistas depositaram suas esperanças, mas acabou apresentando o mesmo destino das outras com seu encerramento em 1846. A Aldeia foi local de peregrinação e de congressos de vários owenistas, sendo governada boa parte de sua existência pelo próprio Robert Owen, que não conseguiu evitar alguns obstáculos como a falta de especialização dos colonos em suas atividades. Isso fez com que essa ineficiência tivesse que ser compensada pelo envio de mais dinheiro por grupos socialistas distribuídos por todo país que mantinham a esperança de uma

Aldeia Cooperativa de sucesso que pudesse ter o modelo replicado em outras regiões. Porém, depois de várias trocas de governadores, a Aldeia Cooperativa foi encerrada em 1846 (COLE, 1944, p. 355-36).

A partir de 1838, o Owenismo foi perdendo força para novos movimentos sindicalistas. O cartismo, por exemplo, inclinava seus esforços para a luta do sufrágio universal masculino, criticando o Owenismo como uma causa utópica e de esforço inútil (COLE, 1944, p. 36-37). É difícil falar de fracasso do movimento owenista já que, em última instância, cumpriu seu papel de protesto por melhores condições de trabalho e influenciou de forma significativa a cooperativa de consumo mais importante da história, Rochdale.

As Aldeias Cooperativistas conviveram com outras estratégias que englobavam o cooperativismo, mas que se passava fora delas. Entre as décadas de 1820 e 1830, os cooperados owenistas estreitaram relações com os sindicalistas e as greves passaram a contar com um movimento em que os trabalhadores, dependendo do tipo de indústria, formavam cooperativas para competir com os patrões. De 1826 a 1835, houve um aumento significativo do número de cooperativas por quase todo Reino Unido devido à junção de cooperados e sindicalistas (COLE, 1944, p. 25).

Outro empreendimento que marcou a trajetória de Owen foram as bolsas de trabalho. A ideia era fazer com que pudessem trocar suas mercadorias sem o uso da moeda, mas a partir da troca pelo tempo de trabalho que cada objeto precisou para ser produzido. Caso um trabalhador declarasse gastar “x” horas para produzir determinado objeto, poderia trocá-lo na bolsa de trocas por outros produtos depositados por outros trabalhadores que valessem proporcionalmente a mesma hora de trabalho (GIDE, 1913, p. 241). Ocorre que a demanda por confiança dos cooperados precisaria ser muito grande, o que tornou o processo inicial um pouco caótico (COLE, 1944, p. 30), mas com a experiência adquirida, “o tempo creditado foi avaliado por representantes de um comitê retirado do comércio em questão, e se destinava a cobrir não o tempo realmente gasto na fabricação das mercadorias, mas o tempo que deveria ter sido gasto até um trabalhador do razoável” (COLE, 1944, p. 30, tradução nossa)³⁹, o que nos remete ao “tempo de trabalho socialmente necessário” utilizado por Marx (2013). No entanto, essa modificação acabava se afastando dos princípios de Owen, que pregava que cada pessoa consumisse de acordo com suas necessidades e não de acordo com as suas capacidades, indo de encontro às notas de trabalho avaliadas por uma comissão que usa o

³⁹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the time credited was assessed by representatives of a committee drawn from the trade concerned, and was meant to cover not the time actually taken in making the goods but the time that ought to have been taken by a workman of reasonable.*

tempo de trabalho socialmente necessário (GIDE, 1913, p. 241). Para piorar, os cooperados podiam colocar nestas bolsas de troca tudo aquilo produzissem, porém, mesmo que não houvesse demanda, poderiam trocar por outros produtos altamente demandados, tornando a bolsa um depósito de certos produtos não demandados (GIDE, 1913, p.247).

Gide (1913), na visão de um economista, acreditava que a dinâmica da bolsa já estava fadada ao fracasso logo em seu início, ao afirmar que “o experimento, que teve quase o mesmo grau de sucesso que as tentativas de estabelecer uma colônia comunal na América, não durou muito. O menor conhecimento das leis do valor teria convencido o reformador da futilidade de sua tentativa⁴⁰” (GIDE, 1913, p. 242). De qualquer forma, o autor reconheceu a experiência como predecessora de outras experiências de sucesso, como as cooperativas de consumo no modelo de Rochdale que estavam por vir, ao afirmar que:

o mecanismo específico com o qual foi ensaiada a eliminação do lucro é, na verdade, de importância secundária. Mas a ideia essencial que está por trás de toda a tentativa, ou seja, a abolição do lucro é pelo menos parcialmente realizada naquela instituição sólida e útil que agora é encontrada em todo o mundo, e que foi legada a nós por esta experiência das lojas cooperativas de Owen. Sua primeira aparição data de 1832, o ano do experimento do Banco de Câmbio, mas somente dez anos depois é que eles assumiram sua forma atual como resultado dos esforços dos Pioneiros de Rochdale. As sociedades cooperativas de varejo têm como regra não obter lucros ou restaurar qualquer lucro que possa advir para seus membros na proporção do valor de suas compras nas lojas. Na realidade não há lucro, mas simplesmente a anulação do seguro contra riscos que foi partilhado por todos os membros. O processo de eliminação está estritamente de acordo com o método de Owen de colocar produtor e consumidor em contato direto com o objetivo de se livrar do intermediário. Mas a eliminação do lucro é realizada sem eliminar o dinheiro. [...] A associação cooperativa, com seu sistema sem lucros, permanecerá para sempre como a obra mais notável de Owen, e sua fama estará para sempre ligada ao crescimento daquele movimento (GIDE, 1913, p. 242- 243)⁴¹.

⁴⁰ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the experiment, which had about the same measure of success as the attempts to establish a communal colony in America, did not last very long. The slightest acquaintance with the laws of value would have convinced the reformer of the futility of his attempt.*

⁴¹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the particular mechanism wherewith the elimination of profit was essayed is really of quite secondary importance. But the essential idea which lay behind the whole attempt namely, the abolition of profit is at least partly realised in that solid and useful institution which is now found all over the world, and which was bequeathed to us by this experiment of Owen's the co-operative stores. Their first appearance dates from 1832, the year of the Bank of Exchange experiment, but it was not until ten years later that they assumed their present form as the outcome of the efforts of the Rochdale Pioneers. The co-operative retail societies have as their rule either to make no profits or to restore any profit that may accrue to their members in proportion to the amount of their purchases at the stores. In reality there is no profit, but simply a cancelling of insurance against risks which has been shared in by all the members. The process of elimination is strictly in accordance with Owen's method of putting producer and consumer in direct contact with one another with a view to getting rid of the middleman. But the elimination of profit is accomplished without eliminating money. [...] The co-operative association, with its system of no profits, will for ever remain as Owen's most remarkable work, and his fame will for ever be linked with the growth of that movement.*

Cole acredita que a extinção das bolsas de trabalho apresenta menos relação dos problemas internos e mais com a desestruturação geral de cooperativas e sindicatos que desmoronavam no momento do fechamento das bolsas, e:

qualquer que seja o destino das Bolsas em outras circunstâncias, elas parecem ter entrado em colapso, de fato, porque as fundações foram arrancadas de seu poder pela dissolução geral das agências sindicais e cooperativas das quais dependiam para seus clientes e seus fornecimentos de mercadorias. No verão de 1834, Owen se tornou totalmente consciente do colapso do movimento em que tanto havia feito para despertar esperanças extravagantes (COLE, 1944, p.30-31)⁴².

Seja como for, Owen e seus adeptos foram essenciais para o pensamento cooperativo, inspirando uma grande parte dos Pioneiros de Rochdale e suas práticas de sucesso como reservar uma parcela das sobas para melhorias na comunidade e dos cooperados. Até hoje, as cooperativas de consumo continuam contribuindo com questões recreativas, educacionais e ambientais (HILSON, 2017, p. 43).

3.2 Os Pioneiros de Rochdale e a formação do movimento cooperativista

A influência de Owen, segundo COLE (1944, p. 77), pode estar marcada no próprio nome da cooperativa de Rochdale, já que a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale - *Rochdale Equitable Pioneers Society* – deve esse Equitativo – *Equitable* – a uma das obras mais representativas de Owen, a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo - *National Equitable Labor Exchange* – enquanto o jornal “O Pioneiro” – *The Pioneer* – cujo dono era um grande defensor das cooperativas de Owen teria sido a outra inspiração na formação dos Pioneiros

Em 1844, a cidade de Rochdale apresentava 25 mil habitantes e a atividade têxtil era o foco empregatício da região (COLE, 1944, p. 39). Com as crises causadas pela imposição de tarifas estadunidense em 1828 e 1841, produção local ficou instável, e os tecelões manuais sofreram com essa flutuação, pois enquanto os teares mecânicos, dependentes de mais capital para serem instalados pertenciam aos donos das fábricas, os teares manuais pertenciam aos próprios tecelões, fazendo com que, em uma crise, as máquinas dos grandes proprietários não sentissem tanto. Em contrapartida, os tecelões manuais, principal força de

⁴² Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *whatever the fate of the Exchanges might under Other circumstances have been, they appear to have collapsed, in fact, because the foundations were knocked away from under them by the general dissolution of the Trade Union and Co-operative agencies on which they depended for their customers and their supplies of goods. By the summer of 1834 Owen had become fully aware of the collapse of the movement in which he had done so much to arouse extravagant hopes.*

trabalho da área e das suas vizinhanças, ficavam sem trabalho (COLE, 1944, p. 40-41).

Rochdale, junto ao Manchester e Leeds, protagonizava as reivindicações dos trabalhadores como parte de uma rede nacional que lutava por uma legislação fabril e pela jornada de dez horas (COLE, 1944, p. 42-43). Uma demonstração da força dos trabalhadores de Rochdale ocorreu em 1844, mesmo ano da fundação dos Pioneiros, quando organizaram uma greve para obter melhorias salariais, mas foram enfraquecidos por alguns proprietários de fábricas que não as concederam, fazendo com que os industriais que inicialmente aceitaram as reivindicações dos trabalhadores voltassem atrás em suas concessões. Nem mesmo o subsídio fornecido aos grevistas por aqueles que permaneciam trabalhando foi suficiente para alcançar a vitória do movimento grevista. A falta de colaboração de alguns grupos de trabalhadores que não queriam aderir à greve também contribuiu para o fim do movimento, que precisaram voltar ao trabalho, mas agora com menores salários (COLE, 1944, p. 43.-44).

Rochdale também contava com uma grande quantidade de seitas religiosas, que tinham patrocinadores ricos fornecendo dinheiro para colocar em prática suas convicções religiosas, contrastando com as pequenas e pobres congregações sem patrocínio, que acabavam se extinguindo. A religião era uma forma de escapismo de uma nova realidade industrial, que se erguia com trabalhos monótonos e grandes exigências físicas e psíquicas, o que contribuiu para:

quebrar o espírito de revolta da classe trabalhadora e impelir os líderes dos trabalhadores para cursos mais sóbrios de pensamento econômico e político. Politicamente, levou-os à união com os fabricantes liberais que eram o esteio das congregações dissidentes. Economicamente, levou-os do sindicalismo e cartismo revolucionários ao sindicalismo "Novo Modelo" dos anos cinquenta e às novas formas de cooperação que foram desenvolvidas sob a inspiração dos Pioneiros de Rochdale (COLE, 1944, p. 56)⁴³.

Um outro fator imperativo na formação dos Pioneiros de Rochdale foram as disputas ocorridas na Aldeia Cooperativa de Queenwood alguns anos antes, envolvendo religião, hierarquia dos membros e questões administrativas, pois muitos dos membros da extinta Aldeia estavam entre seus fundadores. Eram socialistas Owenistas envolvidos nas discussões de Queenwood que acreditavam estar honrando as ideias originais de Owen,

⁴³ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *this was one great factor in breaking the spirit of workingclass revolt and impelling the leaders of the workers into more sober courses of economic and political thought. Politically it led them towards union with the liberal manufacturers who were the mainstay of the dissenting congregations. Economically it led them from revolutionary Trade Unionism and Chartism to the "New Model" Trade Unionism of the 'fifties and to the new forms of Co-operation which were developed under the inspiration of the Rochdale Pioneers.*

enquanto as práticas de Queenwood as distorciam (COLE, 1944, p. 57-60).

A Cooperativa de Rochdale se diferenciava das Aldeias Cooperativas, pois não contava com a injeção de capital por parte de filantropos ricos e precisavam, inicialmente, juntar as pequenas economias de seus cooperados, majoritariamente tecelões, para entrar em funcionamento, o que era um sacrifício para uma população que acabara de sair de uma grande crise, em 1844 (COLE, 1944, p. 62).

Quando os Pioneiros da Rochdale iniciaram seu empreendimento, não estavam sob proteção da lei, pois naquele momento não havia nenhuma lei específica para cooperativas que lhes dessem permissão para o funcionamento legalizado, mas isso não foi o suficiente para parar o grupo. Apenas em 1846 passou a contar com leis que lhe cobriam com mais segurança a atividade (COLE, 1944, p. 78). Impregnados pelos pensamentos de Robert Owen, discutiram a melhor forma de minimizar a pobreza a que estavam submetidos. Dessa forma, perceberam que era o mecanismo do capital que deveria ser mudado, pois apenas transformar alguns pobres em novos padrões industriais faria com que as práticas opressoras e a pobreza continuassem a existir contra o restante dos trabalhadores não-proprietários (HOLYOAKE, 1933, p. 15).

Os Pioneiros da Rochdale tinham objetivos que transbordavam a modificação do espaço local, mantendo pretensões de uma transformação global com relações de consumo que poderiam revolucionar a forma de viver. Para tanto, relacionaram alguns objetivos que seriam primordiais para essa transformação, tendo como ponto de partida a formação de uma pequena loja de varejo e, futuramente, a construção de casas para os cooperados, para as fábricas que forneceria empregos e para aqueles que estavam desempregados, e os investimentos na agricultura também ajudaria a empregar seus cooperados. Um dos maiores objetivos dos Pioneiros da Rochdale, mas que nunca foi alcançado, foi criação de uma governança a partir das várias cooperativas de consumo conectadas e que se complementariam com suas fábricas e produtos agrícolas (HOLYOAKE, 1933, p. 20-21). Há uma nítida conexão entre os objetivos dos Pioneiros da Rochdale e Robert Owen.

Os Pioneiros da Rochdale agiram de forma não alarmante ao fomentar seu empreendimento, mas nada que pudesse escapar aos comentários, principalmente dos comerciantes que estavam apreensivos para conhecer seu mais novo concorrente. Os próprios Pioneiros da Rochdale também tinham apreensão nessa abertura e, “numa tarde triste de inverno, a mais longa do ano, a 21 de dezembro de 1844, os probos pioneiros inauguraram as suas operações”, (HOLYOAKE, 1933, p. 24). Isso não ocorreu sem a apreensão do grupo que precisou de algum tempo até que um deles finalmente tomasse

coragem e abrisse a porta, deixando expostas suas pequenas quantidades de manteiga, açúcar, farinha de trigo e aveia (HOLYOAKE, 1933, p. 30) no andar térreo de uma rua nada luxuosa chamada Toad Land – Travessa do Sapo – e que, segundo Holyoake, tinha um nome que lhe assentava bem (HOLYOAKE, 1933, p. 24-25).

Figura 16: Toad Lane fotografada em 1920 e atualmente como Museu



Fonte: COOP News, 2004⁴⁴.

Assim, em 1844, os Pioneiros da Rochdale inauguravam sua loja para venda de necessidades básicas que ao longo do tempo foi diversificando seus produtos. (COLE, 1944, p.74). Em 1850, com crescimento acelerado, os Pioneiros de Rochdale se envolveram em um novo empreendimento, a Sociedade do Moinho do Distrito de Rochdale, que contou com um investimento inicial de 200 libras, dinheiro significativo para os Pioneiros da Rochdale e representava 20% do montante total do moinho quando começou a funcionar no edifício alugado, mas que não trouxe lucros, posto que, pelo pouco capital, não possibilitava a compra de trigo de boa qualidade e nem grandes investimentos na parte técnica (HOLYOAKE, 1933, p. 60). A farinha produzida pelo moinho passou a ficar acumulada no estoque dos Pioneiros da Rochdale por não ter compradores suficientemente dispostos a fazer sacrifícios de comprar uma farinha inferior e de elevado preço para incentivar o empreendimento (HOLYOAKE, 1933, p. 62).

Para Holyoake (1933, p. 62), sacrifício de comer algo de qualidade inferior e mais caro deveria ser feito para que no futuro fossem colhidos frutos. Mas existe uma diferença entre sacrifícios que envolvam um pagamento maior como forma de investimento na Cooperativa que continuaria entre os cooperados para expansão e melhoria técnica, e um sacrifício relacionado à ineficiência técnica, onde a má gestão e estrutura defasada

⁴⁴ Toad Lane: a building for co-operative memory. **Coop News**, 2024. Disponível em: <https://www.thenews.coop/toad-lane-a-building-for-co-operative-memory/> Acesso em: 04 maio 2024

tecnicamente tornem a Cooperativa pouco competitiva e não mais um ponto de inflexão espacial, justamente por não conseguir competir com seus concorrentes capitalistas. Essa, aliás, é uma discussão que perpetua através da história, como no caso das cooperativas de consumo socialistas belgas (GOETHEM, 2017), chegando até os dias de hoje onde a eficiência técnica é primordial para a sobrevivência de cooperativas que apresentam concorrentes cada vez mais agressivos.

Pela falta de qualidade da farinha a demanda da cooperativa dos Pioneiros da Rochdale diminuiu, provocando grande perda para a Sociedade do Moinho, formada ainda por mais 14 armazéns cooperativos. Grande parte do dinheiro investido seria perdido caso o moinho fosse liquidado o que deixou os cooperados de Rochdale preocupados, pois depois da falência de um popular banco onde as pessoas depositavam suas economias por segurança, muitas pessoas deixavam o dinheiro com os Pioneiros da Rochdale confiando na segurança do empreendimento. Os Pioneiros da Rochdale precisavam passar continuamente essa segurança aos cooperados para angariar mais adeptos. Porém, naquele momento, antes que o desespero pudesse prejudicar a Cooperativa, os Pioneiros da Rochdale colocaram o Sr. Abrahão Greenwood para dirigir o moinho, levando a uma recuperação tão rápida que em 1860 venderam o moinho por 6 mil libras. Os cooperados entenderam que um novo moinho era necessário e construíram um que chegou ao sucesso em poucos anos, tendo 78% de suas operações ligadas às cooperativas (HOLYOAKE, 1933, p. 67-68).

No ano de 1854, dez anos depois de sua formação, os Pioneiros, não contentes apenas com o comércio e já experientes com seu moinho de milho, se lançaram na fabricação de tecidos a partir de uma fábrica alugada, como empreendimento separado, chamada Sociedade Cooperativa de Manufatura de Rochdale, mantendo 96 teares mecânicos energizados pelo senhoril da fábrica. Os resultados não demoraram a aparecer e logo fizeram os Pioneiros de Rochdale alugar mais uma fábrica com 5000 fusos. O empreendimento ia tão bem que em 1859 construíram sua própria fábrica e mais uma em 1866. Essa fabricação em larga escala foi feita de forma separada da cooperativa de consumo, embora financiada por ela e sob sua influência, fazendo com que os trabalhadores desses empreendimentos tivessem um status diferente dos sapateiros e alfaiates empregados diretamente pela cooperativa (COLE, 1944, p. 88).

O que fez os Pioneiros da Rochdale mudarem de ideia sobre quem empregar ou não? Cole entende da seguinte maneira:

eles começaram a pensar na Sociedade de Pioneiros Equitativos como uma Sociedade de Consumidores, e imediatamente surgiu a questão de

saber se tal Sociedade poderia se tornar democraticamente a empregadora de um grande grupo de homens e mulheres engajados na produção fabril. Esses homens e mulheres não deveriam se ocupar e governar seus próprios negócios? Além disso, a Sociedade dos Pioneiros deveria obrigar aqueles que trabalhavam em uma fábrica de lã ou algodão fundada sob seus auspícios a serem membros da Loja? Essa visão não estaria em conflito com o princípio voluntário do qual eles se orgulhavam como base de seu sucesso? Pareceu-lhes que a resposta certa deveria ser lançar suas fábricas como uma Sociedade separada no modelo das numerosas Sociedades Cooperativas de Produtores que haviam seguido seu curso durante o período Owenista, mas com muito melhor perspectiva de sucesso porque agora não haveria escassez de Cooperativas de Consumidores capazes de oferecer um mercado estável para seus produtos (COLE, 1844, p. 89)⁴⁵.

A estratégia utilizada tornou a cooperativa dos Pioneiros da Rochdale acionista das fábricas, distribuindo a maior parte das ações entre os trabalhadores que recebiam, além dos salários, juros pelo capital aplicado e uma bonificação sobre os lucros.

Nos anos de 1857-1858, houve uma depressão no comércio e enquanto as outras fábricas reduziam seus turnos de trabalho, a fábrica da Sociedade Cooperativa de Produtores não reduziu seus turnos, ao mesmo tempo que continuava concedendo uma bonificação ao trabalhador. Isso causou desconforto em muitos acionistas. Com a crise do algodão no início da década de 1860, provocada pelo conflito interno estadunidense, grande parte dos acionistas estavam desempregados e não concordaram em manter os trabalhadores das fábricas e pagar a eles bonificações. Uma votação entre os acionistas extinguiu a dinâmica da bonificação recebida pelos trabalhadores da cooperativa que acabou se transformando em uma empresa comum (COLE, 1944, p. 90; HOLYOAKE, 1933, p. 87). A primeira grande derrota dos Pioneiros da Rochdale causou certa apreensão em todos que os tinham como inspiração e esperança, mas nada que chegasse a abalar seriamente o movimento.

Desde o início, a investida dos Pioneiros da Rochdale na produção ocorreu sob polêmica e terminou com o conflito de interesses entre acionistas e trabalhadores pela distribuição dos lucros. O início das fábricas tornava-se confuso, já que para formar o empreendimento foi tomado capital de todos que quisessem participar, mesmo aqueles que

⁴⁵ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *they began to think of the Society of Equitable Pioneers as a Society of Consumers, and the question at once arose whether such a Society could democratically become the employer of a large body of men and women engaged in factory production. Ought not these men and women to employ themselves and to govern their own affairs? Moreover, ought the Pioneers' Society to compel those who worked in a woollen or cotton mill founded under its auspices to be members of the Store? Would not such compulsion be in conflict with the voluntary principle on which they prided themselves as the foundation of their success? It seemed to them that the right answer must be to launch their manufacturing venture as a separate Society on the model of the numerous Producers' Co-operative Societies which had run their course during the Owenite period, but with much better prospect of success because now there would be no dearth of Consumers' Co-operative Societies able to offer a stable market for its products.*

nada sabiam sobre os princípios cooperativos poderiam ser acionistas com objetivo de retorno sobre o capital investido (HOLY,1933, p. 85). Holyoake, era um defensor da participação dos trabalhadores das fábricas nos lucros e afirmava esperançosamente que “a cooperação fará triunfar algum dia, se não em Rochdale, em outra localidade, a participação do trabalho nos lucros da indústria” (HOLYOAKE, 1933, p. 90).

Quando um pequeno grupo de trabalhadores se apropria de forças produtivas em detrimento daqueles que não apresentam essa capacidade, estão praticando a mesma dinâmica dos proprietários capitalistas que privam todos aqueles que não tem essa propriedade. A apropriação cooperativista do espaço não é compatível com essa prática e precisa que todas as forças produtivas usadas pelos trabalhadores pertençam à cooperativa de consumo, isto é, diluída por todos aqueles que são cooperados, inclusive os próprios trabalhadores dessas fábricas que devem ser remunerados com valor estabelecido pela cooperativa de consumo – ou seja, toda comunidade - e não a partir de suas próprias vontades ou as do mercado. Mas para isso é necessário que a cooperativa de consumo seja controladora das fábricas e, definitivamente, não foi o que ocorreu naquele momento em Rochdale onde ações foram distribuídas para particulares.

Para Holyoake (1933), o pensamento cooperativista sempre foi visto com desconfiança pelas forças hegemônicas, pois, uma força que se desenvolve sem precisar diretamente do patriarcalismo filantropo ou estatal, – mesmo que por vezes as leis estatais atrapalhassem o movimento –, significava uma mudança nos fluxos do trabalho excedente, fazendo das cooperativas de consumo pontos de inflexão em que a acumulação deixa de ser capitalista para tornar-se cooperativista, onde o valor de uso guia a nova dinâmica.

A ideia de verticalização da Cooperativa era algo que estava no planejamento dos Pioneiros da Rochdale. Isso é exemplificado no caso em que um proprietário de várias casas que serviam de aluguel para muitos cooperados, percebendo que a cooperativa se expandia e obtinha sucesso, aumentou o preço dos aluguéis de forma abrupta. Os Pioneiros da Rochdale reagiram criando uma dinâmica que secaria o fluxo que até então abastecia o proprietário capitalista. Iniciaram um projeto de aquisição de terrenos e construção de casas para os cooperados e em 1867, 36 casas já haviam sido construídas. Depois disso, passou a ser comum na Inglaterra o uso dos saldos das cooperativas de consumo para a construção de imóveis (HOLYOAKE, 1933, p. 113-114).

Os imóveis continuam sendo uma questão importante em qualquer análise espacial, pois são cada vez mais apropriados por grupos financeiros que retiram seus ganhos a partir do controle do espaço. Quando grupos capitalistas comprem residências com fins puramente

lucrativos, estão se apropriando do espaço em detrimento do restante da população e da própria mais-valia gerada por outras facções do capital, ao toma-la através do aumento dos preços dos aluguéis que aumenta o custo de reprodução social e se acumulam nas mãos dos rentistas.

Holyoake apresenta um exemplo de uma cooperativa de consumo em Halifax que adiantava seus fundos para a aquisição de terrenos e construção de casas para seus sócios que, em geral, conseguiam quitar sua dívida com a cooperativa através das sobras acumuladas de 14 anos. É preciso ponderar alguns aspectos sobre esse ponto, pois o exemplo de Holyoake serve para uma família de um marido, uma esposa e quatro filhos comprando praticamente tudo que precisa na cooperativa que oferecia essa venda de imóveis (HOLYAKE, 1933, p. 114-115). Outra observação importante é a proporção do valor do que se consome e do imóvel naquele tempo e nos tempos de hoje.

De qualquer forma, os Pioneiros expandiram seu controle cooperativista do espaço. Esse crescimento ocorreu de forma contínua por muitos anos. Mas afinal, por que a Cooperativa dos Pioneiros sustentou-se em funcionamento enquanto as anteriores não conseguiam manter-se aberta. Uma das razões foi o conjunto de princípios que os Pioneiros usaram em sua Cooperativa.

3.3 Os princípios de Rochdale

Os Pioneiros de Rochdale tiveram como diferencial em relação às outras cooperativas a junção de oito princípios que iriam influenciar o cooperativismo até os dias de hoje. Existe uma discussão sobre quem realmente criou cada princípio individual adotado pelos Pioneiros da Rochdale e qual deles já eram praticados por outras cooperativas, mas não há dúvidas que foram os Pioneiros da Rochdale que os reuniram sob uma única cooperativa de consumo, conseguindo não apenas manter a cooperativa em funcionamento como também passaram a ser autofinanciadas e autossustentáveis (COLE, 1944, p. 63).

O primeiro princípio é o de que cada cooperado tem direito a um voto, independentemente da quantidade de capital que tem ou do volume de compras que faz na cooperativa (COLE, 1944, p. 64). Este princípio democratiza as decisões da cooperativa e faz com que a posição que ocupam fora da cooperativa não interfira no poder de decisão nas assembleias. Essa característica diferencia uma cooperativa de consumo de empresas

capitalistas, pois não importa o quanto de participação no capital da cooperativa de consumo uma pessoa tenha, o voto dela vale tanto quanto o de outros cooperados, enquanto em uma empresa capitalista as decisões são ditadas pela quantidade de ações que um determinado sócio tem. Nas assembleias são tomadas decisões que vão além do gerenciamento administrativo das cooperativas, por exemplo, ao votar quanto deve ser destinado para a educação ou se a construção de imóveis deve estar nas pautas das cooperativas de consumo, fazendo com que as assembleias sejam também uma forma de controle democrático da transformação e apropriação do espaço pela via cooperativista.

O segundo princípio é o da livre adesão, sendo este o princípio que diferencia a natureza comunitária das cooperativas de consumo e a natureza privatizante das cooperativas de produção. O princípio da livre adesão permite que qualquer pessoa possa ser cooperada ao adquirir o capital mínimo de uma cooperativa (COLE, 1944, p. 64-65). Uma cooperativa de produção de sabão apresenta uma demanda por seus produtos e um limite na quantidade de trabalhadores que podem ser cooperados, pois dependem da demanda para poder aumentar a quantidade de trabalhadores cooperados. Supondo que em uma determinada fábrica esse limite seja de 100 trabalhadores cooperados, jamais será possibilitado que outras mil pessoas possam ser incorporadas ao empreendimento, apresentando um limite da quantidade de pessoas que podem ser proprietárias daqueles meios de produção e seus objetos técnicos responsáveis pela produção. Esses objetos produtivos são excluídos de toda a comunidade para serem apropriados por um pequeno número de pessoas. Mesmo que dentro daquela cooperativa de produtores os aspectos democráticos sejam respeitados, como o respeito à equidade na retirada das sobras, independente do posto operado, externamente, a equidade em relação ao restante da comunidade jamais será atingida, pois os que não são trabalhadores são excluídos daquela propriedade. A união do princípio da livre adesão com o princípio do voto por cooperado é a chave que torna possível o aspecto comunitário do cooperativismo de consumo, transformando - a em um espaço de redistribuição cooperativista pelo valor de uso e, portanto, um ponto de inflexão espacial cooperativista. Isso não quer dizer que esse princípio seja mais importante que o restante, mas sim um princípio que, por sua natureza, só pode existir em plenitude nas cooperativas de consumo, como já trabalhado por nós no capítulo anterior.

O terceiro princípio é o dos dividendos – também chamado de *divi* ou sobra – e são distribuídos entre os acionistas de acordo com as compras que cada cooperado faz, retornando depois de um período que varia de acordo com a sociedade cooperativa (COLE, 1944, p. 65). “Existe uma lenda de Charles Howarth pensando nisso no meio da noite,

despertando sua esposa do sono para contar de sua maravilhosa descoberta, e partindo imediatamente para comunicá-lo a alguns de seus principais co-empresendedores” (HOLYOAKE, 1933, p. 63). Há dúvidas se Howarth já sabia das experiências prévias do dividendo ao aplicá-la em Rochdale ou se teve a ideia sozinho pensando ser inédita. Fato é que essa prática já existia muito antes dos Pioneiros da Rochdale a colocarem em prática na sua cooperativa (HOLYOAKE, 1933, p. 31-32). Esses dividendos foram essenciais para que a empresa pudesse ter reservas sem precisar fechar as portas na primeira crise, além de garantir um capital cooperativo para sua expansão e realizar programas na educação, segurança previdenciária e funerária, entre outros benefícios sociais promovidos pela cooperativa.

A dinâmica dos dividendos funcionava da seguinte forma, os produtos, mesmo comprados mais baratos, eram revendidos a preço de mercado ou próximo a ele, fazendo com que no final de cada período, as sobras daquilo que fora depositado anteriormente pelos cooperados, volte para os eles. As sobras, ou *divi*, são na verdade uma postergação do preço baixo que faz com que durante um período as cooperativas possam ter dinheiro em caixa para se organizarem melhor, juntamente com o capital mínimo que cada membro deve ter depositado obrigatoriamente.

A questão de ter ou não dividendos periodicamente, em detrimento da economia imediata dos preços dos produtos, foi tema de discussões entre os cooperados, mas a proposição de Carlos Howarth, um dos cooperados a favor dos dividendos, se sobrepôs ao outro sistema, afinal, o sistema aprovado “tinha a vantagem de permitir a formação de um capital social, coisa de não pequena importância para homens que tinham a intenção de reformar o mundo” (HOLYOAKE, 1933, p. 33). Um dos maiores problemas que logo atingiram a pequena cooperativa foi a questão do preço das mercadorias, que inicialmente, por uma questão de escala, não mantinha preços tão competitivos e acabavam dependendo do sacrifício daqueles que acreditavam no ideal cooperativista onde os frutos seriam colhidos futuramente. Mas nem todos poderiam esperar três meses ou mais para comprar o básico e, outros, nem acreditavam que a ideia daria certo (HOLYOAKE, 1933, p. 27). Mesmo alguns cooperados, faziam compras em outros lugares que ofereciam produtos mais baratos, gerando uma indignação dentro da cooperativa (HOLYOAKE, 1933, p. 29).

Um quarto princípio é a distribuição dos juros sobre o capital investido, o que incentivava os cooperados a deixarem por um tempo maior seus investimentos na cooperativa. Muitas pessoas que enxergavam nos Pioneiros da Rochdale solidez e confiança, investiam na cooperativa para manter seguras suas economias. A estratégia gerou preocupações por parte de alguns cooperados que viam no pagamento de juros uma prática capitalista e assim,

para sanar qualquer problema, colocaram um limite de ações que cada cooperado poderia ter (COLE, 1944, p. 64-65), como revelado por Holyoake (1933),

as sociedades reconheciam muitas vantagens em inverter seus fundos nas empresas cooperativas, porque nos bancos não podiam obter mais do que 2 a 3 % de juros e não podiam exercer nenhuma fiscalização sobre o emprego de seu capital, enquanto na cooperativa tudo se fazia absolutamente às claras. Nas sociedades cooperativas se obtinha 5 % de juros, sabia-se em que investiam os seus fundos e se tinha voz na direção da Sociedade. As garantias eram, pois, mais do que satisfatórias (HOLYOAKE, 1933, p. 67).

Já em funcionamento, os Pioneiros da Rochdale tiveram uma ajuda inesperada em 1849, quando o *Rochdale Savings Bank*, que cuidava de grande parte das economias da população, faliu, fazendo com que os Pioneiros da Rochdale aumentassem de 140 para 390 cooperados (COLE, 1944, p. 79). Mais importante do que esse acontecimento foram as melhorias salariais que uma parcela da população teve nos anos de 1850, fundamentais para que os Pioneiros da Rochdale ganhassem volume de compras e projeção nacional (COLE, 1944, p. 82).

O quinto princípio diz respeito ao pagamento à vista como forma de acabar com as experiências anteriores onde cooperados somavam uma grande quantidade de compra a crédito para depois não honrar seus compromissos – tanto por culpa das próprias pessoas que não eram organizadas, como por crises que derrubavam seus empregos – e levar à bancarrota uma série de cooperativas nos anos anteriores. Os Pioneiros da Rochdale acreditavam que a compra à vista além de proteger a cooperativa também era capaz de disciplinar os cooperados. Essa prática, inicialmente, acabou deixando de fora das cooperativas a população mais vulnerável, afetando de alguma forma um outro princípio, o de livre adesão, já que não adianta pregar que todos podem aderir e ao mesmo tempo dificultar essa adesão com barreiras financeiras (COLE, 1944, p. 70).

O sexto princípio reza sobre a obrigatoriedade de a cooperativa vender apenas matéria sem qualquer tipo de adulteração (COLE, 1944, p. 70). Apesar de termos escândalos criminosos como a adulteração na fiscalização de frigoríferos, como em 2017 no Brasil, é evidente que as regras nacionais e, principalmente, internacionais, são muito mais rígidas hoje do que naquela época. Holyoake narra um acontecimento de quando os Pioneiros da Rochdale investiram em um moinho de milho, produzindo uma farinha tão pura que foi recebida com desconfiança pelos compradores habituados ao sabor e a cor branca da farinha adulterada, rejeitando a farinha amarelada e pura (HOLYOAKE, 1933, p. 61).

Esse princípio também prejudicou a incorporação das pessoas mais pobres pela cooperativa de consumo, já que um produto puro, mesmo com os dividendos distribuídos pela

cooperativa, poderia ter preço mais elevado, fazendo com que o sucesso da cooperativa dos Pioneiros da Rochdale pudesse ter “sido muito mais limitado do que realmente foi se não houvesse um aumento substancial dos salários para o corpo principal dos trabalhadores industriais após meados do século XIX” (COLE, 1944, p. 71)⁴⁶. De qualquer forma, a partir dos Pioneiros da Rochdale existe uma cultura de companheirismo e cumplicidade entre compradores e vendedores nas cooperativas de consumo, diminuindo a falsificação deliberada, a trapaça e aumentando a transparência (HOLYOAKE, 1933, p. 70).

Um sétimo princípio mobiliza os Pioneiros da Rochdale a educarem seus membros, não apenas na forma do cooperativismo, mas fazer com que crianças e adultos pudessem ter uma atividade intelectual mais ativa. Para a época, esse princípio fazia muita diferença, pois a quantidade de escolas oferecidas era mínima. Com o passar do tempo, outras instituições, principalmente o Estado, começaram a investir na educação e esse princípio passou a cumprir mais a função de ensinar sobre o cooperativismo. Os Pioneiros da Rochdale logo aprovaram que depois de todas as despesas pagas, destinariam 2,5% das sobras para educação, prática que virou tradição no mundo cooperativista (HOLYOAKE, 1933, p. 44). Os Pioneiros da Rochdale, além de terem toda a preocupação com a educação formal, através das salas de estudo, escolas e bibliotecas, também apresentavam indiretamente uma contribuição para emancipação feminina, pois muitas mulheres que jamais puderam controlar seu próprio dinheiro sem que o marido o tomasse, agora podiam acumular sua própria poupança nas cooperativas de consumo, longe do controle de seus maridos (HOLYOAKE, 1933, p. 71-72). Além disso, enquanto participavam das discussões que decidiriam o rumo da cooperativa, sua voz e seu voto eram iguais aos de todos os outros que ali estavam, condição muito diferente da que estavam submetidas fora daquele ambiente. Os salões de discussão das cooperativas eram nanoterritórios impregnados de uma pedagogia libertadora para essas mulheres (HOLYOAKE, 1933, p. 76-77).

O espaço onde essas cooperativas atuavam também tinha influência direta no comportamento de seus cooperados, principalmente no vício que alguns tinham com bebidas (HOLYOAKE, 1933, p. 71). Ao tornar-se cooperado e encontrar atividades educacionais com participação em um grupo que pregava a temperança (HOLYOAKE, 1933, p. 22), muitos cooperados mudavam comportamentos destrutivos para fazer parte de

⁴⁶ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the Co-operators never succeeded in reaching down to the lower levels of working-class income, and their success would have been much more limited than it actually was had there not been a substantial rise in wages for the main body of the industrial workers after the middle of the nineteenth century.*

um novo grupo sem comportamentos destrutivos como a embriaguez constante (HOLYAKE, 1933, p. 71).

O oitavo e último dos princípios listados é a neutralidade religiosa e política. A cooperativa de consumo é uma ferramenta contra a acumulação capitalista pela sua posição de ponto de inflexão espacial cooperativista.

Nesse mesmo espaço geográfico de distribuição cooperativista existem outras lutas e práticas que são inerentes ao convívio social, formando múltiplas arenas. A cooperativa dos Pioneiros da Rochdale não distinguia em suas funções administrativas ou para efeito de admissão, mulheres de homens, o que era um avanço para a época, fazendo muitas mulheres usarem a cooperativa para angariar mais independência na sociedade (HOLYAKE, 1933).

A neutralidade política original dos Pioneiros da Rochdale “significava, na prática, neutralidade entre as facções rivais que então apelavam para o apoio da classe trabalhadora” (COLE, 1944, p. 73), ou seja, neutralidade entre socialistas, cartistas e adeptos da Liga Anti- Lei do Milho (COLE, 1944, p. 72). Alguns cartistas que integravam o grupo, acreditavam que o sufrágio universal era o único caminho, pois com o poder do voto e, consequentemente, criação de leis de acordo com o interesse dos trabalhadores, teriam o suficiente para melhorar a vida do povo. O pensamento cartista foi superado pelos socialistas que propuseram que todos pudessem continuar lutando pelo que acreditavam, mas que algo concreto deveria ser feito independente da orientação política de cada um, influenciando as cooperativas de consumo (HOLYOAKE, p. 18-19).

Já a neutralidade religiosa tinha o objetivo de fazer com que pessoas com crenças diversas pudessem contribuir em conjunto pela apropriação do espaço vivido. Alguns desentendimentos existiram, como por exemplo, quando os trabalhadores de Rochdale, interessados em absorver a oportunidade de estudo oferecida pela cooperativa, resolveram usar o domingo como dia de aprendizado, o que logo incomodou os religiosos recém-chegados que não concordavam com essa data para realização de atividades não religiosas. A discussão sobre o tema em 1850 foi vencida pelos velhos Pioneiros da Rochdale que mantiveram as práticas socialistas owenistas aos domingos, contrariando os religiosos (COLE, 1944, p. 86). Para Holyoake, “a primeira e mais importante causa do milagre realizado pelos cooperadores de Rochdale foi o seu bom senso de permanecerem sempre unidos e de se conservarem, mesmo tendo opiniões diferentes, féis ao seu vínculo social” (1933, p. 51).

Os Pioneiros da Rochdale cresceram e ganharam notoriedade internacional, não

apenas inspirando o surgimento de outras cooperativas que seguiam muitos de seus princípios, mas também atuaram diretamente naquela que seria a maior federação de cooperativas de todos os tempos, a C.W.S.

3.4A apropriação do espaço produtivo pelos Pioneiros da Rochdale e a formação da C.W.S

Por volta de 1852, os Pioneiros da Rochdale resolveram dar mais um passo importante ao iniciarem conversas para a venda por atacado, otimizando suas vendas e contribuindo com outras cooperativas que ainda não haviam alcançado seu nível técnico, sendo pouco competitivas, como por exemplo as cooperativas de consumo de Lancashire e Yorkshire (HOLYOAKE, 1933, p. 99). Essa solidariedade entre cooperativas é um dos pontos mais importantes para a transformação cooperativista do espaço, pois oferece inúmeras vantagens de escala, mas também de trocas de experiências locais.

Os Pioneiros da Rochdale agiam multiplicando as parcerias de forma tal que estas conseguissem se sobrepôr à concorrência agressiva do capitalismo, sem comprometer a eficiência e competitividade das cooperativas. Entretanto, era inevitável, por vezes, o canibalismo cooperativo, mas ao contrário de empresas capitalistas que concentram capital com suas fusões, as cooperativas de consumo, mesmo com fusões, mantêm mecanismos de apropriação cooperativista do espaço funcionando constantemente.

Antes da *Industrial and Provident Societies Act of 1862* - Lei das Sociedades Industriais e Previdenciárias de 1862 -, as cooperativas não tinham uma base legal para atuar no atacado, tendo que burlar a lei através de manobras que acabavam tirando sua proteção, segurança, credibilidade e, conseqüentemente, competitividade (COLE, 1944, p. 127). Antes de 1830, já era possível perceber que a proliferação de cooperativas, mesmo sem a totalidade dos princípios de Rochdale, levava naturalmente a necessidade de uma federação cooperativa para ganhos de escala. Foi assim que em 1829 surgiu um departamento de atacado na *Liverpool Co-operative Society* - Sociedade Cooperativa de Liverpool - que importava produtos mais baratos para várias cooperativas da área, servindo de inspiração para que o movimento cooperativo da época pudesse criar novos empreendimentos do mesmo estilo para diminuir os custos do produto final (COLE, 1944, p. 127).

O próprio Robert Owen chegou a participar de conversas para abrir uma rede com uma espécie de união federal que combinaria cooperativas de produtores e consumidores, mas se retirou quando percebeu que não conseguiriam competir com os grandes atacadistas da

época. Sua retirada não impossibilitou o surgimento, em dezembro de 1831, da *North of England United Cooperative Company* - Companhia Cooperativa Unida do Norte da Inglaterra - que reuniu mais de duas dezenas de sociedades cooperativas, formando um capital inicialmente instável, mas promissor, que infelizmente não parece ter resistido a um certo canibalismo socialista, sendo absorvida pelas ideias das *National Equitable Labor Exchange* – Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo - londrinas de Robert Owen, e colapsando junto com o Owenismo em 1834 (COLE, 1944, p. 128).

No final da década de 1840 e início de 1850, alguns empreendimentos ligados aos moinhos de milho retornaram ao pensamento atacadista, pois era preciso unir sociedades cooperativas distintas para obter demanda e capital, como ocorreu no Moinho de milho de Rochdale em 1850 e que, em 1860, já contava com outras 60 sociedades cooperativas associadas que funcionavam ao arrepio da lei, pois naquele momento sociedades cooperativas não podiam investir seu capital em outra cooperativa (COLE, 1944, p. 129). Os Moinhos funcionavam a partir dos acionistas individuais das sociedades cooperativas locais escolhidos para as representar no empreendimento federal (COLE, 1944, p. 129).

Apesar das dificuldades legislativas, o caminho para a federação das cooperativas pelo atacado tornava-se algo inevitável. Em 1851, em Londres, a *Central Co-operative Agency* – Agência Cooperativa Central – iniciou suas atividades depois de bastante polêmica envolvendo um embate entre cooperativas de produtores e de consumidores (COLE, 1944, p. 131-133). Os Pioneiros de Rochdale já tinham uma experiência atacadista através do Moinho de Milho de 1850 e mesmo se esforçando para comprar alguns artigos na Agência Cooperativa Central, perceberam que precisavam eles mesmos criar ao Norte, uma federação de atacado que pudesse abastecer toda região (COLE, 1944, p. 133).

Em 1853, os Pioneiros da Rochdale modificaram formalmente sua estrutura e fundaram um departamento de atacado. Usaram a velha fórmula de pagar 5% ao capital empregado, um terço do que sobrasse para um fundo de reserva e mais dois terços distribuídos como dividendos de acordo com as movimentações comerciais de cada cooperativa a partir de seu representante individual, já que, como mencionado acima, a lei não permitia as cooperativas serem sócias de outras cooperativas. (COLE, 1944, p. 134; HOLYOAKE, 1933, p. 102).

Em 1856, uma conferência marcou a reunião dos Pioneiros da Rochdale com grupos representantes de outras cooperativas com a intenção de transferir o atacado de Rochdale a uma agência federal com representantes de várias sociedades cooperativas, porém, apesar de ter sido colocada em prática por algum tempo, não avançou. A dificuldade de se chegar a um acordo sobre a margem que deveria ser utilizada nos preços dos produtos, ou seja, próximos

ao preço de custo ou ao de mercado, somado à troca de acusações feitas entre os Pioneiros da Rochdale e outras sociedades cooperativas, acarretou o adiamento da federação por tempo indeterminado em 1859 (COLE, 1944, p. 136-137). A troca de acusações ocorria, pois, as outras cooperativas acreditavam estar sendo explorada pelos Pioneiros da Rochdale, enquanto estes acreditavam estar sendo prejudicados no empreendimento (HOLYOAKE, 1933, p. 103-104).

Os Pioneiros da Rochdale aceitaram a tarefa de agir como uma espécie de depósito central para outras sociedades de forma paliativa, pois houve um colapso de outros empreendimentos que faziam tal papel, mas entendiam que as leis vigentes dificultavam a realização do atacado em escalas maiores (COLE, 1944, p. 137). Apesar de alguns líderes dos Pioneiros ainda apostassem na ideia da atividade no atacado, foi estabelecido dentro do próprio grupo que apenas quando a lei admitisse esse tipo de prática, eles voltariam a pensar na atividade dentro da Cooperativa, fazendo agora com que todo esforço dos Pioneiros se direcionassem a modificação da lei de 1852 para uma que assegurasse a legalidade da federação, principalmente para regularizar o investimento entre sociedades cooperativas (COLE, 1944, p. 139).

O jornal cooperativo *The Co-operator*, criado em 1860, foi fundamental para disseminar ideias atacadistas e pressionar as autoridades a uma reforma que não obrigasse as cooperativas de atacado a se disfarçarem de sociedade anônima para receber os benefícios de uma responsabilidade limitada, prática que as distanciavam dos princípios cooperativistas (COLE, 1944, p. 140). Em 1862, uma emenda na Lei das Sociedades Industriais e Previdenciárias possibilitou o investimento entre sociedades cooperativas e, assim, a criação de uma federação, concedendo responsabilidade limitada aos novos empreendimentos (COLE, 1944, p. 142). Muitas cooperativas de atacado surgiram logo nesse período e a exigência que os Pioneiros da Rochdale fizeram para entrar no atacado foi concebida.

Nesse momento, os Pioneiros da Rochdale já contavam com seis sucursais submetidas a uma administração única e garantidas pelo armazém central. Essa estrutura sólida e expandida fez com que em 1863, um dos sócios – Sr. Abraão Greenwood – repensasse a venda por atacado, fundando uma nova sociedade (HOLYOAKE, 1933, p. 103-104), e acreditando que o desenvolvimento do cooperativismo de consumo, que já contava com 500 armazéns distribuídos pelo Reino Unido, pudesse sustentar o projeto atacadista, surgindo dessa forma a Sociedade Cooperativa do Norte da Inglaterra – C.W.S. – que estava sob forte influência dos Pioneiros da Rochdale. (HOLYOAKE, 1933, p. 105).

Ainda em 1863, houve a inscrição da *North of England Co-operative Wholesale Agency and Depot Society Ltd*, que começou a operar em 1864 em um armazém em Manchester e sofria com a insegurança de algumas cooperativas que tinham medo de trocar seus atacadistas capitalistas por uma cooperativa de atacado que era uma promessa, mas ainda não estava consolidada. Inicialmente a cooperativa de atacado estabeleceu cobrar preço de custo em seus produtos, sem dar importância aos dividendos e impossibilitando, dessa forma, um ganho de força para a cooperativa de atacado recém-criada. Mas tão logo viram o erro, passaram a utilizar a velha política dos dividendos, o que revigorou a cooperativa de atacado e possibilitou que em 1866 realizasse as primeiras atividades no exterior, Irlanda. Em 1867, uma nova lei aboliu o limite dos investimentos entre cooperativas – anteriormente o limite era de 200 libras – fazendo com que a C.W.S. recebesse investimentos cada vez maiores (COLE, 1944, p. 146).

3.4.1 A C.W.S. e o controle da navegação comercial

A horizontalização e verticalização da C.W.S. resultou em um passo ousado quando a cooperativa atacadista resolveu investir em navios para transportar e distribuir mercadorias para milhares de cooperados. O Pioneiro William Cooper já havia trocado cartas com um membro da Sociedade Cooperativa de Keyham que narrou para o integrante de Rochdale a experiência da cooperativa de Devonport que, em 1845, comprou duas escunas com capacidade de 200 toneladas cada uma para transportar carvão. Porém, essa experiência, além de naufrágios, rendeu uma série de problemas com a mão de obra utilizada no transporte. O Pioneiro respondeu que para atividades de risco como o transporte de cargas, era necessário uma série de seguros e fundos de reservas, mas seria inevitável para grandes atacadistas em expansão não obter seus próprios navios mercantes. O diálogo ocorreu em 1863, quando a C.W.S. estava surgindo, mas não demorou para obter sua própria frota (REDFERN, 1913, p. 126).

Era necessário, para o início da navegação por parte da C.W.S., não apenas uma rede cooperativa que ultrapassasse o nível nacional, mas uma competitividade que barateassem os produtos da cooperativa frente seus concorrentes capitalistas. Quando as cooperativas cresceram e as tarifas de frete ficaram tão elevadas, prejudicando a atividade cooperativista de consumo (REDFERN, 1913, p.127), a C.W.S. entrou no jogo. Em 1876, comprou o navio S.S Plover, usado anteriormente por um armador em Goole que o

utilizava justamente para operacionalizar o comércio da C.W.S. Mesmo pequeno – tonelagem de 250 – era o suficiente para suas operações sem entrar em confronto com os armadores ali consolidados, além de ser fácil de pagar com o preço de 4 mil libras (REDFERN, 1913, p. 128).

A vantagem da própria frota não foi apenas financeira, pois quando comerciantes continentais observaram a imponência da C.W.S. com sua própria navegação comercial, passaram a oferecer condições melhores, acarretando ganhos por toda cadeia cooperativa. Algum tempo depois da aquisição naval, houve uma queda das taxas de carga, e muitos dentro da C.W.S. descreditaram a nova embarcação que mantinha pouca carga. Assim, adquiriram uma embarcação maior, o *Pioneer* – com capacidade de 650 toneladas –, construído e lançado em 1879 já com o objetivo de ligar o comércio do oeste do Reino Unido, a partir de Garston, até a França, a partir de Rouen (REDFERN, 1913, p. 128-129).

Em 1880, o *Plover* foi vendido por 3000 libras, e em 1881, o *S.S. Cambrian* foi comprado por 7.500 libras, fazendo com que o departamento de expedição de Goole começasse a dar lucros para os cooperados que criaram uma linha Goole Hamburgo em 1883. O ato foi imediatamente alvo dos armadores capitalistas com interesse naquela linha que de imediato lançaram uma ofensiva com taxas baixas para prejudicar os navios da C.W.S. Estes responderam com a compra de mais um navio, o *S.S. Marianne Briggs*, renomeado para *Unity*, com capacidade de 600 toneladas pelo valor de 8.125 libras, dando à cooperativa um poder competitivo maior frente aos concorrentes (REDFERN, 1913, p. 129-130).

Iniciou-se uma verdadeira guerra pelas taxas da linha Goole-Hamburgo com tarifas cada vez menores, mas a C.W.S. resistiu com taxas baixas o que causava um certo desconforto naqueles que esperavam grandes sobras do empreendimento. Os defensores da companhia de navegação alegavam que as taxas baixas que não traziam elevadas sobras, acabavam beneficiando as cooperativas de forma geral, pois a guerra das taxas de frete barateava todos os produtos adquiridos pelas cooperativas de consumo, mesmo que estas resolvessem comprar em fornecedores capitalistas. Porém, estes argumentos não foram suficientes e a pressão para que o empreendimento elevasse seus ganhos cresceu por parte dos delegados (REDFERN, 1913, p.130), mas não foram suficientes para aniquilar a atividade naval, como narrado por Percy Redfern a seguir:

a competição em si era vista como claramente alheia ao espírito e princípio do C.W.S. como instituição federal de autoabastecimento; mas, estando nele, os delegados estavam preparados de todo o coração para apoiar o Sr. Mitchell e o Comitê em não recuar. Eles estavam nos

dias em que o C.W.S. ainda era desprezado pelos magnatas do transporte marítimo, que se propunham a ensinar a esses trabalhadores ignorantes a loucura de se intrometer em negócios que eles não conseguiam entender. Essa atitude de desprezo indisfarçável era exatamente a que mais provavelmente despertava o espírito de homens orgulhosos de sua classe e sabendo que, embora pudessem perder dinheiro, poderiam ensinar às pessoas superiores algumas lições surpreendentes de igualdade. Encontramos registrado, por exemplo, nas atas do Comitê de Transporte Marítimo, que uma certa grande empresa "se opõe a trazermos fermento de Hamburgo para Hull às terças-feiras e nos pede para desistir". Nesse detalhe, como em outros assuntos, a Sociedade Atacadista não desistiu de jeito nenhum. A competição continuou até o final de 1885; e os números adversos subiram para mais de mil libras por trimestre. Embora alegremente dispostos a quebrar o círculo, os delegados começaram a se desesperar com os lucros do transporte. Foi denominado "o departamento pitoresco". Mas o C.W.S. conhecia sua própria força. Se tinha que competir pela maioria das exportações e algumas importações, por outro lado, a maior parte do tráfego de entrada de Hamburgo era próprio, e o benefício dos fretes baratos que se perdia na filtragem pelo comerciante privado de varejo era recebido diretamente pelas sociedades por meio de sua federação. Instou-se também a que as perdas registradas fossem compensadas, em certa medida, por encargos com juros fixos e por uma depreciação invariável. No entanto, o fim estava à vista. Um apelo para arranjar tarifas para Goole foi feito do outro lado e, com a companhia ferroviária afetada ajudando na mediação, foram feitos termos para uma paz honrosa para o C.W.S. (REDFERN, 1913, p. 130-131)⁴⁷.

Por mais vinte anos a C.W.S. continuou operando nesse circuito comprando ainda mais navios como o *Federation*, *Equity*, *Liberty* e o *Unity II*. Alguns deles operando com carga de

1.200 toneladas e sendo segurados pela própria C.W.S., através de seu departamento de seguro. Mas as mudanças do comércio fizeram com que as mercadorias variassem muito e algumas

⁴⁷ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the competition in itself was seen to be clearly alien to the spirit and principle of the C.W.S. as a federal institution for self-supply; but, being in it, the delegates were prepared whole-heartedly to support Mr. Mitchell and the Committee in not drawing back. They were in the days when the C.W.S. still was pooh-poohed by shipping magnates, who proposed to teach these ignorant working men the folly of meddling in businesses they could not understand. This attitude of unconcealed contempt was exactly that most likely to rouse the spirit of men having a pride in their class and knowing that while they might lose money themselves they could teach superior people some surprising lessons in equality. We find it recorded for example, in the Shipping Committee's minutes, that a certain great company "object to our bringing yeast from Hamburg to Hull on Tuesdays, and ask us to desist." In this detail, as in other matters, the Wholesale Society did not desist at all. The competition went on until the end of 1885; and the adverse figures rose to over a thousand pounds per quarter. While cheerfully willing to break the ring, delegates began to despair of any profits out of shipping. It was styled "the picturesque department." But the C.W.S. knew its own strength. If it had to compete for most exports and some imports, on the other hand the great bulk of the inward traffic from Hamburg was its own, and the benefit of cheap freights that was lost in filtering through the retail private trader was received directly by the societies through their federation. It was also urged that the recorded losses were to be balanced, to some extent, by fixed interest charges and by an unvarying depreciation. However, the end was in sight. An appeal to arrange rates for Goole was made from the other side, and, with the railway company affected helping to mediate, terms were made for a peace honourable to the C.W.S.*

linhas específicas operadas pela C.W.S. perderam importância. Pressionada, a C.W.S. vendeu parte de seu departamento expedicionário com escritórios, navios e tudo mais para a Lancashire and Yorkshire Railway Company com todo um projeto para realocar seus funcionários e pagar os devidos honorários (REDFERN, 1913, p. 132).

Na costa oeste, o *Pioneer* já havia iniciado sua atividade em Garston em 1879, porém, havia um movimento que no início dos anos de 1880 procurava estabelecer um porto que servisse de forma mais eficiente que Garston os centros manufatureiros como Lancashire e West Yorkshire. O C.W.S. foi o primeiro e maior apoiador do projeto que teve sua abertura comercial em 1894 pelo *Pioneer*, sendo este o primeiro navio de ultramar chegando em Manchester (REDFERN, 1913, p. 134) e fazendo que por vinte anos a C.W.S. pudesse fazer comércio direto de Rouen para Manchester (REDFERN, 1913, p. 135). Seu comércio evoluiu a ponto de mandar a embarcação *Equity* a Grécia para buscar groselha (REDFERN, 1913, p. 135).

Apesar da habilidade que a C.W.S. e seus tripulantes mantinham, não impedia m desastres como o acometido pelo *Unity* em 1895, quando foi literalmente atropelado por uma embarcação maior no estuário do Rio Sena, tendo seus estragos materiais pagos prontamente pelo navio maior e sem perdas humanas (REDFERN, 1913, p. 135). Seus tripulantes obtinham condições trabalhistas satisfatórias com a C.W.S. e as poucas disputas eram logo sanadas pela cooperativa antes mesmo que greves ocorressem, dinâmica muito diferente à enfrentada pelos trabalhadores navais de companhias capitalistas (REDFERN, 1913, p. 136).

3.4.2 A apropriação do espaço produtivo pela C.W.S.

Assim como a navegação fez parte da C.W.S. na procura de se apropriar do espaço geográfico e escapar de práticas especulativas que prejudicavam o consumidor, a entrada na fabricação, que já havia sido experimentada pelos Pioneiros de Rochdale, também não tardou a ocorrer. Em 1872, o *Co-operative News* manteve todo otimismo possível para a entrada na produção, agradando os owenistas e dando esperança aos mais novos que não haviam participado das experiências das Aldeias Cooperativistas da primeira metade do século XIX (REDFERN, 1913).

Os trabalhadores haviam perdido o controle sobre os meios de produção na Primeira Revolução Industrial que agora estavam concentradas nas mãos de grandes

capitalistas. As tentativas de retomada do controle por parte dos trabalhadores, destacando-se o *Ludismo* e o *Owenismo*, não obtiveram sucesso e a formação do cooperativismo antes de Rochdale, concentrada na distribuição de bens pelo varejo, também não indicava uma retomada do controle desses meios de produção. Muitos dos homens que observavam e incentivavam a entrada da C.W.S. na fabricação, procuravam retomar o controle desses meios de produção através da cooperativa de atacado, pois a apropriação das fábricas por parte da C.W.S., faria com que uma parcela dos meios de produção voltasse ao controle da comunidade através das cooperativas de consumo em detrimento à classe capitalista.

Em 1871, as vendas da C.W.S. estavam elevadas e diversificadas como nunca, cobrindo não apenas o norte do Reino Unido, mas todo território, com filiais ativas em Londres e demandas em Bristol e Cardiff, fazendo com que em 1872 o “Norte da Inglaterra” tenha sido retirado do título da C.W.S. que passou a ser nacional para alcançar uma escala bem mais ampla (REDFERN, 1913).

Apesar disso, a C.W.S. ainda não havia ocupado os espaços que realmente estavam disponíveis para ela e isso se deveu, entre outras coisas, pelo desvio de alguns representantes de cooperativas de varejo que ao invés de comprarem na cooperativa de atacado, eram cooptados por comerciantes privados que lhes ofereciam grandes jantares como forma de convencimento e pela concorrência nem sempre justa por parte dos comerciantes privados que viam a C.W.S. com temeridade. Apesar dos obstáculos, a C.W.S. prosperava. Em 1872, iniciava a atividade fabril com grande incentivo da imprensa cooperativa e com grande oposição de grupos que preferiam ter a Sociedade Atacadista concentrada apenas na distribuição, deixando as fábricas em federações separadas (REDFERN, 1913).

Apesar da oposição, quando o Comitê tomou coragem de embarcar nas fábricas, optaram pela produção de biscoitos, doces, tabaco, botas, sapatos e cobertores (REDFERN, 1913). Um fato importante foram as objeções sofridas contra a produção do tabaco com a justificativa que este poderia envenenar os cooperados. Como o princípio cooperativo não é o lucro, mas a melhor forma da comunidade cooperativa obter bens para sua vida, o tabaco foi rejeitado.

Depois de comprar fábricas em Crumpsall as atividades entraram em ação e em 1873 já produziam biscoitos, doces e pães de groselha. Porém, a qualidade dos produtos era baixa, forçando a C.W.S. a substituir maquinários antigos por novos e gerenciar melhor seus funcionários e a parte logística, além de evitar multas por questões ambientais (REDFERN, 1913). Apesar dos contratemplos, a fábrica de biscoitos – Crumpsall Works –

obteve grande sucesso entre 1876 e 1880, ao contrário da fábrica de botas que não conseguia bons números para seus sócios cooperados. Atividades sem competitividade não combinava com o espírito da C.W.S. O pensamento de lançar uma nova fábrica passou pela cabeça de alguns cooperados que logo chamaram um dos membros do comitê da C.W.S., Sr. John Butcher que tinha desde cedo tanto a habilidade de fazer botas como a experiência em cooperativas, para assumir a administração da nova fábrica em Leicester que passou a funcionar com o nome de *Duns Lane Works*. Em novembro de 1873, mais de 100 funcionários trabalhavam na fábrica (REDFERN, 1913) e no ano de 1875 a C.W.S. comprou terras adjacentes à fábrica que logo passaram a produzir de 7000 a 8000 pares semanais, vendidas em grande parte para a C.W.S. (REDFERN, 1913).

Havia ao longo do trajeto, contradições naturais entre o cooperativismo de consumo e o restante do movimento cooperativista. Em 1890, por exemplo, uma cooperativa de produtores independente, a *Co-operative Sundries Society*, resolveu entrar para o quadro da C.W.S., mas foi rechaçada pelos membros atacadistas por concorrer com sua fábrica de Crumpsall. Muitos protestos foram feitos contra a C.W.S. alegando que ela estava pensando nos próprios interesses em detrimento do movimento cooperativo como um todo. Um dos insatisfeitos com a Atacadista fez a seguinte pergunta: “A Sociedade de Atacado existe pela cooperação, ou a cooperação para a Sociedade de Atacado” (REDFERN, 1913, p. 170) – fato é que a C.W.S. vetou a participação da sociedade externa.

A *Boot Works*, da C.W.S., tornou-se pioneira no Reino Unido ao trazer maquinaria dos Estados Unidos, aumentando exponencialmente sua produção. A C.W.S. passou a capitanear novas técnicas fabris pelas suas máquinas avançadas que aumentavam exponencialmente sua produtividade ao mesmo tempo que causava indignação entre os trabalhadores que perderam seus empregos por conta das novas tecnologias implantadas. Assim, na Knighton Fields de 1891, funcionava uma das melhores e mais produtivas fábricas de botas do Reino Unido e que contava com muitas instalações protetivas para seus trabalhadores (REDFERN, 1913, p. 171). Apesar das conquistas, dificuldades também foram encontradas. Em Leicester, por exemplo, as duas greves de 1886 e de 1892 foram encerradas de forma não demorada, pois os trabalhadores da C.W.S. mantinham condições melhores que as das fábricas concorrentes. Isso não impedia reivindicações pontuais como as ocorridas em 1892, quando os trabalhadores pararam as atividades exigindo a retirada de um contramestre, acusado de tirania pelos funcionários (REDFERN, 1913, p. 173). O sucesso das fábricas montadas pela C.W.S. fez com que a Cooperativa investisse cada vez mais em diferentes ramos da indústria de acordo com a demanda de seus milhares de cooperados, a

fazendo liderar alguns ramos do mercado (REDFERN, 1913, p. 175).

A fabricação de derivados de cacau foi simbólica para representar a força da C.W.S. defendendo o interesse coletivo de seus cooperados frente aos interesses individuais de outras cooperativas de produção. Quando a C.W.S. se interessou pela atividade de crescente demanda e sucesso no país, logo foi contestada por uma Sociedade Cooperativa já existente que exigia prioridade na fabricação de certos artigos para distribuição cooperativa em Londres, a *London Society*, dirigida pelos Srs. E.O Greening e seu filho Sr. E.W Greening. Ocorre que a C.W.S., representada nas negociações pelos Srs. Hibbert e Bland, não gostou da ideia, já que pretendiam a tempos controlar o máximo possível a cadeia do cacau, e justificaram sua insatisfação alegando que uma sociedade com milhões de cooperados não poderia se submeter ao interesse de alguns homens, independente deles já estarem naquela função anteriormente (REDFERN, 1913, p. 178). A produção de cacau foi se adequando à demanda para poder concorrer com outras empresas e a produção de Londres já não era suficiente para os planos da C.W.S. que comprou uma grande área em Luton, erguendo uma nova fábrica em 1902 que obteve grande sucesso de vendas logo de início (REDFERN, 1913, p. 179).

Apesar de aprofundar a produção em várias frentes, grande parte dos produtos ainda eram comprados pela C.W.S. por fornecedores independentes, o que tornava, por vezes, a C.W.S. vulnerável a produtos adulterados na sua origem. Em 1887, por exemplo, a pimenta comprada pela C.W.S. foi denunciada por alguns cooperados como adulterada. A cooperativa argumentou a impossibilidade de conseguir pureza completa do produto, mas se prontificando, a partir daquele momento, a moer sua própria pimenta, diversificando suas atividades e controlando a qualidade do produto. A estratégia foi bem-sucedida e alguns anos depois passou a ser operada em instalações mais adequadas em Silvertown (REDFERN, 1913, p. 179).

A vontade de controlar novamente as forças produtivas ainda era uma reivindicação de muitos trabalhadores que acreditavam poder retomar o controle desses meios através de um socialismo estatal crescente. A C.W.S., ao se apropriar do espaço geográfico, incluindo aí as forças produtivas, mesmo que de forma pulverizada e sem a abrangência nacional por via estatal, devolvia aos seus milhões de cooperados o controle do espaço geográfico, sejam eles produtivos ou não. A C.W.S. passou a manter participações em Sociedades produtivas o máximo que conseguia (REDFERN, 1913, p. 182). Lutar pelos milhares de cooperados era uma forma de se manter afastado de interesses mesquinhos e pessoais que fogem da ética. Houve um episódio em que a C.W.S. comprou e pagou de forma adiantada centenas de

produtos de uma sociedade cooperativa produtiva independente. O objetivo era construir um estoque estratégico que garantiria escoamento seguro para as cooperativas de consumo no varejo, mas ao receber o dinheiro, a sociedade cooperativa produtora usou-o para atravessar o comércio da C.W.S., vendendo seus produtos diretamente às cooperativas de varejo, com muitos descontos deixando a Atacadista em uma péssima situação (REDFERN, 1913, p. 183).

Como não conseguiam dissuadir a C.W.S. a sair da produção, os defensores da cooperação produtiva passaram a lutar pela participação dos lucros para trabalhadores da própria C.W.S. A reivindicação era tão feroz que fez Holyoake, em um congresso em Dewsbury, proferir as seguintes palavras:

em 1886, os trabalhadores da C.W.S. em Leicester somavam 990. Os lucros obtidos foram de £9.500. Isso teria dado uma adição de £9. 10s. ao salário de cada trabalhador. Agora, quem veio e levou o lucro que os trabalhadores tinham ganho? Novecentas e setenta lojas aceitaram. O que eles fizeram com isso? Eles deram a 650.000 membros de sociedades cooperativas. Quanto cada membro recebeu? Você ouviu o Sr. Copeland dizer ontem que equivalia a um centavo e meio cada... Eles tinham ouvido falar de Judas Iscariotes, cujo nome por mil e oitocentos anos foi infame no mundo; ele vendeu Cristo à crucificação; mas teve o respeito próprio de contratar trinta moedas de prata; enquanto os cooperadores vendem o trabalhador para a crucificação de uma vida inteira de trabalho não correspondido por três oitavos de centavo (REDFERN, 1913, p. 184-185)⁴⁸.

Já tratamos aqui dos próprios trabalhadores que preferiam receber uma quantia pelo trabalho à insegurança das vendas e do mercado que poderia oscilar agressivamente e deixá-los mais vulneráveis, inclusive indo à falência, diferente quando a empresa é uma engrenagem dentro de todo um patrimônio que pode garantir o funcionamento mesmo em tempos difíceis. A C.W.S., ao centralizar as operações, fazia com que esse trabalhador, além de receberem rendimentos melhores que os pagos pelos concorrentes capitalistas e serem blindados por grandes oscilações do mercado, ainda eram beneficiados quando a produtividade ia bem, pois quanto mais sobras, mais baixo é o valor das compras oferecidas pela C.W.S. ou maior é o dividendo que retorna para ele.

Os idealistas estavam agarrados aos seus princípios produtivos, enquanto os trabalhadores, na prática, vivenciavam uma realidade com mais estabilidade, segurança e

⁴⁸ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *in 1886 the workers in the Wholesale Shoe Works at Leicester numbered 990. The profits made were £9,500. That would have given an addition of £9. 10s. to each worker's wages. Now, who came and carried away that profit which the workers had earned? Nine hundred and seventy stores took it. What did they do with it? They gave it to 650,000 members of co-operative societies. How much did each member get? You heard Mr. Copeland say yesterday that it amounted to one farthing and a half each... They had heard of Judas Iscariot, whose name for eighteen hundred years had been infamous in the world; he sold Christ to crucifixion; but he had the self-respect to contract for thirty pieces of silver; while co-operators sell the workman to the life-long crucifixion of unrequited labour for three-eighths of a penny.*

salários acima do mercado. Percy Redfern lamenta essa falta de sintonia entre alguns trabalhadores e sociedades de consumo. Para o referido autor,

eles não precisavam temer uma sufocação pelo mercantilismo. Aumentar o poder aquisitivo dos milhões de famintos, informar e inspirar seus possuidores, fortalecer em suas oficinas a ideia que o sistema federal encarna de serviço direto em benefício comum de uma comunidade fraterna, democrática e sempre em expansão, enriquecer esse sistema com todos os direitos e liberdades não incompatíveis com sua própria unidade, todo esse escopo e muito mais (sem trincheiras no terreno do sindicalismo) é oferecido pela "cooperação dos consumidores". Mais uma vez, é uma pena que tantos líderes não tenham trabalhado dentro e não contra os desenvolvimentos dos anos oitenta, pois somos mais pobres pela perda da alta tradição que eles teriam deixado (REDFERN, 1913, p. 187)⁴⁹.

Os empreendimentos produtivos dirigidos pela C.W.S. eram muitos (REDFERN, 1913, p. 276), alguns maiores e outros menores, mas cada um representando um ponto de inflexão espacial cooperativista onde disputas envolvendo uma série de agentes demonstravam os impactos que o cooperativismo de consumo causava no espaço geográfico. A cada novo passo tecnológico dado pelas indústrias da C.W.S, uma nova dinâmica espacial ocorria, pois ao se apropriar de novas técnicas produtivas, beneficiando milhares de cooperados de consumo, também produziu um impacto no emprego de suas fábricas que com as novas máquinas, ficavam desempregados. Foi exatamente isso que ocorreu quando o Sr. John Kutcher, grande responsável pela administração de algumas fábricas do Atacado, visitou os Estados Unidos em 1894 e observou como a tecnologia poderia aumentar a produtividade para baratear o produto final, mantendo salários maiores que os pagos pelas fábricas de Leicester (REDFERN, 1913, p. 276). Além disso, existem questões espaciais próprias do território nacional que fazia a competitividade das indústrias do Atacado variarem conforme a sua localização Distrital como, por exemplo, as diferenças de salários pagos. Como produzir sapatos em determinadas áreas pagando salários descentes se ali próximo existe uma outra cidade onde salários menores são aceitos pelos mesmos serviços? Foi isso que levou à aquisição de uma fábrica em 1899 na cidade de Rushden que logo contou com um dos melhores maquinários possíveis, mas também foi alvo de outras fábricas do atacado que acusavam a C.W.S. de migrar empregos para a nova área onde pagavam salários menores, ouvindo como resposta da C.W.S. que nas antigas

⁴⁹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *they need not have feared a stifling by commercialism. To increase the spending power of the hungry millions, to inform and inspire its possessors, to strengthen in its workshops the idea which the federal system embodies of direct service for the common benefit of a fraternal, democratic, ever-expanding community, to enrich that system with every right and liberty not inconsistent with its own unity - all this scope and more (without trenching upon the ground of trade unionism) is offered by "the co operation of consumers."* Again, one feels it a pity that so many leaders did not work within rather than against the developments of the eighties, for we are the poorer by the loss of the high tradition they would have bequeathed.

instalações os trabalhadores eram inóspitos à utilização de novos maquinários (REDFERN, 1913, p. 278).

Em 1911, o maquinário da fábrica de calçados de Leicester foi renovado e 40 funcionários perderam suas funções o que levou a sérios protestos por parte dos trabalhadores. Esse impacto das máquinas não era novidade e parecia continuar tendo influências de um *ludismo* quando funcionários eram demitidos. Não havia outra forma da C.W.S. continuar a ser competitiva sem se apropriar das novas tecnologias. Há uma diferença entre a apropriação da tecnologia por parte de uma cooperativa de consumo quando comparada com a mesma apropriação por parte de empresas capitalistas, pois enquanto estas privam toda a comunidade para concentrar as vantagens tecnológicas, as cooperativas de consumo democratizam essas tecnologias para todos que participam de sua comunidade de livre adesão, inclusive os trabalhadores que perdem seus empregos diretos, mas continuam apresentando um custo de vida mais barato e uma certa rede de proteção que a dinâmica capitalista não permite.

Essa rede era criticada por alguns que viam uma perda de competitividade do Atacado frente aos outros fabricantes. Segundo Percy Redfern, a rede de proteção atuava da seguinte forma:

a quantia paga a cada homem que perdeu o emprego foi de 10 libras, além da contribuição da C.W.S. sob o fundo de poupança. (...) A Sociedade Cooperativa Atacadista, em sua produção, se propõe a suprir todas as necessidades constantes do trabalhador e sua esposa, seus filhos e sua casa. Este é o único princípio que uniu negócios tão diferentes como moagem de farinha, fabricação de sabão, fruticultura, cultivo de chá, fabricação de tabaco, alfaiataria, confecção de camisas, confecção de saias e fantasias, tecelagem, malharia de meias, fabricação de botas e marcenaria (REDFERN, 1913, p. 286)⁵⁰.

Um outro caso que explicita o conflito entre avanço da técnica e trabalhadores correu em 1904, quando as fábricas de escovas da C.W.S. em Yorkshire que empregavam 40 funcionários, passou a concorrer com empresas privadas que adquiriram novas máquinas e aumentaram sobremaneira a produtividade, inclusive vendendo para cooperativas de consumo, escovas melhores e mais baratas, roubando para a dinâmica capitalista uma fatia das vendas da C.W.S. Para adquirir essa nova tecnologia e voltar a ser competitiva, a C.W.S. precisava demitir uma certa quantidade de funcionários. Assim, a C.W.S. concentrou sua atividade de

⁵⁰ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the Co-operative Wholesale Society, in its production, sets itself to supply all the constant needs of the worker and his wife, their children, and their home. This is the one principle that has drawn together such different businesses as flour milling, soap making, fruit growing, tea growing, tobacco manufacturing, tailoring, shirt making, skirt and costume making, weaving, hosiery knitting, boot making, cabinet making, and so on.*

fabricação de escovas em Leeds, modernizou as máquinas e garantiu a construção de novas instalações com a compra da *Huddersfield Brushmaking Society*, garantindo a presença competitiva na fabricação e distribuição de escovas para as cooperativas associadas que, infelizmente, resultou em demissões (REDFERN, 1913, p. 287).

Uma das maiores dificuldades que o cooperativismo da C.W.S. enfrentava não vinha de empresas capitalistas, mas continuava sendo de um espírito capitalista e individualista incorporado por trabalhadores que insistiam que seu trabalho individual deveria se sobrepor ao interesse da comunidade cooperativa de consumidores e que o lucro das fábricas deveria ser repartido entre os trabalhadores. Os números demonstravam que as cooperativas de consumo eram muito mais bem-sucedidas que as cooperativas de produção (BRENTEN, 1997). “Se outro caminho fosse tomado, levando o consumidor a se subordinar ao produtor, e a cooperação um mero detalhe no movimento operário, seria uma calamidade para ambas as partes” (REDFERN, 1913, p. 291). Os ensinamentos owenistas de tempos anteriores foram fundamentais para a construção do movimento dos consumidores, mas pecavam por pregar uma República Cooperativa isolada do mundo externo e sendo autossuficiente.

Quando uma cooperativa de consumo se instala em determinado espaço, se instala também um ponto de inflexão espacial cooperativista, e os fluxos de capital que se acumulavam entre os capitalistas passam a tomar outra direção sendo distribuídos para os consumidores cooperados. Esse ponto se instala em uma forma social capitalista e, por isso, precisa intercambiar mercadorias com seu entorno. Quando a C.W.S. aprofundava suas atividades, aumentava a velocidade desse fluxo de capital, diminuindo a densidade capitalista daquele espaço e aumentando a densidade cooperativista. Ao perder investimentos no decorrer das décadas do século XX, a densidade cooperativista no espaço também diminuiu e, conseqüentemente, aumenta a densidade capitalista e a hegemonia da forma social de mesmo nome. O supracitado autor, resume o espírito das cooperativas de consumidores na luta por uma mudança estrutural da sociedade da seguinte forma,

resta ao próprio movimento dos consumidores se defender. Do povo e para o povo, não se opõe ao movimento operário; é em sincera simpatia. Mas sabe que uma verdadeira ordem social não pode ser alcançada através do negócio do assalariado, apenas que há pelo menos outra forma de abordagem, merecedora de igual respeito. A consideração que temos visto tão frequentemente vindo do lado cooperativo deve ser retribuída. Então pode abrir-se a possibilidade de uma melhor união das forças do povo para o bem do povo. De fato, como o homem não vive só de pão, seja fazendo-o ou distribuindo-o e comendo-o, é evidente que há muitas energias a serem consideradas, espirituais, artísticas, científicas, educativas, conforme necessário pela complexidade desse fim desejado, uma vida humana plena, livre para

todos, fato que deixa o movimento dos consumidores, baseado nas necessidades e usos humanos, teoricamente ainda em melhor posição para se tornar um ponto de encontro democrático e um centro de união (REDFERN, 1913, p. 292)⁵¹.

3.4.3 A C.W.S. e a participação no capital financeiro

Com uma grande quantidade de empreendimentos sob controle da C.W.S. e formando uma rede de sociedades cooperativas que se beneficiavam dessa dinâmica, a Atacadista resolveu criar seu próprio Banco. As estratégias da Cooperativa sempre se pautavam nas demandas das centenas de cooperativas que a formavam, mas também nas possibilidades reais de sucesso e competitividade do ramo a que se dispunha a realizar. Fazer com que as centenas de cooperativas pudessem realizar transações bancárias para adquirir seus produtos sem o uso de bancos privados se tornou um grande desafio para o setor cooperativista de consumo, mas que esbarrava em grande parte na legislação vigente, já que a Lei de 1862 não incluía o setor bancário nos negócios que poderiam ser conduzidos pelas cooperativas. Os acordos que a

C.W.S. mantinha com bancos privados, inicialmente o *Manchester and Liverpool Banking Co.* e já em 1870 com o *Manchester and County Bank*, supriam certas necessidades de pagamentos por parte das sociedades varejistas, mas a partir de 1872, a C.W.S. iniciou uma discussão para ter seu próprio banco, não sem antes passar por uma outra batalha dentro do próprio movimento cooperativista em relação a formação de bancos que pudessem fornecer esse serviço (REDFERN, 1913).

Em 1869, surge um movimento, inspirado nas cooperativas de crédito da Alemanha para a formação de um banco cooperativo nos moldes da C.W.S., mas não pertencente a ela, que serviria às sociedades cooperativas e que deveria ser registrada como Sociedade Anônima pelo impedimento legislativo mencionado acima, mas apesar das discussões que duraram mais de um ano, os líderes cooperativistas decidiram recomendar as ações bancárias pelas Atacadistas Inglesas e Escocesas. Algumas mudanças legislativas em

⁵¹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *it remains for the consumers' movement itself to defend itself. Of the people and for the people, it does not oppose the labour movement; it is in hearty sympathy. But it knows that a true social order cannot be reached through the business of wageearning only that there is at least another way of approach, deserving an equal respect. The consideration that we have seen so frequently forthcoming from the co-operative side must be returned. Then a possibility may open for a better union of the people's forces for the people's good. Indeed, since man does not live by bread alone, whether by making it or distributing and eating it, plainly there are many energies to be reckoned with, spiritual, artistic, scientific, educational, as necessitated by the complexity of that desired end, a full, free, human life for all a fact which leaves the consumers' movement, basing itself upon human needs and uses, theoretically still in the better position for becoming a democratic rallying point and centre of union.*

1871, facilitavam certos procedimentos por parte das cooperativas que envolviam atividades bancárias, embora ainda não liberasse essa atividade completamente ao cooperativismo o que acelerou certas discussões sobre a criação de um Banco Cooperativista (REDFERN, 1913, p. 292). Em 1872, um novo congresso cooperativo fez pressão para que um Banco fosse criado a partir do Atacado e não separadamente (REDFERN, 1913, p. 292).

Em 14 de outubro de 1872, o antigo departamento bancário que se desenvolvia dentro da C.W.S. e que passou a ser chamado de “departamento de empréstimos e depósitos”, tem sua primeira conta aberta pela *Failsworth Society*, mas como dito anteriormente, havia uma batalha dentro do próprio movimento com cooperados que defendiam a vinculação direta do Banco com a C.W.S. e outros que engrossavam uma massa demandando a criação de um Banco separado da Atacadista, alegando que esta deveria se concentrar apenas na distribuição de produtos. Estes últimos, liderados pelo Dr. Rutherford, argumentaram que a C.W.S. estava lenta no processo do empreendimento financeiro e logo criaram o Banco Industrial - *Industrial Bank*- em 8 de julho de 1872 admitindo que a criação apressada da nova instituição era causada pela necessidade de proteger a cooperativa de produção *Ouserburn Engine Works*, alvo de banqueiros que queriam acabar com o empreendimento produtivo. Logo, o novo Banco aglutinou uma grande quantidade de interessados do Norte (REDFERN, 1913). O Banco sofreu ataques de outros grupos cooperativos que não concordavam com os elevados lucros obtidos e a admissão de diversos sócios que extrapolavam os agentes cooperativos, fazendo com que a pressão por um banco sob controle da C.W.S. aumentasse, já que sob o controle Atacadista, todas as cooperativas e seus milhares de cooperados seriam automaticamente beneficiados, não apenas um punhado de indivíduos (REDFERN, 1913).

Em 1873, houve uma pressão para que os negócios financeiros administrados pela C.W.S. sob o “departamento de depósitos e empréstimos” passassem para uma nova instituição independente fundida com o Banco Industrial (REDFERN, 1913), mas que prontamente foi rechaçada por aqueles que viam a C.W.S. como um interesse coletivo e, por isso, superior a uma instituição independente que individualizariam ganhos. Mesmo assim, os defensores da C.W.S. não atacavam e nem atrapalhavam o Banco Industrial, pelo contrário, ajudavam na medida do possível (REDFERN, 1913).

Apesar da ajuda, em 1876, o Banco Industrial falha desastrosamente e, ao mesmo tempo, uma nova legislação entra em vigor em 1876, fazendo com que o “Departamento de Empréstimos e Depósitos” da C.W.S. pudesse atuar verdadeiramente como uma instituição

financeira voltada para suas sociedades cooperativas. Com isso, milhares de cooperados que já haviam se apropriado dos meios de circulação de produtos através de suas lojas, agora também se apropriavam do capital financeiro que antes pertencia aos capitalistas. O novo Banco obteve sucesso, com elevados dividendos, o que levou a abertura de uma sucursal em Newcastle (REDFERN, 1913).

Mesmo com todo sucesso, um grupo de cooperados, apesar do fracasso anterior do Banco Industrial, insistia na desvinculação do Banco Cooperativo da C.W.S. alegando que um dos motivos da falência do Banco Industrial foi sua vinculação à *Ouseburn Works* e que o erro não poderia ser repetido pela C.W.S., mas esse movimento de independência foi vencido em todas as votações fazendo com que o Departamento Bancário da C.W.S. não mais corresse riscos (REDFERN, 1913). As disputas identificadas acima externalizavam uma disputa mais profunda dentro do movimento entre aqueles que acreditavam em um coletivismo mais federalista representado pela C.W.S. e os que defendiam uma individualização maior do movimento cooperativo em que finanças, distribuição e produção deveriam ser individualizados como forma de dar mais competitividade ao movimento.

Aqui devemos lembrar que o movimento cooperativista de consumo com princípios de Rochdale, deve pregar a competitividade com apropriação de técnicas avançadas, mas sempre com o objetivo de apropriação coletiva do espaço e dos meios que o transformam. Como dito anteriormente, um grupo restrito de trabalhadores que se apropriam de um espaço produtivo para vender aos milhões de consumidores não cooperativista o espaço, mas, ao contrário, quando um grupo de milhões de consumidores – que não deixam de ser trabalhadores também

- se apropriam de um espaço produtivo e negociam com os também consumidores que trabalharão ali seus salários justos frente ao seu entorno, ali sim, temos a apropriação democrática do espaço.

Quando os Pioneiros de Rochdale, criaram uma cooperativa de consumo com princípios inéditos, modificaram a acumulação de uma parte do capital que ia para os capitalistas da esfera comercial que passaram para a sociedade cooperativista de consumo. A nova ferramenta técnica incorporada ao espaço cooptou uma série de pessoas que se tornavam cooperados e freavam a acumulação do capital, mesmo que alguns de forma alienada. Depois de Rochdale, uma série de cooperativas foram formadas por todo Planeta (HILSON, 2017) em um movimento que permanece ativo até hoje, apesar das modificações que lhe foram impostas pelas condições históricas. Nos séculos XVIII e XIX, as pessoas contribuíam para o capitalismo

pelo simples fato de comprarem produtos fabricados mais baratos, mesmo sem saber como aquilo fazia parte de uma transformação nas relações sociais de produção. Ocorre que o grau de alienação depende do momento histórico da cooperativa e das condições externas à própria cooperativa de consumo. Essa dinâmica faz com que as cooperativas transformem o espaço de tal forma que passam a periodizá-lo em relação a elas próprias, sendo o que nós denominamos ponto de ignição, o estágio mais avançado de uma cooperativa. O nome vem da termodinâmica, mas será adaptado para um uso espacial.

A combustão ocorre quando gases de um combustível se misturam com um comburente e são acionados por uma chama ou determinada temperatura. Existem três pontos em que essa liberação de gases ocorre: Ponto de Fulgor; Ponto de Combustão e Ponto de Ignição. Chamamos de ponto de fulgor a temperatura mínima que um combustível inicia a liberação de gases em quantidades pequenas e que quando expostos a uma chama, inicia um processo de queima volátil, ou seja, não se sustentam. O ponto de combustão ocorre quando aumentamos a temperatura do combustível até um mínimo em que os gases liberados sejam suficientes para queimar continuamente após expostos a uma chama. Todos dois necessitam de uma chama externa. Por último, chamamos de ponto de ignição ou autoignição a temperatura mínima em que, mesmo sem nenhum tipo de chama, um combustível inicia a combustão de forma contínua. Qual a relação desses componentes com as cooperativas de consumo? Como vimos no segundo capítulo, só é possível a existência dos implantes anticapitalistas a partir do capitalismo. Quando um modo de produção se torna hegemônico e inaugura uma forma social, novas formas de resistência surgem no mesmo processo. Por exemplo, logo que o capitalismo nasceu, Cartistas e Owenistas iniciaram uma resistência contra ele. As cooperativas Owenistas, ou até mesmo anteriores a Owen, apresentavam vida curta, como visto no terceiro capítulo. Surgiam pelas necessidades encontradas pelos trabalhadores, mas não conseguiam se manter e logo se extinguíam por não contar com as técnicas utilizadas pelos Pioneiros de Rochdale. Das cooperativas ligadas aos sindicatos às Aldeias Cooperativas owenistas, todas foram criadas e extintas de forma constante. O espaço geográfico não emanava condições técnicas suficientes para que essas cooperativas pudessem se manter e mesmo que um grupo se esforçasse para manter acesa a cooperativa, ela logo se apagava. A esse período de insolvência constante das cooperativas, que vai das primeiras cooperativas ainda no século XVIII até o fim do Owenismo, chamamos de Período Fulgor.

A partir de 1844, o meio geográfico é adensado em técnicas, fazendo os 28 tecelões se reunirem em Rochdale para formar a primeira cooperativa de consumo, sustentável e durável. O curto período entre a criação de Rochdale e o início da multiplicação de cooperativas que

copiaram seus princípios e também se tornaram duradouras e sustentáveis, chamemos de ponto de combustão, justamente por permanecerem acesas de forma constante. Já como chamas permanentes e contínuas e se expandindo, essas cooperativas transformam o espaço e as relações sociais com a criação de riquezas e ao educarem seus cooperados.

Agora, o espaço modificado pelas cooperativas de consumo alcança uma densidade técnica tal – ou temperatura para nossa comparação termodinâmica – que cooperativas surgem em todo mundo, mesmo que a motivação primária de muitos dos cooperados não seja a de combater o capitalismo. Pelo simples fato de existirem, essas cooperativas de consumo criam pontos de inflexão que se estendem pelo globo sempre que um grupo de pessoas, inspirados em Rochdale, inauguram uma nova cooperativa de consumo. Essas novas cooperativas surgidas quando o espaço geográfico lhe permite um ponto de combustão, tem em comum um esforço e sacrifício por parte dos cooperados para reerguer a loja sem saber naquele momento se obterá sucesso. Holyoake narra o início da Cooperativa dos Pioneiros da Rochdale da seguinte forma:

em todos os movimentos das classes operárias, a dificuldade principal é a obtenção dos meios de ação. Naquele momento, os membros da Sociedade dos Probos Pioneiros se tinham elevado de 28 a 40; mas estavam disseminados por todos os arrabaldes da cidade e, sobretudo, pelos subúrbios. O cobrador de 40 prestações tinha de caminhar pelo menos vinte milhas, de maneira que somente um homem animado pela abnegação, verdadeiro missionário, podia tomar a seu cargo tal tarefa. Nessa situação, custaria menos, ao coletor, entregar, do seu bolso, a importância total, do que ir pedi-la na residência de cada sócio. Entretanto, ainda mesmo sendo pesado o encargo, como não havia outra maneira de recolher o capital, alguns sócios se ofereceram como cobradores e cumpriram, pontual e escrupulosamente, com o seu dever. A cidade foi dividida em três distritos e três arrecadadores foram designados para visitar os sócios, todos os domingos, em seus domicílios. Com o fim de apressar a formação do capital inicial introduziu-se uma inovação que deu muito que falar. A quota de dois pence por semana foi elevada a três. Parece que os cooperadores se estavam tornando muito ambiciosos! O capital finalmente, ascendeu a enorme soma de 28 libras e, com esta soma inaugurou-se um novo mundo (HOLYOAKE, 1933, p. 22-23).

Antes de entrarem em funcionamento, as cooperativas precisam desse aporte financeiro para ter início que ocorrer pelos próprios cooperados, como no caso dos Pioneiros, ou pela ajuda de uma fábrica capitalista, como no caso da Rhodia com a COOP, em Santo André.

O ponto de ignição, seguindo a analogia termodinâmica, é gerado quando a cooperativa de consumo não precisa mais de um esforço inicial de seus formadores, pois o ato de comprar na própria cooperativa já é o suficiente para acumular capital cooperativo que faça a cooperativa de consumo fluir de forma autônoma. O esforço inicial dos Pioneiros da

Rochdale para abrir *Toad Lane*, criou posteriormente uma espécie de espiral responsável por centenas de empreendimentos, inclusive, da C.W.S.

A COOP iniciou suas atividades a partir dos funcionários do Grupo Rhodia de Santo André, mas que no decorrer dos anos se desvincularam da empresa e iniciaram a livre adesão, passando a ter capacidade autônoma de se sustentar e expandir sem necessitar de novos aportes de seus cooperados além daqueles necessários para formar o capital integralizado, normalmente diluído na distribuição das primeiras sobras e pouco significativo (PORTAL COOP, 2022). Para cada empreendimento inaugurado como farmácias e supermercados, existe um fundo de expansão e benfeitorias que todos os anos separa um capital cooperativo para essa função. É a própria dinâmica cooperativa que resgata o capital de suas concorrentes capitalistas para financiar o novo espaço cooperativista. Esse é o ponto de ignição atingido pelas cooperativas de consumo como a COOP, que apesar de prosperar pela sua própria dinâmica, não impede que uma má administração ou uma concorrência muito forte das empresas capitalistas, apaguem a chama.

Tanto os Pioneiros de Rochdale como a C.W.S, passaram por uma série de fusões durante o século XX. Hoje, o Cooperative Group, atuante na Inglaterra, absorveu grande parte do que antes pertencia a essas cooperativas. De qualquer forma, as atividades exercidas ao longo da história demonstram o poder do cooperativismo de consumo quando assume determinadas posições e apresenta líderes e cooperados que levam o movimento para se tornar um ponto de inflexão espacial cooperativista. Mas esse movimento pode ter em seu interior práticas insurgentes? A Coop apresenta entre seus objetivos práticas insurgentes em relações às suas operações? Passemos a explorar essas questões no próximo capítulo.

4 A COOP E A “INSURGÊNCIA ALIENADA”

Acreditamos que as práticas espaciais insurgentes são espectrais, ou seja, podem apresentar variados níveis de insurgência em uma diversidade de práticas categorizadas, como bem fez Souza (2017) ao caracterizar suas seis práticas. Essas práticas podem afrontar a ordem vigente de forma mais revoltosa, inclusive juridicamente, ou pode conter um aspecto menos revoltoso, porém tecnicamente eficiente e combativo para transformar substancialmente a acumulação do capital para uma outra dinâmica redistributiva, mesmo que isso ocorra a partir da alienação das lideranças da Coop e de seus cooperados.

“O capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado. A acumulação de capital nunca vai cessar. Terá de ser interrompida. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. Terá de ser despossuída” (HARVEY, 2016, p. 246). Já assumimos nessa tese que a Coop é um ponto de inflexão espacial cooperativista, onde os fluxos de trabalho excedente retornam para os cooperados ao invés de contribuírem para acumulação do capital, confrontando diretamente a partir desse mecanismo, a forma social vigente. Por confrontar a acumulação capitalista, esses espaços tornam-se parcialmente insurgentes e, portanto, com práticas espaciais insurgentes que podem variar conforme a atuação do agente. Porém, consideramos aqui que essa insurgência é relativa e pode ser, inclusive, paradoxal, como acreditamos ser o caso da Coop em que a insurgência se mistura com um grau de alienação. Práticas espaciais insurgentes são estudadas por Marcelo Lopes de Souza (2015, 2017) sob a égide de uma Geografia Libertária e impregnada de pensadores tais como Kropotkin, Reclus, Bookchin e Castoriadis. Quais são as práticas insurgentes realizadas pela Coop e qual o nível de insurgência e alienação existentes na Coop? Veremos a seguir.

4.1 Práticas insurgentes e alienação

Para Marcelo Lopes de Souza:

práticas espaciais que expressem e viabilizem descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação em face de algum tipo de opressão têm existido sempre: espaços são territorializados (conquistados, apropriados, postos sob controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos

e projetos; paisagens e suas representações são manipuladas; interações espaciais são desfeitas e refeitas; localizações se valorizam e desvalorizam, são abandonadas, são revalorizadas. Assim como *territórios dissidentes* que, por um período maior ou menor de tempo, representam a ousadia da criação e da sociedade instituinte diante da sociedade instituída, as *práticas espaciais insurgentes* que geram e gerem esses territórios não são fenômenos recentes na história da humanidade (SOUZA, 2015, p. 207, grifos do autor).

Em um primeiro momento pode-se pensar que as práticas espaciais insurgentes buscam emancipação em confronto com forças opressoras que hoje oprimem, mas em algum momento, podem ter sido oprimidas. As práticas capitalistas, quando não hegemônicas, lutavam contra um poder feudal, não necessariamente contra senhores feudais que podiam se aproveitar das novas práticas como vimos no segundo capítulo, mas logo que ditam a forma social, passam a ser a força opressora frente a outras práticas que agora tornam-se insurgentes.

Uma das contradições do capital identificada por Harvey (2016) é a da liberdade e dominação. Sob a ótica do geógrafo:

liberdade e dominação caminham juntas. Não existe liberdade que não tenha de lidar com a arte obscura da dominação. A dominação do próprio medo diante de circunstâncias opressivas, a dominação dos cínicos e dos cétricos, sem falar dos inimigos externos, pode ser necessária para abrir caminho para liberdades maiores. Essa unidade entre liberdade e dominação é, como sempre, uma unidade contraditória. Para promover uma causa justa, talvez seja necessário empregar meios injustos. [...] Qualquer luta por liberdade e autonomia deve estar preparada para enfrentar desde o início quem se prepara para dominar. Também deve reconhecer que o preço para manter as liberdades é a eterna vigilância contra o retorno de formas antigas ou novas de dominação (HARVEY, 2016, p. 189).

Determinados grupos lutam para manter suas condições em oposição aos grupos que lutam pela emancipação. Foucault demonstra como as estratégias de poder podem mudar ao longo do tempo, com o poder soberano que usava a violência e suplício como tecnologias, que logo se somam ao poder disciplinar e ao Biopoder (1979, 1999, 2008a, 2008b, 2009).

Mas Marcelo Lopes de Souza observa que nem toda forma de resistência significa uma resistência emancipatória:

além do mais, o outro esclarecimento é necessário: os movimentos sociais podem ser emancipatórios e, contrariamente a um estereótipo bastante difundido, também não emancipatório. É necessário registrar que não parece razoável ou empiricamente sustentável a postura de autores que se inclinam ou parecem propensos atribuir aos movimentos sociais sempre um conteúdo emancipatório. [...] Sua oposição ao *status quo* pode ter um sentido de retorno a um passado, amiúde mitificado, com

fundo religioso (como na Revolução Iraniana, em 1979) ou laico (não possuía o nazismo, afinal de contas, na Alemanha dos anos 1920, antes da tomada do Estado pelo partido Nacional-Socialista, traços de um movimento social, em sua visceral e ultrarreacionária oposição à República de Weimar?). [...] Os movimentos emancipatórios são aqueles fundados sobre princípios e valores como liberdade, justiça e igualdade (SOUZA, 2017, p. 363).

Acreditamos que o mecanismo de atuação da Coop, um ponto de inflexão espacial cooperativista, apresenta potencial emancipatório, independente da alienação de seus cooperados e de seus líderes, em relação ao papel insurgente da Coop em relação à acumulação capitalista. Apesar desse potencial emancipatório, é preciso questionar o caráter alienado que os cooperados da Coop vivem em relação à Cooperativa que fazem parte, ou seja, sem apresentam consciência de seu papel de inflexão que opõe a primazia do valor de uso à buscado lucro.

Em nossa pesquisa, a partir das entrevistas e das análises do dia a dia da Coop, a alienação dos cooperados, trabalhadores e até mesmo líderes da Coop, ficaram evidentes em relação à consciência do seu papel como ponto de inflexão espacial cooperativista. Dentro da elaboração do questionário semiestruturado realizado especificamente para cooperados e funcionários da Coop, perguntamos quem era o dono ou quem eram os donos da Coop. O objetivo da pergunta é saber de forma simples se os entrevistados sabiam o funcionamento da Coop enquanto ponto de inflexão espacial cooperativista a partir de uma estrutura societária, mas fazendo isso de forma simplificada e levando em conta o limite de conhecimento que a população em geral tem sobre economia política. Se respondessem que os próprios cooperados eram os donos da Coop, poderíamos identificar que sabiam como a Cooperativa funciona. Nas cinquenta entrevistas realizadas com cooperados, não houve um que soubesse responder quem eram os donos da Coop.

Questionamos esse resultado de nossas entrevistas ao atual Presidente Montes. Sua justificativa é que apenas entidades filantrópicas e pessoas físicas podem fazer parte do quadro de cooperados da Coop. Disse que é muito difícil ensinar para os cooperados que eles são os donos da Coop. Perguntamos se isso não poderia ser feito no dia a dia, por exemplo, enquanto os cooperados passavam suas compras pelo caixa. Montes explicou que existe uma limitação operacional das filas e também que essa explicação é muito complexa para falar em poucos minutos ou segundos. Disse que no tempo em que atuava como diretor executivo gostaria que todos entendessem o cooperativismo, mas depois desistiu, pois viu que jamais conseguiria fazer essa integração dos cooperados com a doutrina cooperativista. Apesar disso, resolveu partir para uma outra estratégia onde os que realmente dirigiam a

cooperativa aprendessem e levassem em conta em suas atitudes, os princípios cooperativistas.

O importante é que os dirigentes, dos quais inclusive alguns deles ou todos eles escolhidos por nós, eles fazem esse papel de dono. Eles precisam entender o princípio legal para poder levar o sistema onde ele verdadeiramente tem que estar sem esquecer o lado comercial, o lado comercial é importante (MONTES, 2024).

Pedro Mattos reconhece que a Coop faz pouca publicidade sobre a questão societária da Cooperativa, mas observa que:

a gente fala muito do papel social da Cooperativa, mas a gente fala menos da noção societária. Muitos cooperados, a gente percebe a relação deles com a Cooperativa, uma relação diferente do varejo tradicional. Eles são passionais. Em algum momento a gente escuta muito no SAC: “Eu sou o dono! Eu tenho direito de...” mas é só nessa hora (MATTOS, 2024d).

Entre os colaboradores que também eram cooperados, dos cinco entrevistados com função operacional (estoquista, caixa, etc.) nenhum sabia responder quem eram os donos da Coop. Os dois líderes de setor (gerente de unidade e líder de perecíveis) souberam responder que os donos da Coop eram os próprios cooperados. Isso demonstra a alienação dos cooperados em relação à Cooperativa e dos próprios colaboradores que, passam por um curso para saber o que é cooperativismo, como nos revela Marcio Valle, mas que parece não ter muito efeito prático.

O perfil do colaborador é o perfil de mercado, não tem muita diferença, a não ser um esforço grande que nós fazemos para colocar na fase de formação inicial, não só os aspectos técnicos da função, mas também do cooperativismo. Ele tem que entender que quem tá do outro lado não é um cliente, é o dono. A cooperativa é a única forma de comércio, ou a única forma de relação de empresa onde o dono é o cliente ao mesmo tempo. Ela tem essa dupla qualidade. Naturalmente o cooperado ele exig e mais da cooperativa porque ele é o dono, e essa exigência acontece frente ao colaborador que tá atendendo no caixa, no açougue, no vendedor de eletro (VALLE, 2013).

Outros cooperados, como observado em entrevistas com donos de alguns estabelecimentos como padarias do entorno da Coop industrial, além de não terem consciência do papel de inflexão da Coop, nada tem contra o funcionamento do capitalismo e são mesmo a favor desse sistema por serem eles proprietários de pequenas empresas, usando as cooperativas de consumo apenas para realizar compras mais baratas ou com melhores serviços, mas sem absolutamente nenhum senso crítico. Mais uma vez, é o próprio Marcio Valle quem revela essa dinâmica entre cooperado e cooperativa.

O objetivo de qualquer cooperativa é a prestação de serviços ou cooperada através da ajuda mútua. Então o cooperado, ele vem para a cooperativa, não porque ela seja cooperativa na maior parte das vezes.

Ele vem porque a cooperativa tem uma vantagem competitiva para oferecer para o cooperado nas suas necessidades econômicas. Ele vai conseguir ter acesso a bens e serviços de valor mais baixo num ambiente, né? É sempre uma relação custo-benefício ampliada. Não é só o produto. Você tem o local, você tem a higiene (VALLE, 2024).

A alienação do papel das lideranças da Coop como ponto de inflexão espacial cooperativista fica mais evidente quando entrevistamos o atual Presidente do Conselho de Administração da Coop, Antonio Jose Montes, responsável pelas diretrizes da Coop a partir da Assembleia, e o atual diretor executivo, Pedro Mattos. Para eles, a Coop não apresenta caráter insurgente e nem de combate à acumulação capitalista, pelo contrário, a Coop produz acumulação de capital. Questionamos Montes, qual a ideia dele sobre a Cooperativa ser anticapitalista, sua resposta foi que:

cooperativa é um tipo de sociedade. Nós temos sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade em comandita por ações, sociedades individuais de família, capital indústria, cota de participação. Esses são os tipos de sociedades que o código comercial brasileiro determina. Cooperativa é um tipo de sociedade. Ela é regida por uma determinada lei, antes a lei era a 5.764 de 1971. Antes também existiam leis mais , digamos assim, ortodoxas, mas, na verdade, essa 5.764, vige até agora. Tem um novo projeto de nova lei do cooperativismo que eles estão, eu acho que está 24 anos no Congresso, para ser definido, mas, de qualquer maneira a 5.764, ela rege as sociedades cooperativas. Qual é a diferença entre uma sociedade cooperativa e as outras sociedades? Por definição, o que é o cooperativismo? Bom, o cooperativismo é a união de pessoas quer físicas, quer jurídicas, que se prevalecem para se fazer algo que possa ser trazido de benefício para eles próprios. Então é uma união de pessoas, que tem o objetivo de fazer com que a cooperativa trabalhe para eles. Essa é a definição classificando o cooperativismo. E esse modelo, digamos, é seguido até hoje, porque todo o cooperativismo é assim. Ele se alimenta em função de atender os interesses dos seus associados. **Mas o corporativismo ele é social, ele não é socialista. Porém, ele precisa ter lucros para poder reinvestir. E esses lucros nós chamamos de sobras . A lei cooperativista chama de sobras, que na verdade é o lucro de uma outra empresa comercial qualquer, né?** E para que ele possa existir, precisa sem dúvida nenhuma ter lucros para reinvestimentos, para capital de giro, para novos negócios, essas coisas todas. **Então, não difere em absolutamente nada no caso do consumo de uma cooperativa, de um supermercado. Nós somos iguais ao Pão de Açúcar, iguais ao Carrefour, iguais a todos eles que tem no Brasil.** Porém, com a ideia de que nós temos sócios a serem atendidos. Esses sócios hoje nós estamos com mais ou menos, o número deles é progressivo, um milhão e novecentos mil sócios. Porém, hoje, que usa a Cooperativa pelo menos uma vez por ano, são um milhão e vinte e seis mil. E nós temos associações mensais que equivalem a mais cem ou duzentas por mês em nossas lojas. Porque ela é aberta, né? É o princípio da livre adesão. **Isso faz com que a pessoa, ao ingressar como sócio, ela passa a ser dona do empreendimento. A Cooperativa tem um milhão e vinte e seis mil donos hoje.** Então, ela é social, ela trabalha, obviamente para os sócios, porém, a própria lei de defesa do consumidor diz que temos que suprir as necessidades. E quem entra lá também são os não sócios. Nós temos hoje mais ou menos 20%, 25% de não sócios que utilizam da

cooperativa, ou seja, eles pagam pelo mesmo valor, às vezes até um pouco mais, porque nós temos algumas promoções para sócios. E esse valor no fim do ano, ele não é devolvido para o sócio. Ele vai numa conta de fundo de reserva. **Então, a Cooperativa é social, não é socialista.** Você tem um resultado final que, se no caso, deu positivo. Esse resultado ele fica à disposição da Assembleia Geral para efeito e destinação, ele pode ser destinado para o capital de cada um. Ele pode ser devolvido para que o pessoal possa usar o dinheiro da melhor forma (MONTES, 2024, grifo nosso).

A ênfase do Presidente sobre o caráter não socialista da Coop e sobre sua semelhança em obter lucro que é passado aos seus sócios demonstra a falta de insurgência, mas, mais ainda, um pensamento pela principal liderança da Coop que não enxerga ser a dinâmica pelo valor de uso, uma dinâmica anticapitalista. A ideia de equipara lucro com sobras, além de ser irreal do ponto de vista das relações sociais, é também antipedagógica. Assim como é antipedagógica a insistência do atual diretor executivo da Coop, Pedro Mattos, mesmo entendendo a ausência de lucro da Cooperativa, insiste em classificar essas sobras como *cashback*.

A Coop vive financeiramente a partir da sua competência de fazer transações rentáveis. Ela vive financeiramente como qualquer varejo alimentar e tem uma vantagem pelos preços exclusivos, mas ainda assim pagando um preço que está deixando uma margem de rentabilidade que paga as contas do negócio e que pode ou não sobrar no final do ano. Se sobra, que seria o lucro, não falo lucro porque a cooperativa pelo modelo societário, ela não tem lucro, ela tem sobras de resultados, essas sobras são revertidas para os associados que fizeram compras na proporção com que eles fizeram compras na própria cooperativa. Resumindo aqui para não ficar num modelo contábil sofisticado é, *cashback* (MATTOS, 2024a).

Cashback é uma típica estratégia das empresas capitalistas que recaem sobre marketing e fidelização e ajudam na acumulação do capital nas mãos dessas empresas. A parte que é devolvida pela empresa capitalista entra no cálculo da estratégia para aumentar o lucro, ou seja, ampliar a absorção de mais-valia por parte de poucos em detrimento dos trabalhadores e da comunidade. A comparação entre sobras e *cashback* é conceitualmente rasa, antipedagógica e, no limite, em uma leitura do materialismo histórica, errada. A declaração reforça a dinâmica capitalista impregnada nas lideranças da Coop que se mostram, historicamente, extremamente competentes para levar à Coop ao sucesso e com muita competitividade, fazendo com que se aproprie cada vez mais do espaço com o aumento de seu patrimônio, e, assim, fortaleça a Coop como ponto de inflexão espacial, ao mesmo tempo em que não tem consciência de como essas ações produzem ondas sísmicas que confrontam a formação social capitalista. No limite, caso todas as empresas capitalistas atuassem como a Coop, existiria uma outra formação social. Essa falta de consciência que envolvem lideranças

e cooperados, é o que chamamos de “paradoxo da insurgência alienada”, pois contribuem em uma luta anticapitalista, sem ter consciência disso.

Continuamos questionando ao Presidente Montes sobre a acumulação do capital que existe nas outras empresas, mas que não há na Coop, pois esta apresenta como fim o valor de uso. Sua resposta foi que, “é isso mesmo, o princípio é o mesmo, porque a gente, obviamente, a gestão da empresa, ela não pode deixar a empresa descapitalizada. Para você não devolver tudo pro associado, você capitaliza uma parte e essa parte é o que você chama de acumulação” (MONTES, 2024).

Ao que parece existe uma confusão entre acumulação de capital nas mãos dos capitalistas e uma reserva de valor para expansão da cooperativa que pode ser tanto em fundo como em qualquer outro patrimônio da Coop, e que vem através das sobras dos cooperados que não foram devolvidas, mas sim reservadas na Coop para seu crescimento. Essa confusão do Presidente em relação à acumulação capitalista fica mais nítida quando o questionamos sobre a diferença do Carrefour que retira uma parte de seus lucros para os acionistas, enquanto a Coop não. Ao passo que Montes responde da seguinte forma.

Você está certíssimo, né? Aliás, o Carrefour também faz isso, né? Ele não distribui todo o valor para o sócio, né? Ele utiliza a parte do valor para construir novos negócios que está dentro dos seus ramos de atividades. Então essa acumulação é feita ou através do aumento do capital, que o capital é dele, é do associado, ou através de uma devolução e dinheiro para ele usar. Essa é esse dinheiro do jeito que ele quer. Seria o dividendo no caso de uma empresa comercial, né? É, é semelhante (MONTES, 2024).

A confusão parece se dar no verdadeiro significado das sobras e do lucro. A acumulação de capital a que se refere Montes se confunde com reserva de valor da cooperativa para expansão, ou poderíamos dizer de forma mais ousada, uma “acumulação cooperativista” e que, não custa reforçar, com já visto no segundo capítulo, que o termo cooperativista usado nessa situação, só é cabível no cooperativismo de consumo.

Questionamos o atual diretor executivo da Coop, Pedro Mattos, se a Coop tinha papel importante na luta contra a acumulação de capital, e ao que parece, Mattos faz a mesma confusão entre o que é a acumulação de capital com a reserva de valor cooperativista para fins de expansão e operação.

Se você é contra a acumulação de capital, de certa forma você está autolimitando o crescimento do movimento cooperativista. O que que a gente faz para separar essas coisas, você faz a gestão da empresa seguindo os indicadores da empresa capitalista, ela tem que ser rentável, ela tem que ser eficiente, ela tem que gerar resultado, a diferença é o que que você faz com esse resultado no final do dia. Você reserva parte

desse resultado para o crescimento do negócio, isso é levado para a Assembleia, como fundo de expansão e benfeitorias, o restante os cooperados levam para casa. Então a gente toma o cuidado de garantir que o negócio se perpetue. Como a gente faz a distinção do que é a operação de varejo alimentar ou drogarias, ela tem que garantir eficiência operacional, se não ela não é competitiva e não vai entregar para o cooperado aquilo que ele precisa. Ela tem que ser orientada pelo cliente, como qualquer negócio varejista. E ela tem que ter relevância para o fornecedor e evidentemente para o cliente. Varejo não é um negócio de compra e venda, varejo é um negócio de criar conexão entre o CNPJ que produz e o CPF que consome. No caso, os nossos CPFs que consomem se misturam com os CPFs dos investidores, mas no final das contas, a nossa existência é um grande negócio de conexão. E para ter conexões, você precisa crescer. E para você crescer você precisa acumular capital para reinvestir no negócio (MATTOS, 2024d).

A confusão entre acumular capital e reserva cooperativista, que vai além da reserva legal e do RATES, mas para todo o patrimônio, fica mais evidente quando o diretor demonstra a diferença da dinâmica entre a Coop e empresas capitalistas, mas no fim, volta a comparar sobras ao cashback, fortifica sua visão capitalista, pois entre sobras e cashback, como já vimos, há uma diferença abissal entre valor de uso e uma simples publicidade do capital.

A grande diferença de uma cooperativa para uma empresa capitalista é que como ela não tem como objetivo a criação do lucro para o investidor, o objetivo para o investidor é a atividade fim, no caso é o consumo ao menor preço possível, tanto que para simplificar a compreensão do novo cooperado a gente fala para ele que a nossa vantagem é que no final do ano você tem um cashback (MATTOS, 2024d).

Questiona-se se é viável comparar a insurgência da Coop com movimentos que congregam uma quantidade significativamente maior de pessoas verdadeiramente engajadas, como o movimento de trabalhadores sem teto ou os movimentos que utilizam barricadas para bloquear ruas, sujeitos ao risco iminente de violência, seja estatal ou perpetrada por seguranças armados, riscos estes que estão muito distantes dos consumidores cooperados da Coop. Ainda assim, acreditamos que as cooperativas de consumo contribuem à insurgência, apesar de ter métodos de atuação distintos. Harvey acredita que:

Podemos tentar mudar o mundo gradualmente, pouco a pouco, favorecendo determinado aspecto de uma contradição (como o valor de uso) em detrimento de outro (como o valor de troca), ou promovendo o enfraquecimento e a dissolução das contradições particulares (como a que permite o uso do dinheiro para a apropriação privada da riqueza social). [...] Da mesma maneira que o advento do capitalismo neoliberal na década de 1970 direcionou o desenvolvimento do capital para a privatização e comercialização para o domínio mais enfático do valor de troca e para uma absoluta paixão fetichista pelo poder

monetário, um movimento antineoliberal pode nos colocar num rumo estratégico totalmente diferente nas próximas décadas. Há indícios na literatura e nos movimentos sociais de que existe ao menos a vontade de redesenhar um capitalismo baseado em relações mais sensíveis ecologicamente e em níveis mais elevados de justiça social e governança democrática. Há virtudes nessa abordagem gradual. Ela propõe um movimento pacífico e não violento, rumo àquele tipo de mudança social que testemunhamos nos primeiros estágios dos protestos das praças Tahrir, Syntagma e Taksim, embora nos três casos as autoridades estatais e policiais tenham respondido com uma violência e uma brutalidade inacreditáveis, provavelmente porque esses movimentos tiveram ousadia de ir além dos limites da tolerância repressiva. Ela tenta unir estrategicamente as pessoas em torno de temas comuns, porém limitados. Também pode ter impacto de longo alcance se houver efeitos contagiosos em cascata de uma contradição para outra. [...] Imagine, ainda, se a alienação da experiência contemporânea do trabalho, do consumo compensatório que nunca satisfaz, dos níveis incalculáveis de desigualdade econômica e discordância na relação com a natureza diminuísse por conta de uma onda de descontentamento popular com os excessos do capital. Viveríamos num mundo mais humano, com níveis bem reduzidos de desigualdade social e conflitos e muito menos opressão e corrupção na política. Isso não diz como os movimentos de oposição - altamente fragmentados, mas numerosos - podem convergir e se juntar no movimento solidário mais unificado contra o domínio do capital. A abordagem gradual não registra e não enfrenta a maneira como as contradições do capital se relacionam entre si para formar um todo orgânico. Precisamos urgentemente de uma concepção mais catalítica que fundamente e anime a ação política. Uma subjetividade política coletiva tende se aglutinar em torno de conceitos fundamentais sobre a constituição de um motor econômico alternativo, caso os poderes do capital sejam confrontados e superados. Sem isso, o capital não pode ser espoliado nem suplantado (HARVEY, 2016, p. 246 - 247).

A ideia de um capitalismo mais humanizado, que não é impossível, dado que pode ocorrer pela menor quantidade de mais-valia retida entre os capitalistas e distribuída entre os trabalhadores e em prol do meio ambiente, em nada muda a estrutura que acorrenta trabalhadores na atual forma social capitalista, dependentes de boas ações dessas empresas que continuam controlando as técnicas e o próprio Estado capitalista que as protegem. Isso é a continuidade da submissão e não do protagonismo do trabalhador. Um estado socialista que procure garantir tais objetivos anticapitalistas sob a forma de centralização, também pode ocorrer, mas a partir de uma sociedade heterônoma e com todas as críticas e contradições que possam sair desse modelo “estadocêntrico”. É possível que Elias Jabbour (2021)⁵², apresente argumentos sobre como o modelo socialista chinês, apesar de todas as suas contradições políticas, ambientais e econômicas, pode apresentar uma gama de

⁵² JABBOUR, Elias. Democracia e socialismo na China, por Elias Jabbour. In: Vermelho, 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/07/01/democracia-e-socialis-mo-na-china-por-elias-jabbour/> Acesso em: 26 maio 2024.

soluções que busquem a partir da participação popular dos bairros, uma solução para problemas que se expressem em políticas nacionais, no que denomina como uma democracia chinesa, ou seja, uma democracia não liberal.

Para além dessa visão de Jabbour oposta ao pregado por Marcelo Lopes de Souza sobre uma sociedade não heterônoma, nossa perspectiva sobre as capacidades de atuação da Coop se distancia do Estado, passando por uma capacidade estrutural da Cooperativa de aglutinar ideias anticapitalistas como forma de confronto a forma social vigente, assim como pensado por Harvey na citação acima. Muitos dos movimentos sociais tipicamente insurgentes poderiam utilizar o cooperativismo de consumo como uma ferramenta técnica, pelo objeto técnico que é a cooperativa de consumo, para otimizar seus interesses e como fator aglutinador que junte diversos movimentos anticapitalistas que, apesar de ter diferenças, apresentam também confluências.

Por exemplo, ao mobilizarem-se com a ocupação do espaço, esses grupos mais engajados ocupam imóveis e fazendas que não cumprem função social, ou ainda, criam grandes barricadas em ruas que viram palco de protestos. Suas intenções e práticas são totalmente emancipatórias e nada alienada São técnicas incorporadas ao espaço, mesmo que momentaneamente, que atingem um fim emancipatório. A Coop, ao ocupar o espaço, também impregnará com técnicas para um fim de inflexão cooperativista, contendo características emancipatórias tal como MTST e os Piqueteiros argentinos, mas com um nível de engajamento intencional diferente por parte de seus cooperados.

Há uma diferença entre esses grupos, pois nas cooperativas de consumo não se faz uma ocupação do espaço que coloque em risco a integridade física, liberdade e vida das pessoas, pelo contrário, é um local onde o convívio social, conforto e o bem-estar são perseguidos e entregue aos cooperados. De qualquer forma, os cooperados apresentam uma necessidade diária de sobrevivência que em grande parte está na possibilidade de consumirem produtos básicos de supermercados, sendo essa necessidade um resgate da alienação. Ninguém aliena o sofrimento da fome. Mas é bem verdade também que a Coop cada vez vem se alinhando mais ao cooperado de classe média, notadamente pela qualidade dos serviços oferecidos pelos modelos de varejo como supermercados, Empório e Coop Aqui. É o que confirma seu diretor executivo, Pedro Mattos:

a Coop pode ser classificada como um varejo de classe média. As nossas lojas estão basicamente instaladas em regiões onde tem classificação do BNDES de B e C+, classe média. Além disso, o nosso posicionamento é muito mais baseado em serviços do que em volume, naturalmente muito mais reposição do que abastecimento. A gente espera colocar no carrinho do cliente, mais produtos de valor agregado. Meu

negócio não é vender a Commodities brigando com o Atacadão ou com o Açaí (MATTOS, 2024d).

O modelo atacarejo apresenta preços mais baixos, mas a Coop só apresenta uma unidade em São José dos Campos, apesar de ter planejamento de expandir em um modelo que pode estar mudando (MATTOS, 2024b). Tanto o “Coop Aqui” quanto o “Empório” são modelos que ocorrem a partir de uma demanda mais abastada da população que apresenta um certo nível de conforto salarial. Assim, é muito difícil encontrar qualquer engajamento crítico e emancipatório por parte dos cooperados por necessidade alimentar que beira a insegurança alimentar. Não estamos falando aqui de combate à fome, mas do que engajaria o cooperado em uma luta contra a acumulação capitalista que o exclui de obter alimentos. A Coop faz doações consideráveis de alimentos, principalmente pelo projeto Mesa Brasil, mas não é isso que está sendo considerado aqui.

As cooperativas de consumo apresentam um potencial emancipatório, como já tratado anteriormente, emancipação essa, que Souza caracteriza da seguinte forma, em contraponto aos não emancipatórios:

movimentos sociais emancipatórios, em suma, são animados pela ação dos protagonistas de uma práxis que se poderia denominar *manifesta* (a luta organizada, cujo conteúdo está inscrito na própria dinâmica das reivindicações, pressões e ações – independentemente de explicação formal e programática dos objetivos – em torno de problemas como a exploração, o racismo etc., e contra as formas de opressão correspondentes), para diferenciá-las de uma práxis não manifesta, “encoberta”, *latente* (tensões e pressões quotidianas: da “luta surda” por aumento salarial e diminuição de tempo de trabalho na esfera da produção – p. ex. a greve -, com efeito perceptível sobre a extração de mais-valia, à “resistência passiva” muitas vezes exercida por mulheres oprimidas pelo patriarcado) (SOUZA, 2017, p. 365).

Apesar de Singer colocar os sindicatos e as greves como implantes socialistas na forma social capitalista, como já explorado anteriormente, Souza enxerga os sindicatos como uma prática não manifesta. O cooperativismo de consumo, ao contrário dos sindicatos, não luta por uma parcela da mais-valia, mas substituem estruturalmente a acumulação do capital por uma distribuição cooperativista a partir do controle de parcela do espaço geográfico.

As cooperativas de consumo quando atingem seu ponto de ignição podem apresentar bons resultados, como no caso da Coop que em 70 anos teve uma expansão expressiva. Ocorre que donos de grandes empreiteiras e fundos imobiliários não participarão dos movimentos pela democratização da habitação, assim como grandes capitalistas não estarão no movimento cooperativista de consumo, a não ser de forma alienada. Essa participação alienada do capital pode ocorrer porque as cooperativas de consumo, mesmo dinamizando

uma mudança estrutural da mais-valia, vão ao mercado procurar pelo menor preço dos produtores capitalistas, que ao fornecer tais produtos, acabam alimentando o cooperativismo de consumo.

Nos espaços controlados diretamente pela Coop, como os supermercados e drogarias, além da atuação em programas sociais, ambientais e educacionais nas cidades em que atua, existe um potencial enorme para uma educação emancipatória com elevado grau de criticidade na explicação do que é uma cooperativa de consumo. O programa “Escola vai à Coop” é um exemplo de como cooperativas de consumo podem explicar para jovens de todas as idades que a cooperativa não busca acumulação de capital por parte dos sócios, logo, explicar o que é o lucro dentro de nossa forma social e por aí em diante. Além disso, as nanodinâmicas – dinâmicas que ocorrem em nanoterritórios – impregnam todos os dias os usuários daquele território em relação à dinâmica cooperativista. Souza se refere a esses territórios dissidentes e suas dinâmicas da seguinte forma:

ademais, é no cotidiano dos territórios dissidentes que se operam processos de socialização (uma nova) em espaços públicos ou não, em meio a barricadas e enfrentamentos, festas, ocupações... Também nascem ou renascem formas de ativismo supralocal e até mesmo Inter ou transnacional, com a formação de redes de cooperação que costuram muitos países e até vários continentes. Além disso tudo, atividades econômicas, tanto de produção quanto consumo (“empresas recuperadas” e autogeridas pelos trabalhadores após falência, hortas e restaurantes comunitários, “clubes de troca” e moedas sociais, tudo isso nos marcos de microcircuitos econômicos alternativos) crescem e florescem, por necessidade extrema em certos casos, é certo, mas algumas vezes com base em projetos e uma disposição fortemente críticos, e não como simples “remendo” complementar ao sistema em crise, como sói acontecer com as formas típicas e bem comportadas de “economia solidária” (SOUZA, 2015, p. 212).

É marcante como Souza cita clubes de trocas, mas em nenhum momento se refere às cooperativas de consumo, sem sabermos se ignora sua existência ou simplesmente as desconsidera como força emancipatória e transformadora do espaço, já que apresenta grandes diferenças em relação aos clubes de troca, como veremos mais a frente. Outras menções que faz às cooperativas, estão ligadas às cooperativas de produção, sem mencionar as cooperativas de consumo. Ao citar as “formas típicas e bem comportadas de economia solidária”, o autor corrobora com nossa visão de cooperativas não ligadas à dinâmica de consumo que estão mais preocupados em aumentar seus rendimentos do que criticar a forma social, até porque, a forma social atual pode render maiores ganhos para os cooperados não consumidores, vide o caso das cooperativas que se transformam em S/A

Apesar de ser um ponto de inflexão espacial cooperativista, o que por si só já transforma a atividade cooperativista em subversiva frente à forma social capitalista, não necessariamente seus cooperados e suas lideranças apresentam perfil crítico a essa forma social, pois, como já dito anteriormente, o próprio funcionamento da cooperativa de consumo pode conter um elemento egoísta e alienado de vantagens nos serviços prestados por ela que tangenciam uma crítica mais profunda do porquê dessas vantagens das cooperativas de consumo frente outras empresas capitalistas, mas sem entender, por exemplo o que é forma social. De forma mais objetiva, um cooperado quer comprar mais barato ou quer um atendimento melhor, mas não entende que isso só ocorre nas cooperativas de consumo por elas não praticarem acumulação de capital nas mãos dos sócios capitalistas.

A alienação do papel de inflexão espacial cooperativista também está presente de forma mais aprofundada entre lideranças da empresa, com já visto anteriormente, mas por vezes é surpreendente, pelo menos no entendimento de economia política. Questionamos qual era o objetivo da Coop para um dos gerentes de unidade da Cooperativa.

Então, a COOP hoje aqui, ela está posicionada há 70 anos na região. Ela nasceu no ABC e hoje ela quer ter um bom relacionamento com a comunidade, né? O espírito do cooperativismo. Tanto que é sem fins lucrativos, né? Ela tem um retorno. Tudo o que você gasta dentro da cooperativa no findar do ano, você tem o retorno das sobras, tá? Então, cada cooperado, é como se ele fosse dono, porque ele tem um retorno do que é gasto aqui dentro. Então assim, essa é a diferença do supermercado, supermercado você não tem um retorno. Ao findar do ano é feita toda a avaliação, todos os gastos, custos e cada cooperado tem um retorno das sobras⁵³ (ENTREVISTADO 1, 2023).

Apesar de ter o cooperado como se fosse dono e não dono de fato, contida na resposta, as palavras usadas dão uma certa direção ao cooperativismo de consumo. Mas na mesma entrevista questionamos à gerência de unidade se achava que a doutrina do cooperativismo de consumo, de alguma forma, era crítica ao capitalismo, se ela era anticapitalista. A resposta foi contundente:

Não, não, não. Não, não, não, não. Não tem nada por trás disso que leva, não. Pelo contrário. Ela nasceu de querer atender o ABC, de construir amigos, né? Mas em momento algum ela traz algum assunto contra o capitalismo, pelo contrário, porque ela retorna essa sobra que volta de novo, né? Então, esse círculo virtuoso é importante. Ele vem exatamente com esse, com essa visão da responsabilidade social, de manter parcerias dentro da própria cidade, de pequenos empreendedores. Nós temos algumas linhas de produtos que retorna para esses pequenos empreendedores dentro da região do ABC. Então ele tem incentivo sim

⁵³ Entrevista concedida ao autor desta tese, mas o entrevistado não quis ser identificado.

ao capitalismo. (ENTREVISTADO 1, 2024)

Isso demonstra e reforça o que já havíamos falado anteriormente, a Coop não engaja seus cooperados e mesmo seus colaboradores em uma doutrina cooperativista de consumo, pois as próprias lideranças são alienadas em relação ao papel de inflexão da Cooperativa. Não que não seja ensinado o que é cooperativismo, mas a falta de eficiência desse ensino é grande. Não obtivemos acesso ao que é ensinado aos colaboradores sobre o cooperativismo de consumo.

Para exercer essa insurgência é preciso também independência e autonomia em questões políticas e econômicas. A neutralidade política nasce com um dos princípios dos Pioneiros da Rochdale e faz parte dos princípios regentes na Aliança Cooperativa Internacional. As cooperativas, embora tenham liberdade para pressionar certos políticos, otimizando seus resultados, não deveriam ser partidárias, mas isso não quer dizer que não podem usar sua dinâmica para atrair simpatizantes do regime cooperativista de consumo que funciona como ponto de inflexão espacial cooperativista. A Coop, por exemplo, não é dependente de nenhuma empresa capitalista ou do governo, a não ser é claro pelas regras estabelecidas por este último e que nem sempre são justas com a cooperativa como no caso envolvendo tributos. A Assembleia é quem, em última instância, comanda a Cooperativa. Mesmo sendo financiadas por instituições financeiras ou quando negociam com fornecedores, nada disso modifica a autonomia e independência da Coop.

Todas as atividades e propriedades da Coop são controladas por seus cooperados em um processo de autoignição que transfere o capital dos capitalistas concorrentes que estariam no lugar da Coop, caso essa não existisse, para a comunidade. Isso diferencia, por exemplo, a Coop de uma Organização Não Governamental (ONG), que, necessariamente, precisam de um financiador para suas atividades. Essa dependência de uma ONG ser financiada pelo Estado ou por instituições capitalistas, diminuem seu poder para uma mudança na acumulação do capital. Essas Organizações até podem realizar trabalhos humanitários essenciais, mas sem prejudicar aqueles que a financiam e trabalham para a manutenção da forma social capitalista permanecer vigente. Doar um prato de comida para uma criança faminta, embora não mude a forma social nem tenha interferência no controle de parcela do espaço, é uma ação de necessidade imediata, seja ela de quem for, e que merece ainda mais destaque quando realizada por pessoas que apenas querem contribuir para o bem-estar, agindo por empatia e solidariedade e demonstrando que há:

inúmeros sinais de que a tradição humanista esclarecida está viva e ativa, talvez até ensaiando um retorno. Esse é claramente o espírito que

anima a multidão de pessoas no mundo inteiro que trabalham em ONGs e instituições de caridade cuja missão é melhorar as chances e perspectivas de vida dos menos afortunados. Também há tentativas inúteis de disfarçar o próprio capital com o traje humanista. (...) O humanismo, no entanto, é o espírito que inspira inúmeros indivíduos a se entregarem generosamente, muitas vezes sem recompensa material, para contribuir de maneira altruísta para o bem-estar dos outros (HARVEY, 2016, p. 262).

Apesar do reconhecimento humanitário de muitas ONGs e, principalmente, das pessoas que trabalham nelas, Harvey nos lembra que apenas boas ações e intenções desconectas de um mecanismo que altere a acumulação de capital seria enxugar gelo, ao afirmar que:

o trabalho dessas ONGs tem feito muito pouco ou quase nada para resolver a degradação e a espoliação dos indivíduos ou a proliferação da degradação ambiental. Isso é um problema estrutural, porque se exige que as organizações que combatem a pobreza façam seu trabalho sem intervir na acumulação perpétua de riqueza, da qual tiram seu próprio sustento (HARVEY, 2016, p. 265).

A independência do Estado e o fato de ter financiamento próprio, reforçam o conceito de autoignição das cooperativas de consumo e contribuem para seu potencial caráter insurgente. Ao se beneficiar do espaço construído pelos capitalistas e se expandir nesse meio, as cooperativas agem utilizando os próprios meios de proteção que o Estado estabelece para garantir os interesses desses capitalistas. A Coop utiliza as regras vigentes para poder controlar parcela do espaço através dos recursos acumulados através do resgate da mais-valia. Assim, a independência das cooperativas em relação ao Estado aproxima sua atuação a uma dinâmica insurgente. Na visão de Souza:

políticas públicas e instâncias participativas iniciadas e bancadas pelo Estado não podem ser, em si mesmas, consideradas insurgentes. Afinal, nenhum Estado capitalista poderia desenvolver ou patrocinar práticas, marcos legais etc. que se insurgissem, efetivamente, contra propriedade privada e os demais pilares da ordem sócio-espacial⁵⁶ heterônoma. É no diálogo, na negociação e no aproveitamento de margens de manobra propiciadas por governos conjunturalmente comprometidos com (e, a rigor, induzidos e pressionados a assumirem) um perfil crítico (redistributivo, aberto à participação direta da população etc.) que a luta institucional dos movimentos revela práticas espaciais que, ainda que indiretamente, contêm, *elas*, (e não o Estado!), um conteúdo também insurgente (SOUZA, 2017, p. 379).

O Estado influencia as cooperativas de consumo a partir das leis que dificultam ou facilitam sua atividade como, por exemplo, a tributação. “De uma perspectiva libertária, a luta institucional (o “*com o Estado*”), mesmo não sendo, evidentemente, partidária, é sempre uma arena, na melhor das hipóteses, secundária e subordinada à dinâmica da ação direta (o “*apesar do Estado*” e o “*contra o Estado*”)” (SOUZA, 2017, p. 63).

Apesar da independência de funcionamento da Coop em relação aos agentes capitalistas e do Estado, como já trabalhado, a diretoria da Coop apresenta uma perspectiva ideológica que se dá não apenas nas várias entrevistas de seus diretores gerais, mas também nos relatórios anuais divulgados publicamente. Ao traçar o cenário de 2022 para explicar os resultados da Coop naquele ano, o relatório da Cooperativa escreve o seguinte,

além disso, os resultados positivos da reforma trabalhista possibilitaram o avanço da ocupação no mercado de trabalho, que atingiu, no total, 100 milhões de trabalhadores. A taxa de desemprego continuou sua trajetória de queda, indo de 11,2% para 7,9%⁵⁴ no ano, apesar da queda do rendimento real médio, que só voltaria a subir no final de 2022 (COOP, 2023).

A reforma trabalhista foi muito debatida na sociedade brasileira e sua aprovação desagradou aos sindicatos e instituiu aos trabalhadores condições menos favoráveis, mas foi amplamente comemorada pelas empresas capitalistas que agora poderia, na visão delas, se tornar mais competitivas. A Coop, através de sua diretoria, parece fazer uma certa confusão entre o seu papel como ponto espacial de inflexão cooperativista e o que representa reformas que tornam evidentes a perda de direitos dos trabalhadores. Resultados positivos para quem? Não é que a administração da Coop não saiba seu papel como agente de inflexão, como podemos ver nas palavras de seu atual CEO, Pedro Mattos. Ao explicar os resultados ruins do varejo, demonstra como a Coop, mesmo em um cenário adverso, não apresenta perdas, mas sim transferência para seus cooperados, mostrando que a dinâmica que ia de encontro à forma social capitalista era melhor para a comunidade em relação ao que acontecia com empresas capitalistas.

Olha, 2023 foi um ano muito duro para o varejo. Tem uma receita que não funciona muito bem que é endividamento das famílias combinada com taxa de juros elevada. Em 2023 a gente chegou a 77% das famílias brasileiras endividadadas. Destes 77%, 56% das famílias comprometem mais de 50% da sua renda com dívidas, juros e amortização. Então isso é uma transferência brutal de renda que sai do consumo e vai para o setor financeiro. O que acontece quando você tem uma compressão de renda no mercado de consumo? Os players do mercado disputam o cliente e a renda. Portanto a gente aumenta a quantidade de promoções. Todas as grandes redes apresentaram prejuízo, porque o volume de promoções que historicamente no varejo alimentar é de 25% chegou a 40%, 44%, para disputar o dinheiro que estava na praça. As pessoas mudaram o hábito de consumo, começaram a comprar concentrado nos primeiros dez dias do mês. Então todo mundo disputando aquela renda, aumenta a carga de promoção. Isso produz resultados ruins. **Nós como cooperativa temos uma diferença essencial. Enquanto uma empresa capitalista qualquer, quando tem que fazer favores de promoção,**

⁵⁴ Mantida a forma original utilizada pelo autor, justificada em sua obra, apesar do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2008) indicar a supressão do hífen no referido vocábulo

afeta o resultado do acionista, numa cooperativa, o acionista é o consumidor. Então a gente acaba entregando para o consumidor de forma antecipada aquilo que seria um retorno de sobras. Então ele acaba sendo beneficiado de forma antecipada. É um diferencial fundamental e isso está muito ligado a economia colaborativa. Uma cooperativa é isso, é uma economia colaborativa. O acionista se confunde com o consumidor. Não existe o conceito de lucro em uma cooperativa. A distribuição de lucro nada mais é do que um retorno daquele excedente que ele deixou na própria cooperativa. Se esse excedente não aconteceu é porque ele levou antecipadamente (MATTOS, 2024c, grifo nosso).

E o mesmo CEO da Coop firma sua posição ideológica em relação à política econômica ao mesmo tempo que afirma achar estupidez qualquer discussão sobre ideologia, causando uma certa confusão em suas falas:

a gente sabe que tem um grande desafio como país de estabelecer uma imagem de responsabilidade fiscal que precisa ser consolidada, isso não é tão evidente ainda, a gente ainda vê muitas disputas dentro do próprio governo sobre alternativas de responsabilidade fiscal e do gasto social. Espera-se sempre que o governante tenha a consciência de que confiança é um valor, eu falo muito de valor quando o cliente está na loja, mas confiança é um valor que a política tem que entregar. Eu espero e acredito muito que essa lucidez se instale [...] A gente sabe que a decisão do investimento, seja na cadeia produtiva, seja no próprio ponto de venda, depende muito dessa percepção de confiança. Toda vez que você tem turbulência, você vê preço de *commodities* oscilar. Toda vez que você não tem confiança no campo, por exemplo, para fazer o aumento da área plantada, isso significa que você vai ter menos alimento mais para frente, significa que o preço da *commodities* vai lá para cima. E quem sofre, quem paga essa conta é sempre o consumidor. Essa consciência que a política tem que ter, que ela deve entregar para a população confiança, segurança, certeza, independentemente da ideologia. Para mim, a discussão ideológica é uma estupidez, porque ela só vale para você conquistar voto. Mas depois que você conquistar o voto, você tem que governar para todos. Então a responsabilidade de lidar do executivo, é entregar confiança, entregar crescimento, entregar segurança (MATTOS, 2024c).

E não é apenas o atual CEO da Coop que apresenta essa perspectiva ideológica. Marcio Valle, em uma inauguração de uma unidade de supermercado da Coop em maio de 2019, enquanto era CEO da Cooperativa, demonstra seu elevado grau de liberalismo econômico ao analisar a reforma da previdência da seguinte forma:

um outro aspecto em que eu acredito é na reforma da previdência. A reforma da previdência ela não resolve os nossos problemas por si só, mas ela é um sinalizador excepcional para o investidor interno e para o investidor externo de que o Brasil vai entrar no eixo, ou vai ter coragem de enfrentar os seus reais problemas. Porque não é só a previdência, é a previdência, a questão da tributação, nós temos a questão da infraestrutura e nós temos a questão da educação. O governo precisa

dar um sinal visível que é a reforma da previdência ao mundo e dizer, olha, nós vamos rodar aqui como país e não como mandato eletivo que termina brevemente. Essa aprovação ela vai liberar investimento interno e externo, e tem um exemplo concreto, pois vocês devem ter visto o Carlos Alberto do grupo “CAOA” que condicionou a vinda dele para as instalações da Ford se a reforma da previdência for aprovada. Mas o que um empresário tem a ver com se meter com a questão previdenciária? Tem tudo a ver. Ele vai vender carro para quem? Para quem tiver dinheiro. Para que ele vai investir se a gente tem um risco que não é falácia, não é ameaça vazia o ministro Paulo Guedes dizer que o país encanou um colapso em meses ou anos, porque isso é verdade. Crescimento da dívida pública e a insolvência que a gente já percebe e que as pessoas acham que isso é corrupção lá no Rio, que é não sei o que em Minas, mas vários estados já estão sem pagar o funcionalismo. A gente passa na rua e só vê buraco na rua. Isso tudo é sinal de como a economia vem deteriorando e esse dinheiro está acabando. [...] Mas nós vamos continuar investindo porque já temos um bom sinal de que a reforma vai ser aprovada, vai demorar um pouco, mas isso já reverte (VALLE, 2019).

Fica evidente o caráter ideológico dos diretores da Coop nos últimos anos, mas também que esse posicionamento não modifica as ações da Coop em relação à inflexão espacial, pois os dois diretores expandiram a Coop mesmo com a concorrência de grandes empresas nacionais e internacionais que se instalaram na região do ABC. O discurso ideológico dos diretores da Coop não é neutro. Isso pode influenciar as práticas da Coop em relação a sua insurgência. Para isso, analisaremos a seguir as seis práticas insurgentes de Marcelo Lopes de Souza e como a Coop atua em cada uma delas.

4.2 O engajamento da Coop nos tipos de práticas insurgentes

É justificável que existam questionamentos sobre o caráter emancipatório da Coop e do cooperativismo de consumo em geral pelo grau de insurgência de suas práticas espaciais. As relações sociais capitalistas, desde sua tomada como forma social predominante, passaram a transformar o espaço geográfico para que sua produção e sua técnica alcançassem escalas ampliadas junto com uma série de leis que protegem suas atividades e que são, em última análise, guardadas pelo Estado. A Coop, ao implantar pontos de inflexão espacial cooperativista, apesar de não ter a forma política e de enfrentamento sujeitas a violências e perigo de integridade físicas, apresentam eficiência extrema ao se aproveitar de todo aparato construído pelos próprios capitalistas, para se apropriarem cooperativamente do espaço sem que sejam criminalizadas no Brasil. Isso não quer dizer que o Estado, a serviço das grandes empresas capitalistas comerciais, não puna e

prejudique as cooperativas de consumo no Brasil, como veremos a frente ao falarmos da tributação do cooperativismo de consumo em nosso país. Além disso, como visto no primeiro capítulo, preços subsidiados por empresas capitalistas podem ser utilizados em certas regiões para prejudicar as cooperativas de consumo.

Qual seria o grau de insurgência das cooperativas de consumo a partir das práticas da Coop, ou ainda, qual o potencial de insurgência que a Coop apresenta? Souza afirma que “em um elevado patamar de abstração, podemos distinguir seis grandes tipos de práticas espaciais insurgentes” (SOUZA, 2017, p. 406) e que se pretende antes de qualquer outra coisa, ser ilustrativa. Analisaremos a relação da Coop com cada uma dessas práticas.

4.2.1 A Coop e a “territorialização em sentido estrito”

A primeira prática espacial insurgente é a “territorialização em sentido estrito” e se refere à “apropriação e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física (ocupações, *squatted buidings*, piquetes etc.)” (SOUZA, 2017, p. 406). A cada unidade lançada pela Coop, seja qual for o modelo – “Empório”, “Supermercado”, “Coop Aqui” ou “Atacarejo”-, temos uma apropriação e um controle do espaço através da presença física. Qualquer que seja a unidade Coop instalada, significa um ponto de inflexão, ou seja, uma parcela do espaço que funciona como uma afronta à forma social capitalista e empresas capitalistas com uma dinâmica institucional que não visa acumulação de capital, mas o valor de uso. Essa apropriação inclusive passa a ocorrer como autocatálise, se apropriando do espaço a partir de sua própria dinâmica – o que denominamos anteriormente como ponto de ignição – de parcela do espaço geográfico e o usa para uma distribuição cooperativista de forma perene e sem necessitar enfrentar qualquer tipo de afronta violenta por parte do Estado.

Quando dizemos violenta, estamos aqui nos referindo a uma violência física em que grupos como MST e MTST estão sujeitos constantemente, seja pelas forças policiais do Estado, seja por agentes privados pagos diretamente por proprietários capitalistas. Ocorre que existe uma grande opressão jurídica que se desenha conforme a Coop ganha importância regionalmente, mas também com a visibilidade nacional através de seus bons resultados publicizados pelos veículos de comunicação, como visto anteriormente. A cada expansão da Cooperativa, novas revoltas de seus concorrentes capitalistas. Também já foi constatado que inicialmente a Coop, mas também o cooperativismo de consumo como um todo,

recebeu um tratamento justo, pois não sendo uma empresa capitalista que visa o lucro, não pagava os mesmos impostos destas empresas. Porém, conforme as empresas capitalistas ganhavam importância, fizeram um lobby que forçou o Estado a pressionar as cooperativas de consumo, com destaque para a Coop, sua maior representante, a terem o mesmo tratamento que empresas capitalistas.

Aqui podemos observar mais uma vez o caráter revolucionário das cooperativas de consumo frente outros ramos do cooperativismo, pois o ramo consumo foi o único que se igualou a outras empresas capitalistas, enquanto todos os outros mantiveram o ato cooperativo em regime diferenciado de empresas capitalistas sendo tributado como qualquer empresa capitalista (BRASIL, 1997). Além de ter todas as tributações de empresas capitalistas, a Coop também mantém as obrigações de cooperativas, por exemplo, os ganhos das vendas realizadas que não configuram ato cooperativo, ou seja, vendas para não cooperados, devem ser totalmente incorporadas à RATES – Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – engessando o planejamento estratégico da Cooperativa e a prejudicando frente aos concorrentes capitalistas. Outra obrigação por ser cooperativa, é a reserva de 10% das sobras para eventuais prejuízos da cooperativa e os 5% sobre as sobras que devem ser destinados ao RATES (BRASIL, 1971). Essas duas reservas têm sua importância para os cooperados e para a cooperativa, mas isso para cooperativas que não são tributadas como empresas capitalistas.

Marcio Valle, explica a natureza da incoerência nos tributos relacionados à Coop:

inclusive o PIS/COFINS. É que é aplicado sobre a receita. Cooperativa não tem receita. O DRE dela, o demonstrativo de resultados, é que nem uma empresa convencional até a linha de sobras, de lucro antes do imposto de renda. Depois disso, o porquê que não faz sentido? O dinheiro que está na cooperativa não é o dinheiro dela, ela é só uma operadora. Para comparar, pega um condomínio que decide fazer uma pintura. Se você tem um condomínio, então tem as despesas e o condomínio decide também fazer um fundo de reserva. Cada um paga na proporção do seu imóvel, e o condomínio fala, olha, eu vou cobrar 10% a mais de cada um e talvez a gente tenha uma despesa extra esse ano. Aí você roda o ano com o condomínio, o valor fixo e aquela gordura que você está construindo. Então tem quatro coberturas, pagam o dobro do condomínio, pagam o dobro da taxa que também vai aumentar. Chegou no fim do ano, ele não teve aquele gasto excessivo e sobrou dinheiro em caixa. A assembleia decide devolver esse dinheiro em caixa para o condômino. Que que faz a assembleia? Vamos devolver da proporção do que cada um contribuiu. Claro, você pagou metade do que pagou a cobertura, cobertura recebe de volta o dobro do que você vai receber daquela sobra. A lógica da cooperativa é exatamente, exatamente a mesma coisa. Só que o que ocorre então, pegar de novo a Rhodia. Quando os 292 sócios fundadores iniciaram a cooperativa,

qual que era a operação? Eles davam o dinheiro, tinha lá a compra para fazer, eles davam um dinheiro para fazer uma caixinha a A caixinha era para pagar transporte, era para pagar o produto. A cooperativa ia na Lapa, tinha uma outra cooperativa lá onde a Coop se abastecia, trazia para cá e aqui as pessoas vinham e pegavam os seus produtos. Mês seguinte, fazia de novo a vaquinha e ia lá comprar. Bom, vai chegando um momento que vai ficando muita gente. E ao mesmo tempo, a cooperativa foi construindo capital que ela cobrava a mais e uma parte ela retinha com ela e depois na assembleia, faz parte da lei você reter 10% do resultado para cooperativa. Formou-se um capital de giro. Não precisava mais cada cooperado dar o dinheiro antecipado para depois pegar o produto. Ou até porque, ela podia ir comprar a prazo, voltava, cobrava de cada um o que tinha custado e depois esse dinheiro pagava o fornecedor. E essa é a lógica, toda cooperativa funciona assim hoje. Você tem milhares de operações e milhões de operações. Aí essa receita não é uma receita, esse dinheiro não é da cooperativa. Assim como o dinheiro do condomínio não é do condomínio, é seu. E se sobrar, você não paga imposto de renda, contribuição, PIS/COFINS sobre o condomínio que você paga todo mês. Agora, você vai pagar imposto de renda sobre a sua renda. Aquilo que você recebeu de salário que serviu para pagar uma parte do condomínio, você paga impostos sobre aquilo. Se você tiver que pagar imposto de renda sobre o condomínio que você pagou, você está pagando duas vezes. É que nem você ir comprar uma fruta e pagar imposto de renda sobre aquilo. O PIS/COFINS, não é uma operação de compra e venda. Não tem receita. Você só emprestou seu dinheiro para alguém comprar por você. A pessoa foi, comprou e te devolveu. Então por isso que a cooperativa, se você pegar a norma de contabilidade, eu acho que a norma brasileira de contabilidade 10.8, você vai ver que tem uma nomenclatura diferente. A cooperativa não tem receita quando ela está praticando o ato cooperativo. Ela tem entradas. Ela não tem despesa, ela tem dispêndio. E ela não tem faturamento, ela tem fornecimento. Justamente porque o dinheiro que ela está usando para operar não é dela, é seu. Ela só está como fiel depositário. Chegou no fim do ano, sobrou, o que você deu? Então, quando você se abasteceu na cooperativa com os produtos, e aí a cooperativa foi uma margem, que deu uma margem de lucro, é uma margem que te sobra. Uma margem de segurança para essas variações de custo que pode acontecer. Chega no fim do ano, você teve sobra, pela linha antes do imposto de renda. Essa sobra você pode devolver para o cooperado de duas formas, ou como juros ao capital próprio ou como sobra. Então, a tributação da cooperativa não deve estar na cooperativa, a não ser ICMS, que é um imposto sobre a circulação de mercadorias, circulou mercadorias, a gente tem que pagar. A tributação está na pessoa física, se você tributa a cooperativa tanto na parte da receita, que não existe, que é o mesmo princípio do condomínio, quanto da parte do lucro, que é mais absurdo ainda, porque a gente devolve isso para o cooperado. Então, por que que tem que pagar imposto sobre renda, imposto de renda, né? E imposto sobre contribuição social sobre lucro líquido, se não tem lucro, aquele dinheiro vai ser devolvido para o cooperado. É uma briga, né? Agora isso tudo muda, não é que perde o objeto, porque a receita federal, óbvio, não vai desistir disso, mas tem uma nova etapa, agora com a aprovação da reforma tributária. É inclusive agora em

março [2024], começam as audiências na Câmara para discutir a regulamentação da reforma tributária. E o que que foi a grande conquista do cooperativismo? A OCB conseguiu incluir no texto da Reforma Tributária, que é uma lei complementar, a questão do ato cooperativo como sendo um ato específico diferenciado e que vai seguir um regime diferenciado de tributação. Ou não, pois isso vai ficar a cargo das cooperativas e ver qual é o regime mais vantajoso para elas. Então todo esse princípio da bitributação continua válido até a estrutura anterior. Precisamos ver o que que vai se conseguir agora na discussão da regulamentação da reforma tributária (VALLE, 2024).

Para Marcio Valle, essa dinâmica que iguala os tributos das cooperativas de consumo aos de empresas capitalistas são completamente injustos e configuram uma bitributação que ocorre essencialmente por pressão dos capitalistas frente a um Estado subserviente que se inclina a esses interesses. Questionamos a Valle se as empresas capitalistas forçaram essa mudança de lei, ao que foi respondido que:

totalmente, totalmente. Foi o movimento da ABRAS junto com o Pão de Açúcar na época, eu acho que foi em 1994. Um movimento muito forte que acabou culminando com a lei 9.532 de 98, onde a gente passou a ser tributado como qualquer empresa de compra e venda. Então começam aí as incoerências. A lei fala em equiparados nos aspectos tributários às empresas de compra e venda, mas a gente não compra e nem vende, a gente compra do fornecedor, mas não vende para o cooperado. A gente fornece para o cooperado porque o dinheiro é dele. A hora que a gente comprou do fornecedor, a gente está comprando em nome do cooperado, então já é dele. Compra e venda a consumidores, mas o nosso cooperado não é consumidor, porque o consumidor implica a relação justamente de consumo (VALLE, 2024).

Quando empresas capitalistas pressionam o Estado para prejudicar a Coop, demonstra que de alguma forma, existe um nível de insurgência nesses espaços. Não é um ataque apenas à Coop, mas sim a um ponto de inflexão espacial que vai de encontro à forma social capitalista, tal como já no século XIX, as ideias de Owen foram abandonadas pelos capitalistas quando se percebeu um mecanismo que ia além da paliativa diminuição dos pobres e os custos que eles implicavam.

Um dos grandes desafios da Coop é justamente demonstrar para a população em geral, mas também para seus cooperados, que ela é uma cooperativa que não busca a acumulação de capital, mas sim redistribuição do valor de uso em que todos são os donos. Apesar da palavra dono ter um caráter privatizante e individual, é importante para simplificar explicações de economia política para uma população inserida na forma social capitalista com todos os seus fetiches e ideologia. Demonstrar nesses espaços de ocupação permanentes a dinâmica do cooperativismo de consumo é um ato insurgente contra a acumulação capitalista, isto é, demonstrar que ele poder ter o controle de uma parcela do

espaço geográfico do seu cotidiano. Quanto mais unidades, mais cresce esse potencial teórico e prático.

As unidades da “Coop Aqui” – unidades autônomas instaladas dentro de condomínios, também apresentam potencial, pois estão em nanoterritórios que alcançam a população em suas residências. Essas unidades podem ter publicidade de diversos tipos que apresentem de forma direta e simples quem são os donos da cooperativa. Mesmo nos elevadores ou na própria loja é fundamental demonstrar, para além do preço e do serviço já reconhecidos pela população, mas a dinâmica de não ter lucro. Toda movimentação é devolvida para os cooperados, mesmo quando a cooperativa precisa fazer promoções grandes para resistir à concorrência, como em 2023. Ao fechar sem sobras e tendo que retirar dinheiro de sua reserva legal, o que a Coop faz na verdade é transferir seu patrimônio de forma adiantada para seus cooperados. Logicamente, seria impraticável manter transferências das reservas da Cooperativa para a comunidade todos os anos justamente porque a Cooperativa necessita dessa margem do cooperado para ter estabilidade no planejamento.

De qualquer forma, apesar de manter um grau de insurgência ocupando permanentemente o espaço, existe um potencial enorme para que essa insurgência se potencialize, seja pela publicidade cooperativista de consumo das unidades de varejo onde os cooperados vão para se abastecer, seja pelas unidades da Coop que ocupam a residência da população pelo “Coop Aqui”, ou ainda pelo treinamento dos cooperados que podem ter de forma mais elaborada e eficiente a noção de quem são os controladores da Coop.

4.2.2 A Coop e a “territorialização em sentido amplo”

Em segundo lugar, Souza se refere a uma territorialização em sentido amplo na qual, territórios são identificados, direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos e sem presença física duradoura dos transgressores/desafiadores (como é sobejamente ilustrado pelas ações clandestinas de grafiteagem ou pichação) (SOUZA, 2017, p. 406).

Existem muitos símbolos que a Coop opera na cidade e que estão ali para marcar sua posição. O símbolo da Coop pode ter vários significados na paisagem a partir da experiência do indivíduo exposto ao símbolo. Insistimos que por ser um ponto de inflexão espacial cooperativista, a Coop apresenta um caráter insurgente inerente à sua dinâmica econômica, mas que é pouco divulgado, o que pode transformar seu símbolo na paisagem em apenas mais um supermercado. Nos referimos aqui aos símbolos encontrados na cidade que

vão além das unidades, mas que podem ser vistos em *outdoors* e sinalizações de ruas nas cidades em que a Cooperativa atua. Encontraremos esses símbolos também nos patrocínios que a Coop realiza, como no já referido patrocínio do Clube Santo André que chegou à final da copa do Brasil ou no atual patrocínio do time de basquete, São José Basketball. O significado dos símbolos da Coop necessita de uma ação pedagógica que complemente essa visão.

Marcelo Lopes de Souza enfatiza o elevado grau de abstração para formular as seis práticas espaciais insurgentes que utilizamos a partir da perspectiva da Coop. Pedimos licença para flexibilizar o conceito de Souza sobre a “territorialização em sentido amplo”, pois há uma diferença irreconciliável entre as pixações por ele referidas e os símbolos da Coop distribuídos pela cidade no que tange à legalidade do ato. Enquanto a pixação promove o enfrentamento através de uma transgressão jurídica que desafia o Estado, a presença simbólica da Coop na paisagem não é transgressora nesse sentido jurídico. Apesar de ser transgressora em relação à forma social vigente, a ideia da Cooperativa é sempre contestar o que acha injusto dentro dos aspectos legais, mesmo quando acredita que está sendo completamente injustiçada, como naquestão da tributação, como deixa claro o Marcio Valle:

então nós continuamos brigando, embora nesta semana [08/12/2014], tenha havido uma decisão bastante desfavorável a essa questão da incidência tributária sobre o ato cooperativo, no nível do STF do Supremo e que nós achamos que cria uma dificuldade adicional para a nossa argumentação, mas nós continuamos brigando. Apesar de continuar brigando pelos nossos direitos, que nós consideramos legítimos, nós pagamos os impostos porque a lei é essa e nós vamos cumprir a lei. Discute de um lado, mas cumpre a lei do outro (VALLE, 2014).

Acreditamos também, flexibilizando ainda mais o conceito original de Souza, que para além da paisagem da cidade, os símbolos também estão no mundo da publicidade onde a Coop atua. O papel da publicidade também precisa ser destacado nas cooperativas de consumo quando comparadas ao modelo capitalista. Gide afirmava, no início do século XX, que a não necessidade de publicidade era uma das vantagens das cooperativas em relação às empresas capitalistas (GIDE, 1910, p. 7). Hoje, a publicidade não desaparece das cooperativas de consumo, pois é preciso demonstrar a qualidade de seus serviços, seja pelo preço ou atendimento, frente à concorrência capitalista.

A Coop só tem razão de existir se conseguir operar um serviço melhor que de seus concorrentes e pode fazer isso justamente por não precisar do lucro. O cooperado, objetivamente, procura o melhor serviço e é importante para a Cooperativa mostrar para cada vez mais pessoas, como seus serviços são melhores, necessitando de publicidade e criando uma conexão com esse cliente. Pedro Mattos (2024b), afirma que a Coop não tem mais um

cliente cativo dela, cenário que existia até a década de 1980, pois hoje os players disputam esse cliente que enxergam na Coop mais uma alternativa entre tantas. Para ele, é necessário que a Coop se alinhe estrategicamente para criar uma conexão com esse cliente ao ponto de ele preferir a Coop em detrimento dos concorrentes.

Harvey, sobre a questão da marca e da publicidade, afirma que:

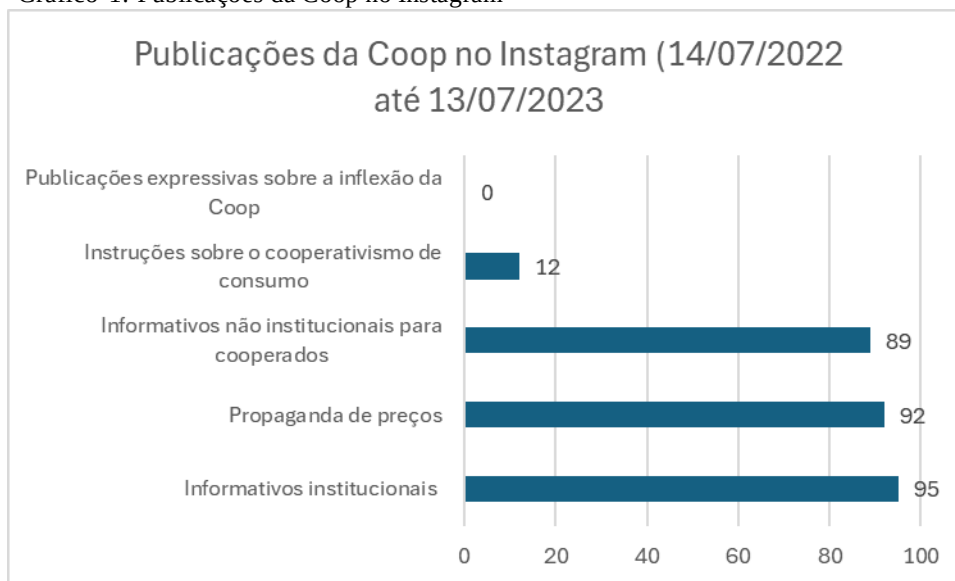
para mercadorias mais comuns, o objetivo é diferenciar uma marca, como se o creme dental, o carro ou o xampu fosse superior. A ideia é usar a diferenciação do produto como forma de assegurar um preço de monopólio. A reputação e a imagem pública de uma mercadoria são tão, ou até mais, importantes como seu valor de uso material. Daí a imensa relevância da publicidade, que nada mais é do que uma indústria lutando para extrair preços de monopólio de uma situação geral competitiva (2016, p. 135).

Essa é a diferença da publicidade de uma cooperativa de consumo que não procura extrair lucro, pelo contrário, procura atrair o maior número de cooperados para aumentar sua escala e aumentar seu poder de barganha frente aos produtores, aumentando também sua competitividade e sua ocupação em um espaço disputado por outras empresas capitalistas. Uma potencialidade da publicidade cooperativista de consumo é contribuir para ensinar à população um pouco de economia política na prática, pois ao entender que faz parte de uma cooperativa de consumo, a pessoa toma consciência que é controladora de uma atividade que hoje, em sua esmagadora maioria, está nas mãos dos capitalistas. Pedagogicamente, esse entendimento das relações sociais por parte da população pode ser estendido para além dos meios de distribuição, incluindo também os meios de produção, transporte, lazer, entre outros que hoje estão sendo cada vez mais utilizados para a dinâmica da acumulação capitalista frente às políticas neoliberais. A luta contra a alienação da população em relação às relações sociais a que é submetida, tem nas cooperativas de consumo uma possível instrumentação pedagógica, pois o cooperativismo de consumo pode apresentar resultados locais imediatos partindo de uma microescala.

Qual o grau de insurgência da publicidade realizada nas redes sociais da Coop? Analisamos um ano inteiro de postagens – 14/07/2022 até 13/07/2023 - da Coop em sua rede social mais significativa, o Instagram. Dividimos as postagens em cinco grupos diferentes: propaganda de preços; informativos não institucionais para cooperados, por exemplo falando de como as pessoas devem proteger a pele no verão, quais alimentos são saudáveis ou ainda receitas de bolos e comidas em geral; Informativos institucionais, por exemplo, as ações da Coop relacionadas aos seus programas sociais ou informando sobre aberturas de novas unidades e seu funcionamento; Instruções sobre o cooperativismo de consumo, por exemplo, comemorando o dia do cooperado ou falando sobre as sobras, mas sem caráter

crítico e muito mais como um *cashback* do que explicando seu caráter de inflexão; publicações expressivas sobre a inflexão espacial da Coop, que deveriam constar sobre a demonstração de quem são os verdadeiros controladores da Coop, comparando a Cooperativa com as empresas capitalistas. A figura abaixo demonstra a quantidade de publicações de cada um dos grupos listados acima.

Gráfico 1: Publicações da Coop no Instagram



Fonte: Elaboração própria⁵⁵

Figura 17: Publicação do grupo: "Instruções sobre o cooperativismo de consumo"



⁵⁵ Gráfico elaborado pelo autor a partir das publicações da Coop no Instagram. COOP. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/coopbrasil/>. Acesso em 26 maio 2024.

Fonte: Instagram da Coop, 2023⁵⁶.

Nenhuma das publicações evidenciou o caráter de inflexão da Coop que poderia ter sido demonstrado, ainda que de forma incompleta e limitada, com a simples informação de que os cooperados são os donos da Coop e que a Cooperativa não contribui para a acumulação de capital por parte de alguns sócios. Essas postagens demonstram o quão pouco insurgente representa o símbolo da Coop tanto na paisagem da cidade como nas redes sociais.

Figura 18: Símbolo da Coop



Fonte: Portal Coop.

Figura 19: Símbolo da Coop na cidade de São Bernardo

⁵⁶ COOP. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/coopbrasil/> Acesso em 26 maio 2024.



Fonte: ABC Agora, 2024⁵⁷.

A representação da Coop nesse aspecto passa apenas por uma rede de varejo que briga para oferecer os melhores serviços para seus cooperados e clientes. A preocupação maior da Coop é de expansão frente aos concorrentes capitalistas. Para que o símbolo da Coop seja também um símbolo de insurgência, é necessário ampla divulgação do que representa o cooperativismo em seu caráter de inflexão e uma educação cooperativista muito mais agressiva do que a que temos hoje.

4.2.3 A Coop e a “refuncionalização/reestruturação do espaço material”

Em terceiro, identificamos a “refuncionalização/reestruturação do espaço material” que significa a:

adaptação do substrato material a novas necessidades. O espaço material precisa ser adaptado a novas funções no transcurso da manutenção duradoura de territórios dissidentes; quase axiomáticamente, práticas espaciais insurgentes não podem ser exercidas no mesmo ambiente espacial criado pelas práticas espaciais heterônomas. Às vezes essa adaptação pode ser alcançada através de intervenções físicas mínimas, utilizando-se espaços preexistentes de uma maneira nova e criativa (*refuncionalização* de formas espaciais); às vezes o espaço material preexistente necessita ser reconstruído ou fortemente modificado (*reestruturação* do espaço material) (SOUZA, 2017, p. 406).

⁵⁹ Disponível em: <https://www.abcagora.com.br/unidade-coop-de-sao-bernardo-ganha-nova-identidade-visual/>. Acesso em: 08 maio 2024.

Quando falamos em refuncionalização na Geografia, usualmente nos referimos à função em relação à forma (SANTOS, 2008; CORRÊA, 2018). Posso manter a forma da fábrica, mas refuncionaliza-la como um *Shopping center* ou um supermercado. A função aqui está associada a atividade cumprida por determinado objeto, mesmo que não tenha relação direta com as forças produtivas, ou seja, aquelas que transformam a natureza em algum novo produto, ou produtos em produtos, mas que podem se aplicar na distribuição, transporte etc.

Mas há, como visto anteriormente, uma estrutura da economia composta pelo conjunto das relações sociais de produção que não se confunde com as forças produtivas. Acreditamos que a função de uma determinada forma pode ocorrer em camadas. Uma primeira camada seria composta pela função da atividade visível do objeto, um supermercado que comercializa alimentos, uma fábrica que produz carros ou mesmo um cinema. Essas são funções tais como podemos ver de forma direta e superficial – sem depreciação na palavra-. Quando aprofundamos a função, entramos nas relações sociais de produção, ou seja, uma função subterrânea responsável pelo tipo de acumulação do trabalho excedente atribuída a determinado objeto geográfico, podendo ser um entesouramento feudal, uma acumulação capitalista ou uma distribuição cooperativista, por exemplo.

Um supermercado cuja dinâmica seja de acumulação capitalista, apresenta uma função visível e uma função subterrânea a partir de suas relações sociais, no caso, improdutivas, pois tem a dupla função de distribuir produtos ao mesmo tempo em que acumula capital. Assim como a função pode ser mudada independente da forma, também podemos manter a forma e a função visível, mudando a função subterrânea que exprime a relação social do objeto. Isso ocorre, por exemplo, quando há a troca de um supermercado capitalista para uma cooperativa de consumo, pois a forma e a função visível de distribuição de produtos são preservadas, mas as relações sociais predominantes, logo, sua função subterrânea, é modificada de uma acumulação capitalista para uma distribuição cooperativista do espaço.

Em 2024, a Coop adquiriu do grupo Pão de Açúcar um espaço onde antes funcionava uma unidade do supermercado “Extra”. A partir do momento em que a unidade da Coop inicia seu funcionamento, a função de distribuição no varejo continuará a existir com pequenas modificações operacionais e de modelo, mas sem mudar a estrutura de distribuição varejista. Porém, as relações sociais serão modificadas pela função subterrânea da Coop que acumula capital nas mãos dos sócios, mas o redistribui para a comunidade e seus cooperados/trabalhadores. Um processo parecido ocorre no Rio de Janeiro quando o Grupo Pão de Açúcar passa a atuar com o mercado Extra no que anteriormente era o prédio onde funcionou por décadas uma fábrica têxtil. A função visível da construção mudou da indústria

para o varejo, mas a função subterrânea não, pois continua participando de uma acumulação do capital pela classe capitalista, diferenciando apenas a facção do capital que acumula o trabalho excedente, sendo a primeira diretamente do trabalhador fabril e a segunda – varejo – a partir da absorção que faz do setor produtivo. Em 2023, a mesma forma da fábrica passa a ser do ASSAÍ, mas mantendo a função subterrânea de acumulação do capital.

Figura 20: Antiga fábrica têxtil com nova função varejista



Fonte: Assaí, 2024⁵⁸

Esses são exemplos de como classificamos a função visível e a função subterrânea em que a Coop pode atuar. As duas funções são complementares, pois enquanto a função visível distribui produtos essenciais para a população, a função subterrânea faz com que essa distribuição cooperativista mantenha um nível de insurgência justamente por confrontar a acumulação de capital.

⁶⁰ ⁵⁸ Assaí. **LinkedIn**. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/assaiatacadista/> Acesso em: 24 maio 2024.

4.2.4 A Coop e a “Ressignificação de lugares”

Uma quarta prática é a “Ressignificação de lugares” e que Souza (2017, p. 406) classifica como “a cultura, o simbolismo e o discurso na qualidade de “campo de batalha”. Acreditamos que essas seis práticas não ocorrem de forma isolada, mas se complementam, fazendo com que o aumento de algumas delas, reforcem outras. Quando reforçamos uma educação cooperativista de consumo, aumentamos automaticamente a capacidade simbólica insurgente da Coop no espaço. O discurso cooperativista através da prática e dos ensinamentos estão presentes em diversos níveis nos espaços controlados pela Coop, porém os mecanismos e estratégias que a Coop apresenta para conscientização da população em relação às mudanças que o cooperativismo de consumo pode promover parecem subutilizadas, como observado acima ao demonstrar a fragilidade insurgente no símbolo da Coop, que não representa nada mais que um supermercado para a maioria da população. Apesar dessas estratégias capitalistas, como as publicações de caráter comercial nas redes sociais, serem necessárias para a Cooperativa ser competitiva e continuar existindo, a quase ausência do princípio transformador do cooperativismo de consumo demonstra um grande potencial que ainda pode ser utilizado.

Uma das atuações da Coop é por um programa realizado chamado “Escola vai à Coop”. Esse programa foi paralisado durante a pandemia e contava com a visita de escolas em seus diversos segmentos de ensino à Coop para aprender sobre cooperativismo e sobre consumo sustentável. Em entrevista ao autor, a responsável pelo núcleo de responsabilidade social e comunicação da Coop define o programa da seguinte forma:

a gente trabalhava com escolas de ensino fundamental 1 e 2. Algumas vezes éramos procurados por escolas de ensino médio, muitas vezes até para falar sobre ensinos técnicos. Então, quando era algo muito específico, a gente tinha que se organizar de uma forma diferenciada do que a gente estava acostumado a tratar. Nós tínhamos uma empresa parceira. Era uma pedagoga, já bem direcionada para falar de cooperativismo de uma forma muito lúdica. E o objetivo desse programa era a questão de levar para essas crianças de escolas públicas e particulares, ensino sobre consumo consciente. Então, por sermos uma cooperativa, varejo e uma das nossas maiores dores seja a questão do consumo, a gente falava muito sobre consumo consciente. E tinha um objetivo também de ter aí o cooperado do futuro, de pensar no futuro, cooperar. Porque a gente onde a gente está, a gente tem um vínculo emocional muito grande com a comunidade, principalmente aqui a região do ABC. A Coop ela nasceu no ABC. Então, as pessoas que a gente conversa, que você vai em algum lugar e fala, “Ah, eu sou da Coop”, é tão bacana, é tão interessante,

porque as pessoas vão falar isso, “Ah, eu tinha um vínculo com a Coop. Eu conheci a COOP. Eu ia quando eu era criança”. Então a ideia é de perpetuar isso mesmo. Então, as escolas, elas se inscreviam e a gente tinha essa empresa parceira que fazia isso para a gente no começo. Foi um programa que ele começou lá em 2002. No começo ela fazia essa prospecção, ela ligava para as escolas, explicava como funcionava o programa e a partir de um momento, acho que em 2010, ela já tinha essa busca muito voluntária das escolas, porque a mesma escola ia com diversos grupos. Ela ia em um ano com o grupo do primeiro ano. Esse primeiro ano já estava no segundo ano e no ano seguinte ela se inscrevia novamente com várias turmas, então ela passou a ser muito procurada. A própria empresa parceira, ela não, não precisava mais fazer essa prospecção. Inclusive em Santo André, essa empresa parceira comentou com a gente que já estava no calendário escolar a visita do programa “Escola vai à Coop”. Foi algo bem interessante. A gente tinha aí uma média bem importante de alunos visitando mensalmente a cooperativa. Ela fazia uma primeira parte com os alunos em sala de aula, de uma forma lúdica, que era na nossa sala de palestras. E aí ela contava um pouquinho da história da Cooperativa, então ela trazia, “Olha, lá em 1954, 292 colaboradores do grupo Rhodia se reuniram para formar uma cooperativa, porque aqui a gente tinha muita dificuldade de fazer compras”. Então ela contava de uma forma muito lúdica para essas crianças, de como funcionava o sistema cooperativista. E depois eles faziam um passeio pelos corredores, pelos bastidores. Passava na padaria, ela falava muito sobre saúde e segurança, assim como no açougue. Da importância da utilização dos EPIS [Equipamentos de Proteção Individual]. De como os alimentos eram feitos com toda a saúde, com toda a questão de segurança de alimentos para ir até a mesa delas, do cuidado de exposição, enfim. Adequando aí para a idade e a capacidade de assimilação de acordo com cada ano escolar (BENTEO, 2023).

A empresa contratada ficava à frente do processo prático, porém todo o conteúdo e objetivos do programa eram realizados pela Cooperativa que tinha o retorno da pedagoga no dia a dia. O material de apoio também era feito pela Coop e entregue para os visitantes. A cartilha utilizada foi feita por um ilustrador especialista em gibi que colocou o fundador Milton Ferriani, entrevistado por nós para a elaboração dessa tese, como o personagem principal. Em maio de 2018 a Coop recebeu por esse programa um total de 1500 alunos com 18 escolas participando, sendo 9 privadas e 9 públicas (BENTEO, 2023).

A Cooperativa nos enviou a cartilha e analisamos a partir da perspectiva da pesquisa. O material conta a história da cooperativa de forma resumida para crianças. Demonstrem desde a formação histórica com os funcionários da Rhodia até momentos em ocorre a abertura da Coop para não funcionários. Apesar de em nenhum momento falar que a Cooperativa afrontava a acumulação de capital, fala diversas vezes da questão de todos serem os donos, o que já é um caminho para discussões da inflexão espacial. Além disso, de forma tímida, também falam sobre consumo consciente, indicando a necessidade de comprarmos apenas o que precisamos e a qualidade do que compramos. Abaixo retiramos as partes mais importantes

da cartilha que conta com 12 páginas no total.

Figura 21: Partes da cartilha oferecida para as crianças no programa "Escola vai à Coop"



Fonte: NASCIMENTO, 2023⁵⁹

Questionamos à entrevistada como a Cooperativa percebia os efeitos que essas visitas traziam aos alunos em relação ao cooperativismo de consumo e à Coop, recebendo enquanto resposta as seguintes considerações:

esse mapeamento a gente realmente perdeu. Era algo, um ponto de melhoria inclusive no projeto que foi até o que nos fez pensar sobre essas questões de, “de que forma continuar?”. A gente conseguia reverberar

⁵⁹ ⁶¹ Charge enviada por e-mail pela Coop. NASCIMENTO, João Alexandre Miron. Material para Pesquisa. Charge: Cartilha da “Escola vai à Coop”. E-mail enviado para ANDRADA, Anderson Francisco de. 07 jun. 2023.

bem as questões do cooperativismo, mas a gente não tinha um acompanhamento depois. Se isso era trabalhado em sala de aula, se não era. Então acho que uma das nossas grandes missões agora para um reprojeto desse trabalho é realmente esse acompanhamento. É ter uma questão de menos quantidade, menos escolas participando, mas entender de que forma que a gente consegue dar continuidade falando de cooperativismo para as escolas. Talvez pensando num projeto a ser desenvolvido em sala de aula, de que forma que o cooperativismo pode contribuir aí com o dia a dia escolar deles. Então é algo que a gente está ainda tentando materializar de que forma que a gente traz esse reprojeto e que a gente já tente acompanhar, consiga acompanhar de uma forma mais início, meio e fim, e não apenas como a gente entendia, como um passeio. Ele ia lá, ele fazia uma pequena excursão, entendia de cooperativismo, mas era algo tão rápido que talvez ele não conseguisse assimilar. E aí uma das nossas ideias, isso muito embrionário ainda, é até ter uma participação do professor no antes, uma participação do professor no depois. É ter uma questão mais voltada também para primeiro emprego. Atrair um público, numa faixa etária já mais velha. Um público de ensino médio. Enfim, a gente está ainda com esse turbilhão de ideias em um reprojeto bem embrionário, porque o que mais pegou para a gente foi exatamente o que você falou, esse acompanhamento no pós. O que que isso, ele tinha de legado? O que que ele deixava de legado para essas crianças? (BENTEO, 2023).

Além dos alunos, acreditamos que os professores deveriam ter um programa próprio, principalmente os de humanas. Entender nas aulas de Geografia o cooperativismo de consumo, principalmente em conteúdos em que se discute a formação social capitalista é fundamental para que essa visão seja passada para entendimento dos alunos para além do debate “capitalismo x socialismo”. A região do ABC está diretamente ligada à Coop e entender essa formação e evolução das cidades locais, relacionando-a com a Coop, é um bom conteúdo a ser usado pelos professores de história.

Questionamos também qual era a atuação da Coop dentro das universidades que para nós representa um ponto importante de demonstração da dinâmica da Coop como ponto de inflexão na área mais acadêmica, “mas a gente ir até a universidade contar um pouco do que é o cooperativismo de consumo, realmente não. Não teve essa troca ainda. Isso realmente é bem importante. mas não existe”. Ainda sobre a questão acadêmica, perguntamos se havia na parte educacional algo que falasse sobre Charles Gide, uma das referências acadêmicas dessa tese, mas a entrevistada não tinha conhecimento sobre o autor.

Apesar da entrevistada não ter conhecimento de Charles Gide, um autor que acreditava no cooperativismo de consumo como prática revolucionária e insurgente, Marcio Valle, ex- CEO da Coop, tinha conhecimento do autor e o classificou da seguinte forma:

o Charles Gide, o Robert Owen, que foi o primeiro e mais famoso disso, já ainda no século XVIII, realmente, a gente chamava de utópico. É

porque eles tinham essa utopia e para o ambiente, para o momento deles, fazia sentido, porque você não tinha esse negócio, o negócio da terceirização tão desenvolvido. E o aspecto tecnológico, normativo, e realmente isso veio mudando. Com a concorrência hoje você tem que buscar qual é o objetivo da cooperativa, né? (VALLE, 2024).

Outro programa educacional da Coop é o “Ciclo de Palestras” em que a comunidade vai até a Coop para uma série de cursos que potencializam suas chances de obter renda.

É o outro programa que a gente conduziu até a época da pandemia, até 2020. Ele tinha como objetivo um relacionamento com essa comunidade. Então, cooperados e não cooperados podiam participar. Não só cooperados poderiam participar. E a gente levava para eles palestras, mas mais situações do dia a dia. Palestras de culinária, palestras de artesanato, que estavam mais aderentes ao nosso negócio. Então é o como chama o *Education Retail*, que é não trazer só o varejo, mas é o como fazer. Então trazer uma receita de algum dos produtos que a gente tem lá. A gente tinha aí várias palestras acontecendo nas unidades todos os meses. Eram palestras sobre culinária e artesanato, que atraía em torno de 900 cooperados únicos por mês a participarem. Eles participavam algumas vezes de palestras diferentes, participavam de uma palestra numa unidade, em outra palestra em outra unidade da cooperativa, então era algo bem interessante, mas que a gente precisava também ter uma reformulação para entender. Se a gente ia mais para o lado do empreendedorismo, de que forma que a gente vai atuar? Que tem um objetivo bem interessante, porque não é só a questão do aprender uma receita, mas tinha toda uma questão de socialização. Então você tem impacto em autoestima, você tem impacto em diferentes frentes aí pra essas mulheres. Mas de que forma a gente acompanha o depois? A gente teve empreendedoras? A gente teve mulheres que utilizaram os conhecimentos pra fazer um bolo e vender? De que forma que a gente pode contribuir ainda mais de não só explicar que com a farinha e com ovo que a gente vende lá ela pode fazer um bolo, mas de que forma que a gente pode trazer conhecimento para que ela fale também o quanto vai custar, o quanto ela pode vender esse produto, para contribuir mais com essa questão de empreendedorismo. E não só na questão do “Ah, eu vou lá fazer uma receita pela receita” (BENTEO, 2023).

Esse programa apresenta uma preocupação com a comunidade que vai de gerar renda até uma questão ocupacional. É importante, como ocorrem dentro da Coop, não deixar que as palestras sejam completamente neutras em relação ao que é ensinado. Essas palestras podem ser embutidas com demonstrações do que é a Coop e como a Coop atua em graus de inflação. Demonstrando inclusive que os cursos ministrados em prol da comunidade são pagos com o dinheiro que em outras empresas, seriam acumulados nas mãos de sócios capitalistas que nem no ABCD moram.

Todas essas práticas da Coop são potencialmente insurgentes, mas hoje apresentam um caráter até importante para a sociedade, mas estão pouco engajados em demonstrar como a

Coop é um ponto de inflexão espacial cooperativista, portanto ressignificar esses lugares como insurgentes do ponto de vista da forma social vigente ainda está muito distante da realidade da Coop, realidade que dificilmente irá mudar caso aqueles que querem uma posição mais transformadora da Coop não se mobilizem para modificação da Cooperativa que está muito mais preocupada em aspectos técnicos de seu crescimento, necessário para sua sobrevivência.

4.2.5 A Coop e a “construção de circuitos econômicos alternativos”

A quinta prática se refere a “construção de circuitos econômicos alternativo s”, aproximando-se intimamente das cooperativas de consumo a partir do “desenvolvimento de alternativa mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas (emprego assalariado, hierarquia de rendimentos etc.) no que se refere à geração de renda, à produção, à comercialização e ao consumo” (SOUZA, 2017, p. 406). Apesar de não citar as cooperativas de consumo, que apresentam significativa presença no espaço, tal como a Coop, Souza descreve uma boa parte de suas práticas. Além disso, Souza continua a demonstrar insatisfação com as cooperativas de produção que mantêm, quase como uma necessidade, os rendimentos hierarquizados.

Já falamos exaustivamente sobre a função visível e subterrânea da Coop e seu ponto de inflexão espacial cooperativista que, para nós, preenche os quesitos circuitos econômicos alternativos como prática insurgente. Mas aqui, existe um ponto sensível, o trabalho assalariado. Criticado por Singer, que o colocou como fator de distanciamento da economia solidária, também foi um dos principais alvos dos que criticam as cooperativas de consumo como simples adendo ao sistema capitalista. Acreditamos que a relação social das cooperativas de consumo com seus trabalhadores apresenta dinâmica diferente do assalariamento das empresas capitalistas, principalmente pela tripla qualidade de seu trabalhador que é de funcionário - consumidor-dono.

Historicamente, o cooperativismo de consumo envolve muitos episódios de conflitos entre cooperativas de consumo e trabalhadores. Muitas vezes envolvendo trabalhadores de fábricas que eram controladas pela C.W.S., mas que na prática, mantém o mesmo impasse dos próprios trabalhadores que atuam diretamente na parte comercial das cooperativas de consumo, por exemplo, os estoquistas e caixas. Quem deveria ter o controle da Coop, seus trabalhadores ou seus consumidores? Demonstramos alguns desses

conflitos abaixo.

Em 1868, o forte crescimento da C.W.S. proporcionou a construção de um grande armazém na Balloon Street, Manchester, e o início da empreitada na construção de fábricas próprias em 1872 (COLE, 1944, p. 167-168). No mesmo período, se lançou um dos maiores desacordos dentro da C.W.S. quando os que defendiam a produção cooperativista pressionaram a C.W.S. a conceder uma bonificação para os funcionários das fábricas a partir dos ganhos da Cooperativa (COLE, 1944, p. 168). O que era uma pressão sobre os funcionários das fábricas pertencentes a C.W.S., logo transbordou para os trabalhadores da distribuição, influenciando trabalhadores de várias cooperativas de consumo distribuídas pelo Reino Unido que agora, exigiam sua bonificação, sendo contrariados pelos consumidores cooperados (COLE, 1944, p.168).

A disputa entre trabalhadores e consumidores, demonstra a fragilidade da produção frente ao consumo, já que quando a gestão do empreendimento fica controlada pelos poucos produtores que exigem sua própria bonificação, os princípios democráticos enfraquecem, pois um determinado espaço geográfico fica sob controle de poucas pessoas em detrimento dos milhões de consumidores. Para os defensores do cooperativismo de consumo, o correto era realizar pagamentos justos aos trabalhadores como forma de garantir a estabilidade para esse empregado, já que dependendo da produtividade da cooperativa, poderia ocorrer uma oscilação que colocaria a subsistência desses trabalhadores em risco. Isso ocorre porque os impactos de crises que atingem diretamente as fábricas que atuam dentro da forma social capitalista, podem ser redistribuídos entre milhões de consumidores, mas caso estejam nas mãos de um pequeno grupo de trabalhadores, os atinge diretamente. Além disso, os ganhos dos trabalhadores deveriam ser estabelecidos em um consenso da comunidade, partindo da comunidade para o particular, e não ao contrário.

Também se faz necessário pontuar que os termos salários e empregados passam a ter uma conotação completamente diferente quando usados sob a égide do capitalismo em relação ao cooperativismo de consumo. No primeiro caso, existe uma acumulação do capital restrita a poucos proprietários do espaço e dos meios de produção, enquanto nas cooperativas de consumo temos um processo diferente, pois o valor de uso é o mais importante, não havendo acumulação na cooperativa, mas sim uma redistribuição voltada para a expansão de melhores serviços para os próprios cooperados e pelo adensamento do espaço geográfico, quer seja pela aquisição de novas lojas, ou pela apropriação cooperativista de terras e fábricas.

Além disso, todas as pessoas podem participar da cooperativa de

consumo, diferenciando-se das empresas capitalistas ou cooperativas de produção que fecham seus círculos para novos associados dependendo de seus interesses ou limites técnicos, fazendo com que a filiação ao cooperativismo de consumo se aproprie de uma grande quantidade de espaço geográfico, controlando seus objetos e ditando certas ações.

É razoável que trabalhadores não alienados em relação ao capital, sejam eles fabris ou de qualquer outro ramo que envolva uma dinâmica de acumulação capitalista, queiram não entregar o produto de sua força de trabalho ao capitalista. Entretanto, quando se trata de uma produção ligada ao cooperativismo de consumo, não existe uma acumulação capitalista por parte de um pequeno grupo, mas sim uma distribuição cooperativista que reparte os produtos por toda a comunidade cooperativa e tem como consequência aumentar a distribuição cooperativista do espaço.

Ainda na discussão histórica, mas também didática, muitas discussões ocorreram para estabelecer o valor do bônus dado ao trabalhador, com muitas insatisfações dos dois lados. Em determinado momento, passou-se a cogitar uma separação entre a C.W.S. e suas fábricas, que seriam independentes, mas continuariam sendo suas parceiras. Além disso, a C.W.S. poderia nomear os gerentes e continuar financiando as fábricas, porém, dividindo os resultados igualmente com os trabalhadores. Em 1874, o comitê da C.W.S. recusou a proposta, encerrando o bônus em 1875, o que provocou grandes protestos. Mesmo a vantagem que os trabalhadores tinha na compra mais barata do atacado foi cortada como forma de acabar com qualquer privilégio (REDFERN, 1913). Percy Redfern acreditava que essa questão do bônus era muito mais uma reivindicação de alguns homens de classe média incendiados por ideais trabalhistas do que realmente um pleito dos trabalhadores da C.W.S.

Concordamos com Redfern (1913), acreditando que o controle das fábricas ou mesmo das unidades de varejo, seja da Coop ou da antiga C.W.S e seus ganhos, não podem ficar nas mãos de um punhado de trabalhadores que se apropriariam das forças produtivas e das riquezas produzidas, em detrimento dos milhões de consumidores que buscam o valor de uso do espaço. Assim afirma Redfern sobre o conflito entre trabalhadores da produção e sociedades de consumo:

eles acreditavam sinceramente que, ao negar a "participação" e a "coparceira", o Atacado estava recaindo no capitalismo de ações conjuntas. Na realidade, o caso foi precisamente o oposto. Em toda a sociedade, sob o capitalismo, há uma divisão entre uma minoria numérica de proprietários, com seus amigos e dependentes, e uma maioria numérica de trabalhadores; e há também outra divisão que coexiste entre os interesses antagônicos do capital e do trabalho e o interesse do público como consumidor universal. Aceitar essas divisões propondo apenas uma parceria formal dos três interesses é, na verdade,

perpetuar o capitalismo. O que precisamos, tanto no interesse do trabalho quanto no da sociedade, é o fim dessa divisão absoluta. Quando o capital se tornar o servidor do público e o trabalho se tornar um serviço público, empreendido pelos cidadãos para satisfazer as necessidades comuns, então as atuais guerras civis econômicas cessarão, pois o capitalista e o trabalhador se fundirão no cidadão, e os interesses econômicos da sociedade estarão unidos. De um estado tão completo, a comunidade voluntária e limitada das lojas cooperativas e da Sociedade Atacadista, sem dúvida, está distante; no entanto, é no mesmo princípio amplo que se baseia o movimento de lojas. Os cooperadores se unem para suprir as necessidades comuns; seu capital coletivo torna-se coletivamente seu servidor, trabalha em seu nome um serviço público e lucra com um retorno justo por lealdade, retribuindo por meio de dividendos nas compras a quem mais precisa. Tudo está unificado no cooperador. Assim, se ele é membro da comunidade cooperativa sempre aberta, o trabalhador de uma fábrica cooperativa já está em plena sociedade; e se ele não for um membro, então por sua própria escolha ele está fora do corpo cooperativo e não tem nenhum direito especial sobre ele. Salário pelo trabalho do qual ninguém se envergonha, juros estritamente limitados sobre ações que não podem ser valorizadas, e tudo o mais para o cooperador que é ele próprio consumidor e capitalista e, na medida do possível, também trabalhador, esses são os princípios do movimento decooperativismo de consumo. Quando a justiça deles é compreendida, as reivindicações de co-parceria e participação nos lucros tornam-se irrelevantes, assim como seria absurdo se os membros da Câmara dos Comuns propusessem uma co-parceria com a nação, e um compartilhamento entre membros, mantenedores e contribuintes de qualquer excedente receita nacional. Nos últimos anos, tudo isso foi percebido com bastante clareza, mas no auge da agitação do bônus os oponentes não tinham objeções teóricas a oferecer. Os eloquentes defensores da 'participação' fizeram tudo à sua maneira; e os cooperadores foram levados a sentir que deveriam pagar bônus ou ter vergonha de si mesmos (REDFERN, 1913, p. 81-82)⁶⁰.

⁶⁰Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *they believed sincerely that in denying "participation" and "copartnership" the Wholesale was relapsing into joint-stock capitalism. In reality the case was precisely opposite. Throughout society, under capitalism, there is a division between a numerical minority of owners, with their friends and dependents, and a numerical majority of workers; and there is also another Division co-existing between the antagonistic interests of capital and labour and the interest of the public as the universal consumer. To accept these divisions by proposing merely a formal partnership of the three interests is in effect to perpetuate capitalism. What we need, in the interests alike of labour and society, is an end to this absolute division. When capital becomes the servant of the public, and labour becomes a public service, undertaken by citizens to satisfy common needs, then the present economic civil wars will cease, for the capitalist and the worker will be merged in the citizen, and the economic interests of society will be united. From such a complete state the voluntary and limited community of the co-operative stores and the Wholesale Society, no doubt, is distant; nevertheless, it is on the same broad principle that the store movement rests. Co-operators come together to supply their common needs; their collective capital becomes collectively their servant, work on their behalf a civil service, and profit a just return for loyalty, going back through dividend on purchases to those who need it most. All is unified in the co operator. Thus, if he is a member of the ever-open co-operative community, the worker in a co operative factory already is in full partnership; and if he is not a member, then of his own choice he is outside the co-operative body and has no special claim upon it. Wages for labour of which none are ashamed, a strictly limited interest on shares that cannot appreciate, and everything else to the co operator who himself is consumer and capitalist, and, as far as possible, worker also these are the principles of the store movement. When the justice of them is understood the claims of copartnership and profit-sharing become irrelevant, just as it would be absurd if members of the House of Commons proposed copartnership with the*

Apesar das discussões e conflitos, as fábricas obtiveram sucesso durante os anos seguintes e em meados de 1880 passaram a ter sobras significativas o que, de certa forma, significava que os preços repassados para as sociedades cooperativas de varejo poderiam ter sido menores do que os praticados, porém, caso isso ocorresse, não teriam poder de capitalização para se expandir. No fim das contas, todo capital cooperativo, sendo ele eficiente, permanece na comunidade cooperativa que, a depender da estratégia e das condições vigentes, pode fazê-lo transitar entre as várias atividades da cooperativa (REDFERN, 1913, p. 169).

Trabalhadores assalariados capitalistas são despossuídos da materialidade em que trabalham. Seus salários são pagos pelos capitalistas como compra de mais uma mercadoria que é a força de trabalho, devendo respeitar as leis de mercado e as leis estabelecidas pelo Estado, gerando a mais-valia. O trabalho nas cooperativas de consumo segue a mesma dinâmica legal de contratação da força de trabalho, mas se diferenciam do trabalho assalariado capitalista, pois ao mesmo tempo que são trabalhadores, também são proprietários e consumidores. Essa tripla qualidade é determinante para que o trabalho nas cooperativas de consumo seja diferente do assalariado nas empresas capitalistas, mesmo que juridicamente se comportem de forma semelhante.

No primeiro caso, o trabalhador da cooperativa de consumo também é um cooperado, portanto, controlador da materialidade espacial em que trabalha, pois tem voz direta nas decisões da cooperativa através do poder de voto em igualdade a qualquer outro que ali faça parte. Não se pode fechar os olhos para a proporcionalidade entre o número de trabalhadores das cooperativas de consumo e o número de cooperados. Na COOP, a proporção é de 6.007 trabalhadores para 949.386 cooperados ativos em 2022 (COOP, 2023), fazendo com que em uma eventual disputa entre aumento de salários e diminuição dos preços para os cooperados, os últimos prevaleçam. Porém, como já observado no capítulo anterior, cooperativas de consumo criam melhores condições de trabalho para seus funcionários quando comparada aos seus concorrentes capitalistas.

Em um dos casos em que o trabalhador não mantinha a tripla qualidade de trabalhador - consumidor-dono, foi amplamente criticado por Holyoake quando a internacionalização da C.W.S. ganhou força na América. O comitê da Sociedade Atacadista aprovou a compra

nation, and a sharing between members, fundholders, and taxpayers of any surplus national revenue. During recent years all this has been perceived clearly enough, but in the heyday of the bonus agitation the opponents had no theoretical objections to offer. The eloquent champions of "participation" had it all their own way; and co-operators were led to feel that they ought to pay bonus or be ashamed of themselves.

de algumas fábricas de queijo no novo continente para garantir a qualidade do produto. Essa estratégia teve grande oposição por parte de Holyoake que, em 1887, argumentava uma contradição do cooperativismo ao explorar os trabalhadores americanos sem lhes dar participação nas cooperativas e sem oferecer para eles as vantagens de serem consumidos dentro da grande malha cooperativa formada na Inglaterra. Para Holyoake, o que se via era uma exploração dos trabalhadores americanos pelos consumidores ingleses, sendo o argumento suficiente para suspender o projeto (REDFERN, 1913, p. 180).

Ao entrevistarmos uma das funcionárias dos recursos humanos da Coop, foi nos passado que durante anos a Coop pagava aos seus funcionários muito acima do mercado (aproximadamente 40%), mas que com o passar do tempo e a chegada da concorrência, os salários dos trabalhadores da Coop não mudam muito dos outros trabalhadores do varejo da região, o que foi confirmado por Montes em nossa entrevista (MONTES, 2024).

Questionamos também a um dos líderes operacionais, como ele percebia as condições de trabalho na Coop e o porquê de ter uma elevada taxa de rotatividade, ao que ele responde que:

cara, é uma empresa que ela preza muito pela pessoa que quer trabalhar. Se você for um cara assíduo, se for um cara que esteja ali nas normas de colaborador, ela dá bastante oportunidade. É porque hoje em dia está assim. Os colaboradores estão um pouco assim, não sei é essa geração nova por conta que muitos não querem ficar porque mercado é uma rotina muito cansativa, você sabe que o pessoal que entra fica no horário da noite. Aí, nem todo pessoal que tem aquela força de vontade, né? Aí acaba desanimando, aí acaba pedindo para sair (ENTREVISTADO 2, 2023)⁶¹.

Ao mesmo tempo, uma expansão da cooperativa para atividades diversificadas através de sua verticalização e horizontalização faz com que cada vez mais os cooperados transformem-se em trabalhadores. O trabalhador das cooperativas de consumo vende sua força de trabalho para a comunidade cooperativista, incluindo ele mesmo na condição de consumidor/do no, fazendo com que o excedente de trabalho seja incorporado na própria comunidade cooperativa de consumo.

Às vezes aparece nos jornais e nos meios de comunicação: “COOP faz determinada ação.” Não. Não é a COOP. São os cooperados que estão fazendo. É a própria comunidade que está fazendo nesse círculo virtuoso de realimentar o que a comunidade oferece e recebe de volta em melhoria de qualidade de vida da própria comunidade, em redução da criminalidade. Onde as pessoas passam a ter uma condição melhor de trabalho, ou pelo menos de subsistência. O objetivo de uma cooperativa é fortalecer e gerar desenvolvimento para a comunidade onde ela está inserida. [...] A beleza do cooperativismo é essa. É uma operação

⁶¹ O funcionário não quis ser identificado.

econômica e, portanto, exige dos seus profissionais toda a competência, todo o empenho, toda a dedicação. Mas o resultado disso não é o lucro que vai para um acionista que pode inclusive estar fora do país, longe daquela comunidade. O resultado volta para aquela comunidade. Volta para esse mesmo dirigente, que inclusive pertence a essa comunidade, melhorando a vida de todos, essa é a grande beleza, a roda do cooperativismo [de consumo], os juntos somos mais fortes. Quanto mais ela gira, mais ela gera desenvolvimento e bem-estar para as comunidades onde nós estamos (VALLE, 2021b).

Não há hierarquização entre os cooperados do cooperativismo de consumo, mas há entre os trabalhadores das cooperativas de produção, consequência essa do mercado e que ainda continua existindo como necessidade de sobrevivência e de competitividade. Isso pôde ser observado anteriormente na discussão de Souza (2017) com Singer (2002), em que idealismo e realismo entram em conflito. A visão libertária de igualdade salarial não pôde ser implantada de imediato pelo próprio realismo já citado, fazendo com que as cooperativas de consumo pós- Rochdale se diferenciem do isolacionismo das Aldeias Cooperativas Owenistas ou Falanstérios de Fourier (GIDE, 1913). A realidade para as cooperativas de consumo ainda não pode contar com tamanha justiça social imaginada por Souza (2017).

Ainda existe aqui uma outra questão em relação aos salários pagos e a mais-valia. Caso os integrantes do Conselho de Administração, eleitos em Assembleia, ganhem muito mais do que outros Conselhos de empresas capitalistas concorrentes do entorno, podemos dizer que uma parcela da mais-valia não está sendo redistribuída para os trabalhadores da comunidade na forma de cooperados/consumidores, mas sim apropriadas por esses integrantes. A Coop, pelo seu estatuto, obriga nas Assembleias Ordinárias, a qual não tivemos acesso, a informar o valor global pago ao Conselho de Administração durante o ano.

4.2.6 A Coop e a “construção de redes espaciais”

A sexta e última prática é a:

construção de “redes espaciais” como estratégias multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes, o que permite que sejam alcançadas sinergias em matérias de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência, de solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários locais (SOUZA, 2017, p. 406-407).

A história das cooperativas de consumo demonstra a grande rede de cooperativas

que se uniam em federações, por exemplo, a C.W.S buscando aumentar a escala de atuação geográfica concomitantemente com uma escala de vendas e de produção. A fabricação de botas ou de farinha de milho não era de uma cooperativa apenas, mas sim de uma rede em que milhões de cooperados e centenas de cooperativas individuais recebiam o produto ao mesmo tempo que eram proprietárias desses moinhos e fábricas através da C.W.S. O controle da navegação e do Canal em Manchester também ocorre graças à ligação em rede que essas cooperativas faziam e que lhe aumentavam o grau de poder frente às suas demandas. A ligação dessas cooperativas de consumo também conectava comunidades diferentes que utilizavam de uma escala mais ampla para conseguir benefícios locais.

As tecnologias que tanto contribuíram para o avanço e a consolidação do capitalismo podem, atualmente, contribuir para um movimento contrário. O espaço reticular formado pelas novas tecnologias otimiza a luta de movimentos emancipatórios. As possibilidades de trocas entre diferentes cooperativas de consumo no mundo, mas também de cooperativas e de ideias cooperativistas trocadas em escalas diversas, em uma verdadeira política de escala, faz com que o momento atual tenha grande potencial a ser aproveitado. Os novos objetos técnicos como smartphones e as novas mídias sociais possibilitam que as informações possam circular em uma velocidade grande e, em paralelo a grande mídia, a qual é controlada pelas grandes corporações que em nada contribuem para uma ênfase anticapitalista. É verdade também que grupos dos mais variados, entre eles, neonazistas, também ocupam seus espaços nas redes, fazendo com que essa seja um local didático e de disputas.

Milton Santos, mesmo antes de presenciar o surgimento da internet das coisas como vivemos hoje, já percebia a potencialidade dos computadores, ao afirmar que:

jamaiz houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens. A materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo. (...) O computador, símbolo das técnicas da informação, reclama capitais fixos relativamente pequenos, enquanto seu uso é mais exigente de inteligência. (...) Os novos instrumentos, pela sua própria natureza, abrem possibilidades para sua disseminação no corpo social, superando as clivagens socioeconômicas preexistentes (SANTOS, 2015, p.164).

O espaço criado pelas grandes corporações para manter seu poder e multiplicar seu capital também serviu para a realização de um contrapoder quando grupos como a Coop, um ponto de inflexão cooperativista, se apoderaram dessas tecnologias. Essa possibilidade de mudanças e otimização da luta contra a acumulação do capital pelas novas tecnologias criadas pelo próprio capital, mas apropriadas por movimentos emancipatórios, também é compartilhada

por Harvey (2016, p. 109).

Essas redes, otimizadas pelas tecnologias e que, através de uma política de escala, catapultam uma série de movimentos emancipatórios, são de fundamental importância para a análise das cooperativas de consumo. As cooperativas, inclusive, são exemplos dados por Lobato Corrêa ao caracterizar as redes da seguinte forma:

por rede geográfica entendemos “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si “por um certo número de ligações”. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, pela sede da igreja Católica, as dioceses e paróquias, ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região. Há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre (CORRÊA, 2010, p. 107).

Diz Castells:

se o poder é exercido programando-se e alterando-se redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, seus medos, seus sonhos e esperanças (CASTELLS, 1999, p. 23).

Atualmente existe um número grande de cooperativas de consumo que de alguma forma conectam-se pelo mundo através de redes pela setorização da ACI. As unidades da Coop em todas as cidades em que atuam também conectam as comunidades locais em um ganho de escala que é fundamental para a sobrevivência da Coop. A Coop Brasil, uma cooperativa de segundo grau que a Coop é integrante, faz com que cooperativas de estados diferentes possam se conectar, inclusive com o fornecimento de marca própria da Coop, que é distribuída para outras cooperativas de consumo. A grande vantagem das federações é que elas apresentam ganho de escala e preservam as cooperativas locais com suas identidades. Marcio Valle identifica o potencial da Coop da seguinte forma:

nós trabalharmos com outras cooperativas de consumo. Então hoje nós fazemos um trabalho muito interessante de intercâmbio de serviços, produtos e serviços, com algumas outras cooperativas de consumo, comprando medicamentos para algumas. Trocando produtos feitos por nós ou por eles, vendendo de um para outro. Então se nós fazemos um panetone que é competitivo, vende para outra cooperativa que revende o panetone para os cooperados deles. Isso também tem uma parte de intercooperação muito importante. A COOPBRASIL é uma central de cooperativas que opera com 8 cooperativas no nível de Minas, São Paulo e Santa Catarina, e aí, principalmente, com marca própria, então também. Só que aí não passa pela cooperativa. O fornecedor, ele já produz essa marca COOP, por coincidência, chama COOP. Ele já produz direto, e essas cooperativas comprassem produto, cujo controle de qualidade, logo e toda a parte de divulgação, desenvolvimento do fornecedor é feito por nós, por COOP, mas depois é esse produto é disponibilizado e na embalagem não é a COOP que aparece como distribuidor, é a COOPBRASIL. São todos esses cooperados ou as cooperativas usufruem desses produtos. Sem contar, claro, projetos conjuntos do Dia C, onde nós fazemos operações em parceria com o Uniodonto, com outras cooperativas de trabalho, unimed e aí o SESCOOP tem sido muito, importante também para fomentar essa reunião, essa, essa participação, assessora cultural, por exemplo, onde você leva a cultura para as comunidades, também sempre feito em conjunto com outras cooperativas da região. Então, isso proporciona para a comunidade uma ação cultural importante, mas proporciona relacionamento entre nós também. Essa hora a gente conhece melhor a cooperativa, uma cooperativa médica, uma de trabalho, que esteja participando desses projetos (VALLE, 2020).

Apesar de ter sido lançada com muita expectativa pelo então diretor Marcio Valle, a Coop Brasil não conseguiu atingir seus objetivos da época. Montes (2024) afirma que a Coop Brasil não foi para frente. Sua criação teve a ver com a distribuição da marca própria da Coop. Para ele, o fato de não existirem grandes cooperativas de consumo distribuídas entre os vários estados do Brasil diminuiu a capacidade de operação e importância da Coop Brasil, e que uma maior quantidade de cooperativas de consumo poderia otimizar suas operações (MONTES, 2024).

Souza, ao que parece, aproxima-se timidamente das cooperativas de consumo ao citar os clubes de troca e os classificar como agentes de práticas espaciais insurgentes, afirmando que:

ao lado de atividades culturais e políticas, atividades econômicas são, às vezes, e particularmente nas cidades de países (semi)periféricos, muito importantes em espaços tais como prédios ocupados, “empresas recuperadas” (e territorializadas) e geridas pelos trabalhadores após processos de falência, e assim sucessivamente. Clubes de troca e feiras de troca multiplicaram-se no Brasil a partir de 1990, mas seus equivalentes (*clubs de trueque e férias de trueque*) têm sido especialmente importantes na Argentina, onde uma crise econômica

devastadora e a desvalorização da moeda nacional levaram muita gente a desenvolver mercados paralelos com a ajuda de “moedas alternativas” (as chamadas monedas sociales; no Brasil, a experiência com “moedas sociais” é ainda incipiente). Em seu apogeu, no auge da crise do início da década passada, milhões de argentinos recorreram ao *trueque* e às *monedas sociales* para sobreviver. A criação desses mercados alternativos pode muitas vezes ser entendida, juntamente com a fundação de cooperativas em espaços ocupados por sem-teto e a recuperação de fábricas pelos próprios trabalhadores (como é bem ilustrado pelas empresas recuperadas da Argentina, conquanto processos semelhantes também venham ocorrendo no Brasil e em outros países) como práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2017, p. 394).

Lembremos ainda que os clubes de troca a que se refere Marcelo Lopes de Souza apresentam uma dinâmica com certa semelhança ao cooperativismo de consumo, pois os dois procuram o valor de uso em detrimento da acumulação de capital. Porém, existem diferenças cruciais. Os clubes de troca apresentam caráter informal enquanto as cooperativas de consumo são formais em relação à legislação, vide o caso da Coop. Além disso, os clubes de troca funcionam a partir das trocas de bens e serviços de seus membros, enquanto as cooperativas de consumo utilizam a força de se escala de seus consumidores para poder negociar melhor com fornecedores. Lembramos aqui que o cooperativismo de consumo também pode ocupar espaços produtivos como fez a C.W.S. e como faz a Coop na área de panificação. Além disso, clubes de trocas podem utilizar moedas comunitárias, enquanto cooperativas de consumo utiliza m moeda corrente do país. Os clubes de trocas usualmente apresentam membros que passam por maiores necessidades, por exemplo, devido a uma crise, enquanto as cooperativas de consumo apresentam uma demanda de classe média.

As cooperativas de consumo também podem ser utilizadas para catapultar certos movimentos em paralelo a ela. Existe toda uma estrutura em rede que pode ser utilizada por outros grupos que, cooperados, podem influenciar nos rumos da Coop. Há hoje uma barreira que é a concentração da Coop na região do ABC, o que impossibilita sua atuação em uma escala mais abrangente, mas a partir do interesse de grupos organizados e do conhecimento da capacidade da Coop, um grande potencial pode ser explorado. Como a Coop poderia ajudar o MST, por exemplo? Como podem dialogar com o MTST? A Coop já apresenta uma série de projetos em áreas sociais, mas que não apresentam nada de insurgente, apenas paliativos. A falta de insurgência da Coop em uma série de situações exploradas acima, como a alienação e a falta de vontade política, poderia ser minimizada por uma cooperação com movimentos sociais. Uma parceria entre a Coop e o MST em relação aos produtos agrícolas ou alguma parceria mais urbana com o MTST são movimentos

expressamente insurgentes. Perguntamos a Pedro Mattos se os movimentos sociais teriam alguma parceria, ao que respondeu que:

é um fornecedor como outro qualquer que passa pelas exigências do nosso programa de sustentabilidade, por exemplo, não empregar mão de obra infantil e escrava, entre outros requisitos. E a gente olha de forma diferente, mas não concessiva, para cooperativas. A intercooperação é um dos princípios do cooperativismo. Quando nós fazemos uma negociação com a AURORA, nossa negociação é normal, porque eles não vão fazer um preço diferente para a Coop é cooperativa e nem a Coop vai facilitar para ele por serem cooperativa (MATTOS, 2024d).

Para além da crítica já promovida por nós ao cooperativismo de produção individual e, apesar de não citar as cooperativas de consumo, tão presentes na história da Argentina (VUOTTO; VERBEKE; CARUANA, 2017), constatamos que, por tudo que analisamos acima, a Coop compõe um grupo de agentes que promovem práticas insurgentes, variando o grau de insurgência de acordo com a prática analisada. Para além disso, também constatamos que existe um potencial muito maior para que essas práticas insurgentes sejam otimizadas pelas Cooperativas. Aqui, devemos lembrar que as atitudes que são formadas pela diretoria da Coop estão sob a égide de um Conselho Administrativo eleito pelos cooperados e que devem seguir as diretrizes dadas por estes eleitores. Como ocorre essa representação e em quais condições é o que analisaremos no próximo capítulo.

5 VALOR DE USO, VERTICALIZAÇÃO E GOVERNANÇA NA COOP

A dinâmica da Coop tem como objetivo levar aos seus cooperados o valor de uso do objeto técnico Coop e, com isso, criar pontos no espaço que rivalizem com os pontos nos quais a acumulação capitalista é preponderante. Este valor de uso pode ocorrer de várias formas no espaço, ainda mais quando é otimizado por uma verticalização e horizontalização da Cooperativa, que pode ter ações também nos espaços produtivos. Para além das atividades funcionais, sejam elas visíveis ou subterrâneas, existe também uma questão importante a ser analisada na Coop, sua Governança. É essencial saber como os cooperados se organizam para controlar o espaço em que a Coop opera. Tudo isso será analisado no presente capítulo.

5.1 As cooperativas de consumo e a busca pelo valor de uso

A Coop é um movimento econômico com pessoas se reunindo para adquirir vantagens econômicas. Essa leitura pode levar a uma interpretação limitada da Cooperativa, pois as essas vantagens vão além da simples compra do arroz com preço mais baixo ou um atendimento melhor que os concorrentes. Na dinâmica do cooperativismo de consumo, existe um controle cooperativista de parcela do espaço por parte daqueles que não são proprietários capitalistas. A Coop apresenta um modelo de inflexão que está em concorrência direta e contínua com empresas comerciais capitalistas que usam o espaço para acumular capital.

Existem outros movimentos importantes para além do cooperativismo de consumo capazes de combater e frear a acumulação capitalista, porém não são capazes de gerar pontos de inflexão. Por exemplo, quando um grupo de trabalhadores se organiza para lutar politicamente por habitação na cidade com denúncias de propriedades que não cumprem a função social, ocupando esses imóveis, formam ali nanoterritórios, nos quais a luta pelo valor de uso se sobrepõe ao valor de troca. Apesar de não formar um espaço de inflexão, esta é uma luta política, legítima e importante, que Marcelo Lopes de Souza classifica como movimento social, pois:

é um processo de “movimentação” de uma parte da sociedade, a qual, insatisfeita com a sua posição e/ou com aquilo que identifica como os rumos e as tendências da sociedade em questão, resiste e se revolta,

dando origem às contestações e insurgências as mais diversificadas, indo das mais quotidianas, táticas e informais às mais pragmáticas, institucionalizadas e planejadas (SOUZA, 2015, p. 28).

Sabemos que as cooperativas de habitação, organizacionalmente, não fazem parte das cooperativas de consumo pela divisão da OCB, mas sim do ramo de infraestrutura. Mas em nossa análise teórica, a analisaremos a partir da dinâmica das cooperativas de consumo. Podemos analisar as cooperativas de consumo sob a mesma crítica do valor de troca e do valor de uso em relação às habitações. Parcela da população insatisfeita com a impossibilidade de comprar habitações, ou mesmo alugá-las, devido ao aumento contínuo dos valores controlados pelos grandes capitalistas do mercado imobiliário, se reúne para, através de uma cooperativa habitacional, comprar um terreno e todos os materiais para iniciar uma obra onde o que se atingirá não é a busca pelo valor de troca, mas pelo valor de uso. Harvey, por exemplo, atenta - nos para a importância dessa dinâmica, que considera:

o valor de uso e o valor de troca de uma casa. Como valor de uso, a casa fornece abrigo; é um lugar onde se pode construir um lar e uma vida afetiva; é um espaço de reprodução diária e biológica; oferece privacidade e segurança e um mundo instável. [...] E o valor de troca da casa? Na maior parte do mundo contemporâneo, precisamos comprá-la, arrendá-la ou alugá-la para ter o privilégio de usá-la. [...] Antigamente, os pioneiros construíram suas casas semquase nenhum custo monetário: a terra era livre, eles recorriam ao próprio trabalho e conseguiam a maior parte da matéria-prima nos arredores. As únicas transações monetárias eram realizadas para aquisição de machados, serras, pregos, martelos, facas, arreios e coisas desse tipo. Sistemas de construção semelhantes ainda podem ser encontrados nos assentamentos informais que constituem as famosas favelas dos países em desenvolvimento. [...] Contudo, em grande parte do mundo capitalista avançado, a moradia é construída especulativamente, como uma mercadoria que será vendida no mercado para qualquer pessoa que precise e possa pagar por ela. [...] Valor de troca é estabelecido pelos custos reais de produção mais lucro, juros sobre empréstimos e aluguel capitalizado. O objetivo do produtor é obter valor de troca, não valor de uso (HARVEY, 2016, p. 28-29).

Uma cooperativa de consumo pode proporcionar aos seus cooperados, através do consumo, muitos bens que uma pessoa necessita para sobreviver, isto é, arroz, eletrodomésticos, gasolina, móveis, roupas, entre tantas possibilidades. Assim como esses itens, os imóveis também têm essa potencialidade e se tornam uma das mais importantes, não só pelo custo, mas pela transformação que ocasiona para uma família. Como já dizia Gide (1910) no início do século XX:

Repetimos uma centena de vezes - e nunca o repetiremos o suficiente - quão grande é a importância da habitação, não só do ponto de vista da felicidade do indivíduo e da família, mas também do ponto de vista da higiene e da moral social, da luta contra a tuberculose, o alcoolismo e a prostituição e, por outro lado, quão difícil é para esta necessidade urgente

encontrar satisfação adequada nas condições económicas atuais. De todas as despesas, é aquela cujo aumento é mais certo, o que cresce mais rapidamente e o mais desproporcional ao orçamento de uma família trabalhadora (GIDE, 1910, p. 120, tradução nossa)⁶².

Afinal, levando em conta que o custo de habitação pode chegar a até 36% no orçamento de uma família (IBGE, 2019), basta um aumento por parte dos proprietários desses imóveis para transferir para eles qualquer ganho que os trabalhadores tenham conquistado através das lutas sindicais. Isso representa, na verdade, uma transferência do trabalho excedente, que sai das várias esferas do capital para ser absorvido pelo setor imobiliário. A Tabela abaixo demonstra o quanto as cooperativas de consumo apresentam potencial de influenciar diretamente o cotidiano dos cooperados na esfera do consumo.

Tabela 5: Distribuição das despesas de consumo

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal (%)											
	Total	Tipo de despesas										
		Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene e cuidados pessoais	Assistência à saúde	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas
Brasil	100,0	17,5	36,6	4,3	18,1	3,6	8,0	4,7	2,6	0,5	1,3	3,0
Urbana	100,0	16,9	37,1	4,2	17,9	3,6	8,0	4,9	2,6	0,5	1,3	3,0
Rural	100,0	23,8	30,9	4,7	20,0	4,5	8,0	2,3	1,8	0,5	0,9	2,5
Norte	100,0	21,0	36,4	5,3	16,6	5,7	5,4	3,2	2,5	0,3	1,1	2,4
Nordeste	100,0	22,0	32,4	5,1	16,2	5,0	8,0	4,7	2,5	0,4	1,3	2,4
Sudeste	100,0	15,8	39,0	3,7	17,5	3,0	8,5	5,1	2,5	0,5	1,3	3,0
Sul	100,0	17,1	35,7	4,5	20,6	3,3	7,3	3,7	2,6	0,6	1,2	3,3
Centro-Oeste	100,0	16,6	33,4	4,5	21,0	3,6	8,0	4,7	2,7	0,4	1,3	3,8

Fonte: IBGE, 2019.

Cooperativas de consumo e habitacionais, apesar de serem ramos diferentes pela OCB, apresentam uma dinâmica muito parecida. A habitacional não ligada às de consumo, de forma simplificada, funciona quando um grupo de pessoas resolve se juntar para comprar um terreno e construir seu próprio imóvel, de forma que o lucro que iria para o capitalista imobiliário passa a não existir, fazendo os imóveis diminuírem seu preço final para aquisição. Para tal, é necessário o aporte de recursos desses cooperados até uma certa

⁶² Livre tradução a partir do original em língua francesa: *on aredit cent fois — et on ne redira jamais assez — combien est grande l'importance du logement, non seulement au point de vue du bonheur de l'individu et de la famille, mais aussi au point de vue de l'hygiène et de la moralité sociale, de la lutte contre la tuberculose, Falcoolisrae et la prostitution, et d'autre part combien ce besoin si urgent trouve difficilement une satisfaction convenable dans les conditions économiques actuelles. De toutes les dépenses c'est celle dont l'augmentation est la plus certaine, la plus rapidement croissante et la plus disproportionnée avec le budget d'une famille ouvrière.*

quantia para que o projeto possa ser realizado, além de ter que reunir uma grande quantidade de cooperados que apresentem confluência no projeto e que são capazes de influenciar, até um certo limite, a planta do empreendimento.

Depois de pronto, cada cooperado torna-se dono de seu imóvel que, como é produzido preço de custo, pode chegar a 50% do preço de mercado e com melhor qualidade, como revelado pelo presidente da Cooperativa Habitacional Vida Nova, José Aprígio da Silva (2020).

Historicamente, as cooperativas de consumo já foram responsáveis por produzir casas tanto para venda como para aluguéis e apresentam certas vantagens em relação às cooperativas de habitação independentes. A primeira é em relação ao volume de capital colocado nas mãos das cooperativas de consumo com capacidade de investimento e de absorção de riscos maiores que simples cidadãos isoladamente, pelo menos naquela época ou imaginando um cenário em que as cooperativas de consumo são hegemônicas. Foi o que ocorreu na Inglaterra no século XIX e início do XX, quando as cooperativas usavam as sobras dos cooperados para construir casas.

Em segundo lugar, voltamos para a questão do valor de troca e do valor de uso a que nos referíamos anteriormente. Se o empreendimento visa a moradia e não a revenda, fica nítida a prioridade no seu valor de uso. Porém, nada impede que essas unidades, depois de construídas, sejam revendidas como mercadorias, fornecendo um ganho de capital, um lucro, aos microempreendedores, esses que multiplicam pequenas doses de capital em detrimento de grandes corporações, em uma espécie de lucro pulverizado que não retorna para a comunidade. Assim, continuamos a ter uma dinâmica capitalista que prioriza multiplicar o capital em detrimento do valor de uso.

Ainda que uma pessoa tenha comprado um determinado imóvel sem intenção especulativa, ao observar seu valor de mercado aumentar de forma contínua e acentuada, acaba acumulando capital em detrimento de toda a população que não é proprietária de imóveis. Os que não conseguem ter um imóvel saem prejudicados com o aumento do preço e passam a ter cada vez mais dificuldade de obter uma moradia, deixando grande parte de sua remuneração nos aluguéis, que costumam estar vinculados ao aumento dos preços desses imóveis. A propriedade privada da habitação, mesmo quando construída por cooperativas habitacionais sem vínculos com cooperativas de consumo, pode ser corrompida, ajudando a reproduzir a dinâmica do capital e corroborando com os argumentos céticos que Rosa Luxemburgo (2020) utiliza contra qualquer forma de mudança capitalista através de cooperativas. Ao não garantir um valor de uso da moradia, tornam-se pouco combativas contra a acumulação do capital, pois os ganhos de valorização concentram-se nas mãos de

poucos e não são distribuídos para a comunidade.

É possível que a cooperativa de consumo possa atuar na construção de imóveis e contribuir como um ponto de inflexão espacial cooperativista? Charles Gide (1910) nos aponta um caminho conceitual e histórico, demonstrando que nos dois últimos séculos as cooperativas de consumo procuraram investir seu capital na construção de casas para a comunidade. Aqui, é preciso uma ressalva, pois caso o imóvel seja produzido para venda, facilita-se a compra pelo cooperado e se cai na mesma armadilha da propriedade privada a que nos referimos anteriormente. Portanto, é necessária uma alternativa a esse tipo de construção individual.

Essa alternativa vem com o a construção pelas cooperativas de consumo para o aluguel, prática comum entre os séculos XIX e XX e que para Gide (1910) apresenta algumas vantagens, por exemplo, o controle da degradação que determinados moradores podem levar aos seus imóveis, mas, principalmente:

guardar para si a enorme mais-valia que em todas as cidades em crescimento atribui às casas, especialmente aos terrenos para construção, e que tem sido a fonte das mais colossais fortunas. Esses enormes aumentos de valor são muito difíceis de justificar do ponto de vista da justiça, pois se devem a causas puramente sociais: assim os economistas os chamam com uma palavra terrível, incremento imerecido (a mais - valia não conquistada). Doravante, eles não seriam mais monopolizados pela propriedade individual, mas permaneceriam na herança coletiva da sociedade. Poderia haver ali, se o sistema fosse generalizado, uma verdadeira revolução econômica na propriedade urbana (GIDE, 1910, p. 126)⁶³.

Ao fazermos a comparação entre cooperativas de consumo e fundos imobiliários, podemos perceber nitidamente o contraste entre o valor de troca e valor de uso sobre o mesmo produto, mas enquanto a primeira busca o valor de uso para seus cooperados, o segundo busca unicamente o valor de troca. Não importa quantas vezes um imóvel seja vendido pelo fundo ou quais as condições em que esses moradores vivem, o importante para os acionistas é a taxa de retorno que todo aquele capital pode trazer no final do período. Já imóveis construídos ou comprados por cooperativas de consumo, seguindo todas as técnicas operacionais modernas e eficientes que hoje são praticadas pela Coop no varejo, não teriam lucro absorvidos por acionistas, mas sobras que retornariam aos

⁶³ Livre tradução a partir do original em língua francesa: *de garder pour elle la plus-value énorme qui dans toutes les villes grandissantes s'attache aux maisons, surtout aux terrains à bâtir, et qui a été la source des fortunes les plus colossales. Ces énormes accroissements de valeur sont très difficiles à justifier au point de vue de la justice, puisqu'ils sont dus à des causes purement sociales: aussi les économistes les appellent -ils d'un mot terrible, unearned incrément (la plus-value non gagnée). Dorénavant ils ne seraient plus accaparés par la propriété individuelle, mais resteraient dans le patrimoine collectif de la société. Il pourrait y avoir là, si le système se généralisait, une véritable révolution économique dans la propriété urbaine.*

trabalhadores/cooperados da comunidade e que, a partir das assembleias, seriam usadas para a expansão da própria Cooperativa. Um imóvel construído pela metade do preço, como ocorre na cooperativa citada acima, pode fazer com que a taxa cobrada do inquilino cooperado fique abaixo do mercado e mesmo assim gerar sobras para a cooperativa de consumo.

Essa prática, como bem afirmou acima Charles Gide, poderia revolucionar a questão dos imóveis urbanos sem necessariamente passar pelas mãos de um Estado subserviente aos ganhos especulativos da facção imobiliária do capitalismo que, em grande parte, também se vincula à facção financeira. O controle de preço por uma agente local como a Coop não é apenas uma teoria, pois ela apresenta capacidade de ditar preços em razão de sua hegemonia em determinada área. Isso é o que nos revela Marcio Valle ao comentar sobre a capacidade da Coop de influenciar os preços dos concorrentes.

A COOP atua como uma âncora, um balizador de preços na região. Não é só o cooperado que se beneficia dos preços baixos da cooperativa. Nós temos pesquisas comparando produtos que mostram claramente como o ABC trabalha num nível de preços menor do que São Paulo. Por quê? Porque quem está aqui precisa seguir, como nós temos 25% do mercado, quem está aqui precisa seguir mais ou menos o nosso nível de preços sob o risco de ficar defasado e perder movimento. Nós ajudamos não só os cooperados a ter acesso a bens e serviços, mas também quem não vem à Coop, mas se beneficia porque a concorrência também trabalha mais baixo. Um outro aspecto muito importante é que o retorno, a sobra da cooperativa, ela fica na comunidade onde ela está. Ela não vai para o acionista que está em outro lugar. A pessoa que comprou aqui em Santo André vai ter o retorno para ele que mora aqui em Santo André. Quem comprou em Tatuí, o retorno fica em Tatuí. [...] O grosso do retorno fica na comunidade onde ele atua (VALLE, 2013).

Assim, retornamos à comparação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a possibilidade de atuação das cooperativas de consumo com um braço habitacional. Ambas lutam pela priorização do valor de uso da habitação, mas enquanto o MTST pressiona o Estado de forma escancaradamente insurgente para melhorar a política habitacional e fiscalizar o Estatuto da Cidade (2001), as cooperativas de consumo com braço habitacional poderiam atuar de maneira autônoma para combater o problema, mesmo que em uma microescala. Elas não precisariam depender diretamente do Estado, pois utilizariam recursos próprios em fase de ignição e autocatálise. Assim, essas cooperativas se transformariam em pontos de inflexão espacial cooperativista, resgatando dos proprietários capitalistas, por meio das cooperativas de consumo, os recursos necessários

para controlar imóveis destinados à comunidade, ainda que de forma lenta.

O ponto de inflexão espacial cooperativista combate a acumulação capitalista que, embora tenha iniciado seu processo de aceleração a partir da revolução industrial, observa uma outra onda aceleradora com as privatizações do neoliberalismo. Reclus (2013 [1866]), lembrado por Harvey (2016), já identificava essa apropriação capitalista do espaço em tempos anteriores ao neoliberalismo, ao afirmar que:

infelizmente, esse refluxo das cidades para as periferias não ocorre sem desfigurar o campo. Não apenas escombros de todos os tipos encham o espaço intermediário entre a cidade e o campo, mas, pior ainda, os especuladores apoderam-se de todos os locais encantadores da vizinhança, dividem-nos em lotes retangulares, cercam-nos com paredes monótonas e depois constroem centenas e milhares de casinhas pretensiosas. Para os pedestres que vagam pelas estradas lamacentas deste pretenso campo, a única natureza em evidência são os arbustos aparados e os tufo de flores vislumbrados através das cercas. À beira-mar, muitas das mais pitorescas falésias e praias encantadoras são arrebatadas quer por latifundiários avarentos, quer por especuladores que apreciam as belezas da natureza no espírito de um cambista que avalia um lingote de ouro. Nas áreas montanhosas frequentemente visitadas, a mesma mania de apropriação toma conta dos habitantes. Paisagens são esculpidas em quadrados e vendidas pelo maior lance. Cada curiosidade natural, seja rocha, gruta, cachoeira ou a fissura de uma geleira, tudo, até mesmo o som de um eco, pode se tornar propriedade individual. Os empresários alugam cachoeiras e as cercam com cercas de madeira para evitar que viajantes inadimplentes contemplem as águas turbulentas. Então, através de um dilúvio de publicidade, a luz que brinca sobre as gotículas que se espalham e os sopros de vento que abrem cortinas de neblina se transformam no tilintar retumbante da prata. Uma vez que a natureza é tão frequentemente profanada por especuladores precisamente por causa de sua beleza, não é de surpreender que fazendeiros e industriais, em seus próprios empreendimentos de exploração, deixem de considerar se contribuem para desfigurar a terra. [...] Da mesma forma, pouco importa para o industrial, operando sua mina ou fábrica no meio do campo, se ele escurece a atmosfera com fumaça do carvão ou a contamina com vapores fétidos⁶⁴ (RECLUS, 2013, p. 108).

⁶⁴ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *unfortunately, this reflux from the cities toward the outskirts does not occur without defacing the countryside. Not only does debris of all sorts clutter the intermediate space between city and field, but even worse, speculators grab up all the charming sites in the vicinity, divide them into rectangular plots, enclose them with monotonous walls, and then build hundreds and thousands of pretentious little houses. To pedestrians wandering along the muddy roads in this would-be countryside, the only nature in evidence is the trimmed shrubs and clumps of flowers glimpsed through the fences. At the seashore, many of the most picturesque cliffs and charming beaches are snatched up either by covetous landlords or by speculators who appreciate the beauties of nature in the spirit of a money changer appraising a gold ingot. In frequently visited mountainous areas, the same mania of appropriation seizes the inhabitants. Landscapes are carved up into squares and sold to the highest bidder. Each natural curiosity, be it rock, grotto, waterfall, or the fissure of a glacier everything, even the sound of an echo—can become individual property. The entrepreneurs lease waterfalls and enclose them with wooden fences to prevent non-paying travelers from gazing at the turbulent waters. Then, through a deluge of advertising, the light that plays about the scattering droplets and the puffs of wind unfurling curtains of mist are transformed into the resounding jingle of silver. Since nature is so often*

A Coop, como cooperativa de consumo e ponto de inflexão, age de forma a retroceder o movimento de apropriação capitalista do espaço em curso, retornando para a comunidade aquilo que é usado pela população como valor de uso. Harvey (2016) faz uma distinção entre o que podemos chamar de apropriação individual e propriedade privada. Para ele:

todos nós, como seres vivos, nos apropriamos de coisas à medida que as usamos ativamente. Aproprio-me dos alimentos quando os como, aproprio-me de uma bicicleta quando a uso, aproprio-me do computador quando escrevo. O uso que faço dos muitos processos e coisas que estão à minha disposição impede que outras pessoas os usem ao mesmo tempo. No entanto, existem coisas cujo uso não é exclusivo. Assistir a um programa TV não impede que outros façam a mesma coisa. E há outros bens (“bens públicos”) que costumam ser considerados de uso comum, embora com limitações em geral. Uso a rua, assim como muitas outras pessoas, mas a quantidade de pessoas que cabe em uma rua é limitada, e há ali certas atividades que, por costume ou por lei, são proibidas (por exemplo, defecar nas ruas de Nova York). Para muitos processos e coisas, no entanto, existe uma relação exclusiva entre o(s) usuário(s) e o que está sendo usado. Isso não é o mesmo que propriedade privada. A propriedade privada estabelece o direito de posse exclusiva de uma coisa ou processo, quer seja usado ativamente, que não (HARVEY, 2016, p. 47).

Assim, uma casa controlada por uma cooperativa de consumo, com possíveis valores abaixo do mercado e gerando benefícios para toda a comunidade, não é de forma alguma uma propriedade privada, mas sim uma apropriação cooperativista. Esse imóvel, utilizado para fins individuais, de forma alguma gera uma acumulação capitalista; pelo contrário, promove uma distribuição cooperativista do valor de uso a partir de sua refuncionalização. Hoje, por exemplo, um único imóvel pertencente à Coop e colocado para alugar na forma residencial teria mais de um milhão de donos, incluindo o próprio morador.

Operacionalmente, a Coop poderia atuar como um fundo imobiliário, aplicando a mesma eficiência que utiliza na operação comercial de supermercados, mas com uma função diferencial. Essa possibilidade faz parte de um esforço teórico para entender as potencialidades da Coop e sua expansão em relação ao valor de uso para a comunidade, além do varejo.

Observaremos a seguir que esses cálculos, na prática, são complexos, pois a cooperativa precisa utilizar seu capital para a expansão de sua atividade varejista, que enfrenta constante e agressiva concorrência de empresas capitalistas. Atualmente, é impossível para

desecrated by speculators precisely because of its beauty, it is not surprising that farmers and industrialists, in their own exploitative endeavors, fail to consider whether they contribute to defacing the land. [...] Similarly, it matters little to the industrialist, operating his mine or factory in the middle of the countryside, whether he blackens the atmosphere with fumes from the coal or contaminates it with foulsmelling vapors.

a Coop comprometer seus capitais em investimentos que demorariam muito para retornar (VALLE, 2024). A dinâmica discutida sobre imóveis faz mais sentido para uma cooperativa de consumo consolidada no mercado e que possui maior flexibilidade em seu capital. Além disso, outras questões, como expertise na atividade e modelos de organização (holding, conglomerados, etc.), devem ser consideradas no cálculo da cooperativa. De qualquer forma, a expansão da Coop como controladora do espaço onde atua, seja no varejo ou em qualquer outra atividade, representa também uma expansão do valor de uso desse espaço.

5.2 A importância da apropriação do espaço produtivo pela Coop: limites e possibilidades

Para reverter o atual cenário neoliberal de avanço na expropriação dos trabalhadores que é justamente a dinâmica contrária da Coop e do cooperativismo de consumo, que resgata para a comunidade o espaço, é preciso modificar as relações sociais de produção, ensejando uma democracia econômica que, para Bookchin (1997, s.p. tradução nossa), significa um “acesso democrático aos meios de vida, a garantia de liberdade das necessidades materiais - não simplesmente o envolvimento de trabalhadores em atividades produtivas onerosas que poderiam melhor ser entregues às máquinas”⁶⁵. E continua o autor:

além disso, o enorme crescimento das forças produtivas, racional e ecologicamente empregadas para fins sociais e não privados, tornou o velho problema da escassez material uma questão discutível. Potencialmente, todos os meios básicos para viver com conforto e segurança estão disponíveis para as populações do mundo, não obstante as terríveis - e muitas vezes falaciosas - alegações dos atuais misantropos e anti-humanistas como Garrett Hardin, Paul Ehrlich e, lamentavelmente, defensores de "vida simples", que mal podem ser separados de seus computadores, mesmo quando ridicularizam desenvolvimentos tecnológicos de quase qualquer tipo. É fácil esquecer que apenas algumas gerações atrás, a fome não era menos uma praga do que doenças infecciosas mortais como a Peste Negra, e que a expectativa de vida da maioria das pessoas na virada do século passado nos Estados Unidos e na Europa raramente alcançava cinquenta anos de idade (BOOKCHIN, 1997, s.p. tradução nossa)⁶⁶.

⁶⁵ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *democratic access to the means of life, the guarantee of freedom from material want--not simply the involvement of workers in onerous productive activities that could better be turned over to machines.*

⁶⁶ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *moreover, the enormous growth of the productive forces, rationally and ecologically employed for social rather than private ends, has rendered the age-old problem of material scarcity a moot issue. Potentially, all the basic means for living in comfort and security are available to the populations of the world, notwithstanding the dire- and often fallacious--claims of present-day misanthropes and antihumanists such as Garrett Hardin, Paul Ehrlich, and regrettably, advocates of "simple living," who can barely be parted from their computers even as they deride technological developments of almost any kind. It is easily forgotten that only a few generations ago, famine was no less a plague than deadly infectious diseases like*

O municipalismo libertário de Bookchin prega uma descentralização do poder, sendo uma abordagem política e social, mas também econômica, em que as tomadas de decisões ocorrem a partir das próprias comunidades. As Assembleias locais seriam fundamentais para a dinâmica nas cidades focadas na transformação social, política e econômica. Acredita-se também em uma ecologia social em que as questões ambientais poderiam estar integradas às políticas e sociais. O autor acredita que é a partir das comunidades, substituindo um estatismo, que essa transformação irá ocorrer, principalmente pelas assembleias nas quais o poder emana de baixo para cima. Afirmar Bookchin:

a recuperação e o desenvolvimento da política devem, creio eu, partir do cidadão e de seu ambiente imediato além das arenas familiares e privadas da vida. Não pode haver política sem comunidade. E por comunidade, quero dizer uma associação municipal de pessoas reforçada por seu próprio poder econômico, sua própria institucionalização das bases, e o apoio confederal das comunidades vizinhas organizadas em um território rede em uma escala local e regional. [...] A autêntica unidade da vida política, com efeito, é o município, seja no seu todo, se em escala humana, seja nas suas diversas subdivisões, nomeadamente o bairro (BOOKCHIN, 1997, s.p. tradução nossa)⁶⁷.

Bookchin acredita que o municipalismo libertário pode transformar as grandes cidades politicamente, espacialmente e economicamente à medida que as confederações dos bairros influenciam e passam a ser bem aceitas por toda a população, consequentemente, descentralizando fisicamente os centros urbanos e levando ao municipalismo libertário com perspectiva de ser “uma alternativa ao Estado-nação centralizado e a uma economia baseada no lucro, competição e crescimento estúpido” (BOOKCHIN, 1997, s.p. tradução nossa).

O cooperativismo de consumo apresenta uma aproximação grande com o pensamento de Bookchin a partir sua proposta de apropriação do espaço e das formas de uso e do trabalho daqueles que ali residem, inclusive conectando o pensamento com Charles Gide. Afirmar Bookchin:

chegamos aqui a uma abordagem inovadora de uma economia municipalista que dissolve de forma inovadora a aura mística que cerca a propriedade corporativa e a propriedade nacionalizada, na verdade o elitismo no local de trabalho e a "democracia no local de trabalho". Refiro-

⁶⁷ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the recovery and development of politics must, I submit,*

take its point of departure from the citizen and his or her immediate environment beyond the familial and private arenas of life. There can be no politics without community. And by community I mean a municipal association of people reinforced by its own economic power, its own institutionalization of the grass roots, and the confederal support of nearby communities organized into a territorial network on a local and regional scale. Parties that do not intertwine with these grassroots forms of popular organization are not political in the classical sense of the term. In fact, they are bureaucratic and antithetical to the development of a participatory politics and participating citizens. The authentic unit of political life, in effect, is the municipality, whether as a whole, if it is humanly scaled, or in its various subdivisions, notably the neighborhood.

me à municipalização da propriedade, em oposição à sua corporatização ou à sua nacionalização. O municipalismo libertário propõe que a terra e as empresas sejam cada vez mais colocadas sob a custódia da comunidade – mais precisamente, a custódia dos cidadãos em assembleias livres e seus deputados em conselhos confederados. [...] Em tal economia municipal – confederal, interdependente e racional por padrões ecológicos, não simplesmente tecnológicos – esperaríamos que os interesses especiais que hoje dividem as pessoas em trabalhadores, profissionais, gerentes e afins se fundissem em um interesse geral. Interesse em que as pessoas se vejam como cidadãos guiados estritamente pelas necessidades de sua comunidade e região, e não por tendências pessoais e preocupações vocacionais. Aqui, a cidadania se destacaria, e as interpretações racionais e ecológicas do bem público suplantariam os interesses de classe e hierárquicos (1997, s./p. tradução nossa)⁶⁸

Acreditamos que o municipalismo libertário de Bookchin, em uma visão mais política, aproxima-se do programa cooperativista de Charles Gide (1933), que afirma que:

na evolução social, a natureza não dispensa o nosso concurso, e é preciso ajudá-la se quisermos que nos ajude. Podemos, pois, concluir que não será mantendo-se isoladas, incoerentes, e elas próprias em estado anárquico, que as nossas pequenas associações cooperativas poderão realizar a grande obra da defesa social e lutar eficazmente contra as grandes associações capitalistas. Cumpre traçar um plano de campanha – ou, antes, não há que o traçar: ele acha-se já completamente traçado. Compreende 3 etapas sucessivas: 1º) agrupar entre si e sociedades, tomar dos seus lucros a maior parte possível para afundar grandes armazéns de grosso e efetuar as compras em grande escala - eis a primeira etapa. 2º) com os capitais assim constituídos, meter mãos à obra a fim de produzir diretamente tudo o que é preciso para satisfazer as necessidades dos societários, criando padarias, fábricas de moagem, manufaturas de tecidos e roupas confeccionadas, fábricas de Calçado, de chapéus, de sabão, de biscoitos, de papel - eis a segunda etapa. 3º) enfim, num porvir mais ou menos distante, adquirir herdades e quintas reproduzir diretamente nas suas terras trigo, vinho, azeite, carne, leite, manteiga, ovos, legumes, fruta, flores, madeiras, que constituem a base do consumo - eis a última etapa. Ou, para tudo resumir em 3 palavras: em uma primeira etapa vitoriosa, efetuar a Conquista da indústria comercial; em uma segunda, a da indústria manufatureira; em uma terceira, enfim, a da indústria agrícola: tal deve ser o programa da cooperação em todos os países (GIDE, 1933, p. 206).

⁶⁸ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *we come here to a breakthrough approach to a municipalist economics that innovatively dissolves the mystical aura surrounding corporatized property and nationalized property, indeed workplace elitism and "workplace democracy."* I refer to the municipalization of property, as opposed to its corporatization or its nationalization. [...] Libertarian municipalism proposes that land and enterprises be increasingly placed in the custody of the community --more precisely, the custody of citizens in free assemblies and their deputies in confederal councils. [...] In such a municipal economy--confederal, interdependent, and rational by ecological, not simply technological, standards --we would expect that the special interests that divide people today into workers, professionals, managers, and the like would be melded into a general interest in which people see themselves as citizens guided strictly by the needs of their community and region rather than by personal proclivities and vocational concerns. Here, citizenship would come into its own, and rational as well as ecological interpretations of the public good would supplant class and hierarchical interests.

Charles Gide, em um tempo anterior, quando os avanços tecnológicos e a complexidade da cadeia produtiva industrial não eram tão complexas quanto hoje, observava a necessidade de apropriação cooperativista do espaço para necessidades e atividades que à época eram importantes nas vendas das cooperativas.

As mudanças nas forças produtivas e necessidades humanas ao longo dos últimos três séculos fizeram as cooperativas de consumo se adaptarem, algumas se expandirem para vários lugares do mundo, outras acabando ao longo do processo. As cooperativas de produção, apesar de todas as críticas que já fizemos ao modelo, também contam com exemplos bem-sucedidos, como é o caso da famosa cooperativa Mondragon (HARVEY, 2016, p. 166).

Bookchin é mais um dos autores que reforçam nossa ideia ao criticar o caráter privatizante de cooperativas de produção enquanto propriedade apenas de seus trabalhadores cooperados, sem que seja pertencente à comunidade. Para Bookchin (1997):

uma política municipal, baseada em princípios comunistas, marca um avanço significativo sobre todas essas concepções ao exigir a municipalização da economia – e sua gestão pela comunidade como parte de uma política de autogestão. As demandas sindicalistas de "coletivização" da indústria e "controle operário" de unidades industriais individuais baseiam-se em relações contratuais e de troca entre todas as empresas coletivizadas, reprivatizando assim indiretamente a economia e abrindo-a às formas tradicionais de propriedade privada – mesmo que cada empresa seja propriedade coletiva. Em contraste, o municipalismo libertário, literalmente, politiza a economia ao dissolver a tomada de decisões econômicas no domínio cívico. Nem a fábrica nem a terra se tornam uma unidade separada ou potencialmente competitiva dentro de um coletivo aparentemente comunal. Nem trabalhadores, agricultores, técnicos, engenheiros, profissionais e afins perpetuam suas identidades vocacionais como interesses separados que existem à parte do corpo cidadão em assembleias presenciais. A "propriedade" é integrada ao município como o componente material de uma estrutura cívica, na verdade como parte de um todo maior que é controlado pelo corpo de cidadãos em assembleia como cidadãos – não como trabalhadores, agricultores, profissionais ou qualquer outro profissionalmente orientado grupos de interesses especiais (1997, s.p. tradução nossa)⁶⁹.

⁶⁹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *a municipal politics, based on communist principles, scores a significant advance over all of these conceptions by calling for the municipalization of the economy --and its management by the community as part of a politics of selfmanagement. Syndicalist demands for the "collectivization" of industry and "workers' control" of individual industrial units are based on contractual and exchange relationships between all collectivized enterprises, thereby indirectly reprivatizing the economy and opening it to traditional forms of private property--even if each enterprise is collectively owned. By contrast, libertarian municipalism literally politicizes the economy by dissolving economic decisionmaking into the civic domain. Neither factory nor land becomes a separate or potentially competitive unit within a seemingly communal collective. Nor do workers, farmers, technicians, engineers, professionals, and the like perpetuate their vocational identities as separate interests that exist apart from the citizen body in face-to-face assemblies. "Property" is integrated into the municipality as the material component of a civic framework, indeed as part of a larger whole*

Bookchin reforça a limitação das cooperativas de produção com a comunidade por seu caráter privatizante e de relativa competitividade com a própria comunidade. O cooperativismo de consumo, ao contrário, apresenta imenso potencial de contribuição à ideia de municipalismo libertário pois, em sua dinâmica, gera um ponto de inflexão espacial cooperativista que é controlado pela comunidade que está inserido, a partir de seus cooperados. Quando Bookchin afirma que “o município, mais precisamente, o corpo cidadão em assembleia presencial, absorveria a economia em seu negócio público, despojando-o de uma identidade separada que pode ser privatizada em uma empresa de autosserviço” (1997, s.p. tradução nossa)⁷³, entendemos o cooperativismo de consumo como a uma prática de iniciar esse processo, já que consegue unir o corpo de cidadão por conta de suas demandas básicas que podem ser atendidas pelos supermercados como ponta de lança para futuras apropriações na comunidade local ou fora dela, mas que atinja diretamente seus cooperados e a comunidade. Em 2013, quando a Coop ainda era a 14ª maior rede de varejos do Brasil, operava 70% de seu movimento no ABC e era responsável por 25% das vendas na região, um número expressivo e que demonstra a capacidade da Cooperativa de influenciar a comunidade (VALLE, 2013).

A municipalização da economia não só absorveria as diferenças vocacionais que poderiam militar contra uma economia de controle público; também absorveria os meios materiais de vida em formas comunais de distribuição. "De cada um de acordo com sua capacidade e a cada um de acordo com suas necessidades" - a famosa demanda de vários socialismos do século XIX - seria institucionalizado como parte da esfera pública. Esta máxima tradicional, que visa assegurar que as pessoas terão acesso aos meios de vida independentemente do trabalho que sejam capazes de realizar, deixaria de ser apenas um credo precário: tornar-se-ia uma prática, uma forma de funcionar politicamente. que é estruturalmente construído na comunidade como uma forma de existir como uma entidade política (BOOKCHIN, 1997, s.p. tradução nossa)⁷⁰.

Quanto maior a cooperativa de consumo, maior o controle cooperativista do espaço e, conseqüentemente, maior a força das assembleias. O sucesso de uma cooperativa e seu poder de autoignição pode alastrar o modelo para outras áreas, desde que a população entenda a importância do processo, o que só pode se concretizar com uma educação

that is controlled by the citizen body in assembly as citizens--not as workers, farmers, professionals, or any other vocationally oriented special interest groups.

⁷⁰ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *the municipalization of the economy would not only absorb the vocational differences that could militate against a publicly controlled economy; it would also absorb the material means of life into communal forms of distribution. "From each according to his ability and to each according to his needs"--the famous demand of various nineteenth-century socialisms--would be institutionalized as part of the public sphere. This traditional maxim, which is meant to assure that people will have access to the means of life irrespective of the work they are capable of performing, would cease to be merely a precarious credo: it would become a practice, a way of functioning politically one that is structurally built into the community as a way of existing as a political entity.*

cooperativista de qualidade e eficiência.

A agenda de Bookchin, para um futuro mais distante, também conta com:

um mundo político em que o Estado como tal seria finalmente substituído completamente por uma rede confederal de assembleias; todas as formas de propriedade socialmente importantes seriam absorvidas por uma economia verdadeiramente política na qual municípios, interagindo uns com os outros, econômica e politicamente, resolveriam seus problemas materiais como cidadãos em assembleias abertas, não simplesmente como profissionais, fazendeiros e trabalhadores de colarinho azul ou branco; e humanamente municípios dimensionados e fisicamente descentralizados (BOOKCHIN, 1997, s.p, tradução nossa)⁷¹

A própria concepção de longo prazo de Bookchin nos faz lembrar da revolução social tão enfatizada por Singer e já estudada anteriormente, e candidata o cooperativismo de consumo a assumir um papel relevante nessa construção de mundo, caso seja usado como ferramenta de um combate à acumulação capitalista, principalmente por seu caráter prático, econômico e comunitário – a proximidade em que as unidades da Coop estão umas das outras e a quantidade de pessoas que passam por essas unidades todos os dias –. Bookchin afirma que:

essa agenda para um futuro mais distante incorpora a visão "última" que elaborei com mais detalhes em meus escritos anteriores. Sua realização não pode mais ser vista como uma "revolução" repentina que em um breve espaço de tempo substituirá a sociedade atual por uma radicalmente nova. Na verdade, tais revoluções nunca realmente aconteceram na história. Mesmo a Revolução Francesa, que os radicais há muito consideram um paradigma de mudança social repentina, demorou gerações e não chegou ao seu fim definitivo até um século depois, quando os últimos Sans Culottes foram virtualmente exterminados nas barricadas da guerra da Comuna de Paris de 1871 (BOOKCHIN, 1997, s.p, tradução nossa)⁷²

A apropriação cooperativista do espaço através das forças produtivas e do avanço dessas técnicas de produção pela comunidade cooperativa, o que inclui uma variada escala espacial, a depender das redes que são formadas, já era motivada pelo Geógrafo Kropotkin

⁷¹ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *beyond the municipal agenda that I have presented this far lies another; more long-range, on the vision of a political world in which the state as such would finally be replaced completely by a confederal network of municipal assemblies, all socially important forms of property would be absorbed into a truly political economy in which municipalities, interacting with each other economically as well as politically, would resolve their material problems as citizens in open assemblies, not simply as professionals, farmers, and blue or white-collar workers, and humanly scaled and physically decentralized municipalities.*

⁷² Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *this agenda for a more distant future embodies the "ultimate" vision I have elaborated in greater detail in my previous writings. Its achievement can no longer be seen as a sudden "revolution" that within a brief span of time will replace the present society with a radically new one. Actually, such revolutions never really happened in history. Even the French Revolution, which radicals have long regarded as a paradigm of sudden social change, was generations in making and did not come to its definitive end until a century later, when the last of the sans culottes were virtually exterminated on the barricades of the Paris Commune of 1871.*

no século XIX.

mas surge a pergunta: Por que os algodões, os panos de lã e as sedas, agora tecidos à mão nas aldeias, não deveriam ser tecidos por máquinas nas mesmas aldeias, sem deixar de permanecer ligados ao trabalho nos campos? Por que centenas de indústrias domésticas, agora inteiramente feitas à mão, não deveriam recorrer a máquinas que economizam mão-de-obra, como já fazem no comércio de tricô e em muitos outros? Não há razão para que o pequeno motor não seja de uso muito mais geral do que é agora, onde não há necessidade de ter uma fábrica; e não há razão para que a aldeia não tenha sua pequena fábrica onde quer que o trabalho fabril seja preferível, como já o vemos ocasionalmente em algumas aldeias da França. Mais que isso. Não há razão para que a fábrica, com sua força motriz e maquinário, não pertença à comunidade, como já é o caso da força motriz nas oficinas e pequenas fábricas acima mencionadas na porção francesa das colinas do Jura. É evidente que agora, sob o sistema capitalista, a fábrica é a maldição da aldeia, pois se trata de sobrecarregar as crianças e tornar indigentes seus habitantes do sexo masculino; e é bastante natural que se oponha por todos os meios os trabalhadores, se eles conseguiram manter suas antigas organizações de ofícios (como em Sheffield ou Solingen), ou se ainda não foram reduzidos à pura miséria (como no Jura). Mas sob uma organização social mais racional a fábrica não encontraria tais obstáculos: seria uma benção para a aldeia. E já existem evidências inequívocas de que um movimento nessa direção está sendo feito em algumas comunidades aldeãs (KROPOTKIN, 1901, p. 178, tradução nossa)⁷³.

Imaginemos que a Coop se aproprie da produção de tomates em estufas de alta tecnologia em uma área fora do ABC, ou mesmo fora do estado de São Paulo. A produção será realizada pelos mais de um milhão de cooperados da Coop, que serão controladores do espaço produtivo, seja onde for. Porém, lembremos de Holyoake, quando argumentava que utilizar mão de obra em um local onde a cooperativa de consumo não seja atuante, ou seja, onde os trabalhadores não podem ter a tripla qualificação de trabalhadores, cooperados e donos, pode causar transgressões ao ideal do cooperativismo de consumo. Isso não significa que esse cooperativismo não deva se apropriar de espaços produtivos, mas sim

⁷³ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *but the question arises. Why should not the cottons, the woolen cloth, and the silks, now woven by hand in the villages, be woven by machinery in the same villages, without ceasing to remain connected with work in the fields? Why should not hundreds of domestic industries, now carried on entirely by hand, resort to labour-saving machines, should not belong to the community, as is already the case of motive power in the above-mentioned workshop and small factories in the France portion of the Jura hills. It is evident that now, under the capitalism system, the factory is the curse of the village as it comes to overwork children and to make paupers out of its male inhabitants; and it is quite natural that it should be opposed by all means by the workers, if they have succeeded in maintaining the olden trades' organisations (as at Sheffield, or Solingen), or if they have not yet been reduced to sheer misery (as in the Jura). But under a more rational social organisation the factory would find no such obstacles: it would be a boon to the village. And there is already unmistakable evidence to show that a move in this direction is being made in a few village communities.*

que necessita expandir sua ponta de lança que é o varejo.

Uma outra urgência em levar à comunidade a propriedade de espaços produtivos e de distribuição é justamente o avanço tecnológico, que tende a acabar com uma série de vagas de trabalho. A ideia de uma renda básica universal, propagada por bilionários, já leva em conta que grande parte da população não terá como sobreviver, por não ter vagas em um mundo onde a tecnologia substitui a mão de obra humana de forma acelerada. Isso reforça a necessidade da comunidade se apropriar dos espaços produtivos. Se um produtor de tomate conseguir reduzir sua mão de obra de 100 trabalhadores para apenas um, teríamos 99 trabalhadores desempregados e sem controle dos meios de produção. Mas, se a mesma produção de tomate fosse da cooperativa de consumo, de alguma forma, esses 99 trabalhadores receberiam sua parte no que seria o lucro do produtor.

Embora essa situação isolada não mudasse muito os prejuízos causados pelo desemprego desses 99 trabalhadores, ao ampliarmos a dinâmica para outros processos que saem da pequena burguesia e entram em espaços produtivos bilionários, que podem passar para as mãos da comunidade através do cooperativismo de consumo, percebemos que não importa o quanto as tecnologias diminuam os postos de trabalho, pois aquilo que é produzido serve ao valor de uso dos cidadãos. Não são poucos os autores que demonstram as vantagens de um mundo sem acumulação capitalista, onde a humanidade poderia trabalhar em prol de missões que têm demanda infinita, como a saúde e outras técnicas que necessitam de evolução e que não sejam predatórias.

A Geografia Libertária de Souza também se inspira em outros autores que buscam a apropriação do espaço local pela comunidade de forma autogestionária. Além de Kropotkin, Santillán também serve de inspiração ao afirmar que “queremos uma economia socializada onde a terra, as fábricas, as casas, os meios de transporte deixem de ser monopólio particular e passem a ser propriedade de toda a comunidade”, ao que o próprio Souza completa: “E, com efeito, a coletivização, para os anarquistas, não significava e não significou a estatização das propriedades” (SOUZA, 2017, p. 190).

Uma coletivização pode ter vários níveis e características, mas pensamos o cooperativismo de consumo como um desses espaços de coletivização, talvez em um grau ainda simplificado, mas com grande potencial para o controle cooperativista dos meios de produção, distribuição e serviços que atendam à comunidade. Somados a questões básicas como a habitação, esses espaços aproximam consideravelmente os dois pensamentos, contando com a autogestão apregoada por Souza:

autogestão significa gestão da produção pelos próprios trabalhadores,

mas também pode e deve significar, mais amplamente – como não escapou a Castoriadis –, a gestão da sociedade (espaço aí incluído, deveríamos frisar) pelo conjunto de cidadãos, em contraposição à tutela por parte de uma elite dirigente e de um aparelho de Estado (SOUZA, 2017, p. 435).

A Coop controla um processo produtivo na área da panificação. Existe uma central panificadora que distribui sua produção para as unidades da Coop, inclusive em cidades diferentes. Mas qual é a realidade da Coop quando se trata de apropriação do espaço produtivo através da verticalização de sua atuação? Muitas das respostas estão relacionadas à necessidade da Coop sobreviver enquanto varejista em um mercado cada vez mais competitivo. Para Pedro Mattos, "a tendência [na Coop] é menos verticalizar. Se a gente entende que o nosso core é conexão, a única coisa que não deveria ser externalizada é a conexão. Todo o resto pode ser terceirizado. Depende da eficiência e da competência do terceiro" (MATTOS, 2024d).

Uma das formas de verticalização da Coop seria produzir sua própria energia solar, aproveitando as grandes áreas expostas de seus estacionamentos e coberturas. No relatório anual produzido pela Coop em 2021, foram apresentados estudos para viabilizar essa produção, que colocaria a Coop em uma posição de apropriação do espaço produtivo. Márcio Valle explicou que, embora tivessem considerado investir em energia solar nas lojas, essa decisão não se concretizou devido a algumas circunstâncias. Em um dos casos, uma nova loja que estava sendo construída acabou não dando certo e o contrato foi desfeito, impedindo a implementação do projeto. Além disso, outras oportunidades surgiram para novas lojas que não comportavam a instalação de placas solares devido às estruturas de dois andares, subsolo e garagem, ou porque o investimento precisava ser priorizado em outras áreas devido aos custos envolvidos (VALLE, 2024).

Valle também destacou que o setor de supermercados enfrenta uma forte concorrência nos últimos anos, especialmente com o crescimento do atacarejo e do comércio eletrônico, tendências que já estavam em ascensão há cerca de dez anos. A pandemia impulsionou ainda mais o comércio eletrônico, embora as pessoas continuem valorizando o contato físico, especialmente nos supermercados, que são vistos como hubs sociais. Essas mudanças no comportamento dos consumidores, juntamente com a competição e a rentabilidade pressionada do setor de supermercados, contribuíram para a decisão de não investir imediatamente em energia solar, apesar do reconhecimento da importância dessas iniciativas para o meio ambiente e para a redução de custos. A tendência é que, com o avanço da tecnologia e a redução dos custos associados à energia solar, essa seja uma opção mais

viável no futuro para os supermercados (VALLE, 2024).

Questionamos o retorno que a energia solar normalmente apresenta para uma instalação comercial, que gira em torno de quatro anos. Mesmo em cenários adversos comercialmente para a Coop, esses investimentos poderiam ser rentáveis, já que algumas unidades da Coop podem ter retorno em mais tempo do que isso. Valle respondeu da seguinte forma:

é, mas você tem que levar em conta o fluxo de caixa, OK? Mas se eu tenho, não lembro os valores para colocar, porque você tem não só as Placas . As cabines têm que ser duplicadas para você ter uma entrada e uma saída para poder fazer aquela negociação na compra e venda com a rede, a fornecedora de energia elétrica. Durante o dia você pode ter excesso de energia e durante a noite falta, então você tem que ter duas cabines, uma entrada e uma saída. Você tem que reforçar a estrutura do telhado para comportar as placas. Então, no limite, quer dizer, *ok* , de 4 anos eu tenho isso de volta, mas eu vou deixar parado um milhão, dois milhões que eu posso jogar em outra loja? E o nosso negócio, antes de tudo, é ter loja, é crescer, o que a gente não vinha conseguindo. O período de pandemia foi muito complicado para nós. A gente tinha algumas lojas já, inclusive com contrato fechado e, alguns dos investidores desistiram, outros pediram mais tempo, né? Tinham ficado também sem caixa. Então o problema não é só o tempo de retorno, é o fluxo de caixa. Estava aprovando algumas lojas, se leva dez anos é porque não tá muito certo, mas a intenção nossa era ir ao máximo até sete anos de tempo de retorno. Por que 7 anos? Porque é mais ou menos o tempo médio de necessidade de renovação da loja. O que é essa renovação? Você faz uma média ponderada de equipamento, instalação predial, comunicação visual, basicamente esses são os brilhantes custos, né? Os equipamentos são cinco anos, dez anos. Alguns tem que trocar em cinco, outros tem que trocar em dez. Então, essa média ponderada dava, arredondando-se, mais especificamente, seis anos e meio, mas a gente arredondava para sete. Então até sete anos, a gente consegue fazer um estudo sem ter que considerar reinvestimentos na loja. A partir de sete, já é outra, conta, porque você teria que começar a colocar no fluxo de caixa os reinvestimentos. Então essa é a lógica. Poderia chegar a dez anos o retorno da loja, mas aí você já começa a entrar numa fase de quase não retorno do investimento. Você já começa a ter que atualizar, renovar a loja. Porque no fim, a gente brinca no varejo, faturamento é vaidade, mas o que conta, o que é a realidade, é o caixa. Toda essa parte demonstração contábil é muito legal para te dar os parâmetros oficiais contábeis para a empresa, mas no fim, se você não cuidar do caixa, você pode ter um lucro contábil muito bom no ano e falência. Precisa ter dinheiro para pagar o fornecedor durante seis meses. E aí então, a realidade para nós é o caixa, aliás, para qualquer empresa (VALLE, 2024).

Questionamos Mattos, atual diretor, se ainda existia possibilidade de investir em energia solar na Coop. Para ele:

esse é um projeto que continua na mesa, mas ele precisa de uma viabilidade econômica presente. Os nossos estudos todos nunca

viabilizaram a geração para o autoconsumo. Isso porque a compra de energia no mercado livre acaba transformando o retorno do investimento em um retorno muito longo. A gente tem, e aqui meio que um spoiler, considerado a geração de uma cooperativa de geração de energia. Dividir cotas dessa cooperativa para os nossos cooperados. E aí você gera, injeta na rede, e quem for participante do empreendimento consegue fazer o abatimento do seu consumo. Porque quando a gente começa a falar do preço do KW de baixa tensão, aí começa a fazer sentido. Essa cooperativa seria de propriedade dos cooperados, ou seja, seria um empreendimento a parte. A gestão e o fornecimento do espaço, que seriam os telhados das nossas lojas, um espaço hoje inútil e que poderiam ser instalações de energia solar. Teria que ser uma outra cooperativa para que os participantes pudessem ter suas cotas de energia (MATTOS, 2024d).

Questionamos a Marcio Valle por que a Coop sob sua gestão não realizou a própria produção de alguns medicamentos, pois segundo o fundador Milton Ferriani, entrevistado por nós, durante uma reunião com o Márcio, um fundador sugeriu a criação de remédios manufaturados, baseando-se na expertise dos farmacêuticos formados com ajuda da Coop. Ferriani argumentou que o fundador em questão, tinha formação em economia, física e química, possuindo um certo conhecimento para avaliar a viabilidade do projeto. Apesar disso, Ferriani não sabia dizer o porquê da ideia não ter ido adiante. Levamos a questão até Marcio Valle que respondeu que em relação à viabilidade estratégica, foi considerado que não havia mais espaço para essa iniciativa. O entrevistado mencionou que foram analisadas duas abordagens específicas, uma delas envolvendo medicamentos manipulados, semelhante ao que muitas farmácias já oferecem. A cooperativa explorou a ideia de ter farmácias de manipulação com parcerias para fornecer medicamentos através de quiosques nas lojas. No entanto, a análise revelou que essa verticalização poderia se tornar excessiva, considerando a falta de volume e expertise necessários para sustentar essa operação.

Durante a entrevista, Valle revelou que fora discutida uma possível abordagem na área de vitaminas, que é considerada uma operação relativamente simples. A ideia era combinar diferentes fármacos e produtos nessa área. Contudo, essa estratégia confrontava a lógica da especialização no início do processo. Para ser competitiva nesse mercado, seria necessário ter uma indústria de medicamentos, mesmo que voltada apenas para vitaminas, com uma escala considerável para competir com outras empresas já estabelecidas no mercado. O entrevistado também mencionou o crescimento do mercado de marcas próprias ao longo dos últimos 30 anos, destacando que muitas empresas brasileiras

se especializaram nesse nicho. Ele ressaltou a importância da qualidade das marcas próprias para garantir a fidelidade dos consumidores, explicando que elas não podem se basear apenas em preço para sobreviver no mercado competitivo.

Valle destacou a importância da percepção de valor em relação às marcas próprias. O entrevistado exemplificou com o caso do sabão em pó OMO, destacando que algumas marcas próprias não conseguem competir efetivamente devido à forte associação dos consumidores com marcas consolidadas como o OMO. Ele explicou que marcas próprias precisam oferecer mais do que apenas preço baixo para atrair clientes, pois a fidelidade do consumidor está ligada à imagem e qualidade associadas à marca. Em relação à abordagem na área de vitaminas, foi mencionado que a análise não foi tão profunda quanto a da farmácia de manipulação, indicando que essa estratégia não se mostrou viável após uma avaliação inicial.

Ao questionarmos o atual diretor executivo, Pedro Mattos, ele nos informou que dentro dos projetos de verticalização da Coop, hoje, estão as farmácias de manipulação, mas que é muito difícil de viabilizar, sendo mais realistas as salas Neocare nas farmácias onde são realizados uma série de serviços. Para ele:

a gente olha para marca própria, sim. Mas acreditamos que ainda não temos escala para isso. Nós temos duas operações piloto de assistência farmacêutica que são salas “Neocare” onde a gente consegue fazer exames e assistência farmacêutica, tipos de diagnósticos que a legislação permite. A gente tem um estudo, mas que é muito difícil de viabilizar que é toda parte de produção na farmácia de manipulação. A ANVISA ainda algumas reservas de mercado que é difícil você operar a manipulação junto com as farmácias de medicamentos industrializados, mas a gente acredita que manipulação é uma vertente que a gente possa seguir e principalmente vacinação que está muito ligado a essas salas Neocare é uma grande vertente do mercado farmacêutico. As tentativas de parceria que houve antes, não deu cola. Por isso nós pensamos em investir em uma estrutura de manipulação nossa (MATTOS, 2024b).

Marcio Valle ainda revela acreditar que a panificação própria da Coop esteja perto do fim, pois essa verticalização não cabe nos dias de hoje. Para exemplificar o porquê disso, apesar de admitir que fazia sentido nos tempos de Charles Gide, Valle argumenta utilizando o funcionamento de uma marca de mercado atuante fortemente em São Paulo:

E aí eu vou trazer um exemplo bem ligado ao varejo do OXXO. OXXO é essa rede que eu falei. Não sei se eles estão no Rio. É uma lojinha de conveniência pequena, talvez 50 metros e que tem alguns produtos de conveniência, entre eles, o pãozinho. Tem dois, só dois pães. A panificação deles são dois boxes, pão francês e pão integral francês. Aqui em Santo André, o pãozinho deles é igual ou melhor do que uma tal de “Padaria Brasileira”, que é a mais tradicional nossa aqui. É

uma padaria super antiga. A história de Santo André está ligada à “Padaria Brasileira”, é um dos ícones da cidade. O OXXO tem o pãozinho, pelo menos igual ao da “Brasileira”. Estou falando isso para quê? É, a “Brasileira” tem que se cuidar, claro, é o negócio dela. Mas a Coop, que o negócio dela não é fazer pão, é vender pão, ela pode comprar hoje de qualquer empresa que venda produto congelado e vai te dar o produto tão bom quanto se você tivesse uma padaria dentro da loja. Com aquele frescor imediato, fez a massa tal, esperou o tempo de fermentação, pôs no forno e vendeu. Então, a panificação central hoje, ela vai perdendo para essas empresas especializadas. Vai perdendo em escala, custo, e a qualidade vai sendo igualada por conta da tecnologia de produção desses produtos nas empresas grandes, ou seja, a gente perde o foco. Porque enquanto aquilo trazia o diferencial para a loja, ok, mas hoje até o cheiro do pão assando, se você quiser, a gente consegue colocar aromas na loja. Você põe o aroma de padaria na padaria. A pessoa tem toda a sensação de que o pãozinho está sendo feito lá e ela não vai descobrir. Para você ter uma ideia, a COOP vende pudim, bolo, isso que você falou da parceria com a Nestlé, isso continua. Nós somos credenciados pela Nestlé usando os produtos dela, dar nome de bolo leite ninho, pudim de leite condensado Moça. Esse credenciamento, inclusive o selo é na embalagem vem com o selo do produto, Leite Condensado Moça. E assim, esses produtos são congelados na nossa central de panificação e vem para a loja, são descongelados e vendidos. Se você falar para um consumidor qualquer que aquele produto é congelado, ele não vai acreditar. Você não percebe. Não tem diferença de um fresquinho feito na hora e do congelado. Só que, fazer um bom produto congelado, que a logística poderia ser um problema, não é mais. Se congela, você guarda por um tempo muito maior. Você transporta grandes distâncias. E esses custos todos, eles são compensados pela eficiência e escala que a empresa tem e ele compete com a Companhia central de panificação que nós tenhamos. A Coop, ainda tem a central de panificação, mas a tendência é não ter mais. Então, talvez para haver uma visão geral, você fala de verticalização. É a tendência é cada vez ter menos verticalização no varejo. Fechar cada vez mais num *hub* de entrega. Hoje, por exemplo, o Mercado Livre, o que ele faz para poder ter mais capilaridade? Ele contrata lojas na cidade que funcionou justamente como um hub de logística, é o last-mile, a última entrega, ou às vezes nem isso. Você está numa cidade, vai comprar no Mercado Livre, ele fala, bom, para onde a entrega? Ah, é tal lugar. Você quer pegar na loja ou quer que entregue em casa? Tem uma diferença de preço pequena, dois, três reais. Eu vou pegar na loja. A loja, não é loja deles, é uma loja qualquer da cidade que aluga o espaço dela para receber da logística do Mercado Livre os produtos e para entregar para você. Então o varejo ele vai caminhando para esse *hub* logístico (VALLE, 2024).

Questionamos à Valle se ele acreditava que a Coop estava seguindo o caminho inverso da verticalização, sendo apenas um espaço de aluguel para os grandes produtores chegarem até o cliente. Para Valle é exatamente isso que acontece, pois existe hoje uma importância da diferenciação nos supermercados, enfatizando que ocorre especialmente nos produtos perecíveis. Ele destacou que a diferenciação é alcançada através do produto em si, da imagem da empresa, dos cuidados e do tipo de embalagem, especialmente para evitar rupturas, que são críticas nesse setor devido à necessidade de reposição constante. Além disso, ele ressaltou a relevância do

atendimento ao cliente, incluindo o ambiente da loja, como fatores importantes para garantir a satisfação do cliente, no caso, cooperados.

A Benassi, por exemplo, é uma empresa que trabalha com a Coop faz algum tempo e utiliza o espaço de hortifruti para vender seus produtos. Até mesmo os funcionários da Benassi são independentes da Coop. Os cooperados ou clientes que vão à loja fazer compras não percebem que existe um processo diferenciado, já que suas compras passam normalmente no caixa e a diferenciação do que fica com a Coop ou o que vai para a Benassi é feita internamente na Cooperativa.

A Benassi é uma operação bem mais integrada, porque a Benassi nós temos a operação lá que ela não recebe nem um contrato que tem um pagamento pelo produto dela. Quando entra na COOP, a gente paga pela saída, então o que passou no caixa, a gente retém o que seria o aluguel desse espaço da Benassi. Os funcionários são todos da Benassi, mesmo a administração de preços, é da Benassi. O que acontece é que a área comercial fiscaliza. Se o binômio qualidade e preço começa a sair fora da nossa estratégia, que a gente quer ter um preço que não é o mais baixo, mas é para ter o produto de melhor qualidade nos mercados onde a gente atua. Então tem essa supervisão nossa. Então, tem a Hering hoje, que trabalha na nossa área têxtil. Aliás, antes disso, já tinha outra empresa, era o “Shopping das Fábricas”, também operava e trabalhava no esquema semelhante ao da Benassi. Na hora dela fazer a fatura quinzenal, ela ia na loja, fazia inventário e via quando tinha vendido. Aquilo era a fatura dela, né? Inclusive, ela absorvia as quebras, as perdas, assim como a Benassi também absorve. Então, a tendência é realmente é da especialidade do varejo, cada vez mais é ser o quê? Descobrir um bom ponto para colocar a loja, gerar fluxo dessa loja, gerar fidelidade para essa loja da marca. E aí, sorte de quem tiver contrato com essa empresa, porque ela vai estar lá dentro e vai conseguir girar os produtos dela. É mais ou menos a mesma lógica do marketplace (VALLE, 2024).

Valle (2024) destacou o papel dos grandes marketplaces, como Americanas e Magazine Luiza, na geração de fluxo para os produtos oferecidos dentro deles. Ele explicou que essas plataformas lidam com problemas e reclamações diretamente com o consumidor, mesmo que o produto seja de um parceiro. Em contraste, a experiência em uma loja física proporciona uma dimensão sensorial, visual e social única. Ele ressaltou a importância desses elementos ao escolher produtos, sentir o cheiro e interagir com o ambiente. Essa experiência sensorial completa, que engloba todos os sentidos, continua sendo valorizada pelo ser humano, o que demonstra a importância da adaptação do varejo físico às demandas atuais.

Apesar de uma unidade da Coop ter mais de um milhão de donos, a produção de tomate ou arroz não pertence à Coop, e seus cooperados se limitam a controlar o varejo. Questionamos o que Valle acreditava sobre o processo de apropriação do espaço produtivo pelo cooperativismo de consumo e pela Coop a partir da visão de Charles Gide, e se era um processo realista para o atual momento da Coop. Valle reforçou sua visão de que as ideias

de Gide e também de Robert Owen são utópicas para a Coop, especialmente devido às modificações do espaço que se adaptaram a uma competitividade que envolve um grande processo de terceirização e especialização de atividades.

Ele acredita que o cooperativismo de consumo tem uma diferença fundamental em relação a outros tipos de cooperativas. Nas cooperativas em que o cooperado depende dela para vender seu produto ou serviço, como no caso das cooperativas de serviços médicos, como a Unimed, ou cooperativas agropecuárias, onde a venda é coletiva, o cooperado tem uma ligação orgânica com a cooperativa, que é de dependência para sua própria sobrevivência profissional. Além dessa dependência, essas cooperativas acabam reforçando laços e o próprio modelo cooperativista com o cooperado ao longo do tempo, muito pela vivência e dependência que esse cooperado tem em relação à cooperativa da qual faz parte. Em relação às cooperativas de consumo:

talvez seja o ramo onde essa ligação cooperado/cooperativa é mais ténue. E uma cooperativa de serviços, uma cooperativa agropecuária, isso é fundamental, porque a cooperativa é a forma da pessoa sobreviver. Então, a questão da verticalização, no limite, ela pouco importa para o cooperado. Pouco importa para o cooperado de onde vem o tomate. Conforme a civilização, a sociedade evolui, essa sociedade passa a cobrar que esse tomate não tenha muito agrotóxico que afeta a saúde dele diretamente. Então, além de ter um tomate bom e gostoso disponível, outro degrau, eu quero que esse não tenha muito agrotóxico, o segundo nível. Um terceiro nível, eu quero que esse tomate seja feito a partir de trabalho saudável, que não tenha trabalho escravo, que não tenha trabalho infantil. Quarto nível, eu quero que esse tomate venha de comunidades onde ele proporcione o desenvolvimento da comunidade. Você pega Co - op, na Inglaterra, eles têm um programa muito legal, onde eles asseguram que aquele chocolate vem de uma operação de cooperativas da África, onde todos os manejos são sustentáveis, não tem trabalho escravo nem infantil. As pessoas são adequadamente remuneradas, daí por diante. E ele tem um preço que não é o mais baixo, ele tem um preço mais alto. E quando a pessoa está comprando aquilo, ela está fazendo uma doação para aquelas comunidades da África. Então são níveis de compromisso da sociedade que vem evoluindo. Vai depender também do poder aquisitivo desse consumidor. Então, se você garante isso para o cooperado, tanto melhor. E a cooperativa não consegue ter uma unidade dela na África para a transportadora Internacional, que leve esse tomate para Amsterdam, para depois distribuir na Europa. Hoje, a gente não tem mais essa utopia, absolutamente. Então, essa é uma questão.

Para Valle, existe uma segunda questão que se aproxima do sentido de verticalização de Charles Gide, mas respeitando as novas estratégias impostas pelo espaço econômico da especialização e da terceirização, que é o aprofundamento do sexto princípio cooperativista, ou seja, a intercooperação entre as cooperativas. Valle apresentou, já em uma entrevista de

2020, o exemplo de como a Coop incentiva o sexto princípio do cooperativismo com o próprio exemplo da Coopercarga ao afirmar que:

nós fazemos intercooperação, vamos dizer, talvez, em três frentes. Sempre em qualquer uma dessas frentes. E você disse, bem, é uma das bases, é um dos princípios do cooperativismo, o sexto princípio, mas nós não podemos esquecer da eficiência, da competitividade, então nós trabalhamos com as cooperativas sempre num nível de exigência igual ou maior até do que produtos de empresas similares. E se a cooperativa não tiver a qualidade que nós precisamos entregar para o nosso cooperado, nós sempre construímos um projeto, um trabalho junto com as cooperativas, como for o caso, para elevar esse padrão de qualidade, padrão de segurança, padrão de preço, porque aí sim, existe intercooperação. Você tem um parâmetro de mercado e você pode construir junto com o seu parceiro um processo em que os dois cresçam e a cooperativa vai ficar mais competitiva. Quem fornece fica competitiva para nos atender e fica competitiva para atender o resto do mercado. Então, entrando nas três frentes. Uma frente, talvez a mais óbvia, nós compramos produtos de cooperativas. Aurora, uma Cooxupé, são cooperativas que nos abastecem regularmente. Nós contratamos serviços de cooperativas, quem faz toda a operação logística nossa hoje é a Coopercarga lá de Santa Catarina. Então como é que ela chegou? Em um processo de concorrência aberto, onde as maiores empresas logísticas do Brasil participaram, e ela ganhou. Qual a vantagem que ela teve? Nenhuma. Ela teria, se no empate técnico, a gente daria preferência a ela, mas nem isso Ela foi melhor o tempo todo e estamos muito orgulhosos por nós e por ela, né? Pelo cooperativismo, que consegue oferecer uma operação eficiente (VALLE, 2020).

Em 2023, a Coopercarga passou a atuar não apenas no Brasil, mas também em toda a América do Sul e acabou deixando de ser uma cooperativa para tornar-se uma S/A, processo já denunciado por Souza e Singer anteriormente, demonstrando que muitas cooperativas de sucesso abandonam o modelo para assegurar maiores ganhos aos, agora, acionistas. Valle (2024) ressaltou que mesmo com a Coopercarga deixando de ser cooperativa, outros exemplos poderiam ser dados, como a Unimed, que era a provedora de plano de saúde dos funcionários da Coop e que só terminou o contrato, pois a seguradora teve problemas de gestão em São Paulo que acabou arrastando para o ABC. Mesmo assim, ele afirma que a intercooperação é uma válvula ou é uma possibilidade dessa terceirização ser feita entre cooperativas, dando o exemplo da empresa que assumiu depois de nove anos à frente da Coop (2013-2022):

por exemplo, hoje, eu trabalho na Crediconsumo que além de prover serviços financeiros para os funcionários da Coop e de outras empresas, também opera com a Coop, nós estamos prestes a fazer uma operação de empréstimo para a Coop para financiar a expansão dela desse ano. Então a Coop, ainda na sua linha de verticalização, faz sentido a Coop ser uma entidade financeira? De jeito nenhum. Com a regulação do banco central hoje, com a imputação de responsabilidade dos administradores, a Coop não tem nenhuma condição de fazer isso. A

Crediconsumo tem, então o que ela faz? Diz, Crediconsumo, vamos trabalhar juntos. A Intercooperação, ela não pode encobrir ineficiências. A estratégia da Coop e da Crediconsumo sempre foi a seguinte, escuta, tem um negócio para fazer? Tem. Tem que contratar esse negócio? Tem que contratar um serviço? Tem. Quais são os atores? Entre eles têm cooperativa? Tem. Se essa cooperativa ficar finalista junto com mais um, dois ou três, eu vou dar preferência para ela. Porque não é uma preferência só econômica. Estou olhando em princípio os valores. Toda a questão que está por trás e que tem no cooperativismo a sua força e aí a preferência é dela, porque ela tem vantagens, outras vantagens competitivas além dos puramente econômicos. Tá, então. E pro segundo aspecto é que aliviaria essa questão da terceirização. É uma terceirização, mas continua sendo entre cooperativas. Aí foi cooperação (COOP, 2013-2022).

Apesar da visão de Valle sobre a tendência da terceirização que envolve a Coop e que é demonstrada na prática por inúmeros processos da Cooperativa que levam a esse pensamento, questionamos por que a Cooperativa retornou com a operação logística que havia terceirizado em 2021. Valle (2024) afirmou que, em 2020, a Coop tinha seu próprio Centro de Distribuição que contava com um imóvel próprio, equipe própria, tudo controlado diretamente pela Coop. Lembrando que a operação de transportes continuava com a Coopercarga. Em 2020, a Coop desativou todo seu processo interno de distribuição e terceirizou o serviço pensando em uma expansão estratégica, utilizando a empresa Penske. Os resultados não foram o esperado e em 2022 a Coop reassume sua logística. Para Valle (2024), usando os próprios colaboradores, a operação era mais eficiente do que terceirizando o processo, principalmente por manter o trabalhador engajado com a Cooperativa, o que era mais difícil com a terceirização. O Centro de Distribuição continua terceirizado, assim como o transporte que a Cooperativa utiliza para escoar sua produção.

Mattos afirma que o operador logístico terceirizado não conseguiu compreender as necessidades específicas da Coop, voltadas à operação logística do varejo. Assim, a Coop decidiu retomar essa operação. Ele também destaca que a escala é fundamental para decidir se algum serviço será terceirizado ou não. Por exemplo, a Coop não terceiriza a produção e distribuição de bolos confeitados e pães franceses, pois possui escala e competência nessa área, mesmo que existam grandes empresas no mercado que poderiam terceirizar esses serviços. Segundo Mattos, a decisão de terceirização ou verticalização não é uma questão de crença, mas sim de competência (MATTOS, 2024d).

Ao ser questionado sobre o processo de verticalização na Coop, Montes menciona que considerou a criação de uma cooperativa de consumo gerida pela Cooperativa e pelos pais dos alunos. No entanto, o projeto não avançou devido à resistência dos cooperados em investir capital da Cooperativa em um projeto que demandaria, por exemplo, a construção de

escolas. Para Montes, o foco atual da Coop está na indústria panificadora (MONTES, 2024).

A busca incessante da Coop por crescimento e expansão no varejo resulta na utilização intensiva de recursos e foco nesse setor, sem deixar margem para uma expansão produtiva da Cooperativa. Apesar do crescimento contínuo em número de unidades e cooperados, a Coop perde algumas posições no ranking ABRAS (2024) das maiores redes de varejo do país, atualmente ocupando a 34ª posição e saindo do grupo das 30 maiores empresas de varejo. Para a Cooperativa, seria necessário um aumento significativo no número de cooperados e nas vendas para gerar sobras suficientes que permitissem investimentos em setores além do varejo. Não há, no momento, inclinação da diretoria executiva para expandir a atuação da Coop no espaço produtivo. Entre considerações técnicas e ideológicas, apenas uma educação cooperativista, um aumento nas vendas e no número de cooperados, e uma mudança no pensamento do Conselho de Administração, que é orientado pela governança da Cooperativa, poderiam modificar o rumo atual da Coop. Analisaremos o funcionamento dessa governança a seguir.

5.3 Governança na Coop

Como já vimos, a ideia de Bookchin é fortalecer as assembleias de bairros e a partir dali ganhar força para um controle municipalista maior, de baixo para cima. Ensinar seus cidadãos a participarem de assembleias exige primeiro que o próprio Estado forneça a chance para que essas assembleias funcionem de forma significativa, mas essa realidade ainda parece estar distante, apesar de todos os esforços analisados em Souza (2006).

Nesse sentido, a Coop apresenta assembleias regulares onde cada cooperado, independentemente do capital que possui, apresenta o mesmo direito a voto. Existe ainda uma série de programas geridos pela Coop que concorrem, timidamente, com as responsabilidades do Estado, como exemplo programas ligado à saúde do cooperado, como as já citadas salas “Neocare”, ou questões ambientais como coleta de lixo, criando um potencial, mesmo que ainda tímido, para aproximar a Coop às ideias de Bookchin na descentralização estatal. O poder político ainda é frágil, sendo apenas a pressão dos cooperados por melhorias para a sociedade cooperativa algo relevante, mas que tende a aumentar seu potencial conforme novos espaços possam ser incorporados à Cooperativa. A

ideia de Bookchin sobre as assembleias apresentam, mesmo que distante ainda, alguma semelhança com o que existe dentro da Coop e do que marcou as federações de cooperativas como a C.W.S. Afirma Bookchin:

no mínimo, então, as tentativas de iniciar assembleias podem começar com populações que variam de um modesto bairro residencial a uma dúzia de bairros ou mais. Eles podem ser coordenados por delegados estritamente mandatados que são rotativos, recuperáveis e, acima de tudo, rigorosamente instruídos por escrito para apoiar ou se opor a qualquer questão que aparece na agenda dos conselhos confederais locais compostos por delegados de vários bairros assembleias (1997, s.p, tradução nossa)⁷⁴.

Esta rede de lugares conectados a partir de suas vivências, mas se encontrado em escalas muito mais elevadas, é justamente a dinâmica vivida pelas federações cooperativas. Bookchin ainda esclarece o que pode significar na prática esse confederalismo ao questionar:

o que é confederalismo conforme concebido na estrutura municipalista libertária, e como funcionaria em um ambiente livre sociedade ecológica? Seria acima de tudo uma rede de conselhos cujos membros ou delegados são eleitos a partir de assembleias democráticas presenciais, nas várias aldeias, vilas e até bairros das grandes cidades. Estes conselhos confederados se tornariam o meio para interligar vilas, bairros e cidades em redes confederais. O poder, portanto, fluiria de baixo para cima em vez de cima para baixo, e nas confederações o fluxo de poder de baixo para cima diminuiria com o escopo do conselho federal, variando territorialmente de localidades para regiões e de regiões para áreas territoriais cada vez mais amplas (1997, s.p, tradução nossa)⁷⁵.

A ideia de Bookchin de trazer os valores do humanismo e da cooperação para a sociedade na atual forma social capitalista também reflete a capacidade estrutural das cooperativas de consumo, como já destacado, muito mais em uma questão prático-pedagógica de longo prazo do que em substituição a curto prazo da atual política centralizada. O fato de toda estrutura da Coop ocorrer independente mente das empresas

^{74 78} Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *minimally then, attempts to initiate assemblies can begin with populations that range anywhere from a modest residential neighborhood to a dozen neighborhoods or more. They can be coordinated by strictly mandated delegates who are rotatable, recallable, and above all, rigorously instructed in written form to either support or oppose whatever issue that appears on the agenda of local confederal councils composed of delegates from several neighborhood assemblies.*

⁷⁵ Livre tradução a partir do original em língua inglesa: *what is confederalism as conceived in the libertarianmunicipalist framework, and as it would function in a free ecological society? It would above all be a network of councils whose members or delegates are elected from popular face-to-face democratic assemblies, in the various villages, towns, and even neighborhoods of large cities. These confederal councils would become the means for interlinking villages, towns, neighborhoods, and cities into confederal networks. Power thus would flow from the bottom up instead of from the top down, and in confederations the flow of power from the bottom up would diminish with the scope of the federal council, ranging territorially from localities to regions and from regions to ever-broader territorial areas.*

capitalistas e do próprio Estado já é um demonstrativo de ligação entre as cooperativas de consumo e as ideias de Bookchin como algo plausível.

“A Assembleia Geral é o órgão supremo da Coop, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta” (COOP, 2017). Na Coop, essas Assembleias têm caráter de máxima relevância, pois é onde se discutem os rumos da Cooperativa. No limite, bastam que no mínimo dez cooperados estejam presentes para a Assembleia ocorrer em terceira convocação, com cada cooperado tendo direito a um voto independente do capital social que detém. A Assembleia Geral Ordinária deve ocorrer sempre entre os meses de fevereiro e março, todos os anos, e contará com a prestação de contas pela Administração a destinação das sobras do ano anterior, eleição dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, caso esteja na época de eleições e a fixação do valor da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (COOP, 2017).

Assuntos como a reforma do Estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança do objeto social, dissolução voluntária da Sociedade e nomeação de liquidante, assim como contas do liquidante, são decididas em Assembleia Geral Extraordinária e que podem ser convocadas pelo Presidente da Coop, pelo Conselho de Administração ou quando houver motivos graves e urgentes, pelo Conselho Fiscal. Além disso, 1/5 dos cooperados podem solicitar uma Assembleia caso não sejam atendidos pelo Presidente. Aqui existe uma questão importante, pois caso uma Assembleia seja convocada com fim de dissolução da Cooperativa, basta que no mínimo 10 cooperados estejam presentes para decidir o destino de mais de um milhão de cooperados, tornando frágil decisões que podem impactar a vida de milhões de cooperados e o destino da própria Cooperativa (COOP, 2017).

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia, é composto por seis membros, divididos em dois conselheiros diretores que ocupam os cargos de presidente e vice-presidente, e quatro conselheiros vogais. Este Conselho possui mandato de quatro anos, com renovação mínima de 1/3 dos membros. Para garantir o princípio da neutralidade e independência, é estabelecido que não podem fazer parte do Conselho de Administração aqueles que tenham exercido, nos últimos cinco anos, cargos públicos de confiança ou eletivos, cargos diretivos em entidades religiosas, sindicais ou políticas, incluindo representações de bairro, a menos que seja em entidades ou órgãos relacionados ao Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (COOP, 2017). Para concorrer ao cargo, o candidato deve ser cooperado há pelo menos cinco anos e preencher ao menos uma das

seguintes condições:

a) ter exercido função de conselheiro diretor ou de conselheiro vogal na própria Cooperativa, por, pelo menos, um mandato; b) ter exercido por período superior a três anos o cargo de administrador, de diretor ou de conselheiro de administração em outra sociedade de grande porte de qualquer ramo, inclusive cooperativa, assim definida pela legislação; c) ser pós-graduado, por título concedido por instituição de ensino superior, em administração de empresas, em ciências econômicas, em ciências contábeis ou em gestão de cooperativas (COOP, 2017).

Para formar uma chapa, é necessário ao menos 100 cooperados com direito ao voto e que a assinem. O voto é secreto. Após o Conselho de Administração ser eleito, passam a eleger entre eles os Conselhos Diretores da seguinte forma:

1º Os cargos de Presidente e Vice-presidente são destituíveis a qualquer tempo, independentemente de motivo, por deliberação do Conselho de Administração. 2º O Conselho de Administração elegerá, a qualquer tempo, o Presidente ou Vice-presidente, em caso de falecimento, renúncia ou destituição. 3º Não havendo candidatos do Conselho de Administração aos cargos de Presidente ou Vice-presidente, o substituto será eleito pela Assembleia Geral, aplicando-se o disposto nos artigos 70 e 71, caso em que exercerão suas funções até o fim do mandato do Conselho de Administração (COOP, 2017).

A divisão entre os dois órgãos de gestão da cooperativa ocorreu em 2011, com a criação do Conselho de Administração, eleito pela Assembleia, responsável por ter um caráter mais consultivo e deliberativo em decisões estratégicas da Coop, e uma Diretoria Executiva, escolhida pelo Conselho de Administração, encarregada do cotidiano operacional da Cooperativa, cumprindo o que foi estabelecido em conjunto com o Conselho de Administração (VALLE, 2014).

Na prática, como funcionam as Assembleias na Coop? Aqui estão alguns dados importantes: das 60 entrevistas realizadas com os cooperados, nenhum deles havia participado de Assembleias ou conhecia alguém que tenha participado em algum momento. Dos funcionários operacionais que não ocupavam cargos de liderança, nenhum participou de Assembleias. Perguntamos ao fundador da Coop, Milton Ferriani, como eram historicamente as Assembleias.

Eu participo de todas. Elas não ficam cheias, no máximo uma que teve que lotou foi quando houve candidatos, né? Para disputar com o Montes. Aí, lotou, todo mundo teve que trabalhar para ajudar, porque o outro não agiu da melhor forma durante os dois últimos anos da gestão dele. A gente era subordinado daquele presidente, mas a gente via que o negócio não estava bem nos últimos dois anos de gestão. Nós trabalhamos bastante e lotou, mas lotou que não tinha lugar para sentar. Ah, tinha mais de mil pessoas por que teve campanha fora. Em uma Assembleia normal, quando muito, quando

muito, tem cinquenta, sessenta pessoas. Mas porque que não tem gente na Assembleia? Porque está tudo bom. Muito bom o que está aí. A Cooperativa é honesta, a Cooperativa não tem palhaçada. Lutou naquela ocasião da eleição, por quê? Porque tinha qualquer coisa com o presidente, não com o presidente, mas com quem ele pôs aqui. Acontece que aí lotou, lotou, mas fora isso, a turma vê como é que funciona. Se a turma das compras pegar dinheiro ou pegar alguma coisa, manda embora. Não fica titubeando, manda embora, dispensa e acabou (FERRIANI, 2023).

A eleição a que se refere é a de 1998, quando o então presidente José Antonio Montes disputou com o antigo presidente Nestor Pereira que, depois de 22 anos no comando da Coop, havia largado a presidência dois anos antes. Foram 8.590 votantes em 16 urnas. A chapa de Montes venceu por 5.421 votos enquanto Nestor Pereira apresentou 3.098 votos, com 57 nulos e 14 votos em branco (MEDICI, 2004).

Questionamos ao fundador se essas poucas dezenas de cooperados que participam da Assembleia exercem alguma influência sobre a Cooperativa, por exemplo, com ideias que sejam ofertadas ao Conselho de Administração.

Acontece é que na Assembleia, é o relatório, o relatório anual. Então ele está provando o que foi feito até agora. São contas apresentadas, temo retorno, todas as contas estão ali. E põe em votação. Perguntam, “você confia?”, quem estiver de acordo fica sentado. E fica todo mundo sentado. Eu não me lembro de alguém que levantou para criticar. Para dar ideia, sim. A ideia tem isso, alguém que vem de São José dos Campos e vem com algumas ideias ou vem comentar, vem agradecer, é comum agradecer. [Os Conselheiros] absorvem, absorvem, absorvem tranquilamente. Anote a matrícula do fulano, ou a ideia e põe em prática, isso não tem dúvida nenhuma. Se for viável, põe em prática. A cooperativa é séria, esse que é o negócio (FERRIANI, 2023).

Também questionamos Marcio Valle sobre as Assembleias e seu esvaziamento em relação ao grande número de cooperados que chegam a mais de um milhão. Valle explicou que a Coop trabalha com três números em relação às matrículas, 500 mil cooperados compram na Coop todo mês. Aproximadamente um milhão compraram nos últimos doze meses. E um milhão e setecentos mil operaram com a Coop nos últimos 3 anos e, em geral, têm direito a voto. Valle admite que existe um problema entre a Coop e o engajamento de seus cooperados em questões que envolvem o funcionamento da Cooperativa para além do preço. Para Marcio Valle:

tem um lado que é um problema na Coop de não buscar a maior interação, integração e participação dos cooperados. Hoje a gente poderia fazer assembleias virtuais, né? Participação maior. Por outro lado, aquilo que eu falei agora há pouco sobre o cooperativismo de consumo onde talvez seja o segmento, o ramo mais frágil do cooperativismo, porque não existe uma ligação do cooperado com a cooperativa. Se você

for em uma cooperativa agropecuária, quase a totalidade dos cooperados, ou uma boa parte, vai estar presente. A Credicitrus, do tipo de crédito, tem milhares de cooperados, ela fez uma assembleia virtual o ano passado que durou alguns dias e ficou aberta. A assembleia virtual teve uma participação, acho que de 78 mil cooperados. Então depende muito do mecanismo. A tecnologia permitiria isso, mas depende também dessa proximidade, ao que a gente chama de *afecto societates*, que é o quanto que a sociedade tem afeição, o quanto que existe fidelidade de proximidade afetiva do cooperado com a cooperativa. Então tem cooperativas, ramos que onde isso é muito forte, ramo médico, se o médico não tiver cooperativa, ele não sobrevive. Então vai ter assembleia, vai ter qualquer atividade, ele está junto, porque ele quer ter certeza que ele não vai ter prejuízo, vai trabalhar para a melhoria da cooperativa. Do consumo, se a Coop desaparecer, tem 10, 20 alternativas para esse cooperado na região onde ele está. Tanto o índice de supermercado quanto em drogaria. Então, vai fazer diferença para o cooperado hoje? Faz para uma parte pequena. Não sei se você encontrou nessas entrevistas cooperados dizendo, ah, não, eu só vou na Coop. Ah, não, mas tem outros, não, não, eu só vou na Coop. Ele não questiona. A questão é que a fidelidade dele já não é mais racional, ela é emocional. E tem muito disso. Se você pegar a Rede Social da Coop, o consumidor, que é cooperado, ele se relaciona de uma maneira diferente. Ele tem uma relação emocional. Quando ele não gosta de alguma coisa, ele não reclama da coisa, ele fica chateado. Às vezes se sente traído pela empresa, porque ele tem essa ligação emocional, é diferente. Eu digo, a Coop tem um problema. Porque a Coop faz assembleia num dia de semana, horário de trabalho. Quem que vai lá? Aposentados, majoritariamente, assim, são os amigos, né? A gente costumava fazer, pega um ônibus de São José, pega um ônibus de outro lugar. Pega quem? Ah, pega os seus melhores cooperativos, mais assíduos, mais próximos. São as pessoas que estão lá na loja o dia inteiro, que normalmente são aposentados ou certas pessoas que moram do lado, então usam muito a cooperativa. E funciona mais como um prêmio, né? É um passeio, a pessoa veio, pega o ônibus, vê como é que é uma assembleia, tem um café da manhã bem gostoso, vá, depois volta, né? Então, vira um passeio. Muitas, cooperativas fazem churrasco, fazem a assembleia de sábado, montam galpões com atrações, né? Às vezes musicais, né, fazem uma festa, né, para conseguir atrair esses cooperados quando não tem esse vínculo, esse aspecto dos detalhes tão forte na sociedade, então é e realmente é outra fraqueza, né? Aí uma tem toda razão, 80 pessoas decidir sobre o futuro de oitocentas mil, um milhão numa empresa de 2 bilhões e 800 mil, três bilhões. É previsto para esse ano três bilhões, não, não faz sentido (VALLE, 2024).

Durante a entrevista com José Montes, atual presidente eleito da Coop e representante de aproximadamente um milhão e setecentos mil cooperados, abordamos também a questão do baixo engajamento dos cooperados nas Assembleias e na Cooperativa de forma geral. Ele respondeu que:

vamos fazer uma semelhança com a RDB [Recibo de Depósito Bancário] de um Banco. O banco emite RDB e é obrigado a chamar as pessoas que tem esse crédito para fazer assembleia e para definir algumas

coisas. Quantas pessoas vão no banco? Nenhuma. Na Coop, quando sim, é quando você citou que teve a eleição do Nestor junto comigo lá atrás. Foram mais ou menos, acho que 9600 pessoas. Porque foi um algo. E normalmente, você poderia ter isso a cada ano, a cada ano de eleição, que são quatro em quatro anos, no caso da nossa Cooperativa. Normalmente, não tem ninguém que se interesse. Agora, nas nossas assembleias, a última delas, nós tivemos cento e doze pessoas, para um mundo de um milhão. As que não comparecem, são pessoas que não se interessam pelo movimento, porque, infelizmente, a gente não pode educar de forma cooperativa todo esse pessoal. Por quê? Porque se fosse numa agropecuária, uma cooperativa agro, com certeza nós teríamos lá muitos participantes. Por quê? Porque o cooperado, ele depende da cooperativa para escoar sua produção. No caso do cooperativas de consumo, ele não depende da cooperativa para isso. Ele pode comprar no Carrefour, por exemplo. Como compra? Na verdade, porque os nossos associados não são totalmente fiéis a cooperativa de consumo. Eles podem comprar onde quiserem, não é? (MONTES, 2024).

Questionamos se as Assembleias fossem realizadas de forma remota não teria um maior engajamento por parte dos cooperados, como citado por Marcio Valle sobre as Assembleias de cooperativas de consumo, mas Montes respondeu que esse não é o problema, pois o desinteresse por parte dos cooperados permaneceria. Para ele:

é o desinteresse, desinteresse, né? E também pelo não conhecimento do poder que ele tem. Eu costumo dizer que uma empresa com um milhão e seiscentos mil sócios ativos, ela não tem dono. Porque está muito espalhado. Então o Conselho de Administração tem essa responsabilidade de representar os donos da cooperativa. Eu me coloco dessa forma porque a nossa Cooperativa, ela podia ser como a Petrobras, por exemplo, na época em que houve o “petrolão”. Porque ninguém ia perceber. Nós temos auditoria, mas é fácil você fazer alguma coisa diferente para enriquecimento de poucos. Então nós nos colocamos como verdadeiros proprietários do empreendimento e respondemos para todos esses associados que não se interessam. Eu já tentei educar cooperativamente no passado, mas não consegui. Por quê? Porque cada vez mais o mundo se distancie desse lado social. Ele não está preocupado. Ele está preocupado é em ter o arroz e feijão na casa dele. Agora, entender se a cooperativa vai bem ou mal, ah, para eles tanto faz. Então com isso nós temos lá cento e poucas pessoas. E o estatuto determina que você precisa colocar o aviso da Assembleia nos jornais, que nós fazemos em todos os jornais onde existe Coop, além do diário oficial do estado, né? E colocamos também na própria loja onde nós colocamos lá avisos que a Assembleia será no dia tal. Então, se eles quiserem, eles podem comparecer. Não é? Sim, e de fato, poucos comparecem, né? (MONTES, 2024).

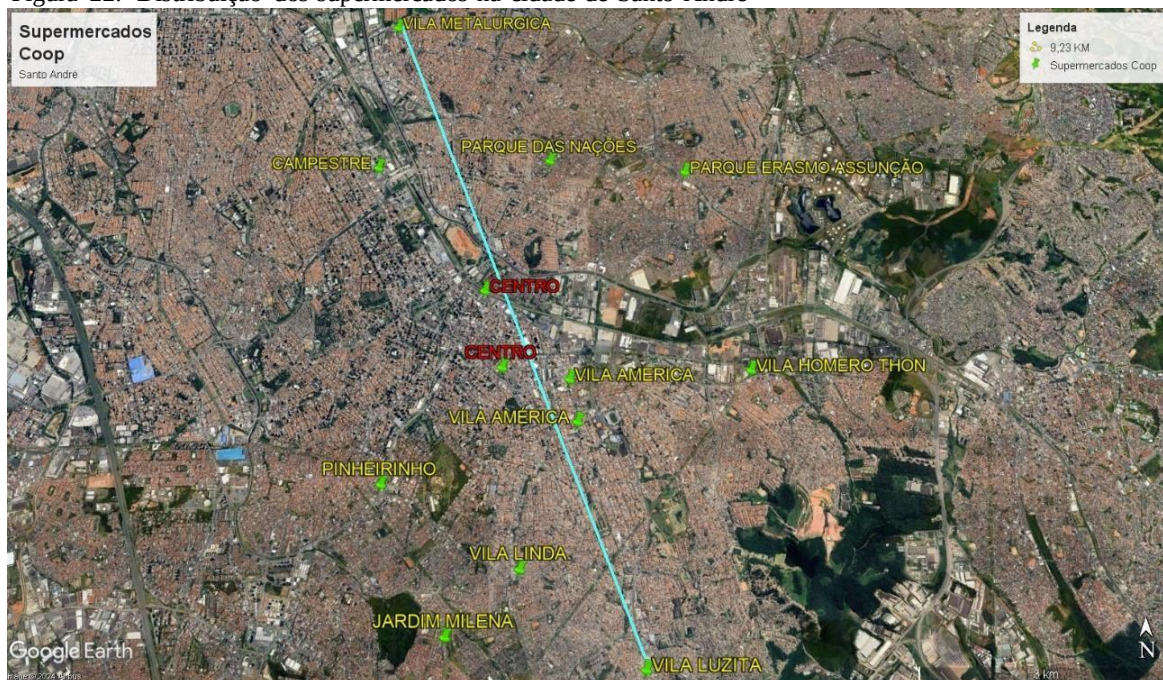
As características de convívio entre os cooperados da Coop e a perseguição por criar conexões pela gestão da Cooperativa, transformando-a em um *hub* social, cria um grande potencial para que as unidades da Coop sejam espaços de troca pela população local em questão de governança e de controle local. Em Santo André, por exemplo, as unidades de supermercados são muito próximas umas das outras e em bairros estrategicamente

escolhidos pela gestão para abarcar geograficamente o máximo de consumidores. Nessas unidades, já existem salas e locais onde os cooperados se socializam, ou têm aulas, por exemplo, o projeto “Ciclo de Palestras”. O próprio Marcio Vale afirma que a Coop passa a ser:

um hub social. Porque é o ponto de encontro, isso eu acredito que cada vez vai ficar mais forte. É você ir no lugar para conversar com as pessoas, se encontrarem. E aí o formato de supermercado tem uma vantagem porque ele é de bairro, né? É um mercado de bairro. Você encontra com as pessoas do bairro lá. Nós temos uma loja, a Coop do Parque das Nações, que ela teve que começar no passado, nos anos 2000, nós começamos a abrir a loja mais cedo, sete horas da manhã, porque fazia fila de idosos de manhã na frente da loja, para comprar pãozinho, mas no fim não era para comprar pão. Eles iam lá para conversar, para ficar batendo papo. Então o que nós fizemos? Primeiro colocamos bancos lá fora, em uma área coberta na entrada da loja, antes da entrada efetivamente da loja. Quando abria a loja, a gente servia café e pedacinhos de bolo. Porque o objetivo deles lá era a interação social. Então é essa a tentativa nossa, para uma loja física continuar relevante para o entorno onde ela está (VALLE, 2024).

A figura abaixo demonstra a distribuição dessas unidades pela cidade de Santo André e seus respectivos bairros com 13 unidades distribuídas em uma linha de 9,26 km.

Figura 22: Distribuição dos supermercados na cidade de Santo André



Fonte: Elaboração própria, 2024⁷⁶.

Esbarramos aqui em um problema vivido atualmente pela Coop na questão do engajamento de seus cooperados. Por qual motivo os cooperados iriam participar dessas

⁷⁶ Elaboração própria. Fonte dos dados: COOP. **Portal Coop**. Disponível em: www.portalcoop.com.br Acesso em: 05 mar. 2024

reuniões nas unidades da Coop? Como já dito pelos entrevistados responsáveis pela gestão da Coop, diferentemente das cooperativas que são ligadas à sobrevivência de seus cooperados, tal como a produção e agro, as cooperativas de consumo não são tão decisivas na vida de seus cooperados, pois mesmo que a Coop feche suas portas, não faltarão alternativas para o consumo varejista na região. Ocorre que, quando a Cooperativa aumenta sua participação no controle do espaço, como sugerido por Bookchin e por Chales Gide, sua participação na vida do cooperado e da comunidade também aumentam.

Quanto mais atividades estiverem sob controle da Coop, mais pessoas dependerão da Coop para sobrevivência. Imaginemos que, além dos trabalhadores do próprio varejo, que hoje somam aproximadamente seis mil pessoas, outros trabalhadores incorporados a partir de uma verticalização da Coop como as possíveis farmácias de manipulação e fazendas de energia solar possam também ter cada vez mais suas vidas ligadas diretamente à atividade da Cooperativa de consumo.

De qualquer forma, esbarramos no estatuto da Coop, no qual os cooperados, que são colaboradores, são vetados de votar nas Assembleias (COOP, 2017). Essa é uma questão que deve ser discutida para aumentar o engajamento, sem que coloque em risco a gestão da cooperativa com ênfase no consumidor final.

Algumas das ações sociais da Coop incluem iniciativas na área da educação, como o "Ciclo de Palestras" e a "Escola vai à Coop", além de programas voltados para a saúde dos cooperados, como a "Blitz da Saúde", onde os cooperados podem verificar a pressão arterial e medir a glicemia, com uma média de 1900 atendimentos mensais em 2023. Outra iniciativa é o programa "Saúde e Qualidade de Vida", no qual os cooperados participam de exercícios físicos nos estacionamento dos supermercados Coop, com aproximadamente dez mil participantes em 2023. Além disso, há o programa "Auxílio Funeral", no qual os cooperados recebem mil reais como contribuição para as despesas relacionadas à morte do titular ou de parentes diretos, com 1623 auxílios pagos em 2023. Todas essas ações indicam o compromisso da Coop em atender às necessidades da comunidade e promover o engajamento.

A Coop também reserva uma parte de suas sobras para contemplar entidades que contribuem para o bem-estar da comunidade. Em 2023, foram destinados 635 mil reais para esse fim, por meio de um processo de seleção para identificar os projetos a serem contemplados.

Tabela 6 - Entidades beneficiadas pela Coop em 2023

PROGRAMA DE BENEFÍCIOS ÀS ENTIDADES COOP - 2023		
Instituição	Município	Beneficiários diretos
Lar Benvido	Santo André	100
APAE de Santo André	Santo André	500
Instituição Beneficente Lar de Maria	Santo André	322
Projeto CRER - Carinho e Respeito ao Excepcional	Santo André	25
Ficar de Bem	Santo André	300
Instituição beneficente Irmã Marli	Santo André	472
Instituto Ecotece	São Paulo	118
Associação Beneficente Criança Cidadã de Santo André	Santo André	80
Instituto A Casa do Jardim	Santo André	70
IAM - Instituição Assistencial Meimei	São Bernardo do Campo	300
Criança Vida Nova	São Bernardo do Campo	70
Centro Comunitário Crianças de N. Senhora de Guadalupe	São Bernardo do Campo	80
Sociedade de Beneficência Borda do Campo	São Bernardo do Campo	40
Casa dos Velhinhos Dona Adelaide	São Bernardo do Campo	23
Grupo Luz Assistência e Orientação	São Caetano do Sul	230
Associação Estrela Azul	Mauá	1200
Instituição Recanto Tia Célia	Mauá	230
CRI - Centro de Referência do Idoso	Ribeirão Pires	770
Associação Guadalupe	São José dos Campos	45
Associação Privada de Fieis - Comunidade Magnificat	São José dos Campos	230
Obra Social Célio Lemos	São José dos Campos	300
Ação Comunitária Inhayba	Sorocaba	180
APAE de Tatuí	Tatuí	284
23 instituições	9 municípios	5.969 pessoas

Fonte: Relatório anual para Assembleia Geral de 2024⁷⁷

Além disso, existem projetos em que a Coop utiliza a lei de incentivos, contemplando cinco projetos sociais com valor aproximado de 867 mil reais. Ainda existem dois programas internos como o “troco do bem” e a venda da “Revista Coop”, que são destinados a APAES, onde a Coop tem presença e que, em 2023, recebeu 302 mil reais. Muitas dessas ações fazem a Coop concorrer com serviços que deveriam ser fornecidos pelo próprio Estado. Caso essas ações aumentassem em quantidade e qualidade a partir de um crescimento da Coop, ou mesmo de um cooperativismo de consumo interconectado, a Coop entraria não apenas na esfera da concorrência de empresas capitalistas, mas também na autonomia em relação ao Estado, já que são os próprios cooperados que, através das Assembleias, fazem a

⁷⁷ COOP. Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária 2024. Portal Coop, 2024.

gestão desses programas, como nos lembra Marcio Valle:

nós continuamos fazendo através da Coop a vontade do cooperado. Tudo que a Cooperativa faz, ela faz em nome e por conta do cooperado. O “troco do bem” que é um programa que nós destinamos os trocos de moedas ou pequenos valores que no caixa deveria receber e o cooperado tem a opção de deixar no caixa e já receber o ticket comprovando que ele está doando esse valor para tal entidade. A gente tem por trimestre esse valor de 30 mil, 40 mil reais de “troco do bem”. Além disso, um outro programa que é permanente é a venda da revista Coop, hoje no valor de venda metade desse valor menos os impostos vai para a Federação das APAES que distribui o valor pelas APAES onde a Coop está presente. Então é uma forma do cooperado ajudar as entidades de uma maneira transparente, de uma maneira segura, porque a gente faz uma seleção rigorosa de entidades e ele consegue dessa forma ajudar, participar do desenvolvimento dessas entidades. Existem outros programas também, um deles que é muito antigo também são 13 anos, acho que esse é o décimo quarto ano que a doação de valores para as entidades assistenciais, que são aprovadas ano a ano nas assembleias também pelos cooperados. Em 2016, devemos atender entre 17 e 18 entidades. Também nas cidades onde nós estamos, sempre um valor de 15000 a 20000 reais para fazer uma quadra, instalar ou equipar uma sala de computadores, fizemos na “cidade dos meninos” há pouco tempo, uma modernização da academia de ginástica que eles têm lá. [...] Sempre lembrando que o mandatário nessas ações é o cooperado, é dele que vem o recurso. Então nós deixamos ao mínimo as doações ou os apoios para serem decididos por nós, nós aprovamos isto em Assembleia, os programas, as entidades, isso depois corre as custas e dedicação do cooperado (VALLE, 2026).

Assim, é a partir dessa infiltração da Cooperativa no dia a dia dos cooperados que a Coop pode trazer o engajamento necessário para que a vida da comunidade possa ser gerida a partir das unidades da Cooperativa distribuídas pela cidade e pelos bairros. Cada unidade, por exemplo, poderia ter seu delegado eleito, que passaria a exercer maior cobrança e fiscalização nas Assembleias e no Conselho de Administração, pois conviveria diariamente com aquelas pessoas que frequentam os supermercados ou as várias formas de atuação da Coop nos bairros. Muitas são as possibilidades dessa estrutura espacial que, hoje, mesmo que timidamente, a Coop apresenta para formar uma Governança de baixo para cima. A realidade, porém, demonstrada pelas próprias falas do presidente do Conselho de Administração, demonstra uma Cooperativa que apresenta decisões que ocorrem de cima para baixo, ou seja, os gestores e as poucas dezenas de cooperados são os responsáveis pelas decisões que afetam milhares de pessoas onde a Coop atua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo de consumo e suas dinâmicas, que se materializam através da atuação das cooperativas de consumo, incluindo a Coop, são pouco conhecidos no mundo acadêmico, especialmente na Geografia. Apesar de haver uma série de pesquisas que envolvem as cooperativas, nenhuma delas aborda as peculiaridades do cooperativismo de consumo, o qual, como ressaltamos e argumentamos em nossa tese, representa uma categoria distinta que não pode ser comparada com o restante das cooperativas, devido ao seu caráter comunitário e transformador, que contrasta com o caráter privatizante das cooperativas que não se dedicam ao consumo. O primeiro objetivo a ser alcançado pela tese é fazer com que essa discussão chegue ao mundo acadêmico, o que ocorre ao ser defendida e analisada por outros pesquisadores, além do orientador, mesmo que receba críticas.

A Coop, nosso objeto de pesquisa e recorte espacial em uma parcela da Região Metropolitana de São Paulo, foi o foco central de nosso debate. Inicialmente, buscamos apresentar ao leitor o cooperativismo de consumo e a Coop por meio das dinâmicas históricas da Cooperativa e de sua atuação como cooperativa de consumo. As fotos, mapas e entrevistas foram empregados para proporcionar ao leitor uma compreensão da realidade da Coop enquanto distribuidora no varejo regional. Além disso, procuramos demonstrar que a Coop não se limita a uma função espacial de distribuição, mas também exerce uma função subterrânea ao modificar as relações sociais e as forças produtivas que podem impactar em sua área de influência, não necessariamente de forma contígua.

Após situar a Coop no espaço geográfico de múltiplas camadas, era necessário mostrar como suas atividades multifuncionais e estratificadas podem causar sismicidade na acumulação de capital e na forma social capitalista. Para isso, demonstramos que o trabalho excedente possui uma história na humanidade e suas mudanças de rumo estão relacionadas à luta de classes, uma interpretação explícita do materialismo histórico. Embora o leitor possa questionar por que retrocedemos tanto na história para justificar a atuação da Coop e do cooperativismo de consumo, acreditamos que essa análise nos conduziu à conclusão de que a Coop representa um “ponto de inflexão espacial cooperativista”.

Para desenvolver nossos próprios conceitos, é necessário um embasamento sólido, e concluímos que a Coop, ao não visar o lucro, representa um ponto no espaço onde o valor de uso cresce em relação ao valor de troca do formato capitalista. Sua presença torna o espaço geográfico menos capitalista, apesar de, como vimos, também poder ser utilizada para reter mais-valia nas mãos de outras facções do capital que não a comercial,

principalmente se não expandir sua atuação para o espaço produtivo.

Além disso, era importante elucidar a origem do cooperativismo de consumo. Concluímos que, apesar das cooperativas serem anteriores à Rochdale, foi a partir de seus oito princípios que as cooperativas de consumo ganharam força e modificaram significativamente o espaço geográfico. A verticalização alcançada pela C.W.S. demonstra que é possível uma apropriação do cooperativismo de consumo para além da esfera da circulação.

Essa análise histórica nos permitiu criar o conceito de “ponto de ignição” que as cooperativas de consumo mais avançadas podem alcançar, tendo como menor evolução o “ponto de fulgor” e “ponto de combustão”. Isso demonstra o caráter catalítico e autônomo, pelo menos economicamente, da Coop.

Toda essa potencialidade que o cooperativismo de consumo assume a partir de seu mecanismo de resgate de mais-valia distribuída pela comunidade de forma instável, mas em funcionamento, não necessariamente revela que a Coop tenha um caráter insurgente. Assim, investigamos o grau de insurgência da Coop a partir de visitas e entrevistas com os cooperados e seus líderes. Observamos o caráter alienado das pessoas envolvidas com a Coop em relação à sua função como “ponto de inflexão espacial cooperativista”.

Entre a falta de conhecimento da leitura feita a partir do materialismo histórico e uma concordância da Coop como um objeto anticapitalista, chegamos à conclusão de que se trata de um “paradoxo da insurgência alienada”, em que, apesar da dinâmica da Coop ser anticapitalista, os envolvidos com seu funcionamento não apresentam consciência disso. De qualquer forma, suas ações no espaço apresentam algum grau de insurgência a partir das seis práticas estabelecidas por Marcelo Lopes de Souza como insurgentes.

Tanto a insurgência quanto o papel como ponto de inflexão espacial cooperativista dependem muito da forma como a Cooperativa atua através de uma horizontalização e verticalização. Seu poder de controlar espaços habitacionais e produtivos são essenciais para o fortalecimento da Coop como ponto de inflexão. No entanto, identificamos que as Assembleias e o engajamento entre os cooperados são muito baixos. De mais de um milhão de pessoas com direito a voto, em média, menos de uma centena costuma comparecer às reuniões.

A justificativa dada por todos os líderes é que o cooperado não depende da Coop para sobreviver, enquanto em outras cooperativas fora do ramo de consumo, como as de serviços médicos, agropecuários e de produção, a cooperativa é fundamental para a sobrevivência do indivíduo. Na Coop, o cooperado pode facilmente substituí-la pelo Carrefour. Isso intensificou o nosso pensamento de que a expansão da Coop em todos os espaços, inclusive os produtivos, levaria à Coop a ter mais trabalhadores e realizar mais operações,

aumentando a importância da Cooperativa para a comunidade.

As críticas que surgem a partir dos caminhos teóricos que traçamos são importantes. Acreditamos que muitas estejam relacionadas à aproximação que fizemos entre uma leitura do materialismo histórico e nossa abordagem com a Geografia Libertária. Uma leitura das relações de produção e da mais-valia sobre o capitalismo não impede que a prática anticapitalista possa se alinhar a essas leituras e se materializar em diversas práticas de luta, inclusive libertárias. O objeto de nossa pesquisa, a atuação da Coop, apresenta severas contradições na leitura libertária, e não nos esquivamos disso, mas também revela, em sua essência, uma forma de atuação que é independente do Estado e das empresas capitalistas, baseada na apropriação do espaço e no controle pela comunidade, mesmo que de forma contraditória e, no limite, frágil. Críticas também podem ser feitas à flexibilização das práticas insurgentes que realizamos.

De qualquer forma, muitas questões ficaram de fora da pesquisa, mas podem ser repensadas em outros trabalhos. Entre elas estão as possíveis formas de organização de governança que a Coop pode apresentar como potencialidade e suas formas de organização enquanto empresa, as várias formas de aproximação que os movimentos sociais podem ter com a Coop, a identificação de outras cooperativas de consumo pelo Brasil e sua análise, tal como fizemos com a Coop, e a pesquisa de como outras cooperativas de consumo atuam em outros países. Entre tantas outras possibilidades que o cooperativismo de consumo permite desvendar no espaço através da pesquisa acadêmica.

Harvey (2016) conclui suas *17 Contradições e o Fim do Capitalismo* demonstrando que práticas anticapitalistas devem ser pensadas a partir de um mundo que sobrepõe o valor de uso ao valor de troca e que limite as pessoas privadas de acumularem dinheiro como forma de poder social. Nós acreditamos que o cooperativismo de consumo é uma ferramenta com grande potencial para essa caminhada. Além disso, ele também demonstra a importância das assembleias para gerir o bem comum, que deve ser perseguido pelo movimento anticapitalista. Esse bem comum se sobreporá ao caráter privatizante da acumulação capitalista. Essa ideia, para nós, por tudo que vimos, é altamente compatível com a forma como o cooperativismo de consumo atua no espaço.

Harvey também demonstra como os consumidores associados podem intervir na produção a partir de suas necessidades reais, e não das necessidades criadas para a obtenção de maior lucro. Essa é outra dinâmica que acreditamos ser compatível com uma atuação verticalizada e hegemônica que cooperativas de consumo podem ter no espaço, assim como o observa sobre o uso dos meios de produção.

O monopólio e o poder centralizado sobre o uso dos meios de produção sejam dados a associações populares, através das quais as capacidades competitivas descentralizadas dos indivíduos e dos grupos sociais sejam mobilizadas para produzir diferenciações nas inovações técnicas, sociais, culturais e de estilos de vida (HARVEY, 2016, p. 272).

E, dentro dessas práticas sugeridas por Harvey, talvez uma das mais desafiadoras em relação ao funcionamento interno da própria Coop, seja otimizar todas as outras possibilidades em uma luta contra a alienação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo: São Paulo, 2018.

Assaí. **Linkedin**. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/assaiaacadista/> Acesso em: 24 maio 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

BENTEO, Luciana Mara: depoimento [maio 2023]. Entrevista concedida à tese de Doutorado de Anderson Francisco de Andrada. Santo André, SP, 2023.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOOKCHIN, Murray. **From Urbanization to cities**: towards a new politics of citizenship. London: Cassell, 1995.

BOOKCHIN, Murray. **Libertarian municipalism**: the new municipal agenda. *Institute for Social Ecology*. Plainfield, Vermont, January 1st., 1997 [on-line]. Disponível em: <https://social-ecology.org/wp/?s=the+new+municipal+agenda>. Acesso em: 19 set. 2022.

BOOKCHIN, Murray. **Urbanization without cities: the rise and decline of citizenship. Montréal and Cheektowaga, NY**: Black Rose Book, 1992. Disponível em: https://files.libcom.org/files/Urbanization_Without_Cities_-_Ebook.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008**. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 29 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm#:~:text=LEI%20n%2010.257%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Regulamenta%20os%20arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Dispõe sobre o cooperativismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 1997. Seção 1, p. 29579.

Bravo, Gian Mario. **Historia del socialismo 1789-1848**: el pensamiento socialista antes de

Marx. Barcelona: Ariel, 1976.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia – a idade da fábula**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S/A, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COGGIOLA, Osvaldo. **Os inícios das organizações dos trabalhadores**. Aurora. Marília, SP, ano 4, n. 6, ago. 2010, pp. 11-20. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1227>. Acesso em: 19 set. 2022.

COHEN, Gerald Allan. **A Teoria da História em Karl Marx**: uma defesa. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

COLE, George. **A Century of Co-operation**. Manchester: Allen & Unwin for the Co-operative Union Ltd., 1944. Disponível em: <https://archive.org/details/centuryofcoopera035522mbp/page/n7/mode/2up>. Acesso em: 19 set. 2022.

COOP adere à campanha Marcas Campeãs. In: **Jornal Joseense**, 2024. Foto: MOREIRA, Rodolfo. Disponível em: <https://jornaljoseensenews.com.br/coop-adere-a-campanha-marcas-campeas/> Acesso em: 10 abr. 2024.

COOP Drogaria acelera revitalização de marca de suas unidades. **Guia da Farmácia**, 2022. Disponível em: <https://guiadafarmacia.com.br/coop-revitalizacao/> Acesso em: 5 abr. 2024.

Coop Empório é o novo conceito de negócio da rede varejista. **ABC Agora**, 2023. Disponível em: <https://www.abcagora.com.br/coop-emporio-e-o-novo-conceito-de-negocio-da-rede-varejista/> Acesso em: 10 abr. 2024.

COOP investe em minimercados em condomínios. In: GIRO NEWS, 2023. Disponível em: <https://www.gironews.com/supermercado/estreia-em-conveniencia-71948/> Acesso em: 10 mar. 2024.

COOP, Cooperativa de Consumo. Estatuto Social. Santo André, 27 de outubro de 2017. Antonio José Monte - Presidente. **Portal Coop** Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/estatuto-social/>. Acesso em: 10 maio 2023.

COOP. Relatório do Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária 2023. **Portal Coop**, 2023. Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/>. Acesso em: 20 de maio de 2023. Nota: Documento não mais disponível online.

COOP. Relatório do Conselho de Administração para Assembleia Geral Ordinária 2024. **Portal Coop**, 2024. Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Anual-Coop-AGO-2024.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

COOP. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/coopbrasil/> Acesso em 26

maio 2024.

Consumo. **Anuário Coop**, 2023. Disponível em: <https://anuario.coop.br/ramos/consumo>
Acesso em: 04. abr. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DOBB, Maurice Hebert. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Drogarias externas da COOP são abertas ao público. **ABRAS**, 2013. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/geral/35031/drogarias-externas-da-coop-sao-abertas-ao-publico> : Acesso em 20 de abril de 2024.

EAGLETON, Terry. **Why Marx Was Right**. New Haven: Yale University Press, 2011.

ELHACHAM, E., Ben-Uri, L., Grozovski, J., Bar-On, Y. M., & Milo, R *et al.* Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-020-3010-5> Acesso em: 26 maio 2024.

ENTREVISTADO 1 Entrevista concedida à tese de Doutorado de Anderson Francisco de Andrada. Santo André, SP, 2023.

ENTREVISTADO 2. Entrevista concedida à tese de Doutorado de Anderson Francisco de Andrada. Santo André, SP, 2023.

FAIRBAIRN, Brett. **Meaning of Rochdale: the Rochdale pioneers and the co-operative principles**. Saskatoon, Canada: University of Saskatchewan, 1994[1959]. Disponível em: <https://usaskstudies.coop/documents/occasional-papers/meaning-of-rochdale.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

FERRIANI, Milton. Entrevista concedida à tese de Doutorado de Anderson Francisco de Andrada, 21 set. 2023.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GIDE, Charles. **A History of Economic Doutrines: from the time of the physiocrats to the presente day**. Boston: D. C. Heath and Company, 1913.

GIDE, Charles. **L'École de Nîmes**. Édition du centenaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

GIDE, Charles. O Programa Cooperativista. In: **Revista Seara Nova**, Lisboa, Ano XII, n. 349, p. 206-208, Jun. 1933.

GIDE, Charles. **Principes d'économie politique**. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1931.

GIDE, Charles. **Sociétés Coopératives de consommation**. Paris: Librairie Armand Colin, 1910.

GLA – Greater London Authority. **The London Plan**. London, march 2016. Disponível em: <http://www.hwa.uk.com/site/wp-content/uploads/2020/10/CD-14.17-The-London-Plan.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

GOETHEM, Geert Van. The Belgian Co-operative Model: Elements of Success and Failure. In: HILSON, Mary; NEUNSINGER, Silke; PATMORE, Greg. (Ed.). In: **A global history of consumer co-operation since 1850: movements and business**. Leiden and Boston: Brill, 2017. pp. 78-98. Disponível em: https://library.uniteddiversity.coop/Money_and_Economics/Cooperatives/A_Global_History_of_Consumer_Co-operation_since_1850.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica: Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HILSON, Mary. Rochdale and Beyond: Consumer Co-operation in Britain before 1945.

HILSON, Mary; NEUNSINGER, Silke; PATMORE, Greg. (eds.). In: **A global history of consumer co-operation since 1850: movements and business**. Leiden and Boston: Brill, 2017. pp. 59-77. Disponível em: https://library.uniteddiversity.coop/Money_and_Economics/Cooperatives/A_Global_History_of_Consumer_Co-operation_since_1850.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 Tecelões de Rochdale: história dos probos pioneiros de Rochdale**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

ICA. **Guidance Notes to the Co-operative Principles**, [s./l.], 2015. Disponível em: <https://www.ica.coop/sites/default/files/2021-11/ICA%20Guidance%20Notes%20EN.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

JABBOUR, Elias. **China: o socialismo do século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias. **Democracia e socialismo na China**, por Elias Jabbour. **Vermelho**, 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/07/01/democracia-e-socialismo-na-china-por-elias-jabbour/> Acesso em: 26 maio 2024.

JONSSON, Pernilla. From Commercial Trickery to Social Responsibility: marketing in the Swedish co-operative movement in the Early Twentieth century. *In*: HILSON, Mary; NEUNSINGER, Silke; PATMORE, Greg. (Ed.). **A global history of consumer co-operations since 1850: movements and business**. Leiden and Boston: Brill, 2017. pp. 642-667.

Disponível em:

https://library.uniteddiversity.coop/Money_and_Economics/Cooperatives/A_Global_History_of_Consumer_Co-operation_since_1850.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

JUNIOR, José Raimundo Sousa Ribeiro. **Alienação das práticas alimentares e urbanização em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana). – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

KLAUS, Schwab. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reform or Revolution?** Paris: Foreign Languages Press, 2020[1889].

MALATESTA, Errico. Um projeto de organização anarquista. **Itha anarquista**. Il Risveglio (Genova). 1927. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/projeto-org-anarquista-errico-malatesta/> Acesso em: 20 jul. 2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008[1859].

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013[1867].

MARX, Karl. **O Capital - Livro II – crítica da economia política: O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014[1885].

MARX, Karl. **O Capital - Livro III – crítica da economia política: O processo global da produção capitalista**, 1894. São Paulo: Boitempo, 2016.

MATTOS, Pedro. ABC em OFF Entrevista – Pedro Mattos – 19.04.24. ABC EM OFF. 2024c. **Youtube** [42min:42s]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tGY_IMEF7lE&t=809s Acesso em: 26 maio 2024.

MATTOS, Pedro. Coop: A experiência como diferencial na cooperativa de consumo. ClienteSA Play. [2024a]. **Youtube** [01h:04min:54s]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Sjd-qxUcOR0?app=desktop> Acesso em: 25 maio 2024.

MATTOS, Pedro. A aposta em diferentes formatos de lojas: Pedro Mattos, diretor-geral

daCoop. SuperVarejo. 2024b. **Youtube**, [47min:34s]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tIB-_dcgEz8. Acesso em: 26 maio 2024.

MATTOS, Pedro. Pedro Mattos: depoimento. Entrevista concedida a Anderson Francisco de Andrada. Santo André. Entrevista concedida à tese de Doutorado. Maio 2024.

MEDICI, Ademir. **COOP**: 50 anos de história. São Paulo: COOP, 2004.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do Espaço-Mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, Corpo do Tempo**: a construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

NASCIMENTO, José Alexandre Miron. Material para Pesquisa. Charge: Cartilha da “Escolavai à Coop”. E-mail enviado para ANDRADA, Anderson Francisco de. 07 jun. 2023.

OCB. Anuário COOP do ramo consumo de 2023. **Anuário Coop**. 2023. Disponível em: <https://anuario.coop.br/ramos/consumo> Acesso em: 25 maio 2024.

PORTAL COOP. **A História da COOP**, 2022a. Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/o-que-e-coop/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

PORTAL COOP. **Relatório do Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária 2022**, 2022b. Disponível em: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio.pdf>. Acesso em: 09/ abr. 2024

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Profissionais do Ano ABRAS 2024: conheça os vencedores. **Superhiper**, 2024. Disponível em: <https://superhiper.com.br/profissionais-do-ano-abras-2024-conheca-os-vencedores/> Acesso em: 25 maio 2024.

Ranking ABRAS 2024: estudo traz raio-x do varejo alimentar brasileiro. **SuperHiper**, São Paulo, n. 569, p. 1-48, maio 2024. Disponível em: <https://superhiper.com.br/revista/>. Acesso em: 20 maio 2024.

RECLUS, Elisée. **Anarchy, Geography, Modernity**: Selected Writings of Elisée Reclus. Michigan: Thomson-Shore in Dexter, 2013 [1866].

RECLUS, Elisée. **El Hombre y la Tierra**: tomo primero. Barcelona: Escuela Moderna, 1906.

REDFERN, Percy. **The Story of the C.W.S.** Manchester: The Co-operative Wholesale Society Limited, 1913. Disponível em: <https://archive.org/details/storyofcwsjubile00redfuoft/mode/2up?ref=ol&view=theater>. Acesso em: 17 set. 2022.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e**

urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 244f.

ROBERTOWENMUSEUM. **An overview of the life of Robert Owen**. 2022. Disponível em: <https://www.robertowenmuseum.co.uk/wp-content/uploads/2019/11/O-verniew-of-the-life-of-Robert-Owen.pdf> . Acesso em: 05 mar. 2022

SANTOS, Helaine Maria Naves dos. **Saneamento e saúde ambiental em Araguari – MG**. 2014. 178f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. 178f.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro. Record, 2004.

SILVA, José Aprígio da. **Programa do Cooperativismo - Episódio 5 - Tema Habitacional**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XmOgAAhAtY4>. Acesso em: 05/03/2022.

SINGER, Paul. **Ensaio Sobre Economia Solidária**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2018.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante:** repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SIQUEIRA, Igor. Maracanã 70 anos: o gosto de ser campeão na torcida visitante contra flamengo. **O Globo**, 2004. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/maracana-70-anos-gosto-de-ser-campeao-na-torcida-visitante-contra-flamengo-botafogo-1-24475884>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **A Prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos Espaços de Controle aos Territórios Dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por Uma Geografia Libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Toad Lane: a building for co-operative memory. Coop News. Disponível em: <https://www.thenews.coop/toad-lane-a-building-for-co-operative-memory/> Acesso em: 04 maio 2024

VALLE, Marcio. Coop completa 67 anos alinhada com as tendências do mercado. Reporter Diário. 2021a. **Youtube**, [37min:34s], Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SPce0RNYRLY> Acesso em: 26 maio 2024.

VALLE, Marcio. Cooperativismo entenda o conceito e suas vantagens. ACISA - Associação Comercial e Industrial de Santo André. 2021b, **Youtube**, [01h:34min:12s], Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zuEQDYN1yJ8&t=13s> Acesso em: 26 maio 2024.

VALLE, Marcio. Ecotv entrevista #Marcio F. Blanco do Valle. Eco TV. 2014. **Youtube**, [56min:06s], Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8XKh3_2QzPs Acesso em: 26 maio 2024

VALLE, Marcio. Entrevista com o presidente da Coop, Sr Marcio do Valle. RN TV Redenotícias. 2016. **Youtube**, [17min:48s]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RQJV8i3fM_4.

VALLE, Marcio. Inauguração da loja Giovanni Battista Pirello. 2019. **Facebook Live**. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=2197286300362016 Acesso em: 26 maio 2024.

VALLE, Marcio. Marcio Valle: depoimento [março 2024]. Entrevista concedida à tese de Doutorado para Anderson Francisco de Andrada. Santo André, SP, 2024.

VALLE, Marcio. Programa do Cooperativismo - Episódio 2 - Tema Consumo. Sistema Ocesp, 2020. **Youtube**, [25min:38s], Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bI0jd68DxWA> Acesso em: 26 maio 2024.

VALLE, Marcio. RDtv - Entrevista com Marcio do Valle, diretor presidente da COOP. Repórter Diário. 2013, **Youtube**, [28min:54s], Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FdNIa9vJJdM> Acesso em: 25 maio 2024.

VUOTTO, Mirta; VERBEKE, Griselda; CARUANA, Eugenia Castela. Consumer Co-operation in a Changing Economy: the case of Argentina. In: HILSON, Mary; NEUNSINGER, Silke; PATMORE, Greg. (Ed.). **A global history of consumer co-operation since 1850**: movements and business. Leiden and Boston: Brill, 2017. pp. 481-506. Disponível em:

https://library.uniteddiversity.coop/Money_and_Economics/Cooperatives/A_Global_History_of_Consumer_Co-operation_since_1850.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

ANEXO A

CITADINOS (NÃO COOPERADOS)

Questionário

1) Pessoas que circulam próximas à COOP ou estejam em algum estabelecimento próximo, mas não são cooperados

- 1) Você sabe o que é COOP?
- 2) Você sabe quem é o dono ou os donos da COOP?
- 3) No seu entendimento, o que é uma cooperativa de consumo?
- 4) Você sabe o que são as sobras?
- 5) Você frequenta a COOP? O que você enxerga de positivo na COOP?
- 6) Por que nunca quis ser cooperado?
- 7) Você mora próximo a alguma COOP?
- 8) Conhece algum programa social da COOP, ou seja, atividades da COOP além da venda de mercadorias? Acredita que sejam impactantes na sua região?
- 9) Você enxerga alguma conexão entre a redistribuição das sobras e o combate à desigualdade social ou ao capitalismo?
- 11) Qual o bairro que você mora? Aqui em Santo André mesmo?
- 12) Qual sua profissão?

2) Empresários de estabelecimentos próximos à COOP (Padarias, Drogarias, Mercarias, Pequenos Mercados) e estabelecimentos não concorrentes (Restaurantes, Clínicas, Lojas de vestuário)

- 1) Você sabe o que é COOP?
- 2) Você sabe quem é o dono ou os donos da COOP?
- 3) No seu entendimento, o que é uma cooperativa de consumo?
- 4) Você sabe o que são as sobras?
- 5) Você frequenta a COOP? Gosta de comprar na COOP?
- 6) Você é cooperado?
- 7) A COOP prejudica ou ajuda seu estabelecimento de alguma forma?
- 8) Você enxerga alguma conexão entre a redistribuição das sobras e o combate à desigualdade social ou ao capitalismo?
- 9) Você acredita que a COOP contribui para diminuir as desigualdades sociais? Como?

ANEXO B - Entrevista com colaboradores

Gestão Operacional

- 1) Gerentes de unidade
- 2) Gerentes Farmacêuticos
- 3) Gerentes de Setor
- 4) Líderes

Questionário

- 1) Qual o objetivo da COOP?
- 2) Já trabalhou em outras empresas varejistas? Se sim, qual diferença em trabalhar na COOP e em empresas capitalistas?
- 3) Quais os principais problemas enfrentados pela unidade?
- 4) Você acredita que a COOP contribui para diminuir a desigualdade social e combater a acumulação de renda capitalista? Como?

Colaboradores Operacionais da COOP

Ajudante, Atendente, Balconista, Caixa, Cozinheiro, Dermoconsultor, Doceiro, Encarregado, Estoquista, Fiscal, Frentista, Motorista, Oficial Panificação, Operador Drogaria, Operador Empilhadeira, Operador Padaria, Operador Perecíveis, Operador Unidade, Preparador Carne, Promotor, Vendedor. Recepcionista, Conferente, Aux Cafeteria, Aux Unidade, Auxiliar Tesouraria, Aux Panificação, Abastecedor, Aux Drogaria, Operador Padaria, Farmacêutico.

Questionário

- 1) Existe diferença entre a COOP e um Supermercado como o Pão de Açúcar? Quais?
- 2) Você sabe quem é o dono ou os donos da COOP?
- 3) Você sabe o que são sobras?
- 4) Você acredita que sua remuneração e benefícios estão acima ou abaixo do que outros funcionários de empresas como Carrefour e Pão de Açúcar?
- 5) Você pretende continuar nesse emprego por muito tempo ou é apenas temporário?
- 6) Você já viu muitos de seus colegas de trabalho serem promovidos?
- 7) Você é cooperado?
- 8) Utiliza a COOP como principal estabelecimento para fazer compras?

- 9) Você acredita que a COOP contribua para diminuir a desigualdade social e combater a acumulação de renda capitalista? Como?
- 10) Qual o sentido de existência da COOP, seu principal objetivo?
- 11) Qual o bairro que você mora?

ANEXO C - questionário COOPERADOS

- 1) Você sabe quem é o dono ou os donos da COOP?
- 2) Por que você escolheu ser um cooperado da COOP?
- 3) Você acredita que os preços na COOP são os mais baratos da região?
- 4) Você costuma fazer reclamações ou sugestões para a COOP?
- 5) Já participou de alguma Assembleia?
- 6) Você já retirou o bolo de aniversário da COOP?
- 7) Conhece e já participou de algum programa que a COOP oferece, por exemplo, Blitz da saúde? Acha que esses programas são impactantes para a região?
- 8) Você enxerga alguma conexão entre a redistribuição das sobras e o combate à desigualdade social ou ao capitalismo?
- 9) Você confia na marca COOP?
- 10) Costuma consumir os produtos da marca própria da COOP? São bons?
- 11) Iria a um salão de beleza ou barbearia de marca própria da COOP?
- 12) O que você modificaria na COOP?
- 13) Qual sua profissão?
- 14) Qual o bairro que você mora?
- 15) Qual o principal mercado que você faz compras?